

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
EDUCAÇÃO**

**SÂMELA CRISTINNE FURTADO DE CARVALHO IGNÁCIO**

**A (RE) CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA PROFISSIONAL  
WASHINGTON LUIS (1923-1931)**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

**SÂMELA CRISTINNE FURTADO DE CARVALHO IGNÁCIO**

**A (RE) CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA PROFISSIONAL  
WASHINGTON LUIS (1923-1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nailda Marinho da Costa

**RIO DE JANEIRO  
2016**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH  
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação  
Dissertação de Mestrado

**Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho Ignácio**

*A (re) construção histórica da Escola Profissional Washington Luis  
(1923-1931)*

**Apresentada em: 12/ 07 /2016**

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nailda Marinho da Costa – Unirio  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Walesca Pollo Campos Mendonça – PUC-RJ  
(Examinadora externa)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho– Unirio  
(Examinadora interna)

*Dedico este trabalho a Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL) e ao seu legado no Ensino Profissional do estado do Rio de Janeiro.*

## Meus sinceros agradecimentos

À Deus, pelo dom sublime da vida, pela força diária que me concedeu para chegar até aqui e por tudo que Ele fez, faz e fará.

Ao meu querido esposo, Caio Cesar Ignácio, cúmplice deste sonho, que compartilhou comigo cada momento de lágrimas, anseios e alegrias, e junto dedicou seu amor e carinho, tornando assim esta caminhada mais fácil e agradável.

Aos meus amados pais, Moysés e Raquel Carvalho que sempre me apoiaram e com todo amor e dedicação contribuíram para quem sou hoje.

Aos meus familiares, em especial meus avós, Raimundo, Lisete e Anísia, que embora contestando, entendiam minha ausência.

À professora e orientadora Dr<sup>a</sup>. Nailda Marinho da Costa, não apenas pela orientação, mas também pela confiança, dedicação, trocas, paciência, competência e por me aceitar como orientanda. Por todo seu tempo dedicado a este trabalho, segue meu sincero agradecimento.

Aos participantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (Nepheb/Unirio) que acompanharam semanalmente esta jornada. Em especial à coordenadora, prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nailda Marinho da Costa e aos professores Drs. Ângela Martins, José Damiro e Miguel Angelo e aos amigos Rafaella Lupettina, Thábata Mortini, Natália Rocha e Gabriel Otoni, que realizaram leituras críticas do início deste trabalho, enriquecendo-o com seus comentários.

Às professoras Dr<sup>as</sup>. Ligia Martha Coimbra da Costa Coelho e Ana Walesca Pollo Campos Mendonça, por terem aceitado o convite em participar da banca desta dissertação e pelas intervenções e contribuições que deixaram neste trabalho quando do exame de qualificação. Meu rico e sincero agradecimento.

À equipe pedagógica e de direção da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, pela solidariedade e paciência. Em especial pelas amigas e diretoras Maria Luiziana Souza e Ingrid Ribeiro que sempre me apoiaram e me incentivaram nesta trajetória.

Aos pesquisadores do Centro de Memória, na qual construímos ao longo dos trabalhos um laço de amizade. Obrigada por acolherem comigo esta pesquisa, sem vocês este trabalho seria impossível. Em especial à Janilce Magalhães, Yara Will, Marise Dias e Fernando Pires que se preocuparam em me auxiliar e me apoiaram quando mais precisei. Serei imensamente grata a vocês.

Às amigas Amanda Borde, Deylla Wiviane Caetano e Irla Mary, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e me ajudando, obrigada por cada momento de atenção, esforços e comprometimentos com as demandas diárias da vida nesses dois anos e meio.

Ao entrevistado, Luis Antonio Pimentel (In Memoriam) que, com seu olhar de aluno e professor, me proporcionou o primeiro contato com a Escola pesquisada, tornando-me através de sua memória, ainda mais admiradora da trajetória da Escola.

Ao sr. excelentíssimo juiz e tio emprestado, Joel Pereira dos Santos, que por meio dos meus anseios e preocupações em não ter encontrado os Decretos estaduais importantíssimos para o desenvolvimento deste trabalho, se mostrou muito prestativo em procurá-los e os encontrou.

Aos acervos nas quais pesquisei que me acolheram. Em especial a ABE e sua funcionária Raquel, que se mostrou solícita em todas as minhas dúvidas e procuras.

Aos professores Drs. Jorge Rangel (Fidel) e Sônia Camara, pela oportunidade de me apresentar ao mundo da pesquisa, por todo o carinho e construção de uma amizade. Obrigada por cada incentivo e força.

Aos colegas da turma de mestrado em educação de 2014, por criarmos juntos este objetivo, pelas trocas e pela construção de uma educação melhor.

À todos os meus amigos que entenderam os motivos da minha ausência, porém estavam ao meu lado me incentivando, em especial à Juliane Paixão, Isabel Mendes e Alessandra de Sá.

Ao Centro de Memória da Faetec (Cemef), em especial a coordenadora Isabella Gaze e Maria das Graça Duque Estrada.

À todos aqueles que acreditaram em mim e neste trabalho, meus sinceros agradecimentos, carinho e gratidão.

*Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. (...). Afeto do latim affecare, quer dizer “ir atrás”.*

*Rubem Alves (2013, p.70).*

## Resumo

A dissertação tem como objetivo principal (re) construir a história da Escola Profissional Washington Luís, criada em 1923 pela Escola Técnica Fluminense de iniciativa particular, no município de Niterói, Rio de Janeiro, passando a fazer parte da rede de escolas profissionais do Estado do Rio de Janeiro em 1926. Essa (re) construção se dará a partir das memórias que obtivemos como fontes encontradas acerca da escola. O recorte temporal escolhido foi de 1923, ano de sua criação, a 1931, quando tem sua denominação alterada para Escola do Trabalho do Rio de Janeiro. Para isso, como metodologia, procedemos à pesquisa e à análise de fontes documentais, como dossiês de alunos, Decretos do Estado do Rio de Janeiro nº 2.160 de 1926 e nº 2.380 de 1929, que regulamentaram o ensino profissional, impressos e fotografias encontrados no arquivo da Escola e no Centro de Memória Henrique Lage. Ainda como metodologia, na perspectiva da história oral e da memória, realizamos uma entrevista semiestruturada com ex-aluno e ex-professor da escola, Luís Antonio Pimentel. O referencial teórico reúne estudos referentes ao uso dos documentos como fontes (Le Goff 1996; Ginzburg 2007; Bonato 2000, 2002); história oral e memória (Pollack 1992; Halbwachs 1990; Nora 1981; Delgado 2010; Fonseca e Amado 2006); ensino profissional (Fonseca 1986; Cunha 2005; Nagle 2001; Boclin 2005); escola nova (Carneiro Leão 1926; Azevedo 1964; Veiga 2007) dentre outros da trajetória do ensino profissional até a década de 1930. Importantes também foram o relatório de Carneiro Leão de 1926 e a obra Cultura Brasileira de Fernando de Azevedo. Como resultado, a pesquisa aponta que os ideais escolanovistas e republicanos estavam sendo difundidos naquele período na escola.

**Palavras-chave:** Ensino Profissional; História das Instituições Escolares; Escola Profissional Washington Luís.

## Abstract

The dissertation aims (re) construct the story of Washington Professional School Luis, created in 1923 by the Technical School Fluminense of private initiative in the city of Niterói, Rio de Janeiro, becoming part of the network of vocational schools state Rio de Janeiro in 1926. This (re) construction will be made from the memories that we have obtained as sources found on the school. The chosen time frame was 1923, year of creation of the School, to 1931, when it has its name changed to School of Labor in Rio de Janeiro. For this, as a methodology, we carried out a survey and analysis of documentary sources, as dossiers of students, Decrees of the state of Rio de Janeiro No. 2160 of 1926 and No. 2380 of 1929, which regulated the vocational education, printed and photographs found in the file school and Memory Center Henrique Lage. Even as a methodology from the perspective of oral history and memory, we conducted a semi-structured interview with former student and former teacher of the school, Luis Antonio Pimentel. The theoretical framework brings together studies on the use of: documents as sources (Le Goff 1996; Ginzburg 2007; Bonato 2000.2002); oral history and memory (Pollack 1992; Halbwachs 1990, Nora 1981; Delgado 2010; Fonseca and Amado 2006); vocational education (Fonseca 1986; Cunha 2005; Nagle 2001; Boclin 2005); New School (Carneiro Leao in 1926; Azevedo 1964; Veiga 2007) among others the path of vocational education until the 1930s. Important also were Carneiro Leao report of 1926 and the work of Brazilian Culture Fernando de Azevedo. As a result, the research shows that the ideals New School and Republicans were being broadcast at that time at school.

**Keywords:** Professional education; History of School Institutions; Professional School Washington Luis.

## Lista de Ilustrações

### Ficha

<b>Ficha I:</b> Identificação dos Dossiês de Alunos .....	53
---	----

### Figura

<b>Figura I:</b> Organograma da Faetec.....	39
---	----

### Imagens

<b>Imagem I:</b> Parte da sala do arquivo da ETEHL.....	49
<b>Imagem II:</b> O canto do arquivo da ETEHL.....	49
<b>Imagem III:</b> Sala anexa ao arquivo da ETEHL.....	50
<b>Imagem IV:</b> Parte da sala do arquivo onde se localizavam os diários.....	51
<b>Imagem V:</b> O arquivo da ETEHL após ser reorganizado e limpo.....	51
<b>Imagem VI:</b> Capa do Regulamento do Ensino Profissional do estado do Rio de Janeiro de 1929 .....	112
<b>Imagem VII:</b> Fachada da Escola 1923-1930- Endereço dos Cursos Especiais.....	133
<b>Imagem VIII:</b> Fachada da Escola do curso geral.....	134
<b>Imagem IX:</b> Anúncio do jornal A Noite de 25 de janeiro de 1923.....	136
<b>Imagem X:</b> Prédio da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (1931) com os alunos reunidos.....	141
<b>Imagem XI:</b> Hino da ET “Henrique Lage”.....	156
<b>Imagem XII:</b> Grupo de Professores da Escola [1929].....	162
<b>Imagem XIII:</b> Solicitação da Certidão de tempo de aluno.....	167
<b>Imagem XIV:</b> Declaração Escolar.....	168
<b>Imagem XV:</b> Secção de modelagem e ajustagem, 1929.....	175
<b>Imagem XVI:</b> Histórico Escolar.....	177
<b>Imagem XVII:</b> Certificado da Escola Washington Luis, 1930.....	180
<b>Imagem XVIII:</b> Solicitação de matrícula.....	182
<b>Imagem XIX:</b> Solicitação de matrícula, 1931.....	188
<b>Imagem XX:</b> Placa Monumental de 1927.....	190

<b>Imagem XXI:</b> Oficina da Escola Profissional Washington Luis.....	191
<b>Imagem XXII:</b> Oficina da Escola Profissional Washington Luis -Nichteroy- Secção de metal, 1929 .....	194
<b>Imagem XXIII:</b> Oficina da Escola Profissional Washington Luis [1929].....	195
<b>Imagem XXIV:</b> Consultório dentário da Escola Profissional Washington Luis, 1929.....	199
<b>Imagem XXV:</b> Consultório dentário da Escola Profissional Washington Luis, 1929....	200
<b>Imagem XXVI:</b> Refeitório da Escola Profissional Washington Luis [1928].....	205
<b>Imagem XXVII:</b> Exposição de trabalhos em madeira.....	212
<b>Imagem XXVIII:</b> Exposição anual da Escola, 1928.....	213
<b>Imagem XXIX:</b> Exposição anual da Escola, 1928.....	213
<b>Imagem XXX:</b> Exposição de trabalhos de desenho, 1929.....	214
<b>Imagem XXXI:</b> Exposição de trabalho, 1929.....	214
<b>Imagem XXXII:</b> Reportagem do O Jornal de 20 de dezembro de 1928.....	217
<b>Imagem XXXIII:</b> Agenoria, 1930 .....	219
<b>Imagem XXXIV:</b> Revista Tico-Tico, 1929. Acervo da Hemeroteca da BN.....	221

## Lista de Quadros

<b>Quadro I:</b> Pesquisa nos bancos de dados e artigos da Scielo, Rbhe e Capes.....	23
<b>Quadro II:</b> Curso Profissional Masculino 1926 .....	110
<b>Quadro III:</b> Curso Profissional Masculino 1926 .....	111
<b>Quadro IV:</b> Docentes conforme o Regulamento de 1926 .....	160
<b>Quadro V:</b> Docentes conforme o Regulamento de 1929 .....	161
<b>Quadro VI:</b> Alunos de Grupos Escolares e/ou Escolas .....	163
<b>Quadro VII:</b> Grupos Escolares e outras Escolas que os alunos estudaram .....	164
<b>Quadro VIII:</b> Alunos que cursaram o primário na Escola Profissional Washington Luis.....	165
<b>Quadro IX:</b> Município de residência dos alunos .....	165
<b>Quadro X:</b> Disciplinas correlacionadas aos docentes da EPWL em seus oito anos ...	176
<b>Quadro XI:</b> Quantitativo do número de matrículas no curso profissional .....	183
<b>Quadro XII:</b> Forma de ingresso, matrícula e frequência dos alunos.....	185
<b>Quadro XIII:</b> Solicitação de alunos para exame de 2ª época.....	189
<b>Quadro XIV:</b> Produções nas Oficinas da Escola.....	192
<b>Quadro XV:</b> Serviço Médico e Dentário 1929.....	202

## **Lista de siglas e abreviaturas**

**ABE-** Associação Brasileira de Educação

**APERJ-** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

**BN-** Biblioteca Nacional

**CAPES-** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEMEF-** Centro de Memória da Faetec

**CETEP-** Centro Tecnológico Profissionalizante

**CPF-** Cadastro de Pessoa Física

**CMHL-** Centro de Memória Henrique Lage

**CNPq-** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CVT's-** Centros Vocacionais Tecnológicos

**D.O.U-** Diário Oficial da União

**EAT's-** Escolas de Artes Técnicas

**EPWL-** Escola Profissional Washington Luis

**ETEHL-** Escola Técnica Estadual Henrique Lage

**ETE's-** Escolas Técnicas Estaduais

**FAETEC-** Fundação de Apoio à Escola Técnica

**FAETERJS-** Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro

**FAPERJ-** Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

**FAPESP-** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

**FFP-** Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**GEPHEB-** Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira

**HISTEDBR-** Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”

**ISEPAM-** Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert

**ISERJ-** Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

**LEFHE-** Laboratório para o Ensino de Filosofia e História da Educação

**LIEPHEI-** Laboratório Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em História da Educação e Infância

**NEB-** Núcleo de Estudos em Educação Brasileira

**NEPHEB-** Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira

**NIPHEI-** Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância

**PPGEdu-** Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**PRF-** Partido Republicano Fluminense

**PUC-RJ-** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**RBHE-** Revista Brasileira de História da Educação

**RJ-** Rio de Janeiro

**SCIELO-** Scientific Electronic Library Online

**SENAI-** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**S/D-** Sem data

**TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso

**UE** – Unidade Escolar

**UERJ-** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UFF-** Universidade Federal Fluminense

**UFRJ-** Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNICAMP-** Universidade Estadual de Campinas

**UNIRIO-** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**USP-** Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1.Caminhos vividos e experiências significativas para o encontro do objeto</b> .....	18
<b>2.Indícios e questões problematizadoras</b> .....	20
<b>3.Relevância e justificativa</b> .....	22
<b>4.O percurso teórico-metodológico</b> .....	25
<b>Capítulo I – O “ENCANTAMENTO” DESAFIADOR E QUESTIONADOR DAS FONTES: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b> .....	29
<b>1.1 Espaço de Pesquisa: O Centro de Memória e o Arquivo da ETEH</b> .....	37
1.1.1 O Centro de Memória da Faetec.....	37
1.1.2 O Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Henrique Lage.....	40
1.1.3 O Arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage: potenciais, limites e viabilidades para a pesquisa.....	44
<b>1.2 Outros Acervos Consultados: a Hemeroteca da Biblioteca Nacional</b> .....	56
<b>1.3 Entrevista com Luis Antonio Pimentel: A memória de um ex-aluno e professor</b> .....	58
<b>Capítulo II – O ENSINO PROFISSIONAL NO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1920</b> .....	68
<b>2.1 A criação de Escolas Profissionais na Primeira República</b> .....	70
<b>2.2 O Ensino Profissional no Distrito Federal e na cidade do Rio de Janeiro</b> .....	89
<b>2.3 O Ensino Profissional no estado do Rio de Janeiro e em sua capital Niterói</b> .....	103
2.3.1 Os Decretos Estaduais dos anos de 1923, 1926 e 1929.....	106
<b>2.4 Formas de Ingresso, matrícula, frequência e evasão dos alunos nas Reformas do Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro</b> .....	115
<b>2.5 O Corpo Docente e Administrativo nas Reformas do Distrito Federal e do estado</b> .....	119
<b>2.6 O Trabalho Remunerado nas Oficinas pelas Reformas do Distrito Federal e do estado</b> .....	121
<b>2.7 Assistência e Saúde nas Reformas do Distrito Federal e do estado</b> .....	123
<b>2.8 Exposições e Festas Escolares nas Reformas e Regulamentos</b> .....	126
<b>Capítulo III – A ESCOLA PROFISSIONAL WASHINGTON LUIS SEUS SUJEITOS</b> .....	127
<b>3.1 A criação da Escola Profissional Washington Luis pela Escola Técnica Fluminense (1923-1926)</b> .....	128

<b>3.2 A Escola Técnica Fluminense sai de cena: a Escola Washington Luis na rede estadual (1926).....</b>	<b>138</b>
<b>3.3 Os Sujeitos Escolares.....</b>	<b>141</b>
3.3.1 O Diretor Amerino Wanick.....	142
3.3.2 Outros Professores em cena.....	152
3.3.3 O Corpo Discente.....	163
3.3.3.1 1ª Turma de Formandos da EPWL.....	169
<b>Capítulo IV - A ESCOLA PROFISSIONAL WASHINGTON LUIS E SEU FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>172</b>
<b>4.1 Organização, plano geral de estudo e o tempo letivo.....</b>	<b>173</b>
<b>4.2 Formas de Ingresso, Matrícula, Frequência e Evasão dos alunos.....</b>	<b>179</b>
<b>4.3 Da Promoção (avaliação) e Habilitação dos Alunos.....</b>	<b>186</b>
<b>4.4 O Ensino e o Trabalho nas Oficinas.....</b>	<b>189</b>
<b>4.5 O Caixa Escolar.....</b>	<b>195</b>
<b>4.6 O Banco Escolar e a Cooperativa Collegial.....</b>	<b>196</b>
<b>4.7 O Gabinete Dentário e o Serviço Médico.....</b>	<b>197</b>
<b>4. 8 A Sopa Escolar e o Copo de Leite na Escola Profissional Washington Luis..</b>	<b>203</b>
<b>4.9 Da Disciplina Escolar ou sujeitos disciplinados.....</b>	<b>205</b>
<b>4. 10 A Educação Física como prática: o escotismo como protagonista.....</b>	<b>207</b>
<b>4. 11 As Exposições e Festas Escolares.....</b>	<b>209</b>
<b>4.12 As Festas Escolares, Visitas e Passeios.....</b>	<b>215</b>
<b>4.13 O Jornal O Calouro e Agenoria.....</b>	<b>217</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>226</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>238</b>
<b>Apêndice I – Roteiro para Entrevista ao Sr. Pimentel.....</b>	<b>238</b>
<b>Apêndice II – Entrevista de Pimentel.....</b>	<b>239</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>249</b>

<b>Anexo I</b> – Discurso de posse de Fernando de Azevedo.....	249
<b>Anexo II</b> – Placa do Hall do prédio do Horto do Fonseca.....	250
<b>Anexo III</b> – Produções publicadas pela gráfica da Escola Profissional Washington Luis.....	251
<b>Anexo IV</b> – Fotos da entrevista com Luis Antonio Pimentel.....	252



## Introdução

### 1. Caminhos vividos e experiências significativas para o encontro do objeto

*O Início é mais que a metade da obra.  
Pitágoras.*

De início, consideramos importante apresentar a trajetória e vivências ao longo da minha formação acadêmica que foram (con)formando o objeto da pesquisa desta dissertação de mestrado. No primeiro período do curso de licenciatura em Pedagogia (2007) na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), utilizei a epígrafe acima em um trabalho final da disciplina obrigatória História da Educação I<sup>1</sup>, lecionada pela professora Dr<sup>a</sup>. Adir Luz. Essa professora provocou a reflexão dos alunos acerca das memórias escolares até aquele momento de entrada na Universidade e o porquê de escolhermos estudar a ciência (Pedagogia) que possui como objeto de estudo a educação. Nesse momento, deparei-me com a frase de Pitágoras, como epígrafe de um texto, o que me fez refletir que um bom início seria o trilhar de um longo caminho. A partir das aulas ministradas e leituras realizadas nessa disciplina, foi se manifestando o interesse e a curiosidade de entender a articulação entre o presente e o passado no processo educacional de nosso país.

No período seguinte, cursei a disciplina História da Educação II, ministrada pelo professor Dr. Jorge Rangel (Fidel), cujo conteúdo versava sobre o período republicano no Brasil e nele as reformas educacionais que ocorreram na década de 1920, especialmente a Reforma de Carneiro Leão e de Fernando de Azevedo. Concomitante a isso, como bolsista de extensão do projeto “Memória Fotográfica da Educação Fluminense<sup>2</sup>”, coordenado pelo professor da disciplina mencionada, realizei um

---

<sup>1</sup>Nesta disciplina estudamos a educação brasileira no período da Colônia e do Império.

<sup>2</sup>O projeto tinha como objetivo fazer um levantamento do acervo fotográfico no Rio de Janeiro das escolas da cidade do Rio de Janeiro. Este projeto se insere nas atividades do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância - NIPHEI. Criado em 2007 e registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq como grupo de pesquisa, o Núcleo se localiza na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Campus São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, tendo por interesse promover, difundir e socializar um conjunto de estudos e de pesquisas históricas. O NIPHEI congrega como participantes professores, pesquisadores, alunos da UERJ e de outras instituições de ensino. Em 2009, o NIPHEI passou a integrar o Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Infância da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LIEPHEI-UERJ), sob a Coordenação-Geral da professora. Dr<sup>a</sup>. Sônia Camara. Fonte: [www.niphei.com.br](http://www.niphei.com.br).

levantamento das fotografias de Augusto Malta existentes nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, visando construir um banco de imagens das escolas públicas existentes no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro. Isso possibilitou visualizar imagens de diversas escolas no Distrito Federal, entre elas a Escola Profissional Paulo de Frontin, Instituto Profissional Ferreira Vianna e Escola Visconde de Mauá.

Nessa trajetória, como trabalho de conclusão de curso de graduação, desenvolvi a monografia intitulada “Reflexões acerca da Família e da Escola na Reforma Educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal de 1927 a 1930”, tendo como objetivo compreender o papel da família e da escola na Reforma de Fernando de Azevedo como alvos primeiros para a modernização e civilização da sociedade carioca.

No curso de especialização *lato-sensu* em Educação Básica na modalidade de Gestão Escolar (FFP/UERJ), desenvolvi a monografia intitulada “O Ensino Técnico e Profissional: Fernando de Azevedo e o Inquérito sobre a Instrução Pública de 1926”. Neste trabalho objetivei analisar o Inquérito sobre a Instrução Pública de São Paulo acerca das concepções em relação ao Ensino Técnico e Profissional<sup>3</sup>.

Concomitante à realização do curso de Especialização, a posse no cargo efetivo de Supervisora Educacional da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC), foi bastante significativa para esta trajetória. O trabalho no Centro Educacional Tecnológico Profissionalizante (CETEP), localizado no bairro Porto da Pedra, no município de São Gonçalo, aguçou a curiosidade em relação à história da educação técnica e profissional do Rio de Janeiro. Sendo assim, após tomar conhecimento no IX Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, da história da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, com nove décadas de existência, compondo o grupo de escolas técnicas quase centenárias existentes no Estado do Rio de Janeiro, passei a frequentar as reuniões do Centro de Memória dessa escola<sup>4</sup>, vislumbrando a possibilidade de uma pesquisa de forma mais elaborada sobre ela.

---

<sup>3</sup>Ambas as monografias, foram orientadas pela professora Dr<sup>a</sup>. Sônia Camara e concluídas em 2010 e 2012 respectivamente.

<sup>4</sup>A participação nesse congresso ocorrido em 12 a 15 de julho de 2012 na Universidade de Lisboa, Portugal, apresentando o trabalho “Reflexões acerca da família e da escola na Reforma Educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927 a 1930”, proporcionou conhecer a coordenadora do Centro de

É no contexto dessa trajetória que se insere esta dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no âmbito da linha de pesquisa Políticas, História e Cultura em Educação, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Nailda Marinho da Costa<sup>5</sup>, e que ora apresento à comissão examinadora como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

## 2. Índícios e Questões Problemáticas

Nesta pesquisa, buscamos(re) construir a partir das fontes encontradas a história da Escola Profissional Washington Luís – uma das primeiras escolas profissionais destinadas aos meninos do Município de Niterói, criada em 1923, hoje denominada Escola Técnica Estadual Henrique Lage, dedicada ao preparo de mão de obra qualificada para o trabalho nas oficinas e fábricas da região e adjacências.

Fundada em 1923 por uma Sociedade chamada de Escola Técnica Fluminense e incorporada ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro pelo Governador Feliciano Sodré<sup>6</sup> em 1926, a Escola Profissional Washington Luís possuía como um de seus objetivos “a

---

Memória da Faetec (CEMEF), a professora Izabella Gaze. Em meados de 2012, solicitei relação (movimentação) como Supervisora Educacional para a Escola Técnica Estadual Henrique Lage, efetivada no ano seguinte.

5 Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História da Educação Brasileira (NEPHEB). Criado como Núcleo de Estudos em Educação Brasileira - NEB, articulado ao HISTEDBR da UNICAMP, em 2002. Em 2004, é criado o Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado/UNIRIO, do qual o NEB passa a fazer parte, ligado à linha de pesquisa Subjetividade, Cultura e História da Educação. Seus pesquisadores, em suas várias matrizes teórico-metodológicas, orientam dissertações, monografias de graduação e bolsistas de Iniciação Científica, Extensão e Ensino. Em 2006 é criado o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira, ocorrendo no ano seguinte a junção do GEPHEB com o NEB formando o NEPHEB como grupo de pesquisa registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq e ligado a linha de pesquisa Políticas, História e Cultura em Educação da PPGedu. Em 2011, foi criado o Laboratório para Estudos e Ensino de Filosofia e História da Educação (LEFHE) no âmbito do Núcleo.

<sup>6</sup>“Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior nasceu em Macaé (RJ) no dia 30 de setembro de 1881, filho de Feliciano Pires Abreu Sodré e de Carolina Alves de Abreu Sodré. Iniciou-se na política com a ajuda do então ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906- 1909), que o encarregou, como tenente-engenheiro, da construção do forte da cidade de Macaé, que seria inaugurado em 1910. Com esse trabalho, construiu uma base política no município e, em dezembro de 1909, foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF) para a legislatura que se iniciaria no ano seguinte. Feliciano Sodré angariou o apoio do interventor [Artur Bernardes] e foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1923”, permanecendo no cargo até 1926, ano em que apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Feliciano.pdf>. Acessado em fevereiro 2016.

formação cívica, moral, intelectual e profissional do aluno”, conforme consta no artigo segundo dos regulamentos do ensino profissional do estado datados de 1926 e 1929.

Conforme Fonseca (1986), essa instituição educativa destinada à formação profissional para o sexo masculino mediava educação, trabalho e sociedade por meio de uma formação elementar do ensino de português, matemática, ciências, entre outras e da aprendizagem de diversos ofícios; a exemplo, o ofício de metal, de madeira e litografia, a fim de contribuir com o projeto civilizador e modernizador que a República almejava.

Como capital do estado, o município de Niterói<sup>7</sup>, que se encontrava em grande expansão no período, principalmente no setor industrial, necessitava de mão de obra qualificada para trabalhar em novos setores que surgiam. Nesse contexto, a escola técnica profissional, surgirá como uma instituição propulsora da formação dos futuros profissionais e cidadãos a fim de contribuir com a renovação e o progresso da cidade.

Com o desenvolvimento industrial, a questão da formação profissional passou a ser um alvo, e deveria ser enfrentada logo no início da República. Nas palavras de Cardoso,

A questão do trabalho e da formação profissional precisou ser enfrentada pelos primeiros governos da República brasileira, pela necessidade de formação de mão-de-obra com certa qualificação, o que justificava a implantação de escolas de formação técnica. Isso significa que a conjuntura histórica no Brasil República Velha favorecia a expansão do ensino profissional. Assim, foi no início do século XX que detectamos o surgimento, no Brasil, de políticas públicas favoráveis ao ensino técnico-profissional. (CARDOSO, 2003, não paginado).

Devido ao crescimento da industrialização em nosso país no início do séc. XX, o Brasil precisou enfrentar a questão da organização do trabalho e da formação técnica profissional, deixando sua característica rural, conforme Cardoso (2003) nos aponta. Os primeiros governos do período da República começaram a identificar a necessidade de formação da mão de obra qualificada para trabalhar com os maquinários das indústrias.

---

<sup>7</sup>O município de Niterói, neste período de estudo, era a capital do estado do Rio de Janeiro, por meio de sua divisão geopolítica e administrativa e a cidade do Rio de Janeiro se encontrava como a capital do país. Niterói foi capital do estado até 1975, quando houve a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Já a cidade do Rio de Janeiro, em 1960, foi transformada em um estado brasileiro chamado Estado da Guanabara, logo após a transferência da capital federal para Brasília (MOTTA, 2001).

Tal identificação na conjuntura histórica do Brasil República favoreceu a criação e expansão do ensino profissional.

Conforme Cunha (2005), nas décadas de 1920 e 1930, o Ensino Técnico e Profissional foi alvo de discussão pela sua importância na formação do trabalhador qualificado, visando ao crescimento econômico do país, amparado nos ideais republicanos de civilidade e de ordem social. A entrada lapidar dos ideais escolanovistas, com as reformas educacionais, principalmente na capital do país na década de 1920, trazia para o estado um eminente papel de controle do processo escolar, principalmente com a matriz da escola ativa e do trabalho.

Ainda de acordo com Cunha, as Reformas Educacionais empreendidas no Distrito Federal, por exemplo, na capital da República, tinham como objetivo servir como centro irradiador do movimento pedagógico escolanovista para todo o Brasil, ou seja, deveria se difundir a todos os outros estados e cidades do país. Assim, partindo do pressuposto de que esse movimento educacional na década de 1920 buscava a formação de um novo modelo de homem para uma nova sociedade, principalmente a industrial que se constituía, a Escola Profissional Washington Luís esteve permeada por este movimento de renovação educacional.

Por meio dessa “renovação do aprendizado artesanal que precisava de especializações modernas” como expresso por Cardoso (2003, s/p), analisamos a Escola Profissional Washington Luís em suas escolhas dos ofícios, oficinas, modelo pedagógico, seus sujeitos, o diretor, alunos, professores; assim como suas relações com os regulamentos educacionais vigentes, sua estrutura escolar e funcionamento, no que se refere à relação entre educação e trabalho a partir de elementos apontados pelas fontes consultadas.

### **3. Relevância e Justificativa**

A fim de justificar a relevância desta investigação, recorreremos ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde estão disponíveis trabalhos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação do país defendidos desde 1987, sendo anualmente atualizado. Na consulta, utilizamos como palavras-chave *Ensino Técnico e Profissional*, *Reforma Carneiro Leão*, *Reforma Fernando de Azevedo*, *Escola do Trabalho*, *Escola do Trabalho do Rio de Janeiro*, *Educação Profissional Masculina*, *Escola Profissional Washington Luís*, *Escola*

*Técnica Estadual Henrique Lage, Amerino Wanick*, diretor da escola Profissional Washington Luís.

Realizamos ainda um levantamento no banco de dados da *Scientific Electronic Library Online*<sup>8</sup> (SCIELO) e artigos da Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação (RBHE), com o intuito de fazer uma “varredura” acerca das produções acadêmicas sobre o tema. Para tal, não definimos um período específico, ou seja, ao pesquisar os termos indexadores, deixamos em aberto a temporalidade, a fim de ser o mais abrangente possível.

Abaixo apresentamos uma tabela construída a partir dos dados encontrados:

**Quadro I:** Pesquisa nos Bancos de Dados e artigos da SCIELO, RBHE, CAPES e sobre o tema.

<b>Palavras Indexadoras</b>	<b>SciELO</b>	<b>Revista Sbhe</b>	<b>Capes</b>
Ensino Técnico Profissional	35	1	388
Reforma Carneiro Leão	1	0	5
Reforma Fernando de Azevedo	6	1	116
Escola do Trabalho	493	31	4
Escola do Trabalho do Rio de Janeiro	40	5	642
Educação Profissional Masculina	1	0	154
Escola Profissional Washington Luis	0	0	0
Escola Técnica Estadual Henrique Lage	0	0	0
Amerino Wanick	0	0	0

Observamos na tabela, que no SCIELO há uma maior ocorrência sobre a Escola do Trabalho (493), seguida de Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (40), e Ensino Técnico Profissional (35).

<sup>8</sup>Direcionamos a busca pelo site da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), pois se apresenta como resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), que tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acessado em maio de 2015.

Nos artigos da Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação (RBHE), há maior ocorrência sobre Escola do Trabalho (31), seguida de Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (5). Entretanto, destacamos o único artigo que menciona a escola objeto dessa dissertação: trata-se de “As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias”, de Maria Ciavatta Franco e Gaudêncio Frigotto (1993). Nesse artigo, ao tratar da Escola do Trabalho no contexto do movimento da Escola Nova, os autores apresentam a Escola Profissional Washington Luís, Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, até a Escola Técnica Estadual Henrique Lage. Os autores têm como uma de suas referências a dissertação de mestrado de Sueli Barboza Thomaz, intitulada “Impasses e as perspectivas do ensino de 2º grau: O caso concreto do Colégio Estadual Henrique Lage”, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 1985, por isso não consta no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, que disponibiliza, como vimos, trabalhos a partir de 1987.

No Banco de Teses da CAPES, abrangendo teses e dissertações, encontramos uma maior ocorrência sobre Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (642), seguida de Ensino Técnico Profissional (388) e do Ensino Profissional Masculino com 154 ocorrências, porém nenhuma produção sobre a Escola Profissional Washington Luís e Escola Técnica Estadual Henrique Lage. Destaca-se que a maioria das produções tem como categoria de análise Escola do Trabalho.

Procedemos ainda a uma pesquisa nas bibliotecas universitárias *in loco*. No acervo da biblioteca da UFF, encontramos três trabalhos sobre a Escola Técnica Estadual Henrique Lage, sendo um deles a mencionada dissertação de mestrado de Sueli Thomaz; e os outros dois, uma monografia de especialização com o título: “Um breve histórico sobre o ensino técnico: o caso da escola técnica estadual Henrique Lage”, de Marcélia Regina Carraro (1999), e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o título: “O ensino médio brasileiro e a formação profissional: tendências e desafios na Escola Técnica Estadual Henrique Lage - ETEHL : 1923-2006”, de Paulo Fernando de Azevedo (2007) que analisam o ensino técnico dessa escola, tendo a mesma dissertação de Sueli Thomaz como referência. Em sua dissertação de mestrado, Sueli Barboza Thomaz, ao analisar o ensino de 2º grau na escola, traça um pouco da sua trajetória histórica, até a chegada desse nível de ensino em seu espaço.

Merece destaque ainda, como de interesse desta dissertação, a tese de doutorado de Carlos Alberto Campello Ribeiro, intitulada: “Henrique Lage e a Companhia Nacional

de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)”, defendida em 2007 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao falar do empresário Henrique Lage, o autor informa que a partir da década de 1940, a Escola do Trabalho do Rio de Janeiro passa a se denominar Escola Profissional Henrique Lage, em homenagem a ele.

Considerando o exposto, esta dissertação tem um objeto ainda pouco desbravado, o que reforça sua relevância e justificativa para o campo da História da Educação Brasileira e mais especificamente para a história das instituições escolares voltadas ao ensino profissional no Estado do Rio de Janeiro. Os resultados do levantamento realizado fortalecem a importância desta pesquisa, considerando que não foi encontrado nenhum artigo, tese ou dissertação, especificamente sobre essa instituição educativa, no enfoque pretendido por esta investigação, seja enquanto Escola Profissional Washington Luís ou Escola Técnica Estadual Henrique Lage.

Ela é ainda relevante ao se inserir no quadro de pesquisas sobre a história das instituições escolares do Centro de Memória da FAETEC, que objetiva a recuperação da memória institucional de seis escolas técnicas quase centenárias existentes no Estado do Rio de Janeiro<sup>9</sup> que fazem parte da rede dessa fundação.

#### **4. O Percurso Teórico-metodológico**

Como percurso teórico-metodológico, tendo em vista os objetivos desta investigação, utilizaremos a pesquisa e a análise documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada na perspectiva da história oral e memória.

No que cabe à pesquisa e à análise documental, inicialmente privilegiamos o acervo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage. No seu arquivo, consultamos os dossiês de alunos contendo solicitações de matrícula e históricos escolares, além de ofícios e decretos do período de 1923 a 1930. Nos dossiês, visamos identificar nome do aluno, idade, filiação, escola anterior, curso realizado na instituição, local de moradia,

---

<sup>9</sup> Como parte deste projeto, a coordenadora do Centro de Memória da FAETEC, Isabella Paula Gaze, defendeu em 2013, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Ângela Maria Souza Martins, a dissertação de mestrado em educação com o título: Orlando Corrêa Lopes: A gestão de um anarquista na Escola Profissional Visconde de Mauá (1916-1927).

além de outros documentos encontrados na pasta de alunos<sup>10</sup>. Para isso, foi elaborada uma “Ficha de Identificação de Dossiê” que será apresentada no capítulo I desta dissertação.

No acervo do Centro de Memória da Escola, buscamos fotografias do período onde podemos visualizar os espaços físicos da escola, as oficinas, o uso do uniforme, os sujeitos, entre outras possibilidades de ilustração desta fonte.

Além do acervo, consultamos pela web a Hemeroteca da Biblioteca Nacional, onde foi possível encontrar reportagens sobre a escola investigada em jornais como “O Paiz”, “O Fluminense”, “Correio da Manhã”, “O Globo”, entre outros.

Em visita *in loco* ao acervo da Biblioteca Nacional, localizamos documentos referentes ao ensino profissional; na Biblioteca Municipal de Niterói, o Decreto estadual nº 2.380 de 14 de janeiro de 1929; na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Decreto estadual nº. 2.160 de 31 de janeiro de 1926. Esses decretos regulamentaram o ensino profissional no Estado do Rio de Janeiro, sendo o modelo que as escolas dessa modalidade deveriam seguir.

Prosseguindo como percurso teórico-metodológico, a leitura dos documentos se deu à luz do pensamento de Le Goff (1996) e Ginzburg (2007). Para esse procedimento, autores como Belotto (1985), Bonato (2000, 2002) e Furtado (2011) também foram importantes.

Ainda para a produção desta dissertação, na perspectiva de Delgado (2010), que considera a entrevista como um procedimento metodológico e o seu produto como a constituição de uma fonte a ser destrinchada, realizamos uma entrevista semiestruturada com Luís Antônio Pimentel, um ex-aluno e ex-professor da Escola Profissional Washington Luís. Para isso, partimos de um roteiro pré-estabelecido (Apêndice 1), constituído de duas partes: a primeira com campos fechados visando traçar o perfil do entrevistado e a segunda com perguntas semiabertas, objetivando estimular, a partir de seu tempo presente, que o entrevistado (re)vivesse seus dias enquanto aluno e professor da escola. Para análise da entrevista, na perspectiva da memória/ história oral,

---

<sup>10</sup> Antes desta pesquisa de mestrado, o arquivo da escola foi consultado somente por Sueli Barbosa Thomaz, hoje professora aposentada da UNIRIO, para elaboração de sua dissertação de mestrado. Ela utilizou alguns documentos, porém não os dossiês de alunos, conforme nos informou por email. Desse modo, é um acervo quase inédito a ser desvendado. Vale ressaltar que no momento da sua dissertação, Sueli Thomaz era funcionária da escola, exercendo o cargo de orientadora educacional, ocorrendo um processo semelhante ao nosso, com esta pesquisa.

utilizamos Pollak (1992), Halbwachs (1990) e Nora (1981) e ainda os trabalhos de Ferreira e Amado (2006), Delgado (2010), Alberti (2004) e Vidal (2005).

Quanto à pesquisa bibliográfica, o relatório publicado de Carneiro Leão *O Ensino na Capital do Brasil* (1926), produzido ao término de sua gestão à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e de Fernando de Azevedo *A Cultura Brasileira* (1964), aproximaram-nos de seus pensamentos acerca de uma memória construída por eles sobre as reformas e propostas de uma educação entendida como renovadora no Distrito Federal no período de 1922 a 1930. Cruzamos essas leituras com o pensamento de Nagle (2001), Bonato (2002, 2003, 2005), Camara (2004), Penna (1987 e 2010), Carvalho (2010 e 2012), Xavier (1998) e Veiga (2007), entre outros.

Na revisão de literatura sobre o tema, trabalhamos com Boclin (2005), Fonseca (1986), Franco (2007), Cunha (2005) e Nagle (2001), empregando suas análises para contextualizar a trajetória do ensino profissional, a história do crescimento industrial, bem como acerca do desenvolvimento das escolas voltadas para a formação dos ofícios, até a escola do trabalho no período da década de 1920 e início de 1930.

Sendo assim, organizamos o texto desta dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “O ‘encantamento’ desafiador e questionador das fontes: questões teórico-metodológicas,” apresentamos os caminhos teórico-metodológicos que se fizeram necessários para a construção deste trabalho, explicitando as fontes documentais que nos conduziram a (re)construir a história da Escola Profissional Washington Luís por meio das pistas e indícios nelas encontradas.

No segundo capítulo, tendo por título “O Ensino Profissional do Rio de Janeiro na década de 1920”, buscamos traçar a trajetória do Ensino Profissional no Estado do Rio de Janeiro e na cidade do Rio de Janeiro por sua responsabilidade enquanto Distrito Federal, a fim de compreendermos a criação das Escolas Profissionais, em especial a Escola Profissional Washington Luís no Município de Niterói e as legislações vigentes do período acerca do ensino profissional.

No terceiro capítulo, intitulado “A Escola Profissional Washington Luís e seus sujeitos, apresentamos a sua (re)construção histórica, apontando os seus sujeitos, como o diretor Amerino Wanick, seus professores e seus alunos.

Por fim, no quarto capítulo, propusemo-nos a investigar o funcionamento da Escola Profissional Washington Luis, entendendo seus objetivos, sua forma pedagógica,

o ensino e trabalho nas oficinas, exposições, festas, assistência dental e médica, a caixa escolar, a sopa e o copo de leite, os sujeitos disciplinados, a educação física e o escotismo, as visitas e passeios, e o jornal produzido pelos seus alunos.

## *Capítulo I*

### O “encantamento” desafiador e questionador das fontes: questões teórico-metodológicas

*Não se pode definir a história como conhecimento do passado - de acordo com o que se diz, às vezes, de forma precipitada - porque o caráter passado é insuficiente para designar um fato ou um objeto de conhecimento. Todos os fatos do passado foram, antes de mais nada, fatos do presente: entre uns e outros, nenhuma diferença de natureza. Passado é um adjetivo, não um substantivo, e é abusivamente que se utiliza o termo para designar o conjunto, ilimitadamente aberto, dos objetos que podem apresentar esse caráter e receber essa determinação (PROST, 2014, p.64).*

Prost (2014) diz que não podemos definir a história como um conhecimento do passado, pois o passado é uma qualidade ou uma característica que se flexiona, por isso o denomina como um adjetivo. Por este passado se flexionar e apresentar diversas características ou qualidades, neste capítulo visamos apresentar os caminhos teórico-metodológicos, utilizados nesta investigação que proporcionaram a (re)construção histórica da Escola Profissional Washington Luís. Consideramos como pressuposto básico o nosso olhar sobre os documentos, não definindo suas interpretações como conhecimento real do passado, porém como um olhar que construímos deste passado, construindo, portanto, a nossa história da Escola Profissional Washington Luís a partir dos sinais e indícios que os documentos nos deixaram, tendo por base o referencial teórico-metodológico escolhido.

Diz Ginzburg que, “destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício”, é que o historiador tem como ofício. Entretanto, será que os historiadores da educação têm como ofício proclamar que possuem “a verdade histórica”? Afirmamos que não, porém eles têm como tarefa, bem como Ginzburg (2007) sinaliza, o destrinchar dos cruzamentos da história, história esta da qual fazemos parte enquanto seres pertencentes ao mundo, construindo a partir dela a nossa versão.

Os historiadores, escreveu Aristóteles, falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos; destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo (GINZBURG, 2007, p.14).

Ao construir a nossa versão de uma história, utilizamos um modelo de história diferente do que a história tradicional nos proporcionou. Sendo assim, o novo trajeto do pensar relaciona-se à concepção de história denominada Nova História<sup>11</sup>, “que é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional” (BURKE, 2011, p.10), nascida na França em 1929 e que tem influência até os dias atuais, especialmente

---

<sup>11</sup> No final da década de 1920, na França, iniciou-se um movimento de renovação da historiografia, com a fundação de Marc Bloch e Lucien Febvre da revista História dos Annales, na qual juntos com outros historiadores franceses criticavam a história que se fazia, propondo uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social, um novo método no “fazer história”.

a partir da Terceira Geração dos *Annales*<sup>12</sup>, embora criticada por Dosse. Este autor considera esse movimento uma fragmentação do pensar a história.

A escola dos Annales operou recentemente uma verdadeira decomposição da história, que se escreverá daqui em diante no plural e com inicial maiúscula. Não existe mais a história, mas as histórias. Trata-se da fragmentação do real e não mais da história real (DOSSE, 1994, p. 168).

Ao se fazer história a partir de fragmentos do real, a nova história cultural, instituída pela terceira Geração do Annales, difundida principalmente por historiadores como Le Goff, Pierre Nora, Roger Chartier e Jacques Revel, faz a crítica de uma história dos grandes homens e grandes acontecimentos, levando a pensar e analisar as pessoas comuns e acontecimentos comuns, atribuindo assim, novos significados a pequenas coisas e junto a isso, “começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana, (...). Tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (BURKE, 2011, p.11).

Na história cultural encontramos a história vista de baixo, na qual, segundo Marieta Ferreira e Renato Franco, procurava-se “redimensionar as análises históricas para além de uma estrutura que determinava as ações sociais” (FERREIRA, FRANCO, 2013, p.62), na qual “as lutas cotidianas passaram a ser o mote de uma História marcadamente social, repleta de discontinuidades e negociações, considerável margem de ação dos atores históricos” (FERREIRA, FRANCO, 2013, p.62), tendo por um de seus defensores Edward Palmer Thompson (historiador britânico), sendo contada e investigada pelos relatos dos ditos pequenos homens, e que passaria a construir a história de uma nação. Diferente da concepção da historiografia tradicional, na qual era a história dos grandes homens e acontecimentos que construía a história da sociedade, mostrando ser a única verdade, o conhecimento legítimo. Ela traz também a necessidade de se ir além dos

---

<sup>12</sup> A primeira geração da revista dos *Annales* foi o ponto inicial para as novas abordagens da história, ampliando o campo historiográfico com diferentes conceitos de verdade histórica, documento etc. A segunda geração dos *Annales* se iniciou em 1959, quando Fernand Braudel assumiu a direção da revista, na qual uma de suas contribuições foi a inovação do conceito de tempo e da construção social geo-histórica. Em 1978, com a saída de Braudel, assumiu a direção da revista Jacques Le Goff, que direcionou os estudos para as manifestações culturais, denominando esse movimento de Nova História Cultural. Esse movimento tem na multiplicidade de métodos sua principal base, além dessa nova perspectiva de representar *novos problemas, novas abordagens e novos objetos*, difundindo uma nova concepção sobre fazer história, começando a pensar em uma história das mentalidades e/ou história cultural, segundo Burke (1991).

documentos escritos e registros oficiais, dando importância a outras fontes produzidas à luz da história oral, sendo reconhecidas como documentos.

Para isso, ao entrar no campo da História da Educação, tornou-se necessário este novo olhar para se construir a História, pois é um campo que busca atentar para a análise de seus agentes, das práticas pedagógicas, da arquitetura, do material didático, das falas, das fotografias etc. Portanto, Veiga (2003) nos afirma que:

A história da educação está sendo entendida aqui enquanto um campo de investigações em que se torna cada vez mais necessário dar visibilidade aos seus diferentes objetos: a escola, o professor, os alunos, materiais escolares; processos e formas de aprendizagem, entre tantos outros. Nesse sentido, também se torna cada vez mais necessário dar visibilidade aos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos que produzem tais objetos como objetos da história cultural, política, econômica e social (VEIGA, 2003, p. 19).

Ao dar visibilidade aos diferentes objetos, diferentes procedimentos metodológicos e referenciais teóricos, construímos nossa forma de fazer pesquisa. Construir um objeto de pesquisa é tarefa prévia à construção de seu método, que é o caminho que se faz para chegar a um determinado fim. A construção do objeto de pesquisa se faz através do tempo, por meio de um conjunto de leituras sobre determinado assunto, assim como também de conhecimentos sociais e culturais prévios que levam o pesquisador a questionar ou se tornar inquieto com um conceito, dúvida, relação e/ou história que lhe é desconhecido. Por isso,

Pela questão é que se constrói o objeto histórico, ao proceder a um recorte original no universo ilimitado dos fatos e documentos possíveis. Do ponto de vista epistemológico, a questão desempenha uma função fundamental, no sentido etimológico do termo: com efeito, ela serve de fundamento e constitui o objeto histórico. Em certo sentido, o valor da história depende do valor da sua questão. Daí, a importância e a necessidade de colocar a questão da questão (PROST, 2014, p. 75).

O objeto é construído pelas questões, que não são ingênuas, pois se existe o questionamento, há inquietações provocadas por algum documento ou fato que foram sendo ruminados ao longo de um tempo pelo pesquisador. Este momento da construção do objeto é de fundamental importância para o amadurecimento da pesquisa, pois é a

partir do tempo e dos questionamentos que podemos verificar se valerá a pena investir no objeto construído.

A partir disso, do tempo e das inquietações é que surgiu esta pesquisa. Cada contato com a história da Escola Técnica Estadual Henrique Lage por meio de relatos orais, fotografias, documentos escritos etc., foi nos provocando um questionamento acerca de alguns fatos e informações, tais como quem eram seus sujeitos, como era o ensino, seu funcionamento, entre outras inquietações que apareciam para nós como lacunas a serem descobertas ou peças que faltavam para montar um quebra-cabeça. Mediante isso, estas peças ausentes foram surgindo a partir da busca pelas fontes, como os dossiês de alunos, os decretos estaduais, as fotografias, os impressos, entre outros.

Prost (2014), ao se remeter a “As questões do historiador”, discorre que o pesquisador, ao ter sua questão, de antemão elabora suas hipóteses e sua ideia preliminarmente a partir dos documentos já conhecidos por ele. Portanto para este autor,

não há questão sem documento. O historiador nunca se limita a formular uma “simples questão” – até mesmo quando se trata de uma questão simples- porque, em seu bojo, traz uma ideia das fontes documentais e dos possíveis procedimentos de pesquisa. Ela supõe já um conhecimento mínimo das diversas fontes eventuais e imagina sua utilização por métodos que já tenham sido experimentados em outras pesquisas (PROST, 2014, p. 76).

Quando o objeto é construído, empenhamo-nos em achar o desconhecido, ou pistas deste objeto, pressupondo que o encontraremos na construção do(s) caminho(s) que usaremos para chegar até ele. Esse(s) caminho(s) até então desconhecidos são ilimitados, podendo ser mudados ou acrescentados a cada momento da pesquisa, tornando-se uma infundável construção.

Entendendo como Prost que “não há questões sem documentos” (2014, p.76), foi necessário buscá-los para esta dissertação. Primeiramente, fomos buscá-los no arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, como lugar de pesquisa do Centro de Memória da Escola, para após nos direcionarmos aos impressos localizados em outros acervos e a entrevista na perspectiva da história oral e da memória.

Le Goff (1996) nos auxilia na compreensão do documento enquanto monumento, tendo em vista as marcas que ele deixa ao longo do tempo, como um instrumento de poder. Portanto,

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente-determinada imagem de si próprias. (...). Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...) (...) porque qualquer documento é, ao mesmo tempo verdadeiro- incluindo, e talvez sobretudo, os falsos, - e falsos, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. (...). Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de poder (LE GOFF, 1996, pp.11-12).

O documento tido como verdadeiro e falso pelas suas aparências e montagens, representa um instrumento de poder através da informação que está transmitindo. Ao utilizar o documento como fonte de pesquisa, o pesquisador deve pôr em xeque as condições de produção e suas finalidades, questionando sempre as informações transmitidas, além de compreender que “nunca consegue exaurir completamente seus documentos; pode sempre questioná-los, de novo, com outras questões ou levá-los a se exprimir com outros métodos” (PROST, 2014, p. 77).

No conceito de Le Goff (1984), o documento, ao interrogar sua intencionalidade de produção, remete-se ao questionamento de sua não neutralidade, tendo em vista que são produzidos com o objetivo de mostrar no futuro certas representações do presente. Mesmo sabendo que o documento é uma montagem do momento em que foi produzido, podendo estar repleto de verdades e mentiras, ele também está repleto de poder. Mas também de poder de apontar ao pesquisador traços, sinais e vestígios de que precisa para dar consistência a sua versão da história.

Conforme Furtado analisa, as fontes que utilizamos são sempre produções humanas, “sendo assim, os documentos enquanto produções humanas podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado” (FURTADO, 2011, p.157).

Tendo como modelo a nova história cultural, por meio da diversidade social de tipos de linguagens, que é a heteroglossia<sup>13</sup>, entende-se por documento<sup>14</sup> qualquer forma de expressão que construa a história de uma pessoa, lugar, acontecimentos etc., tais como: uma fotografia, um testemunho, uma entrevista, um relato, uma carta, um bilhete, desenhos, fichas de alunos entre outros. Mas é importante destacar que,

a história faz-se, sem dúvida com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo na sua falta, ela pode e deve fazer-se. A partir de tudo o que a engenhosidade do historiador pode lançar mão para fabricar seu mel, na falta de flores usuais (FEBVRE, 1953, p.428).

No caso desta pesquisa, além dos documentos escritos, também realizamos uma entrevista com ex-aluno e professor da Escola Profissional Washington Luís, “também nosso mel”, da qual falaremos mais adiante.

Ao recorrer a Febvre, sinalizando que a história pode também ser feita a partir da engenhosidade do historiador, podendo “fabricar o seu mel” na falta de fonte e/ou documento escrito, podendo levar “as coisas silenciosas a se tornarem expressivas”, no dizer de Prost (2014, p. 77), devemos reconhecer, nesse sentido, que o objeto e a fonte foram produzidos em uma determinada sociedade e em um determinado tempo, conforme afirma Le Goff,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que ali detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1996, p. 15).

O documento não se fecha em si, ele sempre se contextualiza com o momento histórico, sendo um discurso sobre a sua realidade e a interpretação da realidade de quem a está analisando. Isso nos permite, enquanto questionadores desses documentos,

---

<sup>13</sup> Tem por significado a diversidade social de tipos de linguagem.

<sup>14</sup> O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (2005), apresenta por documento, “ unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (p. 73).Na mesma vertente, conceituado pelo dicionário, Sólis (1992) classifica os documentos como: textuais (manuscritos, datilografados, impressos, microfilmados etc.), iconográficos (fotos, slides, desenhos, croquis, gravuras, pinturas etc.), cartográficos (mapas e plantas), gravações sonoras e audiovisuais, entre outros.

apreender a historicidade do documento, suas construções históricas, acrescentando envolvimentos, inquietações e críticas do presente, a fim de reinterpretá-los (BELLOTO, 1985). Tratando-se do documento como algo provocador e não sendo inocente, ele foi criado para um determinado fim que o seu criador desejou, de forma consciente ou não, sendo encontradas nele marcas que eram particulares de sua época. Portanto:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, (...) (LE GOFF, 1996, pp.11-12).

Com isso, tendo os documentos como uma montagem, independente de seu tipo, imagens, narrativas, escritos etc., eles são forjados e adaptados pelo seu criador, tornando-se monumentos, que podem a cada olhar e interpretação se modificar, mediante as questões do pesquisador ou do observador.

Ao recorrer ao conceito de documento dado pela Nova História Cultural, buscamos sistematizar e unir diferentes espécies de documentos, que consideramos fontes essenciais para esta investigação como procedimento metodológico.

Por analisar os documentos, Ginzburg (2007) nos remete a um paradigma indiciário, que tem se apresentado como um dos modelos de método de pesquisa nos dias atuais, sendo também privilegiado para esta pesquisa. O autor afirma que as fontes, as interrogações e interpretações de seus dados são reveladores, pois elas apresentam resíduos do passado a serem descobertos, rastros e indícios que levam a construir um determinado conhecimento, bem maior do que a própria fonte fala. Nessa direção, podemos concordar com Bloch quando diz que“(...) aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção” (BLOCH, 2001, p.3). Caminhando com essa relação, as informações que são dadas interessam não pela verdade ou pelo mero dado, mas sim pelos rastros deixados bem como em:

Na nossa inventável subordinação ao passado, nós nos emancipamos, ao menos no sentido de que, embora permanecendo condenados a conhecê-lo exclusivamente com base em seus rastros, conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer. E concluía (BLOCH, 1942, p.3): Olhando bem, trata-se de

uma grande revanche da inteligência sobre o mero dado (GINZBURG,2007, p.10).

Conforme Bloch, trazido por Ginzburg “a revanche da inteligência sobre o mero dado” (2007, p.10) suscita ir além do que o documento enquanto fonte revela. É como se fosse uma revanche daquilo que é contado como uma única verdade, com dúvidas e questionamentos, em busca de uma nova verdade, que se faz sempre em construção. Isso posto, conforme dito na introdução desta dissertação, privilegiamos o acervo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL), buscando ir além do que os documentos ou a própria Escola atualmente nos dão a conhecer. Nesse sentido, vasculhamos o arquivo da própria escola e a documentação do Centro de Memória Henrique Lage (CMHL). Este Centro é parte do Centro de Memória da FAETEC (CEMEF), por isso consideramos importante apresentá-los.

## **1.1 Espaço de Pesquisa: O Centro de Memória e o Arquivo da ETEHL**

Antes de apresentarmos o Centro de Memória Henrique Lage, consideramos importante situar o Centro de Memória da rede FAETEC, assim como a própria FAETEC.

### **1.1.1 O Centro de Memória da FAETEC<sup>15</sup>**

Inicialmente consideramos necessário apresentar essa instituição. A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC), criada em 10 de junho de 1997, é responsável pela implementação da política de Educação Profissional e Tecnológica, pública e gratuita, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado do Rio de Janeiro. Reúne cerca de 150 unidades, ao longo das 51 cidades<sup>16</sup> do estado do Rio de Janeiro, atendendo cerca de 400 mil alunos anualmente. Oferecendo oportunidades em diversos segmentos de ensino, ela é formada por Escolas Técnicas Estaduais (ETEs),

---

<sup>15</sup> A construção desta seção se baseia nas informações disponibilizadas no site [www.faetec.rj.gov.br](http://www.faetec.rj.gov.br). Acessado em março de 2015.

<sup>16</sup> Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Duque de Caxias, Petrópolis, Magé, Paracambi, Três Rios, Campos dos Goytacazes, Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Teresópolis, Barra do Pirai, Barra Mansa, Japeri, Laje do Muriaé, Miracema, Pirai, Vassouras, Volta Redonda, Angra dos Reis, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, Guapimirim, Resende, Queimados, Porto Real, São João da Barra, Macaé, Mendes, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Nilópolis, Nova Iguaçu, entre outras.

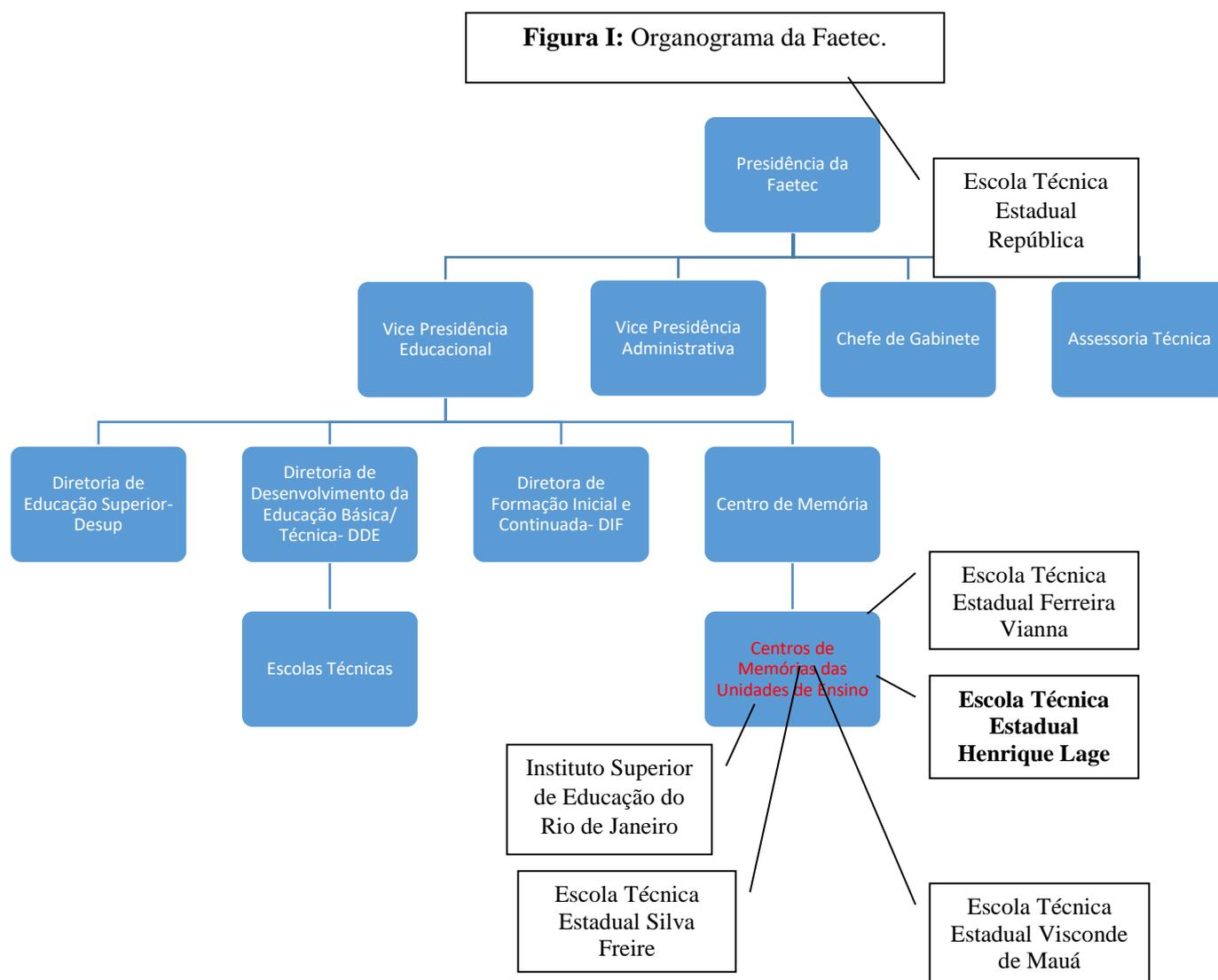
entre elas a Escola Técnica Estadual Henrique Lage; Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs); Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs); Escolas de Artes Técnicas (EATs); Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJs) e Centros de Referência em Formação de Profissionais da Educação, com o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) e Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM)

Sua sede administrativa encontra-se em um complexo localizado no bairro de Quintino Bocaiúva, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Segundo informações contidas em seu site,

sua estrutura de ensino ao longo dos anos vem contribuindo significativamente com a mão de obra qualificada, dando oportunidade de emprego aos jovens e ajudando no fortalecimento e desenvolvimento econômico e social do Estado. Fatores que a tornam uma das mais importantes redes de Educação Profissionalizante do Brasil.

Como um setor da FAETEC, o Centro de Memória (CEMEF), localizado na sede administrativa da Fundação, é responsável pelos seis Centros de Memória instituídos nas escolas técnicas próximas de seu centenário da rede FAETEC que são: Escola Técnica Estadual Ferreira Vianna; Escola Técnica Estadual Henrique Lage; Escola Técnica Estadual Silva Freire; Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá; Escola Técnica Estadual República e Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Ele atribui e desenvolve atividades que integram os Centros de Memórias dessas escolas.

Na estrutura da FAETEC podemos visualizar no organograma que segue a relação de subordinação deste Centro de Memória e seus centros setoriais.



Componente da estrutura organizacional da rede FAETEC, o Centro de Memória (CEMEF) foi criado pela portaria FAETEC/PR nº. 101 de 15/05/2002<sup>17</sup>, tendo como objetivo, estabelecido no Regimento da Fundação<sup>18</sup>[2013]: “A coleta, organização, análise e sistematização do acervo documental, televisivo, radiofônico da FAETEC, assim como de fatos de expressiva relevância no panorama nacional, além de contribuir com a produção de material pertinente ao cotidiano escolar”. Desta maneira, o Centro de Memória da FAETEC é o setor responsável pelo desenvolvimento de ações de pesquisas,

<sup>17</sup> Publicado no D.O. do Estado do Rio de Janeiro de 24/05/2002.

<sup>18</sup> Durante a realização desta pesquisa de mestrado esse Regimento da Faetec se encontrava em discussão visando mudanças.

preservação, guarda e divulgação da história das instituições pertencentes à Rede FAETEC<sup>19</sup>.

O CEMEF é responsável por coordenar ações dos Centros de Memórias das Escolas centenárias. Assim, destacamos o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Henrique Lage por ser seu acervo documental alvo desta pesquisa e espaço de trabalho onde a autora desta dissertação dedica metade da sua carga horária atuando como pesquisadora, dividindo com a função de Supervisora Educacional na Escola. Sendo setor responsável pela cultura e preservação do patrimônio escolar, incluindo os documentos que compõem o arquivo da Escola, o Centro possibilita a recuperação de sua memória institucional e incentiva a pesquisa sobre a educação profissional. É dele que vamos falar a seguir.

### **1.1.2 O Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Henrique Lage**

O Centro de Memória Henrique Lage (CMHL) iniciou suas atividades efetivamente no ano de 2012, o que se considera muito recente para a efetivação de todas as atribuições a ele impostas pelo Regimento da FAETEC<sup>20</sup>. Esse Regimento, no TÍTULO II, Capítulo I, seção III, estabelece os parâmetros a serem seguidos pelos Centros de Memória das Unidades de Ensino, aos quais cabe “promover a cultura escolar de preservação da memória e história institucional através da conservação de seu acervo histórico, sendo o setor da unidade de ensino responsável pelo desenvolvimento de ações de pesquisa, preservação, guarda e divulgação de sua história”. Em seu artigo 59, é atribuída a competência aos Centros de Memórias das Unidades:

Participar da discussão e elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico da UE; Promover a cultura de preservação da

---

<sup>19</sup> No momento de desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, a equipe do CEMEF era composta por um coordenador e dois colaboradores, com formação em nível superior, sendo indicados pela direção geral da FAETEC. Encontra-se como coordenadora a professora Isabella Gaze.

<sup>20</sup> O CMHL é composto por cinco funcionários: a coordenadora, que é efetiva no cargo de orientadora educacional, uma professora de Filosofia (readaptada) que se dedicam integralmente, uma supervisora educacional (a pesquisadora desta dissertação), um professor de História e uma bibliotecária, que dedicam metade de sua carga horária, pois de acordo com o Regimento, apenas o coordenador pode se dedicar integralmente ao setor. Como um setor da escola, o CMHL vem ao longo desses quatro anos se estruturando e funcionando ainda de forma precária, devido à falta de equipamentos e pessoal necessários para a sua plena efetivação.

memória institucional junto à comunidade escolar; Atuar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo CEMEF e pela FAETEC; Participar das reuniões e outras atividades promovidas pelo CEMEF; Coletar, identificar, organizar e analisar fontes documentais e iconográficas, tendo como ponto de partida quatro núcleos básicos de referências: os arquivos das unidades escolares, arquivos das Secretarias de Governo, arquivos públicos e Coleções Particulares (professores e ex-professores, ex-Diretores e Coordenadores, alunos e ex-alunos, funcionários, etc.); Analisar a contextualização histórica da UE, investigando suas origens, influências e implicações políticas, ideológicas, sociais, econômicas e culturais; Investigar as transformações tecnológicas e suas repercussões na unidade de ensino; Atuar junto ao Responsável pelo Patrimônio da UE, buscando identificar e cadastrar mobiliários, objetos, equipamentos e maquinários de valor histórico; Organizar e promover eventos, como: seminários e exposições voltados à preservação da memória da unidade de ensino; Organizar uma hemeroteca com notícias de jornais e revistas sobre a unidade de ensino; Coletar e organizar arquivo fotográfico e audiovisual relativos às aulas, exposições curriculares, feiras técnicas, seminários, formaturas, entre outros; Coletar e organizar um banco de história oral a partir de depoimentos de ex-alunos, ex-professores, ex-diretores/coordenadores e demais profissionais; Coletar e organizar um acervo de materiais didáticos relativos às disciplinas e aos professores, como: livros, diários, apostilas, fichas, cadernos, apontamentos, entre outros; Coletar e organizar acervo referente aos alunos: documentação do grêmio, cadernos, fotografias, convites de formatura, diplomas, carteiras estudantis, etc. Coletar e organizar o acervo dos projetos desenvolvidos por alunos e professores que foram apresentados e/ou premiados em feiras e exposições; Proporcionar condições de conservação ao acervo coletado compatíveis com as normas adequadas em termos de higienização e acondicionamento; Montar exposições abertas à visitação pública com o material coletado, (p. 15).

Como disposto no Regimento da FAETEC, o Centro de Memória das unidades escolares tem por objetivo principal preservar e conservar o patrimônio da escola como seu acervo histórico, arquivo escolar, suas fotografias, seus mobiliários, objetos entre outros.

Segundo o citado Regimento, “entende-se por acervo histórico escolar”:

Arquivos escolares, legislação, documentos oficiais, mobiliário, equipamentos, memórias de docentes, funcionários e ex-alunos recuperadas através de entrevistas e questionários, livros didáticos, diários de classe, currículo e programa das disciplinas, cadernos dos alunos, materiais didáticos, jornais da época, fotografias e demais

fontes que tratadas e preservadas constituirão o acervo da memória dessa instituição escolar (2013, p.14).

É necessário observar que esta pesquisa de mestrado também se uniu a uma das competências do CMHL, considerando que a autora, para contextualizar historicamente esta instituição educacional, investigando sua criação e seus primeiros oito anos, coletou, identificou e organizou as fontes documentais e depoimento de ex-aluno do período de 1923 a 1930.

Como um dos objetivos do CMHL é investigar as origens da instituição escolar na tentativa de (re)construir sua história e otimizar suas memórias a partir dos documentos encontrados na instituição, esta dissertação, como já dissemos na introdução, se inclui em tal papel ao pesquisar a história da Escola Profissional Washington Luís, como fez Isabella Gaze ao investigar em sua dissertação de mestrado outra escola centenária da rede FAETEC, a Escola Profissional Visconde de Mauá.

Como metodologia de trabalho, a equipe do Centro de Memória HL tem se empenhado em organizar os documentos acumulados no arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, a fim de identificar aqueles que possibilitem (re)construir a história da escola, como atas de conselho de classe, conteúdos programáticos, decretos, relatórios, dossiês de alunos entre outros, que compõem as primeiras décadas da escola<sup>21</sup>. Neste sentido, a equipe vem realizando ao longo dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 a identificação e separação dos dossiês dos alunos das décadas de 1920 e 1930, a fim de higienizá-los e reorganizá-los por ordem cronológica<sup>22</sup>. Assim, como integrante dessa

---

<sup>21</sup> Destacamos que em 2014 a Fundação de Apoio à Escola Técnica, por meio do Centro de Memória Geral, proporcionou um curso de capacitação em Higienização, Pequenos Reparos e Conservação Básica de Documentos em Papel com duração de dois meses, no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ), para os funcionários do Centro de Memória e da Secretaria Escolar. Como resultado desta participação, a bibliotecária da Escola, também integrante da equipe do CMHL, higienizou cerca de 200 documentos, entre eles dossiês de alunos de 1920 a 1950, decretos e ofícios. Os documentos higienizados foram acondicionados e separados em pastas com o ph neutro dos outros documentos não higienizados, de modo que eles não se contaminassem e para sua melhor conservação. Por higienização, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), entende-se: “retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos, com vistas à preservação dos documentos” (p.103).

<sup>22</sup> Os dossiês de alunos são organizados no Arquivo da Escola por ordem alfabética. Em 2013, o projeto: “Centro de Memória Henrique Lage: uma fonte valiosa para a História da Educação no Estado do Rio de Janeiro”, da professora de filosofia e pesquisadora integrante da equipe do CMHL, Yara Will, foi contemplado com duas bolsas Jovens Talentos da FAPERJ. Por meio deste projeto, esses alunos têm auxiliado na organização do acervo do arquivo escolar. Esses bolsistas Jovens Talentos da FAPERJ, passam por uma seleção que consiste na realização de uma redação que geralmente tem como foco a preservação, conservação dos documentos, memória e patrimônio escolar, e por uma entrevista. Esta seleção é de responsabilidade do coordenador da disciplina de história da escola. É selecionado o aluno que esteja no 2º

equipe, a autora desta dissertação, ao realizar tal metodologia enquanto pesquisadora do CMHL, favoreceu o trabalho do Centro e seu próprio trabalho de investigação, considerando estes os dossiês localizados no Arquivo da instituição escolar.

O CMHL tem ainda como atribuição “coletar e organizar o arquivo fotográfico e audiovisual relativos às aulas, exposições curriculares, feiras técnicas, seminários, formaturas, entre outros” (REGIMENTO, p.15). O acervo fotográfico é constituído por cinco álbuns de capa dura com fotografias que contemplam cerca de seus 70 anos de história, e diversas outras fotografias avulsas. Além desses álbuns, foi doado pela Banda da Escola seu acervo fotográfico desde sua criação até os dias atuais, com cerca de 200 imagens da Escola. Nele encontramos imagens do período em que era Escola Profissional Washington Luís e que “nos permitem testemunhar o passado e nelas visualizar momentos marcantes da história do colégio, fornecendo um rico testemunho do dia-a-dia escolar” (FURTADO, 2011, p. 156).

Embora nesta dissertação utilizemos a fotografia como ilustração, cabe dizer que a fotografia tem uma poderosa função de atrair a atenção para aqueles que a olham ou observam. Entendemos que diferente de um documento escrito, a fotografia exerce um poder de atração, como se fosse um metal atraído por um ímã, entre as pessoas. Exemplo disso são as pessoas quando folheiam um livro ou um jornal: em sua maioria, uma das primeiras informações visualizadas ou captadas são as imagens presentes, para após, se for de interesse, ler sobre o que está sendo informado ou descrito. Por meio desse exemplo, temos a fotografia como um documento construído que é capaz de visualizar o ontem, fazendo-nos conhecer ou recordar um passado que foi construído pelos seus sujeitos e fotógrafos<sup>23</sup>.

---

ano do Ensino Médio, independente do curso que estejam cursando. Não pode ter nenhuma pendência de disciplina. No mesmo ano, o Centro iniciou uma parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI) da Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), para o desenvolvimento do projeto intitulado “História, memória e preservação documental: contribuição para a história da educação profissional a partir dos arquivos escolares da Escola Técnica Estadual Henrique Lage”. Além dos trabalhos realizados no arquivo da Escola, está sendo produzido, ao longo do ano de 2015 e 2016, um documentário acerca da história da escola.

<sup>23</sup> Sobre o uso da fotografia como fonte indicamos a Tese de Doutorado de Nailda Marinho da Costa Bonato (2003), intitulada: “A Escola Profissional para o Sexo Feminino através da imagem fotográfica”, disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000317311>. Acessado em maio de 2015.

Abordamos acerca das atribuições e atividades do Centro de Memória da FAETEC e do Centro de Memória Henrique Lage, por constituírem seus acervos espaço de consulta para a construção deste trabalho dissertativo e responsável por “coletar, identificar, organizar e analisar fontes documentais e iconográficas” (REGIMENTO, 2013, p.15), produzidas e acumuladas pela Escola e que constituem parte da memória também encontrada no arquivo escolar.

Além da consulta e busca aos acervos acima identificados, nesta investigação, como metodologia de pesquisa tanto para o CMHL quanto para esta dissertação de mestrado, realizamos uma entrevista semiestruturada com Luis Antônio Pimentel, um ex-aluno e ex-professor da Escola Profissional Washington Luis. Segundo Minayo, a entrevista, “é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. (...). Ela tem por objetivo construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa (...)” (2009, p.64). Portanto o produto dessa entrevista se tornou uma fonte primordial na construção deste trabalho, pois constituiu informações pertinentes e únicas para a história da Escola Profissional Washington Luis.

Nas seções que se seguem, apresentaremos o arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, a busca em outros acervos e a entrevista com o ex-aluno e professor Luis Antonio Pimentel.

### **1.1.3 O Arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage: potenciais, limites e viabilidades para a pesquisa.**

Para a construção desta dissertação, pesquisamos no arquivo da escola ETEHL entendendo o seu acervo como primordial<sup>24</sup> e de grande desafio devido às condições de organização, preservação, conservação e acondicionamento da documentação, apesar de ter ocorrido de forma privilegiada por ser a pesquisadora uma funcionária da Escola.

A partir da Lei 8.159/1999 sobre arquivo público e privado, Medeiros define arquivo escolar como “um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas

---

<sup>24</sup> “É aquela que contém uma informação de testemunha direta dos fatos”. Por fonte secundária entende-se: “É a que contém uma informação colhida por intermédio de terceiro” (RODRIGUES *apud* BONATO, 2002, p.3).

públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou a natureza dos documentos (2003, p.99)<sup>25</sup>”.

A Deliberação CEE nº239/1999, que trata sobre o arquivamento dos documentos escolares em instituições de educação básica do sistema estadual do Rio de Janeiro, afirma que: “o arquivo escolar, deve estar permanentemente em condições de fácil acesso e pronta consulta pela própria administração da instituição e pelos agentes de inspeção do Poder Público” (MANUAL DE SECRETARIA ESCOLAR, 2014, p. 4,). Esta Deliberação define também arquivo escolar como:

o conjunto, rigorosamente organizado, de documentos e informações que comprovem, inequivocamente, a identidade e os fatos relativos à escolaridade de cada aluno e do conjunto de alunos da instituição escolar e evidenciem, ao mesmo tempo, os aspectos de organização e ação da escola referentes ao processo de educação e ensino vivenciado pelos alunos, ao longo de todo o período de funcionamento da instituição (Deliberação CEE nº239/1999, art.1º).

O Manual de Secretaria Escolar do ano de 2014<sup>26</sup>, adotado no curso sobre arquivos escolares, oferecido pela Rede FAETEC<sup>27</sup> para funcionários de secretarias escolares, apresenta resumidamente a rotina de uma secretaria escolar quanto à preservação documental, descarte, entrega de documentos aos alunos, entre outras situações, sendo um documento administrativo.

O arquivo escolar, segundo o Manual (2014, p. 6-7), é composto pelos seguintes documentos escolares, que fazem parte da pasta individual do aluno ou dossiê de aluno: ficha de matrícula, cópia da certidão de nascimento, cópia da carteira de identidade, CPF (aluno e responsável), histórico escolar do Ensino Fundamental, comprovante de residência, cópia da matriz de ingresso do aluno, ficha individual por etapa e ficha de estágio.

---

<sup>25</sup> Mediante a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (art.1º). Como o dever do Poder Público é a gestão documental dos arquivos, eles se apresentam como instrumentos de desenvolvimento científico e elementos de prova.

<sup>26</sup> O Manual de Secretaria escolar não apresenta indicação de autoria.

<sup>27</sup> O Regimento que norteia as escolas da Rede FAETEC tem por finalidade informar os direitos e deveres dos funcionários, suas atribuições divididas por cargos, as atribuições de cada setor da escola e suas finalidades. Sobre os Arquivos Escolares consta que é de responsabilidade da secretaria.

Além da pasta individual do aluno, cuja guarda é de responsabilidade da secretaria escolar, no arquivo da escola também há livro de ata de resultados finais; livro de ata de dependência, livro de ata de conselhos de classe, livro de registro de certificados/diplomas, arquivo digital de matrícula, modelos de formulários e declarações diversos, arquivo de legislação, certificados, históricos escolares, requerimentos e boletins, arquivo de publicação em Diário Oficial dos alunos concluintes, pasta de termo de visita da Inspeção Escolar, livro de protocolo para documentos emitidos, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, livro de atas de reuniões, editais de ingressos, livro de ocorrências diárias, arquivo de documentos expedidos e recebidos.

Se tais documentos pertencentes ao arquivo escolar são valiosos pelas suas informações pedagógicas e administrativas sobre a instituição, também se constituem como memórias da instituição e dos sujeitos que passaram por ela<sup>28</sup>. Portanto é importante que a preservação<sup>29</sup> da documentação do arquivo escolar seja iniciada desde sua fase corrente, nos arquivos de secretaria para que ao longo do tempo não seja “comido pelos vermes” ou acumulado em um “arquivo morto”, sendo esta até hoje uma velha e incorreta denominação para a documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade e descartável” (BONATO, 2005, p. 206).

Potenciais, limites e viabilidades para a pesquisa é o que encontramos no arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, de responsabilidade da secretaria da escola, porém local de pesquisa da equipe do CMHL. Este arquivo, consultado para esta pesquisa de mestrado, se localiza em uma sala com um bom espaço físico e possui documentos em fase corrente, intermediária e permanente<sup>30</sup>, acondicionados e armazenados em armários/

---

<sup>28</sup> “Se o estudante e o professor, referências da comunidade escolar, perceberem a importância dessa documentação como memória da escola, provavelmente ajudarão na sua preservação e compreenderão a importância da gestão documental e da implantação do “arquivo permanente” dentro das condições existentes” (BONATO, 2005, p. 26).

<sup>29</sup> De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, se entende por preservação a “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (2005, p. 135).

<sup>30</sup> No texto “Memória da Educação: preservação de arquivos escolares”, Bonato (2000) explica a Teoria das Três Idades dos arquivos, afirmando que o, “**Arquivo Corrente** ou de **primeira idade**, constituído de documentos em curso e consultados frequentemente. De natureza administrativa, atendem às necessidades imediatas para as quais foram produzidos e por isso se conservam junto aos órgãos produtores; **arquivo intermediário** ou de **segunda idade**, nos quais os documentos não são mais consultados tão frequentemente, porém, ainda, podem ser solicitados para retomada de alguma questão pelo órgão que os produziu. Já foram avaliados e aguardam destinação final de acordo com a Tabela de Temporalidade dos Documentos; **arquivo permanente** ou de **terceira idade**, constituído de documentos que perderam todo o valor de natureza administrativa, mas que se conservam definitivamente em razão de seu valor histórico ou

arquivos com quatro gavetas em aço oxidados, com bastante tempo de uso, além de três armários também de aço. Possui pouca ventilação externa, sendo de grande incômodo o cheiro de mofo, além de muito empoeirado<sup>31</sup>.

Para ilustrar essa situação, Bonato (2000) recorre a José Saramago que na obra *Todos os Nomes*, nos apresenta o Sr. José, funcionário da Conservatória Geral de Registro Civil. Na tentativa de encontrar a fotografia da mulher desconhecida, ex-aluna da escola, esse personagem vasculhou um arquivo escolar, em condições precárias, assim descrito:

Abrir uma caixa, desatar um laço, cada movimento que fazia levantava uma nuvem de pó, a tal ponto que, para não acabar asfixiado, teve de atar o lenço sobre o nariz e a boca, um processo preventivo que os auxiliares de escrita eram aconselhados a seguir cada vez que tinham de ir ao arquivo ... (SARAMAGO *apud* BONATO, 2000, p. 5).

Podemos comparar a busca inicial de documentos no arquivo da Escola Henrique Lage ao “sofrimento” a que foi submetido o Sr. José. A cada gaveta aberta e averiguada, a cada procura para o levantamento de documentos, era uma nuvem de poeira que subia, juntamente com o cheiro de mofo, constituindo-se um trabalho dificultoso, uma barreira neste processo da pesquisa, em meio a fungos, traças e poeira. Por esse caso semelhante, de precariedade dos documentos e do local do arquivo escolar, é que o arquivo da escola teve que ser limpo e otimizado, para facilitar a permanência da pesquisadora desta dissertação. Ressaltando que a tarefa faz parte de uma das atribuições do Centro de Memória da Escola. Mesmo utilizando máscaras, luvas e jalecos para a proteção, apresentamos dificuldade respiratória e alergia.

Por isso, foi necessário durante a permanência na sala do arquivo da Escola, traçar outros rumos de trabalho, para então dar continuidade às pesquisas documentais.

Para utilizar seus documentos, como fontes nesta pesquisa, foi necessário efetuar um trabalho de reorganização e identificação dos documentos do qual falaremos adiante.

---

probatório, de acordo com a avaliação documental” (BONATO, 2000, p. 47, grifos nossos). Como se pode observar, os arquivos passam por três estágios de evolução. Assim a preservação do documento deve começar logo no momento da elaboração e no arquivo corrente, não existindo desta forma o “arquivo morto” e sim arquivo em constante otimização.

<sup>31</sup> O rastrear das fontes no arquivo foi motivo de muitas alergias e dores na coluna, devido às condições em que a sala se encontrava, apesar de terem sido utilizadas máscaras, luvas e jalecos, para proteção

O processo de (re)organização incluiu a identificação e classificação dos documentos, dividindo-os de acordo com a estrutura organizacional da escola, bem como pela tipologia/espécie dos documentos<sup>32</sup>, o que facilitou a pesquisa para a realização deste trabalho de mestrado.

Antes do início da higienização e organização desta pesquisa, o arquivo da escola foi fotografado para o registro visual do seu estado de preservação e de conservação insatisfatória. A utilização das imagens como forma de sensibilizar o olhar do outro e principalmente das autoridades competentes sobre as condições apresentadas, é importante:

O impacto visual visa sensibilizar “o olhar” das autoridades competentes em torno da necessidade de se instituir urgentemente uma política efetiva de preservação dos arquivos escolares para que não se apague a memória documental da educação e consequentemente a possibilidade de se (re) fazer sua história (BONATO, 2002, p. 2).

Para ilustrar o que dissemos, fotografamos<sup>33</sup> o local onde se encontra o arquivo da escola antes de 2014, com autorização da FAETEC:

---

<sup>32</sup> A intenção do Centro de Memória HL é organizar os dossiês de alunos das décadas de 1920 e 1930 (inicialmente) tendo como Fundo Arquivístico os nomes que a escola teve.

<sup>33</sup> Todas as imagens do arquivo são de autoria da pesquisadora.



**Imagem I:** Parte da sala do arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, composta por arquivos de aço, que se encontravam sem capacidade para armazenar mais dossiês de alunos.



**Imagem II:** O canto do arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, com diários de classe amontoados.



**Imagem III:** Sala anexa ao arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage. Local de guarda de grande parte das atas de resultados finais de notas dos anos letivos, decretos etc.

No final do ano de 2014, a equipe do CMHL otimizou o espaço físico, limpando e organizando o arquivo da escola, acondicionando os diários de classe que se encontravam no chão, ficando a sala com melhores condições de acesso para a pesquisa. Abaixo, imagens fotográficas após trabalho de reorganização e limpeza da documentação.



**Imagem IV:** Parte da sala do Arquivo onde se localizavam os diários.



**Imagem V:** O arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage após ser reorganizado e limpo.

No trabalho de pesquisa com acervo, de imediato como metodologia, realizamos um levantamento e identificação documental de interesse da pesquisa, o que gerou longos

meses de trabalho. Com isso, foram localizados alguns ofícios e decretos das décadas de 1920 e 1930 e dossiês do período de 1925 a 1930.

O trabalho no arquivo nos consumiu longos meses. Foram 74 arquivos de aço com quatro gavetas, portanto 296 gavetas abertas à procura da documentação desejada. Por isso, para a coleta das informações elaboramos uma ficha de identificação do dossiê de alunos, com os seguintes campos (Ficha I): nome do aluno, idade de ingresso, ano de ingresso, filiação, endereço, nome da escola, escola de origem, pedido de matrícula, documentos pessoais (se havia no dossiê algum documento do aluno), documentação encontrada (quais são os documentos que encontramos no dossiê), religião declarada, cor, caixa escolar (se consta o valor), quantidade de documentos, curso (cursos que frequentaram), ofício de formação, atestado médico, atestado de vacina, séries cursada (na escola), anos na escola, conclusão do curso, ano de conclusão, observações (caso houvesse algo extra). No total, foram 175 dossiês analisados e fichas preenchidas. Essas fichas foram organizadas em ordem cronológica, de 1925 a 1930, facilitando o trabalho de análise.

<b>Ficha I: Ficha de Identificação dos Dossiês de Alunos</b>
--

**Ficha de Identificação dos Dossiês de Alunos**

Nome do Aluno

Idade de Ingresso

Ano de Ingresso

Filiação

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Endereço

Nome da Escola

Escola Profissional Washington Luís

Escola do Trabalho do Rio de Janeiro

Pegou a Transição

Escola de Origem

Pedido de Matrícula

Sim  Não Outro:

Documentos Pessoais

Documentação Encontrada

Religião Declarada

Cor

Caixa Escola- Valor

Quantidade de Documentos

Curso

Primário de adaptação  Pré-profissional

Profissional  Pré-vocacional

Admissional  Vestibular

Ofício de Formação	
Possui Atestado de Saúde	( ) Sim ( ) Não Qtd. _____
Atestado de Vacina	( ) Sim ( ) Não
Séries Cursadas	
Anos na Escola	
Conclusão do Curso	( ) Sim ( ) Não
Ano de Conclusão	
Observações	

O procedimento foi necessário devido à organização dos dossiês dos alunos que está em ordem alfabética, atendendo às necessidades da secretaria da escola. Se a organização do arquivo em ordem alfabética é um tipo de arranjo arquivístico adequado e viável para a secretaria da escola, para esta pesquisa tal modelo foi penoso por causa do período da investigação, 1923 a 1931. É importante tal sinalização, pois reconhecemos que a função imediata daquele arquivo escolar é atender à demanda da secretaria, não sendo este pensado para pesquisas científicas<sup>34</sup>.

Devido a este método de arquivamento, encontramos em uma mesma gaveta um dossiê de aluno do ano de 2013 junto com outro de 1930, tendo em vista que em cada gaveta há alunos das nove décadas de existência da instituição. Considerando que o acervo não passou pelo processo de avaliação documental, tivemos que olhar dentro de

---

<sup>34</sup> Devido à dificuldade provocada pelo arranjo alfabético para a pesquisa científica, o Centro de Memória tem atuado enquanto setor da escola, buscando otimizar o arquivo para futuras pesquisas sobre a instituição escolar.

cada gaveta, em cada dossiê, para encontrar os de 1923 a 1930, de interesse desta pesquisa de mestrado.

Cada dossiê de aluno encontrado e lido nos remeteu a uma memória individual e coletiva da escola, de um passado “esquecido” e “gritando” para ser ouvido. Rastrear seus indícios como os selos, as tintas, o papel, os timbres da escola, entre outras coisas mais, nos permitiram olhar além daquele simples papel “velho”.

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não todas, é claro. Mas também não só memória, mas memórias. Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial (MEDEIROS 2003, p. 6).

Em meio ao anseio pela demora e dias passados buscando, de forma sistemática, algum dossiê de aluno do período de 1923 a 1930, encontramos no final da primeira gaveta, na letra A, o primeiro de interesse desta pesquisa, mostrando-nos ali as memórias daquela instituição. Essas memórias que serão encontradas nesses documentos nos permitirão “construir meios de democratização de pesquisa e formulação do conhecimento”, conforme Medeiros abaixo:

O pesquisador de História da Educação poderá, como grande interessado que é, envolver-se na luta para que seu direito de acesso aos documentos e aos arquivos seja assegurado. Isso significa que os arquivos sejam organizados, possuam pessoal e material adequado ao desempenho de suas finalidades, que possuam catálogos, meios de conservação e sistema de classificação. A luta interessa a toda a sociedade e significa construir meios de democratização de pesquisa e formulação do conhecimento. (...). Não se trata do acesso “permitido” a um ou a alguns pesquisadores, mas o acesso garantido à comunidade, de forma adequada (MEDEIROS, 2003, p. 11).

Essa formulação do conhecimento por meio da democratização da pesquisa e da conservação dos acervos e acondicionamento dos documentos tem sido nossa preocupação enquanto pesquisadora, indo além da produção deste trabalho, a fim de democratizar o conhecimento da história, reconstruída por nós da Escola Washington Luís. Mediante esse fato, além do acervo da escola, foi necessária a consulta a outros acervos como o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

## 1.2 Outros Acervos Consultados: a Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Para a realização desta pesquisa, consultamos ainda a Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN). Nesse sentido, como outra fonte, utilizamos os impressos, mais especificamente para dialogar com as demais fontes, cruzando informações e descobrindo novos elementos, ampliando, assim, o leque de possibilidades de um estudo e análise mais aprofundada para a (re)construção da história da Escola Profissional Washington Luís.

Isso não implica num abandono da documentação oficial ou das fontes teóricas utilizadas na investigação, mas significa dizer que essas fontes foram enriquecidas, permitindo recuperar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas pelos homens numa determinada época, tanto em nível nacional, como regional e local (MÁXIMO; COSTA; GONÇALVES NETO, 2002, p.25).

Com isso, os impressos como jornais e revistas utilizados são abordados também como documento e como tal são tidos como veículos de informações duvidosos e não neutros, porém com um rico potencial para apontar relações estabelecidas pelos sujeitos, mesmo que de forma intencional. De acordo com Nóvoa (2002), os impressos constituem um retrato de um tempo, dando significado a este tempo, ao tempo passado.

Na verdade, é difícil um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias que tem marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os actores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades. (...). As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do quotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam (NÓVOA, 2002, p. 30-31).

Ao nos permitir leituras que outras fontes não nos fornecem, ao nos informar acerca daquele tempo “presente”, com suas tensões e permeado de intenções, os periódicos/impressos nos apontam revelações essenciais, principalmente para o campo da educação. Como qualquer outra fonte, cabe ao pesquisador interrogá-la e fazer sua crítica e ponderações, pois nos permite uma visão da experiência cotidiana. A imprensa escrita assume seu projeto de formar opiniões, sendo tendenciosa de acordo com sua linha editorial.

A imprensa permite ampla visão da experiência cotidiana: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (VIEIRA, 2007, p. 13).

Por isso, devido às diferentes visões de mundo que encontramos na imprensa escrita, é necessário que o pesquisador tenha cuidado ao utilizar essa fonte, assim como qualquer outra. É importante fazer o uso dos jornais e revistas dialogando com outras fontes e contextualizando-as, entendendo-as de acordo com a sua época, sua visão política, cultural e econômica. Por isso,

O jornal, entendido como potente mecanismo de produção de memória, deve ser problematizado de tal forma que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para a ação social (VIEIRA, 2007, p. 14).

Como um potente recurso de produção de memória, o impresso, por trazer informações do cotidiano, possui como ferramenta em diferentes épocas trazer “ ‘vozes’ de quem tem dificuldade em se fazer ouvir noutros espaços sociais, tais como a academia ou o livro impresso” (NÓVOA, 2002, p.11). Construir conhecimento no campo educativo a partir do uso de impressos e de suas memórias se faz como um instrumento privilegiado de pesquisa, pois,

De facto, a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e jovens. A imprensa constitui uma das melhores ilustrações de extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo (NÓVOA, 2002, p. 13).

Com isso, na tentativa de atravessar o campo educativo com o projeto de ensino profissional, vivenciado na Escola Profissional Washington Luís, para este trabalho foi utilizada a plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional na qual realizamos

uma busca através do nome da escola, sendo localizados 27 diferentes tipos de jornais, com 130 reportagens sobre escola, dando-nos a opção de restringir pela localidade do jornal, no caso específico, Rio de Janeiro. Após a busca destas reportagens, a melhor forma de trabalho encontrada foi separar os jornais por ano, tendo, assim, uma melhor compreensão no diálogo com as fontes e na (re)construção da história da escola.

Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, também foi feita uma busca pelo nome do diretor da escola, o Sr. Amerino Wanick, encontrado em 16 jornais, num total de 89 reportagens, sendo muitas delas a mesma reportagem quando buscamos pelo nome da escola. Ainda localizamos os Relatórios dos Presidentes dos Estados, na mesma plataforma digital.

Ao analisar os impressos, foi possível traduzir de forma “quente”, nas palavras de Nóvoa (2002), a cultura, os sujeitos, o funcionamento, enfim, o ideal da escola, bem como os anseios educacionais presentes no início da República. Compreendendo, assim, a trajetória da Escola Profissional Washington Luís, a qual, “contribui para uma reflexão da educação, considerando não só grandes nomes e decisões, mas também as pequenas iniciativas que foram sendo tomadas no interior do espaço educacional” (MÁXIMO; COSTA; GONÇALVES NETO, 2002, p.25).

Por fim, na tentativa de compreendermos “as pequenas iniciativas que foram sendo tomadas no interior do espaço educacional”, realizamos uma entrevista semiestruturada com um ex-aluno e professor da Escola Profissional Washington Luís, a fim de que a partir de suas memórias consigamos otimizar a (re) construção da história desta instituição escolar, **“selecionando acontecimentos e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou” (ALBERTI, 2004, p. 14).**

### **1.3 Entrevista com Luis Antonio Pimentel: A memória de um ex-aluno e professor**

O trabalho com a memória escolar pelo viés da história oral como fonte tem se mostrado com maior relevância para a história da educação nas duas últimas décadas, apesar de ser ainda desafiador para o pesquisador, pois não pode ser entendido como um dado definitivo e acabado. Marieta Ferreira e Reato Franco analisam que:

Este modelo de História estabelecia também uma desconfiança em relação ao estudo dos períodos recentes, definindo por alguns historiadores com História do Tempo Presente. Esse tipo de história, tendo como característica básica a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos, não usufruía sua legitimidade (2013, p. 17).

Com a ampliação do conceito de documento, pela recuperação do vivido, concebido por quem viveu, a história oral começa a ter seu espaço, apesar de ainda ser considerada por alguns historiadores como duvidosa e polêmica, gerando amplos debates<sup>35</sup>, principalmente no que concerne à “história do tempo presente”.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação a história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1990, p.5).

“A recuperação do vivido concebido por quem viveu” não se faz importante pela informação que pode ser inédita ou não sobre um determinado assunto transmitido pelo entrevistado, mas torna-se peculiar por suas memórias e marcas que um coletivo deixou.

Caminhando com Delgado (2010) em relação à história oral como procedimento metodológico, é que entrevistamos Luis Antonio Pimentel. Essa autora entende que:

A história oral é **um procedimento metodológico** que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, **através das narrativas** induzidas e estimuladas, **testemunhos**, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento de história vivida, mas sim, **o registro de depoimentos sobre a história vivida** (DELGADO, 2010, pp. 15- 16, grifos nosso).

Assim, o registro do depoimento de Luis Antônio Pimentel passou a ser nosso produto de análise, uma fonte que consideramos primária por trazer evidências e

---

<sup>35</sup> Ver Diana Vidal. *A fonte oral e a pesquisa em História da educação*: algumas considerações. Educação em Revista, Belo Horizonte, nº 27, jul/98. Também é apresentada essa discussão em: Rodolfo Fiorucci. *História oral, Memória e História*. Revista História e Reflexão: vol. 4, n 8- UFGD- Dourados jul/dez 2010.

informações sobre a escola a partir de suas memórias como aluno e depois professor. Concordando com Delgado, quando afirma que “a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva” (DELGADO, 2010, p.18), como foi o caso de nosso entrevistado.

O uso da história oral como metodologia para se traçarem as representações e acontecimentos do passado, principalmente quando se analisa a história de uma instituição escolar, é fundamental para pensarmos a construção dessa identidade<sup>36</sup> institucional, mesmo que essa identidade se apresente em constante transformação, porém sua essência será por meio do diálogo com o outro, das histórias de seus sujeitos, enquanto formadores dessa memória institucional.

Memória que estará em permanente construção por meio de seus sujeitos e caminhos a serem percorridos nessa história. Um acervo de lembranças vivas e atualizadas, “não se transformando em exaltação ou crítica pura e simples do que se passou, mas, sim, em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado” (DELGADO, 2010, p. 31).

Portanto, a história oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva. Objetiva a construção de fontes ou documentos que subsidiam pesquisas e/ou formam acervos de centro de documentação e de pesquisa (DELGADO, 2010, p. 18).

No nosso caso, a entrevista concedida por Pimentel em sua base material, além de servir como fonte para elaboração desta dissertação de mestrado, constitui documento do acervo do Centro de Memória Henrique Lage. Com este interesse de investigar e analisar os registros das memórias dos negados e/ou despercebidos, encontramos a possibilidade de nos aproximar mais do vivido, por meio das memórias. Nessa perspectiva, trazida por Ferreira e Franco (2013) e Delgado (2010), é que entrevistamos o ex-aluno e ex-professor

---

<sup>36</sup> Utilizamos o conceito de identidade em Dubar (1998), sendo ela construída institucionalmente como um local de referência na formação do trabalhador. Dubar compreende que há um processo nas formações identitárias, visto que assumimos diversas identidades dentro da sociedade, resultando-o como um processo de socialização, afirmando que “a identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re) construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997, p. 104)

Luis Antônio Pimentel<sup>37</sup>, tendo por interesse registrar a memória de um sujeito, que participou como construtor dessa história institucional, um testemunho vivo, presente no momento de interesse desta pesquisa. Para Delgado, “os sujeitos construtores da História são, enfim, todos que anonimamente ou publicamente deixam sua marca, visível ou invisível no tempo em que vivem, no cotidiano de seus países e também na história da humanidade” (2010, p. 56) e, por que não, no cotidiano das instituições escolares.

O uso da história oral auxilia a registrar os depoimentos sobre o que se viveu, sobre a memória do entrevistado e a partir dela se fazer história. Lozano também se refere à história oral como um procedimento,

destinado à construção de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros” (LOZANO, 2006, p.17).

A partir de leituras realizadas, entendemos por memória a presença do passado, de um passado vivo, que é permeado de lembranças e esquecimentos. Já por história, uma reconstrução desta memória de forma analítica, crítica e textual, por meio de uma operação intelectual (Nora, 1993).

A memória, portanto, entendida como processo em permanente evolução, sendo vida e sempre carregada por grupos vivos, de acordo com Pierre Nora, faz-se como um “fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9). O elo entre o presente e o passado ocorre pelas nossas interpretações. Interpretamos a memória do outro através do olhar que temos hoje, fazendo a reconstrução daquilo que já foi reconstruído pelo sujeito da informação.

Lembremo-nos, portanto, de que a memória, principalmente pelo viés da história oral, pode ter sido vivida ou não pelo sujeito. Como nos auxilia Pollack quando reflete acerca dos elementos constitutivos da memória individual e coletiva:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja,

---

<sup>37</sup> O entrevistador assinou um Termo de Autorização, na qual consentiu que sua fala e imagem fossem publicados neste trabalho.

acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou ou não (POLLACK, 1992, p. 201).

Pollack, baseado em Maurice Halbwachs no livro “A Memória Coletiva<sup>38</sup>”, afirma que a memória, para além de ser um fenômeno individual, deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, “ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLACK, 1992, p. 201).

As lembranças de Pimentel nos ajudaram a reconstruir a memória da instituição escolar onde esteve como aluno e professor, apontando-nos uma memória coletiva. Por mais que ouçamos os relatos da memória que é única do entrevistado, reconhecemo-la como um ponto de vista da memória do coletivo. Ao iniciar seu depoimento com a deposição do presidente Washington Luís, Pimentel, como aluno representando o grupo de alunos de seu tempo, recordou um acontecimento político do coletivo, que interferiu diretamente na denominação e estrutura da escola, “pois, ouvir história de vida é também compartilhar o fazer da História e contribuir para interações entre a experiência pessoal e o fio intrincado da história coletiva” (DELGADO, 2010, p. 20).

A memória é um fenômeno construído pelo fato de não estarmos sós, segundo Halbwachs (1990). Podemos estar sozinhos enquanto pessoa em um determinado lugar, porém naquele lugar existem marcas (casas, imagens, carros etc.) que foram criadas por outras pessoas e nessa criação foi deixado um pouco da identidade de seu criador. Pimentel trouxe para nós memórias/lembranças enquanto membro de um grupo, nesse caso, enquanto membro do grupo de alunos e do grupo de professores, alterando-se conforme cada espaço ocupado por ele.

Quando Halbwachs analisa e define a memória individual e coletiva, ele atesta que a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, porém todas influenciadas pela natureza social.

---

<sup>38</sup> Livro publicado em 1925. É reconhecido como o primeiro livro (publicado em 1925) a analisar e refletir sobre a memória e suas intervenções na vida, por isso o livro ser uma espécie de sociologia da memória coletiva, sendo base para outros principais estudos mais recentes como de Pierre Nora e de Michael Pollack. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAafxBQAL/maurice-halbwachs-a-memoria-coletiva>. Acessado em maio 2015.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante **eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo**. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 1990, p.51, grifos nossos).

Propunha-se então que, a partir desses pontos de vista, de lugares e das influências de natureza social, a memória seria o resultado das relações de hierarquias e de conflitos, principalmente os afetivos, mostrando-nos aparentemente ser algo harmonioso e neutro. A memória nunca se faz neutra, bem como Halbwachs (1990) nos sinaliza, ela é a combinação de influências de natureza social, asseverando sempre o espaço e o tempo. A cada fase da vida em que fazemos apelo às lembranças, elas serão trazidas para nós e a interpretaremos de uma forma diferente, de acordo com nossa leitura de mundo, mostrando-se não de forma isolada e fechada.

Ainda Halbwachs, ao ser a memória permeada de lembrança e esquecimento, define a lembrança como uma “reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 71), corroborando com a ideia de que a memória é mais uma construção do que uma evocação verdadeira. Com isso, como nos orienta Pierre Nora,

A memória é vida, assumida sempre por grupos vivos e, neste aspecto, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de revitalizações repentinas. Por sua vez, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que deixou de ser. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno, enquanto a história é uma representação do passado. A memória brota de um grupo (...). A história pertence a todos e a ninguém, o que lhe confere vocação para o universal. (...) (1984, p. XIX-XX).

Ao saber que a memória possui um caráter dinâmico, sempre em (re)construção, Samuel nos diz: “a memória longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de dados do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica” (1997, p. 44); portanto, ela interage com o meio, tendo com isso suas alterações e também esquecimentos, “o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra” (SAMUEL, 1997, p. 44); assim, o pesquisador tem que estar atento, pois o que se esquece também é valioso.

As lembranças de Pimentel se apresentam como fontes de análise, ajudando a (re)construir a história da Escola Profissional Washington Luís, pois, segundo Joutard, “a história oral, tem mais do que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história diante da memória de testemunhos fragmentados que tem o sentimento de uma experiência única e intransmissível” (JOUTARD, 2000, p.35). Mediante isso, a história é irrigada pela memória, sendo “a memória o lugar onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1984, p.47). Isso posto, ao utilizar a memória, como o “registro de depoimentos sobre a história vivida” (DELGADO, 2010, p. 16), o pesquisador faz sua história, alimentando-se das diferentes memórias que se podem considerar como fonte.

Para além de ser um procedimento metodológico produzindo um conhecimento histórico, o uso da memória pelo viés da história oral decorre das incertezas dos tempos. O depoente utiliza em suas lembranças o tempo passado, porém relata a partir de um tempo presente, tal como ocorreu com Pimentel ao se lembrar de seu tempo passado na escola, narrando a partir do presente.

O pesquisador interpreta essas memórias/ lembranças a partir também do tempo presente, portanto:

Tal constatação não significa que se deva evitar a memória para fazer história ou que o tempo da história seja o da morte das lembranças, mas, antes, que esses dois aspectos dependem de registros diferentes. Em vez de ser um relato de lembranças ou uma tentativa de imaginação para atenuar a ausência de lembranças, fazer história é construir um objeto científico, *historicizá-lo* (...); ora, acima de tudo historicizá-lo consiste em construir sua estrutura temporal, espaçada, manipulável, uma vez que, entre as ciências sociais a dimensão diacrônica é o próprio da história (PROST, 2014, p. 106).

Ao não deixar de utilizar a memória como registro de lembranças, o pesquisador a usa como um caminho para a construção do seu objeto, historicizando-o, atribuindo àquelas lembranças uma nova dimensão e um novo olhar, por meio de um novo *status*, como fonte que auxiliará na construção de uma nova história, a versão do pesquisador, sendo desenvolvida de forma diacrônica, através dos fatos, vestígios e do tempo.

Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção de conhecimento histórico. Traz em si duplo ensinamento: sobre a época **enfocada pelo depoimento– o tempo passado**, e sobre a época na qual o **depoimento foi produzido – o tempo presente**. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades (DELGADO, 2010, p. 16, grifos nossos).

Utilizar a memória por meio dos relatos, a exemplo de uma entrevista, consiste em tornar vivos, através da fala, os acontecimentos considerados pelo entrevistado como significativos do ponto de vista de sua identidade, portanto tornam-se vivas suas experiências<sup>39</sup> por meio de seus relatos e até mesmo ocultações, construindo assim o presente e deixando marcas para o futuro.

Com a intenção de construir as memórias do passado, por meio do depoimento biográfico único, realizamos uma entrevista semiestruturada, combinando “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p.64). De acordo com Delgado, o depoimento biográfico único se refere “a um único personagem histórico, que constituirá a unidade totalizante da pesquisa. É comum que relatos desse tipo originem livros constituídos pelo conjunto do depoimento, acompanhado por fontes iconográficas e documentos escritos” (DELGADO, 2010, p. 22).

A entrevista realizada foi com Luís Antônio Pimentel, de 102 anos de idade, ex-aluno da Escola Profissional Washington Luís. Reveste-se de importância, pois, posteriormente foi professor da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, denominação

---

<sup>39</sup> O conceito de experiência está sendo utilizado segundo Bondía em *Notas sobre a experiência e o saber de experiência* disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acessado em maio 2015. O autor usa experiência como tudo aquilo que nos toca, que nos acontece, que nos sente, muitas coisas acontecem e passam, porém, poucas coisas nos acontecem, nos passam ou nos tocam. Por isso utilizar o conceito de experiência interligado a memória, pois lembramos aquilo que nos tocou, que nos aconteceu, que nos foi julgado naquele momento como importante para nós.

posterior da Escola Profissional Washington Luís, em 1931. Esta entrevista foi realizada logo no início desta pesquisa devido à idade do entrevistado, 102 anos no ano da entrevista<sup>40</sup>. Seguindo as orientações de Delgado que:

Convém, com base na definição do perfil dos entrevistados e também da amostragem, **começar as entrevistas pelas pessoas mais idosas**, ou por aquelas de maior relevância no processo histórico e social pesquisado, de acordo com os objetivos definidos pelo projeto de pesquisa (2010, p. 24, grifos nossos).

Para a entrevista, elaboramos um roteiro que continha a síntese das questões levantadas durante a pesquisa documental e bibliográfica. Para Delgado, a preparação do roteiro “constitui instrumento fundamental das atividades subsequentes, além de sistematizar informações, articulando-as com os problemas e questões que motivaram a pesquisa” (2010, p.26).

A partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas, Pimentel voltou ao seu tempo de aluno e professor, da instituição, ou seja, em momentos distintos, ressignificando suas lembranças, tendo em vista que recordou datas, nomes dos professores, currículo, modelo pedagógico, ambientes da escola, seus colegas de classe, etc. Com isso,

Entre os muitos desafios da história oral, destacam-se, portanto, o da relação entre as múltiplas temporalidades, visto que, em uma entrevista ou depoimento, fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também lembranças a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje (DELGADO, 2010, p. 18).

Em seu relato, Pimentel revelou suas emoções por meio de lembranças que cruzaram o seu tempo passado com o tempo presente. Foi a voz e a memória do ancião que recordou lembranças de seu tempo de criança como aluno e jovem como professor,

---

<sup>40</sup> Um ano após a entrevista, em 06 de maio de 2015, o Sr. Pimentel faleceu, deixando neste trabalho as marcas de suas memórias sobre a Escola Profissional Washington Luis. Então esta dissertação também representa uma homenagem a ele, ao “guardião da memória”, nas palavras de Olga Simson (2003). Pimentel transmitiu de forma prazerosa suas vivências enquanto aluno e professor da Escola Profissional Washington Luis e Escola do Trabalho do Rio de Janeiro.

sendo ressignificadas pelas suas emoções como idoso, que rememorou não apenas sua vida passada, porém a de uma instituição e de uma sociedade, a sociedade e instituição de seu tempo e modo, trazendo-nos importantes recordações.

Encontramos Luís Antônio Pimentel por meio de informações propiciadas por uma funcionária da Escola que nos indicou o livro “Luís Antônio Pimentel e a vida cultural na Niterói dos anos 1930” de Ana Paula Almeida, publicado em 2008 pela Editora UFF. Nesse livro, a autora, a partir de entrevistas realizadas com Pimentel, narra sucintamente sua infância e sua trajetória escolar e profissional, traçando relatos sobre a Escola Profissional Washington Luís e posteriormente como professor da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro. O livro apresenta Pimentel “como protagonista fio condutor na busca de retratar o ambiente cultural no Rio de Janeiro e, especialmente, em Niterói durante os primeiros anos da década de 1920” (ALMEIDA, 2008, p. 12).

É importante dizer que anterior à entrevista realizada para esta dissertação, buscamos informações sobre a vida do entrevistado *online*, tendo em vista que ele era uma pessoa conhecida pelas suas realizações enquanto fotógrafo, jornalista e escritor, no município de Niterói.

Ao reativar o diálogo do presente com o passado na tentativa de construir uma história da Escola Profissional Washington Luís, temos consciência de que reconstruí-la é tarefa impossível. Porém compreendê-la por meio da análise de diferentes tipos de fontes se apresentou como um desafio possível. O relato de Pimentel, tecido por meio de lembranças, observações, silêncios e emoções foi fundamental para o diálogo com as demais fontes, como os documentos do arquivo da escola, as imagens fotográficas do acervo do Centro de Memória, os recortes de jornais, entre outros. Esse procedimento foi relevante, considerando que a análise das fontes nos propicia questionar, afirmar e completar informações, trazendo-nos uma maior reflexão acerca da trajetória da escola.

Assim, como potente mecanismo de produção de memória, revelando as múltiplas facetas da escola, as diversas formas de documentos que utilizamos como fontes serão problematizadas. No próximo capítulo buscaremos traçar a trajetória do Ensino Profissional no estado e cidade do Rio de Janeiro, a fim de compreendermos a criação das Escolas Profissionais, mais especificamente a criação da Escola Profissional Washington Luís e o caminho trilhado rumo à formação da Escola do Trabalho.

## *Capítulo II*

### **O Ensino Profissional no Rio de Janeiro na década de 1920**

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil passou por importantes mudanças como a passagem do Império para a República que intensificaram os ideais de modernização e industrialização, tendo a educação como um viés importante para a resolução dos problemas nacionais. Nessa perspectiva, segundo Nagle (2001), debates defendiam a ideia de que a reformulação da educação seria o melhor caminho para solucionar os males do país, introjetando na população os ideais republicanos, como o de formar o homem civilizado, moderno, higiênico e trabalhador.

Ensinar a população a ler, escrever e contar nos moldes modernos era também ensinar a população, mesmo que de forma incipiente, conceitos básicos de higiene, saúde, alimentação, civismo, ética etc. Criar escolas e ter esta população dentro delas eram também, segundo Carvalho, “mecanismos de controle do cotidiano das populações pobres nos grandes centros urbanos” (2011, p.232).

Nesse contexto é que surge a necessidade de implantar, por via do Estado, uma rede de escolas profissionais, existindo até então apenas algumas instituições, em grande parte de iniciativas particulares, voltadas ao ensino de ofícios como o Instituto Profissional Masculino e o Liceu de Artes e Ofícios; bem como a existência das cadeiras de desenho e trabalhos manuais, compondo as disciplinas das escolas primárias.

A criação de escolas profissionais constituiria avançar ainda mais nas propostas modernas e republicanas, pois neste cenário, com o avanço da industrialização, a formação para o trabalho se tornou crucial como modelo e vertente também da transformação do país. Portanto, para além de criar escolas nas quais o objetivo era formar o aluno para ser um cidadão moderno, higiênico e ético, tornou-se preciso criar escolas com uma formação que atrelasse os aspectos do cidadão moderno ao trabalho, atendendo a uma das principais demandas para o crescimento e modernização do país.

Nessa perspectiva, é que neste capítulo abordaremos a trajetória do ensino profissional no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX da República brasileira, a fim de compreendermos a criação dessas escolas, em especial a criação da Escola Profissional Washington Luís em 1923, na cidade de Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Nele trataremos das políticas vigentes sobre o ensino profissional até a criação das escolas profissionais por meio das legislações que “redefiniram ou reformularam” esse ensino no país, no Distrito Federal e, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro.

É importante destacar que a cidade do Rio de Janeiro enquanto capital federal era tida como exemplo para os demais estados federativos. Nesse sentido, os movimentos de renovação educacional que ocorriam no Distrito Federal percorriam também os estados e o país.

## **2.1 A criação de Escolas Profissionais na Primeira República**

A construção do homem trabalhador no Brasil se deu por vários caminhos. Com o fim da escravidão, o país foi obrigado a pensar e iniciar uma nova forma de organização do trabalho, desta vez livre e tendo grande influência da política migratória. Nessa perspectiva, Fernando de Azevedo elenca os principais acontecimentos do último cartel do século XIX. Para ele:

em nenhuma época do século XIX, depois da Independência, se prepararam e se produziram acontecimentos tão importantes para a vida nacional como no último cartel desse século em que se verificou o primeiro surto industrial, se estabeleceu uma política migratória, se aboliu o regime da escravidão, se iniciou a organização do trabalho livre e se inaugurou, com a queda do Império, a experiência de um novo Regime Político (AZEVEDO, 1964, p. 430).

Mudanças de ordem econômica também se intensificaram por conta da primeira etapa da Revolução Industrial ocorrida entre 1760 a 1860 na Inglaterra e da segunda etapa desta Revolução, que da Inglaterra se espalhou para diversos outros países, entre os anos de 1860 a 1900. A substituição do trabalho artesanal e manufatureiro pelas máquinas fez alterar a estrutura econômica de diversos países, dentre eles o Brasil.

Com o fim da escravidão em 1888, as classes dirigentes brasileiras sentiram a necessidade de fazer na sociedade ajustes de ordem econômica, cultural, educacional etc. Entre estes, a redefinição do trabalho seria um dos principais, tendo em vista que o trabalho e a mão de obra não seriam mais tarefas impostas pelo senhor a seu escravo, mas, sim, uma atividade assalariada. Com isso, o que se entendia por trabalho também teria que ser modificado, agora não mais de forma escrava, mas, sim, livre, na qual se atribuíam um valor em troca do labor do homem.

Logo após, em 1889, com a queda do Império, iniciou-se no país a República, na qual “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos

acontecimentos, assistira a tudo “bestializados”, sem compreender o que se passava (...), crítica de José Murilo de Carvalho (2004, p. 9) a partir de um artigo de Aristides Lobo. Político, jornalista e abolicionista, por meio de um artigo publicado em forma de carta no mesmo dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 1989, no jornal Diário Popular<sup>41</sup>, com o título “Acontecimento Único”, diz ele:

*O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. Pude ver a sangue-frio tudo aquilo (DIÁRIO POPULAR, 1989).*

“Embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação” (CARVALHO, 2004, p.12). José Carvalho diz que não interessou para a discussão dele saber se o povo participou ou não da Proclamação da República, mas o interessou o fato de observar o que ocorreu com esse processo de mudança do regime político brasileiro.

Para José Murilo de Carvalho, as ideias, em sua maioria importadas da “Europa”, mesmo que de forma confusa, foram significativas para a constituição do cidadão republicano brasileiro, provocando mudanças estruturais no país.

Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes, eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica. (...). Contudo, seria enganoso descartar as ideias da época como simples desorientação. Tudo era, sem dúvida, um pouco louco. Mas havia a lógica na loucura, como podemos verificar no exame do problema da cidadania (CARVALHO, 2004, p. 42).

A entrada da República, no pensamento de Anísio Teixeira (1976), “um movimento incruento e em essência pacífico”, como forma de governo no Brasil, influenciada por vários ideais, fez com que a população não entendesse o que estava ocorrendo. Anísio Teixeira em seu livro *Educação no Brasil*, assim se expressa:

---

<sup>41</sup> Não conseguimos dados para elaborar o verbete deste jornal em tempo desta pesquisa.

Com a abolição dos escravos, no último cartel do século XIX, tem a sociedade brasileira sua primeira grande mudança de estrutura. O patriarcal rural do Norte entra em decadência e as sociedades do Sul recebem, com a onda de imigrantes europeus, o elemento novo com que iriam vencer a crise e se fazerem as sociedades atuais do Brasil, afinal em processo de mudança social intensa. O Império é tragado pela voragem da abolição da escravatura e a República é proclamada pelos militares em um movimento incruento e em essência pacífico (TEIXEIRA, 1976, p. 25).

Com o avanço do desenvolvimento industrial no país, alastrou-se a concepção de progresso por meio do trabalho, na qual era preciso pelo novo governo introjetar na população as ideologias republicanas que se baseavam prioritariamente na exaltação da pátria, alterando com isso a concepção de cidadão, agora tendo que se tornar moderno, civilizado, higiênico e trabalhador.

O industrialismo consistia na atribuição à indústria de sinônimo de progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização. Seus adeptos esperavam que a indústria conduzisse o Brasil ao nível das nações civilizadas, pois ela levaria o país a possuir aqueles atributos, próprios dos países da Europa e dos Estados Unidos. Só a indústria poderia resolver os problemas econômicos que afligiam o Brasil, pois só ela seria capaz de propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, estabilizar a economia e levar ao progresso (CUNHA, 2005, p. 14-5).

O entendimento vigente era que, através do crescimento industrial a partir do início do século XX, o país também cresceria, nessa direção, “ao lado do engrandecimento e progresso da nação, a ideologia do industrialismo que proclamava a defesa do trabalho nacional” (CUNHA, 2005, p.15).

Para haver o crescimento industrial que contribuiria para resolver o problema da questão social, o Brasil precisaria atender prioritariamente a questão da educação, principalmente a profissional, pois através da Escola voltada para a formação do trabalhador é que se desenvolveria o país.

A necessidade de construir um novo homem baseado em seu trabalho, fez surgir a necessidade também de se pensar em como formá-lo voltado para o trabalho com as máquinas, livre e permeado pelos moldes republicanos.

Ainda no Império, foram criadas casas para formação de artífices, sendo o mais importante deste tipo de estabelecimento o “Asilo de Menores Desvalidos, criado na cidade do Rio de Janeiro em 1875” (CUNHA, 2005, p. 3). Neste estabelecimento, era oferecida a instrução primária juntamente como ensino dos ofícios (tipografia, carpintaria, serralheria etc.) aos meninos “desvalidos”. Em 1894, já na República, essa instituição passou a denominar-se Instituto Profissional Masculino, alterando sua configuração assistencialista para uma instituição educacional para ensino profissional<sup>42</sup>.

Bonato, ao traçar uma análise acerca das instituições para o ensino profissional em funcionamento nesse mesmo período na cidade do Rio de Janeiro, destaca o Instituto Profissional Feminino, criado em 1898 e que: “havia também a escola noturna para adultos, para as já constituídas classes operárias, mantida pela Sociedade de Instrução, as aulas no Liceu de Artes e Ofícios (...)” (BONATO, 2003, p.48).

Em modelo semelhante, porém de iniciativa particular, foi criado em 1858, ainda no Império, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, na perspectiva de aperfeiçoar os trabalhadores livres. Por isso,

As iniciativas voltadas para o ensino de ofícios, tanto as do Estado quanto as de entidades privadas, eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser a generalização desse tipo de ensino para os trabalhadores livres condição de: a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados. Esse foi o legado do Império à República no que se refere ao ensino de ofícios manufatureiros (CUNHA, 2005, p.4).

---

<sup>42</sup> De acordo com Maria Zélia de Souza, “o Asilo de Meninos Desvalidos, situado na Chácara dos Macacos em Vila Isabel, um bairro da então Corte Imperial, só viria a ser inaugurado em 14 de março de 1875, 21 anos após a mencionada reforma [Reforma educacional elaborada por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o barão do Bom Retiro, através do decreto n.º 1331 – A, de 17 de fevereiro de 1854]. Em tempos republicanos, o Asilo passa a denominar-se Instituto Profissional (1894-1898), Instituto Profissional Masculino (1898-1910), Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933), Escola Secundária Técnica João Alfredo (1933-1934), Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934-1956). Importante destacar que em 1911, através do decreto n.º 1328, de 12 de junho, extingue-se o regime de internato pela Reforma Álvaro Baptista (Ciavatta, 1993, p. 122). Com a criação da Universidade do Distrito Federal, tornou-se instituição complementar a ela, ligada ao Instituto de Artes. Atualmente, é o Colégio Estadual João Alfredo onde é ministrado o ensino médio, formação geral e ensino profissional na área de administração, funcionando em dois turnos: manhã e noite” (SOUZA, 2008, p.2).

Com a formação de uma força de trabalho qualificada, pela via da educação, o Brasil começaria a traçar e compensar as desvantagens em relação aos países desenvolvidos da Europa e América do Norte. O impulso do desenvolvimento industrial brasileiro, ocorreu, também, devido à Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), tendo em vista que a importação diminuiu, dando oportunidade para o crescimento das indústrias nacionais, o que intensificou a preocupação com a formação desse trabalhador.

O término da Primeira Guerra Mundial marcou o fim de uma época, não só na política e na economia internacionais, mas também no modo de vida e nas artes do ocidente. (...). A intelectualidade brasileira, principalmente em sua parte mais jovem e mais inquieta, sentiu a necessidade de corresponder às exigências dos novos tempos e renegar os modelos arcaicos (ALENCAR, 1982, p. 34).

Esse pensamento republicano do início do século XX, voltado para as exigências dos novos tempos, renegando os modelos arcaicos, mostrava-se tão forte que era transmitido à responsabilidade do progresso, modernização e civilização ao povo, bem como nos diz Turazzi: “Trabalhai pela prosperidade de vossas indústrias e trabalhareis pela força de vossa Pátria” (TURAZZI, 1989, p. 81).

A luta da classe dirigente para tornar o trabalho um valor positivo não foi muito penosa, tendo em vista que utilizava esse conceito para disciplinar as classes trabalhadoras, mostrando que o homem digno era o homem trabalhador, que vivia do suor do seu trabalho e, com isso, sustentava sua família. Cunha nos afirma que “ao lado do esperado efeito moralizador das classes pobres, o ensino profissional era visto como possuidor de outras virtualidades corretivas” (CUNHA, 2005, p.16), referindo-se à educação do corpo de hábitos. Angela de Castro Gomes, reportando-se à ascensão social, segue na mesma direção que Cunha, ao sustentar que a educação era entendida como uma política civilizatória.

A ascensão social, principalmente em sua dimensão geracional, apontava o futuro do homem brasileiro como intrinsecamente ligado a duas dimensões: ao “trabalho honesto”, que deveria ser definitivamente despedido de seu conteúdo negativo, e à educação, entendida como política civilizadora (GOMES, 1994, p. 446).

Tais pensamentos sobre a renovação social foram se solidificando e, com isso, consolida-se também o pensamento de um ensino voltado para o trabalho, pois a educação

era vista como uma das armas mais eficazes de penetração na sociedade. Assim o ensino industrial

deveria corrigir essa tríplice propensão negativa por meio do culto dos “hábitos de trabalho profícuo”. Assim, a eliminação do antagonismo entre o capital e o trabalho ficaria viabilizada. Pelo preparo técnico e intelectual associado a esse cultivo, estaria sendo formada uma força de trabalho qualificada, condição para o desenvolvimento da indústria, caminho para o Brasil aproximar-se das nações civilizadas da Europa e dos Estados Unidos (CUNHA, 2005, p. 18).

Em 1906, Nilo Peçanha, então vice-presidente da República, e Afonso Pena, presidente do país, criam quatro escolas profissionais no Estado do Rio de Janeiro, a partir do Decreto nº. 987, de 11 de setembro de 1906. Essas primeiras escolas profissionais oficiais no estado foram direcionadas ao público masculino e implantadas nos municípios de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul.

As cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul foram as escolhidas para suas sedes. As três primeiras ministrariam o ensino de Carpintaria, Marcenaria, Sapataria, Alfaiataria e outras artes e ofícios, enquanto a de Paraíba do Sul teria caráter agrícola. Nessas escolas profissionais o ensino de ofício deveria ser feito durante o dia, havendo um curso noturno de primeiras letras para os seus alunos. O decreto previa que as escolas fornecessem calçado e roupa ao Corpo Militar do Estado, à Detenção, à Colônia Agrícola de Alienados e à Penitenciária, assim como o mobiliário para escolas e repartições públicas (FONSECA, 1961, p. 185).

Essas escolas não saíram do papel naquele ano, vindo a se instalar nessas cidades posteriormente (FONSECA, 1961). A exemplo disso, apenas em 1916 é que foi inaugurada a primeira Escola Profissional Masculina em Niterói, a Escola Profissional Visconde de Moraes.

Devido a uma série de acontecimentos, como as greves de operários, início dos movimentos sindicais, bem como ao surto da industrialização em 1909, o governo tomou medidas para resolução de tais problemas. Cunha (2005) nos auxilia a compreender que, por meio do crescimento das cidades e das atividades humanas, “reuniu um número cada vez maior [de operários] nas fábricas(...), proporcionaram o surgimento de movimentos sindicais nas maiores cidades do país” (p.90). A entrada dos imigrantes por causa da 1ª Guerra Mundial, que vinham com seus ideais, junto com mão de obra qualificada e outros fatos já sinalizados auxiliaram na construção das escolas profissionais. Nesse sentido,

revoltas por parte dos operários nesse período, principalmente com a chegada dos ideais anarquistas,<sup>43</sup> foram se intensificando (CUNHA, 2005).

Em tal contexto, a criação das escolas profissionais foi vista como uma prevenção para que os imigrantes não dominassem todo o mercado de trabalho qualificado e ao mesmo tempo serviu para mostrar à população que o Estado estava intervindo em seus anseios.

Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de idéias exóticas” no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado. Embora eufemística, a justificativa ao decreto de criação das escolas de aprendizes artífices anunciava esses objetivos ideológicos: O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; [...] para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime (CUNHA, 2000, p.94).

Em 1909, pelo Decreto nº 7.566 de 23 de novembro, agora já como presidente do Brasil (1909-1910), Nilo Peçanha sanciona a criação de escolas de aprendizes de artífices em dezenove estados do Brasil, com o objetivo de “formar operários e contramestres, mediante o ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício” (BRASIL, 1909, Art. 2º).

Em decreto de 23/11/1909, na curta presidência de Nilo Peçanha (1909 – 1910) foram criadas nas capitais dos estados escolas de aprendizes e artífices para o ensino profissional primário gratuito. A argumentação do presidente incidia sobre o crescimento da população proletária das cidades, a necessidade de formação de hábitos para o trabalho e de preparar cidadãos úteis para a nação. A escola era destinada para meninos entre 10 e 13 anos e nela deveriam ser oferecidos, com frequência obrigatória, curso primário para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar, e aula de desenho, em turnos diurno e noturno (VEIGA, 2007, p.251).

Observamos que o Decreto de 1909 considerava esse tipo de ensino para a “classe proletária”, tendo em vista a necessidade de formação de hábito para o trabalho e o preparo para a cidadania; ou seja, como um meio de torná-la civilizada. Bonato diz que

---

<sup>43</sup> Indicamos para leitura sobre o Anarquismo: Errico Malatesta, **Anarquismo e anarquia**. Editora: Faísca Publicações Libertárias, 2009; Mikahail Bakunin, **Estatismo e anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

essas escolas foram criadas “visando a melhor destreza no trabalho manual e preparação profissional para se tornar um homem produtivo” (BONATO, 2003, p.105). No decreto 1909, podemos ler o seguinte:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às **classes proletárias** os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário, **não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna** com o **indispensável preparo técnico e intelectual**, como faze-lo **adquirir hábitos de trabalho profícuo**, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime, que é um dos primeiros deveres **do Governo da República formar cidadãos uteis à Nação** (BRASIL, 1909, grifos nossos).

No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1911 o Decreto nº. 838 de 20 de outubro “determina a criação de uma rede de vinte escolas profissionais, das quais dez destinadas ao sexo masculino e dez ao sexo feminino” (BONATO, 2003 p.106). Continuando, a autora afirma que duas dessas escolas femininas, a 1ª Escola Profissional Feminina e a 2ª Escola Profissional Feminina, foram criadas anos depois, pelo Decreto nº 912, de 10 de maio de 1913, nos moldes do Instituto Profissional<sup>44</sup>.

Ainda no Distrito Federal, outros decretos seguiram quanto ao ensino, em especial o profissional. O Decreto nº 981, de 2 de setembro de 1914, instituiu que o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, já existente, passaria a ser um externato profissional, segundo Bonato (2003).

Em 1916, pelo Decreto nº 1066 de 19 de abril, o curso profissional foi englobado ao curso de adaptação e ao curso de ofícios. “Os programas do curso de adaptação seriam os do curso complementar primário, com ênfase em física e química, história natural e higiene e geometria” (BONATO, 2003 p.108).

Cunha, ao contextualizar o processo por que o Distrito Federal estava passando em relação ao ensino, principalmente o ensino profissional, nos apresenta que,

em 1918 essa previsão [das mudanças do ensino deste 1911] foi transcrita para o novo Regulamento (Decreto n.13064) - desta vez

---

<sup>44</sup> Bonato diz que, “por conta desse decreto também são inauguradas as escolas profissionais para o sexo masculino. A primeira escola profissional para o sexo masculino recebeu o nome de Escola Profissional Álvaro Baptista, em 13 de novembro de 1914, situada na rua Jardim Botânico” (2003, p. 106).

mencionando escolas (no plural) - e incorporada em 1926 pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas Aprendizes de Artífices<sup>45</sup>” (CUNHA, 2005, p.67).

Essas mudanças no ensino não estavam à parte da sociedade. Se elas estavam ocorrendo e com tanta intensidade, é porque a sociedade também estava passando por essas mudanças. Nesta discussão sobre os aspectos modernos que o país almejava alcançar, as mudanças educacionais se faziam necessárias, principalmente as relacionadas ao ensino profissional, que, além de preparar o aluno “intelectualmente”, ensinando a ler, escrever e contar, estaria ensinando o aluno uma profissão ou ofício, preparando-o como futuro operário, logo visando ao crescimento do país também economicamente.

Nessa direção, temos no ano de 1916 em Niterói a inauguração da primeira escola profissional masculina, Escola Visconde de Moraes, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro. Essa escola se estruturava no bojo das discussões do ensino profissional e sua eficácia para o país.

Apesar das constantes alterações no ensino, englobando união, estados e municípios, encontramos essa discussão em âmbito federal no relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon Du Din e Alemida, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1922-1926), pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Technico situado no Ministério da Agricultura, Industria e Commercio<sup>46</sup> datado de 1925:

Entretanto, pondo-se o clássico optimismo nacional de parte, não querendo vangloriar-se de resultados aparentes, analisando as cousas sob o ponto de vista utilitário, forçoso será reconhecer, que o atraso em matéria de educação profissional no Brasil, é positivamente, ainda colonial; não tanto no respeito á organização em si, nem no tocante a programmas(que nossos regulamentos são quase sempre excelentes), mas quanto á execução de um plano, quanto ao recrutamento de pessoal docente e de administração e, principalmente com relação á eficácia do ensino, á observância dos programmas e constância do methodo de observado, ainda deixam a desejar as nossas organizações educativas (BRASIL, 1925 p. 7-8).

---

<sup>45</sup> A Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes de Artífices, foi promulgada em 1926 pela portaria do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Ela estabelecia um currículo padronizado para todas as oficinas e também dos cursos primários e de desenho, segundo Cunha (2005).

<sup>46</sup> Disponibilizado no acervo da Biblioteca Nacional.

No mesmo relatório, o Serviço, ao fazer a crítica ao ensino profissional do país, assim se pronuncia sobre a necessidade desse ensino.

Incontestavelmente, um operário moderno precisa de um pequeno cabedal de conhecimento de tecnologia, baseada em rudimentos de ciências físicas e naturais e exige-se dele, que saiba projetar os artefatos e orça-los. Ora tais ensinamentos não se podem ministrar numa simples escola primaria, em dois anos de curso elementar; fazem falta evidentemente mais 2 ou melhor 3 anos de curso complementar ou profissional. Semelhante, o ensino é especializado e requer aparelhagem adequada para a demonstração; lógico, surge como consequência, a instalação de oficinas de caráter de laboratórios adaptados ao ensino intuitivo<sup>47</sup>, que a aprendizagem requer (BRASIL, 1925, p.12).

Esse relatório, em formato de livro, é dividido em dois capítulos e anexos. No primeiro capítulo, seu objetivo é discutir o ensino profissional técnico no Brasil, mostrando a necessidade de cuidar do preparo técnico, das vantagens da educação industrial do povo e da reforma de ensino profissional técnico. Em seu segundo capítulo, o relatório aponta para os estabelecimentos de ensino federal e nos anexos o projeto do Regulamento do Ensino Profissional Technico Federal. A partir dele, podemos observar que a discussão acerca das reformas do ensino profissional, nesse período, estava ocorrendo nas diferentes instâncias governamentais do país, isto é, nos âmbitos federal, estadual e municipal tendo em vista a “educação do proletariado”.

---

<sup>47</sup> “Método de ensino que surgiu na Alemanha no final do século XVIII. Foi divulgado pelos discípulos de Pestalozzi no decorrer do século XIX na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, fez parte das propostas de reformulação da instrução pública no final do Império. O método de ensino intuitivo difundiu-se no Brasil no final do século XIX e início do XX, fazendo parte das diversas propostas de reformas de ensino federais e estaduais. Suas diretrizes vigoraram no Brasil até meados da década de 1920. O método intuitivo utilizava os objetos como suporte didático e os sentidos possibilitavam a produção de idéias, iniciando do concreto e ascendendo à abstração. Os sentidos deveriam ser educados para obter o conhecimento, passando da intuição dos sentidos para a intuição intelectual. “Entre as inovações vinculadas ao *método de ensino intuitivo*, estão a proposição que a escola deva ensinar coisas vinculadas à vida, aos objetos e fatos presentes no cotidiano dos estudantes, introduzindo assim os objetos didáticos como elementos imprescindíveis à formação das idéias. (...) A introdução dos objetos didáticos na educação tem um caráter lúdico, mas também disciplinador: um elemento novo em sala de aula torna-se o centro da atenção das crianças, instaurando assim algo que é comum a toda a classe de alunos e ao professor, é aquilo que os une no caminho do conhecimento. Mas, acima disso, traz consigo a possibilidade de uniformizar raciocínios, modos de pensar, cristalizando uma forma de apropriação das coisas exteriores num processo que é dirigido pelo professor, o representante naquela situação do legado das gerações precedentes, inclusive com seus valores e seus preconceitos” (VALDEMARIN, 2004, p. 176).” Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_metodo\\_de\\_ensino\\_intuitivo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm). Acessado em junho 2016.

Encarando o problema da desalfabetização, com isenção de animo, ressalta desde logo, a patente importância que tem a educação do proletariado para a questão social de uma nação e, implicitamente, toma um vulto **excepcional o ensino industrial, pelas razões que citamos em seguida**, as quais procuramos documentar: (...); 2)- a educação do proletariado nacional é um meio de defesa da administração superior do país, contra a invasão incondicional do capital industrial estrangeiro e contra pruridos de radicalismo, que infelizmente mal se esboçam entre nós, mas tendem a avolumar-se para culminar em sedições e revoltas. (...). 3)- muito importa sem dúvida **que os Governos se ocupem da educação do povo**, e, de acordo com seus recursos econômicos, mantenham, pelo menos, o ensino primário. Não resta dúvida! Entretanto, o que vale a desalfabetização em massa, como está projetada e tem sido preconizada em congressos e determinada em leis? Pouco adianta **o morador do interior do Brasil que aprende a ler, escrever e contar, si não se lhe ensina a trabalhar, porquanto o que interessa, indubitavelmente ao indivíduo, como elemento social, componente de uma nacionalidade, é poder produzir**, não lhe bastando os conhecimentos das primeiras letras (BRASIL, 1925, p. 11-12, grifos nossos).

Ao ser feita a crítica, solicitando-se o aumento do tempo escolar do ensino profissional e a sua desvinculação do ensino primário, por entendê-lo como um elemento social de preparação do povo para o trabalho e não apenas para o ensino das letras, percebemos no relatório as possíveis mudanças por que tal ensino estava passando, acompanhando a reestruturação que vinha ocorrendo no país desde o século XIX, como a saída do Império e entrada da República, os movimentos operários, tais como os anarquistas, as ideias propostas na Semana de Arte Moderna, as reformas educacionais, entre outras mudanças.

Essa reestruturação e as mudanças no país se faziam permeadas por um ideário nacionalista. Nagle nos auxilia a compreender esse nacionalismo, através de que

o ideário nacionalista, que se vinha desenvolvendo desde meados da década dos dez, apenas parcialmente impregna as instituições escolares na década de 1920, mesmo quando se considera que nele existiam muitas proposições a respeito da nacionalização do ensino. Na verdade, especialmente em um setor, o esforço para esta nacionalização se traduziu em medidas concretas, como se pode observar pelas normas traçadas para o ensino (NAGLE, 2001, p.300).

Na tentativa de formação de uma identidade nacional no país, em especial no Rio de Janeiro, passou-se a entender a educação como lugar estratégico para implantação do ideário nacionalista.

O Estado republicano brasileiro, desde o início do século XX, adotou como estratégia o discurso de que o trabalho é uma das maiores dignidades que o homem deveria conquistar. Nada mais proveitoso para a formação do novo cidadão republicano que aprender um ofício, juntamente com sua formação escolar. Como nos indica Angela de Castro Gomes,

O trabalho [no início da república] precisava ser visto como um ato de criação, fundamentalmente humano: um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia. Uma política de organização científica do trabalho, portanto, devia encontrar o equilíbrio entre os esforços de memorização da produção (essencial à industrialização dos países) e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro (GOMES, 1994, p. 44).

Portanto, para além das técnicas do trabalho, que até o momento eram artesanais, o operário necessitava conhecer as novas tecnologias, com o uso das máquinas vindas para o país com o desenvolvimento industrial, como também conhecer as formas de se portar no trabalho individual e coletivamente e ter novos hábitos higiênicos e alimentícios. Com isso, a escola adquire papel fundamental. Franco entende que:

A medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume, também, as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. Ela assume os deveres impostos pela produção, através dos mecanismos do estado, e relega a segundo plano, sob mil artifícios ideológicos, o direito à educação que fundamenta as demandas da sociedade civil (FRANCO, 1998, p.10).

Na concepção de Franco, a escola passa a ser um mecanismo de utilização do Estado para promover o ideal moderno, associada à formação da força de trabalho qualificado, aproximando-se das nações consideradas civilizadas (Europa e Estados Unidos). Ligando-se à força de trabalho qualificado, com as exigências de ordem social, e ao direito à educação, temos inicialmente a formação das escolas voltadas para o ensino profissional transformadas em escolas do trabalho a partir da década de 1930.

A introdução do trabalho na escola como princípio educativo é o horizonte delineado pelo avanço das relações sociais da produção capitalista. Mas a questão mais aparente é o problema da escola e da educação em geral. E, neste aspecto, os “pioneiros” da educação vão ter um papel relevante não apenas pela defesa da escola pública, laica e gratuita, mas também pela divulgação dos princípios da escola ativa. E esta concepção da escola que renovada vai constituir o eixo principal do debate sobre a “escola do trabalho” (FRANCO, 1998, p.30).

A autora acima cita o papel dos pioneiros da educação nova como importantes na divulgação da “escola ativa”, concepção que vai balizar o debate sobre a “Escola do Trabalho”. Tendo como categoria de análise o trabalho, para pensar essa escola, ela diz:

O trabalho está ligado às necessidades humanas. É nas condições materiais e políticas de cada época que são engendradas as mediações objetivas que respondem a essas necessidades. O que significa que a centralidade do trabalho tem uma dimensão ontológica [que trata da natureza do ser], fundamental, criadora de conhecimento, e uma dimensão histórica em tensão permanente, onde situa-se a ideia da “Escola do Trabalho”. Sua concepção não se expressa em um conceito unívoco. Como ideia em determinadas épocas, ela assume formas históricas variadas e se realiza no campo educacional, como uma das múltiplas dimensões da centralidade do trabalho na vida humana (FRANCO, s/d, p. 2).

No pensamento de Franco, a ideia da “Escola do Trabalho” adquire várias interpretações e entendimentos, mediante seu contexto e espaço, porém o que argumentamos ser único, concordando com a autora, é que a centralidade do trabalho passou a fazer parte da vida humana, ao ser direcionado para os espaços de formações educacionais.

Na República, para a implantação desse tipo de escolas, foi fundamental a ligação dos intelectuais com a política, tendo em vista que eles, quando engajados na luta e nos ideais de renovação, estabeleciam-se nas políticas de Estado e ali implantavam seus ideais educacionais.

O ideal de formar um aluno trabalhador de forma geral e ampla, aliado ao ensino nas oficinas, que o tornava apto a ingressar como mão de obra qualificada no mercado de trabalho, notadamente o industrial, estava sempre ligado à formação do papel social desse trabalhador, sendo a escola um elemento dinâmico dessa transformação social.

A Escola do Trabalho fundamentava seus princípios no pressuposto de que o desenvolvimento das habilidades manipulativas exercia papel estratégico na facilitação da aprendizagem das disciplinas de educação geral e na formação do cidadão e, até mesmo, e em consequência, deveria de um certo modo precedê-la (BOCLIN, 2005, p. 18).

Desde o início da República, começou-se a enveredar e a constituir na educação a necessidade de capacitar os trabalhadores para o mundo das máquinas, um dos principais objetivos de uma das matrizes da Escola Nova: a prática do ensino do trabalho. Segundo Boclin (2005), o Brasil também foi influenciado pelas ideias de Kerschensteiner, o fundador da matriz escolanovista denominada Escola do Trabalho. Geog Kerschensteiner (1854-1932) foi um pedagogo alemão, discípulo de Pestalozzi e um dos criadores da Escola do Trabalho.

Foi um precursor da **escola ativa** e das **escolas profissionais**. A sua teoria surge de sua prática que realizou desde a juventude, exercendo o papel de professor por longos anos. Devido a suas práticas pedagógicas, a educação passou a ser o centro de suas preocupações. **Kercheinstainer introduziu na escola o trabalho manual**, para que desta maneira a escola de aperfeiçoamento exercesse um papel realmente educativo. Para Kercheinstainer, **a missão da educação consistia em colocar no círculo vital, os bens favoráveis a seu desenvolvimento**. E, por conseguinte deveria afastar os bens desfavoráveis e vencer sempre às resistências externas e internas que se oponham a apreensão dos bens culturais. Para o qual ele descreve dois tipos de educação. Uma educação como processo e outra como uma situação de estudo. Desse modo Kercheinstainer descreve a educação como estado e diz que esta escola estado, não é mais que a capacidade, disponibilidade, união e ordem múltiplas das funções anímicas individuais desenvolvidas por meio dos bens culturais (KERSCHENSTAINER, 1932, p. 12 e 13). Por outro lado para Kercheinstainer **esta escola do trabalho, é uma escola para a comunidade de trabalho**, na qual os alunos se ajudam e apóiam de maneira recíproca e socialmente a si mesmos, deste acabam ajudando aos fins da escola, para que cada sujeito possa chegar à plenitude, da qual é capaz por sua natureza (KERSCHENSTEINER, 1932, p. 14)” (BUENO, BEZERRA NETO, 2008, p. 5, grifos nossos).

Portanto, segundo Boclin, a Escola do Trabalho se formava no Brasil com a convicção de que a escola deveria formar o profissional tendo por objetivo prepará-lo como um cidadão apto a atender as demandas da República e as dificuldades que enfrentaria na vida. Tal conceito se problematiza entre o social e o econômico, sendo a escola o elo entre esses ideais. Com isso, constituía-se no Brasil uma escola que formava

o cidadão para além das demandas educacionais e/ou conteudistas, ao levar em conta também as demandas do trabalho e da sociedade.

Marca-se então, segundo Boclin (2005), a Escola do Trabalho por sua ligação com a vida, principalmente com a sociedade, na qual o trabalho está associado às ideias sociais, como formação, profissão, valor, caráter e personalidade, caracterizando, assim, uma das vertentes e princípios escolanovistas.

Segundo Veiga (2007), a denominação “Escola Nova” pode ser apresentada de outras formas, variando segundo seus autores e localização e constituindo, portanto, suas matrizes, tais como: Escola Ativa, Escola do Trabalho, Escola Moderna, Escola Progressista, entre outras. Encontramos na literatura acerca do movimento escolanovista estas diferentes matrizes, conforme acima sinalizadas, porém, todas baseadas em uma mesma concepção, no liberalismo e humanismo, apesar de entre eles haver diferenças, sendo o liberalismo baseado na defesa da liberdade individual, nos interesses individuais e o humanismo baseado no homem como sujeito de suas próprias ações e concepções, o centro.

A Escola Nova<sup>48</sup> passou a ser a busca por uma educação transformadora, que vai além das disciplinas básicas da escola do modelo anterior, a tradicional, impondo direito à cidadania, dignidade, civilidade, responsabilidade e liberdade ao aluno, formando “um bom cidadão” e dando-lhe oportunidade de criar sua própria identidade. Segundo Vidal, o movimento escolanovista possuía como objetivo,

(...) a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno (VIDAL, 2003, p. 497)

Com essa renovação pedagógica centrada no aluno e tendo-o como sujeito de sua aprendizagem, essa nova escola seria a adaptação da educação para o novo modelo

---

<sup>48</sup> Surgida na Europa, no final do século XIX e pertencente ao pensamento iluminista, tinha o homem, sua razão e seu pensamento como centro de interesse, principalmente no que tange ao processo de renovação da sociedade. Com o objetivo de formar um novo homem, o movimento escolanovista baseado no iluminismo, atribuiu à escola o papel de transformadora da sociedade. Segundo Giorgi (1992), este movimento veio para contrapor o movimento educacional anterior, conhecido por uma educação tradicional, que era uma educação que possuía como centro o professor, na qual seu método de ensino era a memorização.

de sociedade que se apresenta em constante transformação e dinâmica em suas relações sociais<sup>49</sup>.

Por meio de um ideal de otimismo pedagógico, conforme denominado por Nagle (2001) e que tem por significado ter sempre uma solução favorável ao lado bom do processo, vinculado ao entusiasmo que essa nova educação podia oferecer, o escolanovismo chega ao Brasil, através de educadores e intelectuais como Anísio Teixeira, Antonio Sampaio Dória, Antonio Carneiro Leão, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, que se deparavam com esses novos modelos educacionais ao irem estudar na Europa e América do Norte.

Junto à ideia de uma educação prática que resgataria o país do atraso e ignorância, acreditava-se que a reconstrução social brasileira viria pela reconstrução educacional. Com isso, a

(...) luta pela reconstrução nacional, cujo ponto de partida se liga a esta constatação mais significativa: a miserável situação do ensino no Brasil. A difusão deste representa a mais importante obra nacional a empreender, pois constitui o grande problema nacional. A instrução, o ensino ou a escolarização, sob esse aspecto, são pensados em função de seu caráter regenerador, enquanto veículos para a desejada reconstrução nacional, que só pode ser alcançada quando terminar esse traço que envergonhava o país- a incultura geral, principalmente a ignorância popular (NAGLE, 2001, p. 146).

Mediante a luta pela reconstrução nacional, com a pretensão de que a educação regeneraria o país, teria que se pensar na educação para o povo, segundo Nagle (2001). Tal pretensão, foi denominada de entusiasmo educacional, mostrando-se como uma “tendência de reestruturar os padrões de educação e cultura, disseminando a escolarização

---

<sup>49</sup> Segundo Veiga (2007), a escola, portanto, passa a formar indivíduos ativos, sujeitos de seu processo de ensino-aprendizagem, preparados para enfrentar as mudanças no decorrer da vida, por meio das atividades escolares correlacionadas à própria vida. Além dos novos métodos e didáticas, o movimento escolanovista modificou o pensamento de a escola ser formada apenas por salas de aula. Ele inovou por meio das criações de áreas de recreio, como os ginásios e quadras esportivas, as oficinas de trabalhos manuais, os museus escolares, os refeitórios para uma alimentação saudável, as bibliotecas, os auditórios, os consultórios dentários, entre outras mais. Neste novo modelo educacional, o papel do docente passa a ser o de um orientador e estimulador no processo de ensino-aprendizagem, na qual a criança é o centro. O docente se apresenta como um mediador entre a criança e o conhecimento, despertando o sentido e desenvolvendo a capacidade de observação.

em primeiro lugar” (NAGLE, 2001, p.148), se traduzindo, portanto, na luta pela desanalfabetização. Com isso, na visão ainda de Nagle,

O entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico, especialmente no final da Primeira República, caracterizam o período de tal maneira que a sociedade brasileira não pode ser adequadamente analisada sem considerar esses acontecimentos. A manifestação desse clima cultural é tão intensa que tenta ofuscar o conjunto de outros acontecimentos que se desenrolam nos setores políticos, econômico e social. Diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade brasileira. (NAGLE, 2001, p. 165).

Com esta efervescência ideológica no Brasil, tendo sido difundido a partir da década de 1920, o escolanovismo se inspirou nos movimentos de renovação, que se baseavam principalmente na liberdade do indivíduo e em sua formação enquanto sujeito da sociedade. Aqui, diferente de outros países, segundo Nagle (2001), esse movimento de renovação surgiu não apenas na teoria ou somente em papéis, ele também surgiu na prática, por meio das experiências pedagógicas, sendo executado sincronicamente, além de ter ocorrido primeiramente na educação, no caráter público e no particular, pelas reformas de instrução (pública), como propostas por Carneiro Leão e as implementadas por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, entre outras que ocorreram em diversos estados brasileiros nessa década e por iniciativas particulares de alguns educadores como, por exemplo, Armada Álvaro Alberto<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> De iniciativa particular temos o exemplo de Armada Álvaro Alberto, uma das signatárias do Manifesto dos pioneiros da educação nova no Brasil de 1932. Ela implementou uma escola ao “ar livre” em Angra dos Reis em 1919, adotando as ideias montessorianas para um grupo de cerca de 50 crianças (NAGLE, 2001). E também implantou o modelo escolanovista na Escola Regional de Meriti, em Duque de Caxias em 1921. Ana Mignot em seu livro sobre Armada Álvaro Alberto da Coleção de Educadores do MEC, ao analisar sobre esta educadora e sua escola diz: “Assim como sua “*escola ao ar livre*” em Angra dos Reis, em 1919, para filhos de pescadores, que era comum na Alemanha, na Escola Regional de Meriti, em muito se assemelhava ao que ficara definido em Calais, pelo Bureau International des Écoles Nouvelles em 1921, como características que deveriam ter as escolas novas. Tinha, quanto à organização geral, a preocupação de ser lugar de experimentação científica; estava situada no campo, em regime de coeducação; ministrava trabalhos manuais com fins educativos, mais que profissionais; estimulava a jardinagem, criação de animais, tempo livre para trabalhos extraclasse, como ginástica e excursões. No âmbito da formação intelectual, privilegiava o espírito crítico, em lugar da memorização. Fatos e experiências tinham precedência sobre o ensino livresco. Baseava-se na atividade, na expressão espontânea da criança por meio dos desenhos, jogos e trabalhos coletivos. A disciplina, parte da formação moral, não era imposta, e os alunos participavam do funcionamento escolar. Não estimulava a competição, nem aplicava castigos. O ambiente procurava ser bonito, ordenado, higiênico” (MIGNOT, 2010, p. 28).

Segundo Nagle (2001), as primeiras reformas com os ideais escolanovistas ocorreu em São Paulo, em 1920, com Antônio Sampaio Dória. Jurista, professor de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Secundária de São Paulo, Dória assumiu a diretoria de instrução pública no período de 1920 a 1921. A meta principal de sua reforma era o combate ao analfabetismo e à tendência enciclopedista. Foi limitada ao ensino primário e propunha um método intuitivo-analítico que tinha, como finalidade, desenvolver a capacidade de pensar e conhecer.

Mais tarde ocorreram mudanças educacionais no Ceará, em 1923, com Lourenço Filho, que alterou o currículo da Escola Normal, baseado na reforma de Sampaio Dória, unindo e introduzindo o método intuitivo-analítico, que não só ensinaria a ler, mas também formaria um novo tipo de homem, pois ensinaria o aluno a investigar, tornando-se sujeito do seu próprio conhecimento. Em 1924, na Bahia, com Anísio Teixeira como diretor de Instrução Pública, que reformulou a educação de seu estado, introduzindo um novo mobiliário, material escolar e disciplinas como desenho, trabalhos manuais e geometria no currículo

Ainda em 1924, é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), no Rio de Janeiro, por alguns intelectuais como **Amerino Wanick** diretor da **Escola Profissional Washington Luís**<sup>51</sup>, criada em 1923 e objeto desta dissertação; Antonio Carneiro Leão, então diretor de Instrução Pública do Distrito Federal; Heitor Lyra da Silva, professor da Escola de Belas Artes e da Escola Técnica Fluminense<sup>52</sup>; Everardo Backheuser, diretor da Escola Técnica Fluminense e professor da escola Politécnica do Rio de Janeiro. Neste espaço era discutida a educação do país, sendo um local em que as ideias modernas circulavam. Para este trabalho, alguns intelectuais são necessários. Além dos já citados, temos Fernando de Azevedo, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) e relator do Manifesto dos Pioneiros (1932), Jonathas Serrano, um educador escolanovista que palestrava nas Conferências de Educação Nacionais promovidas pela ABE e precursor do cinema educativo.

Entendemos que esses educadores se constituíram como intelectuais. Vieira entende o conceito de intelectual em quatro aspectos importantes de ser compreendidos,

---

<sup>51</sup> Sobre ele dedicaremos uma seção a parte.

<sup>52</sup> A Escola Técnica Fluminense será apresentada no próximo capítulo. Cabe dizer que seu grupo de professores fundaram a Escola Profissional Washington Luís.

1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos dezenove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social (VIEIRA, 2011, p. 02).

Nessa direção, esses educadores, intelectuais, comungavam um mesmo ideal, o de formar as novas gerações pelas vertentes modernas, criando, assim, uma rede de ideias, que em conformidade com Sirinelli (1996), compreendemos como “rede de sociabilidade<sup>53</sup>”.

Segundo Veiga (2007), “embora os reformadores e integrantes da ABE tivessem discordância entre si, compartilhavam uma meta: reinventar a educação para adaptar os indivíduos à sociedade de seu tempo”, (VEIGA, 2007, p.254).

Com o objetivo de “adaptar os indivíduos à sociedade de seu tempo” (Idem) na cidade do Rio de Janeiro, à frente da diretoria de Instrução Pública (1922-1926), Antônio Carneiro Leão propôs reformular a educação da capital e nele o ensino profissional, porém sem sucesso. Segundo Paulilo (2005), o projeto de reforma que Carneiro Leão elaborou para o Distrito Federal não foi aprovado pelo Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Por isso, sua abrangência não ocorreu como deveria.

Diferentemente de Carneiro Leão, em 1927, Fernando de Azevedo tem aprovada sua Reforma Educacional na capital do país com os ideais escolanovistas<sup>54</sup>, dizendo Cunha sobre essa reformulação do ensino<sup>55</sup>:

---

<sup>53</sup> Esta discussão será ampliada no próximo capítulo ao destacarmos a figura de Amerino Wanick como intelectual engajado e atuante em sua rede de sociabilidade.

<sup>54</sup> Continuando com a cronologia das reformas educacionais no Brasil, temos em 1927, Francisco Campos, em Minas Gerais, que criou um curso de especialização para o docente, além de trazer docentes estrangeiros para lecionarem nas escolas da cidade. Em 1928, Antonio Carneiro Leão assumindo a diretoria de Instrução Pública em Pernambuco implantou a reforma também baseada na escola ativa, inovando ao incluir a disciplina de Sociologia no Ensino Normal.

<sup>55</sup> É importante sinalizarmos que os movimentos de renovações educacionais pelas reformas se estenderam ao longo de diversos estados brasileiros, no ensino público e também por iniciativas privadas. Além disso, tiveram resistências, principalmente da Igreja Católica. Elas não se apresentavam como uma política orgânica, e sim com os ideais de cada educador, que seguiam o ideal escolanovista.

Impulsionada por essa ideologia e/ou pelas necessidades ditadas pelas mudanças na produção, o fato é que as instituições de ensino profissional se expandiram e se diferenciaram durante as primeiras décadas do regime republicano, resultantes de iniciativas governamentais (União e estados) e de empreendimentos privados, religiosos e laicos. Do mesmo modo, o pensamento sobre o ensino profissional, particularmente o industrial-manufatureiro, complexificou-se. Além de pronunciamentos individuais de personalidades interessadas no tema enquanto diletantes, foi possível observar a tendência à constituição de um corpo de profissionais especializados no ensino profissional, assim como à elaboração de um discurso institucional sobre essa realidade de ensino (CUNHA, 2005, p. 20).

A constituição de um corpo de profissionais especializados no ensino e engajados com a realidade deste ensino, propagou-se e se intensificou com a criação da ABE. Tão logo temos neste mesmo grupo esses intelectuais como Amerino Wanick, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, dentre outros.

## **2.2 O Ensino Profissional no Distrito Federal e na cidade do Rio de Janeiro**

As exigências dos novos tempos marcados por deixar de lado o tradicional e ir em busca do novo, fizeram-se fortemente presentes na cidade do Rio de Janeiro, principalmente por seu status de capital federal, portanto, modelo para os demais estados do país. As rotinas da vida foram se modificando, tornando-se urbanas e buscando o progresso do país. Para José Murilo de Carvalho,

O Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa, estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. Desde a independência e, particularmente, desde o início do Segundo Reinado, quando se deu a consolidação do governo central e da economia cafeeira na província adjacente, a cidade passou a ser o centro da vida política nacional. O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país (CARVALHO, 2004, p. 13).

Como centro da vida política nacional e espelho para os demais estados e cidades, a cidade Rio de Janeiro deveria merecer atenção acerca de sua estrutura. Ao visar ao empreendimento de reformas nos moldes europeus, o prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), ligado à aristocracia cafeeira, sendo defensor da modernização,

industrialização e progresso, foi convidado por Rodrigues Alves, presidente do país (1902-1906), a assumir a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, sede do Distrito Federal. Bonato analisa que, “a civilização e o progresso se faziam presentes no projeto de modernidade pretendido por aqueles. Tendo em vista esse modelo, a introdução de novos hábitos e costumes na cidade era necessária para se tirar o “atraso” oriundo do regime anterior- o imperial” (BONATO, 2003, p. 51).

Ao tentar transformar a cidade em um modelo de progresso e modernidade, Pereira Passos atribui ao espaço urbano novos hábitos e valores culturais, principalmente com a realização de determinadas obras. A exemplo de embelezamento da cidade, dando a ela aspectos modernos, o prefeito promove demolições de prédios e morros situados no centro da cidade, permitindo o alargamento de ruas, remodelando-as e criando novas ruas e avenidas na cidade, tais como a Avenida Rio Branco e Beira-Mar. No processo de desenvolvimento, “em 1906, a Light and Power aqui se instala, fornecendo luz elétrica, elemento fundamental para o parque industrial que se constituía” (BONATO, 2003, p.69).

Mediante esses avanços urbanos, coube à Escola o principal papel de preparar o futuro cidadão a ingressar nesta nova cidade permeada pelo ideal moderno, higiênico e civilizado. Dessa forma,

No âmbito deste projeto de uma cidade racionalizada, era preciso intensificar, a um só tempo, a inculcação e multiplicação de preceitos higiênicos, disciplinares e comportamentais entre os cariocas. Dentre outras formas de intervenção social, o investimento recaiu, incisivamente, sobre a educação primária (Cf. CARVALHO apud SILVA, 2008, p.5).

Por meio da instituição escolar, foi observado que seria mais fácil chegarem à população os ideais modernos, mas para isso a Escola também precisaria se adaptar a essas mudanças. Vale ressaltar que nesse momento, o ensino profissional era ministrado na educação primária, por meio das disciplinas de trabalhos manuais e desenho, além de em alguns Institutos Profissionais para o sexo feminino e o sexo masculino<sup>56</sup>. Com alterações regulamentares federais, incidindo sobre as estaduais e municipais, o ensino

---

<sup>56</sup> “A escola pública profissional, seguindo o sistema educativo da época, foi dividida em escola para o sexo feminino, escola para o sexo masculino e escola mista” (BONATO, 2003, p.7).

profissional passou a ser ministrado com um status diferenciado, desvinculando do ensino primário e sendo uma etapa superior a tal ensino.

Ao se pensar a construção de um país moderno e civilizado, promovendo a integração nacional, os intelectuais perceberam que o caminho a ser seguido seria a renovação educacional, incluindo de forma prioritária a formação do trabalhador. Para tal renovação educacional, no período de estudo desta pesquisa, a cidade do Rio de Janeiro contou com dois intelectuais educacionais na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal: Antonio Carneiro Leão e Fernando de Azevedo.

Antonio Carneiro Leão<sup>57</sup>, como o primeiro intelectual a assumir e a implantar elementos do modelo escolanovista na Diretoria de Instrução Primária do Distrito Federal, entre os anos de 1922 a 1926, empenhou-se na educação do povo, em favor da educação popular<sup>58</sup>, propondo com isso mudanças no ensino profissional. Conforme suas palavras, “sempre, pensei que a administração pública deveria dar a todos, sem distinção de classes sociais, uma cultura e uma educação mínimas, indispensáveis á victoria na luta pela vida” (1926, p.7).

Carneiro leão, um intelectual e educador de seu tempo, empenhou-se em uma campanha a favor da educação popular, que era vista por ele, como um dos caminhos para formar o novo homem que contribuiria para a construção da nação brasileira. **Seria papel da escola propiciar uma nova educação, baseada nas ciências e na profissionalização,** formando o homem em seus aspectos **físico, moral e intelectual** (SILVA E MACHADO, 2006, p. 16, grifos nossos).

Com esse pensamento acerca de possibilitar uma educação mínima para o povo, Carneiro Leão considerava ser de fundamental importância sua organização para o desenvolvimento da nação brasileira. Sobre o pensamento do educador, Silva e Machado compreendem que:

---

<sup>57</sup> Antonio Arruda Carneiro Leão, nasceu em 1887 em Recife e ali se formou em direito em 1911. Após formado na Faculdade de Direito de Recife, ele passou a lecionar na mesma faculdade que se bacharelou até 1914, período em que se mudou para o Rio de Janeiro, ocupando após alguns anos, de 1922 a 1926, a função administrativa de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, capital do país (SILVIA E MACHADO, 2006).

<sup>58</sup> Momento em que se favorecia tal engajamento, principalmente pela preocupação e atenção que a educação estava atribuindo ao analfabetismo.

Carneiro Leão (1919) considerava o ensino popular fundamental para a organização e desenvolvimento da nação brasileira. Para ele, o ensino brasileiro estava atrasado em relação aos países mais desenvolvidos. Para Carneiro Leão, havia necessidade, primeiramente, **da instrução dar lugar à educação**. Ele entendia a instrução como o desenvolvimento, abrangendo os aspectos físico, intelectual e moral (2006, p. 5, grifos nossos).

Como forma de amenizar o atraso da nação brasileira, Carneiro Leão considerava um novo modelo de instrução fundamental para o seu desenvolvimento, principalmente um modelo que abrangesse o físico, moral e intelectual. Para ele, a instrução era o meio mais eficaz de dar oportunidade, principalmente às classes desfavorecidas, de ascensão social<sup>59</sup> e abertura ao mercado de trabalho.

Com a preocupação técnica para as novas gerações, o educador se preocupou em preparar o aluno de forma prática, por meio de uma educação prática, sendo o ensino profissional uma complementação e integração ao ensino primário, ao tentar reformular a educação com o intuito de instruir os alunos de modo que tivessem formação digna de um operário, do futuro trabalhador, atribuindo sua reforma de ensino digna de ser modelo e exemplo para outros lugares, como no ensino do Estado do Rio de Janeiro<sup>60</sup>.

O educador afirma que tentou fazer tudo o que estava a seu alcance para efetivar seu projeto de Instrução Pública, tendo em vista que havia muitas dificuldades financeiras, além das de ordem social e administrativa, e que “(...) o problema da instrução pública nem aqui nem em parte alguma satisfaz com soluções simplistas, é fenômeno muito mais sério e muito mais envolvido nos problemas de ordem social e econômica, do que muitos afiguram” (CARNEIRO LEÃO, 1926, p. 209).

Seu projeto abrangeu grande parte dos aspectos da organização escolar, começando pela organização política, administrativa e pedagógica. Sua proposta se estendia aos diversos níveis de ensino: jardim de infância, primário, profissional, normal e ainda os cursos de aperfeiçoamento.

---

<sup>59</sup> Ascensão social no aspecto de fornecer às classes menos favorecidas o direito e acesso à escola, tendo uma escola que forneça não apenas o ler, escrever e contar, mas que forneça instrução e oportunidade de aprender higiene, cultura, trabalho, enfim a sociedade e o civismo de uma forma geral.

<sup>60</sup> Araújo (2009) nos sinaliza que Carneiro Leão em seu discurso de posse afirmou que “ o projeto que havia elaborado para a educação no Distrito Federal deveria servir de modelo para toda a República Brasileira e referência para o nosso progresso pedagógico e cultural. ” (p. 121).

No que cabe ao ensino profissional, na proposta do educador, “como nacionalista que era, visava à preparação técnica ‘das novas gerações brasileiras’. Via a necessidade de instrução primária do povo como solução para que o país saísse do atraso em que se encontrava frente às nações modernas” (BONATO, 2003, p. 148). Para essa autora, “Embora mais preocupado com a [instrução] primária, a escola profissional não deixou de ser alvo” (BONATO, 2003, p.148).

Para Carneiro Leão, o ensino profissional e sua transformação eram primordiais para o país avançar e se desenvolver. Em seu relatório ao final de mandato na direção da Instrução Pública do Distrito Federal, datado de 1926, “criticava o ensino oferecido para o sexo masculino, pois, segundo ele, estava faltando ‘um entrelaçamento directo entre a escola e a indústria e a officina” (BONATO, 2003, p. 109).

A reforma de Carneiro Leão se voltou para a educação popular, na qual o educador pretendia colocar o máximo de crianças nas escolas. Por meio dessa preocupação, o Ensino Profissional também foi pensado e reestruturado, como peça chave neste processo, pois segundo ele, “patenteiam a preocupação de uma educação de actividade, de uma preparação technica das novas gerações brasileiras” (CARNEIRO LEÃO, 1926, p.185).

Sobre o ensino profissional, Carneiro Leão relatou que como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal encontrou muitas dificuldades em sua administração, principalmente pela falta de uma reforma educacional, fato que o impossibilitou de criar novas escolas municipais e de promover mais eficiência nas que já existiam. Dizia ele que: “para o ensino masculino muito desejei, enquanto não se obtinha uma reforma capaz de generalizar uma instrução profissional mais ampla, organizar uma escola que preparasse, com segurança, embora com uma cultura essencialmente prática, o operário carioca”, (CARNEIRO LEÃO, 1926, p.185).

Como forma de traçar novos caminhos para o ensino profissional do Distrito Federal, baseado principalmente no Decreto federal de 1909, Carneiro Leão conduziu a discussão à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal acerca deste “lamentável êxodo das escolas profissionais masculinas” (Idem), que era a evasão dos alunos no curso, deixando as escolas para trabalharem. É válido ressaltar que dentro da estrutura organizacional da educação profissional do Distrito Federal, tínhamos as escolas profissionais masculinas e as escolas profissionais femininas, porém a preocupação de

Carneiro Leão recaía mais na evasão das escolas profissionais masculinas, pela necessidade de os meninos trabalharem e auxiliarem no sustento da casa.

Em seu relatório de 1926, Carneiro Leão apresenta a matrícula de alunos a partir dos 11 anos de idade e com um mínimo de instrução equivalente ao terceiro ano primário. O educador declara que, como um dos seus incentivos acerca da permanência e conclusão dos cursos dos alunos no ensino profissional, foi criada uma diária de trabalho.

Os alunos do 3º e 4º ano do profissional passariam a receber pelas horas trabalhadas nas oficinas das escolas. Sua preocupação, segundo ele nos descreve em 1926 (p. 17), era que os alunos, ao aprenderem um ofício no 1º ano do curso, saíssem da escola para ajudar suas famílias, evadindo-se. Portanto, essas diárias tornariam mais atrativa ao aluno sua permanência na escola. O que mais o preocupava acerca do ensino profissional era a evasão escolar. Carneiro Leão (1926) em seu relatório argumentava que não era válido nem para o aluno, muito menos para a escola que o aluno não concluísse o curso profissional. Portanto,

É como ser de outra forma se é tão raro chegar algum rapaz ao 4º ano da escola profissional masculina? No final do 2º e quando muito do 3º ano estão deixando os moços as escolas para ir frequentar officina particular, ou fabrica, com o fim de ganhar o que comer, embora vegetem, depois, incapaz de estímulo e de progresso a vida toda! (CARNEIRO LEÃO, 1926, p. 189-190).

E continua,

A causa, nesse particular, estou certo, é a penúria econômica dos paes. Logo que os filhos começam a fazer qualquer coisa retiram-nos da escola e collocam numa officina qualquer, como aprendizes. O único meio, pois, de evitar, o lamentável êxodo das escolas profissionais masculinas será estabelecer uma diária para o alumno a partir do 2º anno e dar-lhe uma refeição diariamente (CARNEIRO LEÃO, 1926, p. 190).

No relatório de 1926, Carneiro Leão diz que “para o ensino masculino muito desejei, enquanto não se obtinha uma reforma capaz de generalizar uma instrução profissional mais ampla (...)” (p.185). Com ele, investimentos foram realizados no Desenho e nos Trabalhos Manuais, disciplinas voltadas ao ensino profissional na escola primária. Em sua gestão, englobar essas disciplinas seria dar ao aluno a aprendizagem de

seu próprio esforço e maior habilidade com as mãos, principalmente quando era ensinado a fazer carrinhos, cadeira, etc., enfim objetos de interesse para as crianças. Sobre isso, ele nos diz:

Nada, no entanto, melhor para prestar o pensamento, formar, na infância, desde os primeiros anos escolares, a observação, educar e disciplinar a vontade e a acção (sobretudo nem povo de imaginação transbordante e de directrizes inseguras como o nosso) do que os trabalhos manuais. Além disso nenhuma disciplina dará, dentro da escola, maior atividade, maior consciência do valor do esforço próprio, maior prazer de realizar e maior habilidade de execução. Foi assim pensando que modifiquei o programma (...), fazendo com que fossem ministradas tão dentro da orientação moderna quanto permittiam as condições do meio (CARNEIRO LEÃO, 1926, p. 109-110).

Ao término de seu mandato à frente da Diretoria de Instrução Pública, Carneiro Leão foi substituído por Fernando de Azevedo (1927 a 1930), dando uma nova orientação ao ensino profissional.

Diferente de Carneiro Leão, Fernando de Azevedo conseguiu efetivar a (re)estruturação do ensino no Distrito Federal. Por meio da Reforma Educacional empreendida pelo educador, é definida a estruturação de todo o ensino no município, a começar pela direção, orientação e fiscalização do ensino, constituindo-se de duas subdiretorias, a diretoria administrativa e a diretoria técnica<sup>61</sup>. A subdiretoria técnica, subordinada ao Diretor Geral de Instrução Pública, seria composta pelo gabinete do subdiretor, da inspeção técnica do ensino primário, da inspeção técnica do ensino profissional, da inspeção médica escolar e da assistência dentária escolar.

Fernando de Azevedo foi convidado pelo presidente Washington Luís a integrar a equipe do governo de Antônio Prado Júnior, prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1926 a 1930, todos oriundos da política paulista.

Estava então composta, dessa forma a “trinca paulista” - Washington Luis, Prado Júnior e Fernando de Azevedo – que passariam a ditar os

---

<sup>61</sup> A Subdiretoria Técnica tinha a função de divulgar a educação popular, aperfeiçoar o ensino com o cinema educativo, museus escolares e bibliotecas, organizar exposições escolares, além da fiscalização médica e dentária nas escolas. Além da função fiscalizadora, apresenta a orientação técnica do professorado e a realização e crítica de experiências pedagógicas. Compete também ao inspetor escolar a organização anual de uma exposição de trabalhos escolares e auxílio aos professores na organização de caixas e cooperativas escolares, segundo o Decreto nº 2.940 de 22 de novembro de 1928.

rumos da sociedade carioca no final dos anos de 1920: o primeiro Presidente da República, o segundo na prefeitura do Rio de Janeiro; e por fim, o último na esfera educacional (IEB/USP- Arquivo de Fernando de Azevedo, A Reforma de Ensino no Distrito Federal 1927-1930).

Em 17 de janeiro de 1927, toma posse no cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, proferindo, em sua posse, acerca da situação por que a educação carioca estava passando.

Em seu discurso, amplamente divulgado na imprensa, Azevedo procurou traçar um quadro interpretativo da educação na capital federal que viria a servir-lhe como introdução ao conjunto de reformas a serem implantadas no Rio de Janeiro (IEB/USP- Arquivo de Fernando de Azevedo, A Reforma de Ensino no Distrito Federal 1927-1930).

Seu discurso preconizava a reorganização da Diretoria de Instrução Pública, o que seria maduramente estudado e debatido, conforme seu pronunciamento. Com essa reorganização, ele privilegiaria a expansão do ensino normal, a organização do ensino primário gratuito e obrigatório, e a reforma do ensino técnico profissional. A esse respeito, Azevedo assim expressa, no Jornal do Brasil, em 21 de janeiro de 1927:

(...) **anexação do ensino técnico elementar** ao maior número de escolas primárias; (...); e a **reforma de ensino técnico profissional**, ajustado ao sistema geral de educação e com um programa específico **segundo as necessidades técnicas e profissionais mais sensíveis das regiões em que se instalarem ou estiverem instaladas essas escolas.** (...) <sup>62</sup> (grifos nossos).

A reforma educacional de Azevedo se estendeu ao ensino profissional, para o qual criou um programa específico de ensino. Logo ao tomar posse em seu cargo de diretor, Azevedo buscou fazer um recenseamento para averiguar o ensino na cidade do Rio de Janeiro. A partir deste levantamento, iniciou a reestruturação da educação vigente, renovando e aperfeiçoando-a ao implantar seu plano de educação, que se apresentou como uma reforma educacional, (CARVALHO, 2010).

---

<sup>62</sup> A íntegra do discurso da posse de Fernando de Azevedo no cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal se encontra em anexo (Anexo I).

Azevedo acreditava que o único meio de civilizar e modernizar o Brasil seria através de uma reforma educacional que atingisse a mudança da mentalidade pelo viés das novas gerações. “Daí sua concepção da educação como agenciadora de uma consciência moral, encaminhando o indivíduo ao desenvolvimento do cidadão é condição para a saúde do Estado” (PENNA, 1987, p. 3).

Além dessa perspectiva geral da reforma, Azevedo atribuiu como um de seus pilares também o trabalho, tendo em vista que este agenciamento de uma consciência moral seria resultado também de investimento em uma educação voltada para a formação do futuro trabalhador, sendo este um dos ideais de cidadão moderno.

Cunha (2005) afirma, no primeiro tópico do Capítulo IV de seu livro *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, que o período de 1928, com a Reforma de Fernando de Azevedo, trazia para o ensino da capital A Escola do Trabalho. Esse autor nos diz que “nos textos da reforma de 1928 e nos comentários posteriores, Fernando de Azevedo contentou-se com a tradução para o português, passando a falar da escola primária como *escola do trabalho*” (p.162). Essa escola primária deveria preparar seus alunos para seu papel social e para a luta pela vida, por isso era considerada como Escola do Trabalho, “concebendo a escola primária em função do ensino técnico-profissional” (CUNHA, 2005, p. 163). Nessa perspectiva, a escola profissional passaria a ter “uma finalidade muito mais ampla do que qualificar os pobres para serem operários” (CUNHA, 2005, p.163), tendo por objetivo além do conhecimento prático de um ofício a elevação moral e intelectual do aluno, a ampliação da visão artística, das bases científicas e da significação social.

Cunha nos explica que o conceito do trabalho era pouco claro.

Nos diversos escritos que serviram de suporte à divulgação da reforma, Fernando de Azevedo ora nos faz crer que tinha um conceito de trabalho produtivo, aquele que se faz em troca do salário, necessário para o trabalhador viver. É o que se depreende, por exemplo, da passagem de entrevista ao jornal carioca, que diz “a criança pobre aprenderá a trabalhar, a criança rica, trabalhando igualmente, aprenderá a respeitar o trabalho alheio” (*apud* Penna, 1987, p. 35). Em outras passagens, o conceito trabalho parece assumir uma conotação muito lata, podendo ter a ver com a produção ou não, podendo ser entendido até mesmo em termos exclusivamente intra-escolares” (CUNHA, 2005, p. 169-170).

A Reforma Educacional com Fernando de Azevedo no Distrito Federal se contemplava por suas ideias que reformulavam o modelo de educação, por meio de se tentar organizar a cultura escolar que levaria a sociedade a uma transformação através da modernização, civilização, higienização e trabalho. Entretanto, para então fazer algum efeito na sociedade, essas ideias e lutas pela renovação escolar teriam que ser colocadas em prática no cotidiano dos alunos, mudando com isso as práticas escolares (CAMARA, 2004).

Portanto, essas novas práticas escolares, como os trabalhos manuais nas oficinas, consultório dentário, as excursões e exposições escolares voltadas para a modernização, higiene e civilização, sucintamente se apresentavam na tentativa de transformar o que se aprendia por meio dos livros, dos conteúdos, na vida prática, assim como nas oficinas, tornando ativo o método escolar. Dizia Jonathas Serrano<sup>63</sup> (1930, p.275) “a escola vae sendo hoje por toda a parte, aparelho do organismo da sociedade, porque deve ser exuberante força social das novas gerações [alunos, futuros cidadãos], que avançam, transformando uma civilização”. A instituição escolar, nessa concepção tem se apresentado como uma grande força na constituição dos futuros cidadãos, principalmente quando focamos naqueles preparados para o trabalho<sup>64</sup>.

O que se quer, ajustando a escola ao meio social e procurando attrair, o ideal commum, as outras instituições sociaes, não é fazer da escola um reflexo do meio, um aparelho de adaptação, mas um elemento dynamico, creador e disciplinador de actividades e energias, capaz de transmittir um ideal ás novas gerações e, exercendo sobre ellas uma pressão poderosa, contribuir á transformação, em determinado sentido, do meio para qual foi creada (AZEVEDO, 1930, p. 27).

Fernando de Azevedo, pensando em um projeto que almejasse a reconstrução da nação brasileira, pensou a educação não apenas por um viés filosófico ou ético mas também pelo viés político, tendo em vista que para qualquer modificação ele precisaria

---

<sup>63</sup> Jonathas Serrano foi um intelectual e educador escolanovista contemporâneo a Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Amerino Wanick. Frequentavam os mesmos ambientes educacionais, tais como a ABE e as Conferências de Educação Nacionais promovidas pela entidade. Fernando de Azevedo (1964) ao citar Jonathas Serrano, na obra Cultura Brasileira diz que ele foi o precursor do cinema educativo.

<sup>64</sup> Dar acesso à educação, ocorrendo ligação direta da escola pública com o meio social seria, segundo Fernando de Azevedo, o único meio de organizar a cultura e criar uma identidade nacional para o Brasil, contribuindo, assim, para a sua transformação. A educação se apresenta, portanto, como um fenômeno de transmissão cultural, difundindo um ideal político e pedagógico de renovação das tradições culturais, na qual apresenta a escola como um elemento dinâmico, criador e disciplinador (PENNA, 2010).

de apoio administrativo e financeiro. Durante seu primeiro ano no cargo, Fernando de Azevedo se empenhou em averiguar como estava e/ou caminhava a educação na capital do país. Como resultado, elaborou um documento que organizava o ensino do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 3.281 de 23 de janeiro de 1928, regulamentada pelo Decreto nº 2.940 de 22 de novembro de 1928, que ficou conhecido como a Reforma de Instrução Pública de Fernando de Azevedo<sup>65</sup>.

De acordo com este decreto, o ensino público na capital do país era composto pelo ensino infantil, ensino primário, ensino vocacional, ensino normal, ensino técnico profissional e ensino doméstico.

No regulamento desta reforma, ao especificar o Ensino Primário, em seu artigo 146, dispõe que: “Aos alumnos que concluem o curso primário e possam prosseguir nos estudos sem solução de continuidade será ministrado o ensino vocacional em cursos complementares anexos às escolas normais, **às escolas profissionais** e à escola doméstica” (BRASIL, 1928, p. 749, grifos nossos).

Na mesma direção de Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, em 1928, estipula que, quanto ao ingresso nos cursos anexos para as escolas profissionais, o aluno deveria ter idade mínima de 11 anos. Os requerimentos de matrícula deveriam ser dirigidos ao diretor da escola e assinados pelos pais ou responsáveis do aluno, contendo o nome completo do candidato, idade, filiação, naturalidade e endereço da residência, mais a certidão de registro civil. Após a aprovação no ensino complementar vocacional, o aluno tinha a oportunidade de se dirigir ao Ensino Técnico Profissional<sup>66</sup>.

O decreto de 1928 determina que o ensino vocacional, que deveria dar sequência ao ensino primário, contribuiria como um curso complementar com duração de dois anos, podendo esse período variar de acordo com a finalidade das escolas, bem como suas matérias e conteúdos ministrados, preparando o aluno para o ingresso no ensino normal

---

<sup>65</sup> É importante atentar para a cronologia temporal, pois entendemos que o processo da Reforma Educacional com Fernando de Azevedo se iniciou com sua entrada no cargo de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, levando em consideração que durante o primeiro ano à frente desta diretoria, em 1927, Azevedo já efetuava medidas na educação, além de averiguar e entender tal ensino para então, em 1928, publicar o decreto que efetivou sua reforma educacional (CARVALHO, 2010).

<sup>66</sup> “Assim, a tarefa da escola, além de criar e desenvolver o sentimento democrático, escola única, poderá transformar-se num instrumento de reorganização econômica pela escola do trabalho. A reforma baseou toda a educação na atividade creadora e pesquisadora do alumno, estimulada pelo interesse, que, permitindo desenvolver-se o trabalho com prazer, lhe dá o caráter educativo de que deve revestir-se na escola primária” (PROGRAMMAS, 1929, p. 8).

ou profissional. Para isso, era preciso cursar as disciplinas básicas como português, matemática, história, geografia, ciências e educação física e complementar o currículo com as disciplinas de desenho, trabalhos manuais e modelagem, música e canto.

Nos cursos complementares, a predominância deveria ser no desenho, trabalhos manuais e modelagem. Além de ser um prolongamento do ensino primário, o curso tinha por objetivo desenvolver o interesse pela atividade profissional e habilitação técnica, bem como determinar, por métodos e princípios científicos, a melhor ocupação para aquele aluno. O parágrafo único do artigo 344 do decreto estipula que, “serão adoptadas series de testes psychologicos mais convenientes para a verificação das aptidões naturaes em vista dos diversos officios” (BRASIL, 1928, p.780). Esses cursos complementares sendo anexos às escolas profissionais e também às escolas primárias, usariam as oficinas dessas escolas para as disciplinas de trabalhos manuais e modelagem, respeitando os três ofícios elementares: madeira, metal e massa plástica.

De acordo com esta reforma (1928, p. 719), a duração do curso técnico profissional seria de quatro anos nas escolas e institutos profissionais, sendo o último ano constituído do curso de aperfeiçoamento. Nos dois primeiros anos, os alunos seriam divididos por turma e fariam estágios nos diversos ofícios; e nos dois últimos anos a especialização no ofício escolhido, dentro do grupo de ofícios já conhecido e estudado nos anos anteriores. Nesses dois últimos anos, “as escolas profissionaes, sem prejuízo de seus programmas de ensino, produzirão como industrias nos dous últimos annos de curso, senão bastarem a si mesmas, ao menos para formarem um patrimônio para assistência aos alumnos e desenvolvimentos das officinas” (ARTIGO 272, 1928, p. 767). Produzir como indústria para a escola era atender a demanda das encomendas do “mercado”, como parte do currículo prático os alunos atuavam conforme operários das fábricas.

Nos dois primeiros anos do curso profissional, os alunos estudavam disciplinas elementares e comuns a todos os cursos, tais como: 1º ano- português, matemática elementar, física e química, desenho, modelagem, música e canto, e educação física; 2º ano- matemática elementar, física e química, geometria descritiva, mecânica geral, higiene industrial, desenho, música e canto, e educação física. Nos dois últimos anos, estudavam o ensino da tecnologia da profissão e as matérias de forma específica de cada ofício.

Na prática, os materiais produzidos pelos alunos formavam o patrimônio da escola. Para além do patrimônio escolar, os trabalhos eram destinados ao governo municipal e federal, sob encomenda. Os demais trabalhos produzidos eram vendidos e parte do dinheiro era distribuída em forma de salários para os alunos do 3º e 4º ano, e a outra parte restante era exclusiva da escola para assistência aos alunos e ao desenvolvimento das oficinas (BRASIL, 1928).

As escolas profissionais, segundo a reforma de Azevedo, se organizavam prioritariamente de acordo com as necessidades do meio e as atividades industriais dominantes em cada região carioca.

O ensino, de caracter accentuadamente pratico e experimental, será baseado na investigação pessoal ou na observação directa, confirmação e classificação dos phenomenos e das cousas, nas aulas, gabinetes, officinas, laboratórios, museus escolares e estabelecimentos visitados na excursão (BRASIL, 1928, p. 775).

Possuíam, de acordo com o artigo 274 do Decreto de 1928, uma forma de vida em comum, sobre a base de autogoverno, atividade produtiva e cooperação social<sup>67</sup>. Elas, conhecidas também como escolas do trabalho profissional, se apoiavam e se articulavam nas escolas primárias, desenvolvendo no regime de “solidariedade orgânica”. O parágrafo único do artigo 274, dispõe que:

A escola profissional (**escola do trabalho profissional**) e a escola primária (escola do trabalho educativo), em que se apoia e com que se articula, mediante os cursos complementares annexos, deverão manter e se desenvolver a sua solidariedade orgânica: a) pela orientação do ultimo anno do curso primário, no sentido vocacional (curso pré-vocacional), com predominância de trabalhos manuais e desenho; b) pela feição marcadamente vocacional dos cursos complementares, que, funcionando obrigatoriamente nos próprios estabelecimentos de ensino profissional a que estão annexos, serão dados por professores primários do quadro, designados em comissão; (...); f) por visitas **frequentes de alumnos de escola primaria as officinas em**

---

<sup>67</sup> Nos próximos capítulos veremos que a Escola Profissional Washington Luis se baseava nesta “forma de vida comum”, que a Reforma Fernando de Azevedo expressa. Ela possuía algumas práticas, como Cooperativa Collegial, o Banco Escolar e formas de autogoverno com relação aos materiais que os alunos necessitavam para realizar suas atividades.

**actividade e ás exposições permanentes das escolas e institutos profissionaes** (BRASIL, 1928, p. 768<sup>68</sup>, grifos nossos).

Sendo também denominada pela Reforma Fernando de Azevedo como escola do trabalho profissional, a Escola Profissional era entendida como uma complementação prática da escola primária, onde o aluno estaria sendo preparado para o trabalho ou suas técnicas. É importante frisarmos acerca do sentido vocacional que era estabelecido desde o ensino primário, em que o aluno, ao concluir o primário de adaptação, cursava o curso pré-profissional para então, caso fosse aprovado, se matricular no curso profissional. O ensino técnico profissional, sendo articulado ao ensino primário por meio do curso pré-profissional e com a ligação de algumas disciplinas, tornou o processo educativo uma continuidade.

Mediante essas alterações na educação carioca, sendo um criador da representação do campo educacional, apresentando uma concepção ufanista e humanista, firmada no respeito pela pessoa humana e de sua existência enquanto sujeito social, Fernando de Azevedo construiu e perpetuou sua própria visão da história cultural e educacional especialmente na obra, *Cultura Brasileira* (1964). Nas palavras de Xavier (1998),

Fernando de Azevedo foi, ele próprio, um criador da representação do campo educacional como um campo de saberes específicos fundado no conhecimento científico e integrado no conjunto das ciências humanas. Azevedo procurou ampliar as fronteiras deste campo, estabelecendo relações entre o campo teórico-científico e o campo político-institucional, este último potencial provedor da aplicação prática dos saberes produzidos pela elite intelectual em um projeto político-pedagógico que acreditava ser possível trazer a modernidade à nação através da organização dos sistemas de ensino dos grandes centros urbanos do país, (p. 10).

Como um criador e representante do campo educacional, Fernando de Azevedo deixou suas marcas na educação carioca e também vestígios na educação brasileira, conforme apresentado, ao caminhar com as propostas deixadas por Carneiro Leão, no viés da educação moderna, produzindo impactos e deixando suas marcas no ensino profissional. Mas, se o ensino profissional nesse período se configurou na forma

---

<sup>68</sup> Decreto nº 2.940 de 22 de novembro de 1928.

apresentada, vamos ver o que dizia a legislação estadual do Rio de Janeiro nessa mesma ocasião, pois é ela que balizará a Escola Washington Luís.

### **2.3 O Ensino Profissional no Estado do Rio de Janeiro e em sua capital Niterói**

No Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, como vimos, enquanto presidente do país, também se destacou por suas ações de renovações do estado, principalmente em suas obras arquitetônicas, voltada para o viés moderno e suas ações voltadas ao Ensino Profissional.

Para além da estrutura física do estado, por meio de suas novas construções, era também pensada a transformação dos setores econômicos e sociais, tendo em vista que as mudanças deveriam ocorrer também por parte dos sujeitos pertencentes àqueles locais. Turazzi sinaliza que:

O Rio de Janeiro, na virada do século [XIX para XX], reunia condições que a transformaram no maior centro industrial do país até a década de 1920 (quando foi superado por São Paulo). Entre estas condições estão: a acumulação de capitais provenientes da economia cafeeira, a formação de uma força de trabalho que abrangia escravos, trabalhadores livres nacionais e imigrantes; a utilização de energia a vapor em substituição à água como força motriz e, posteriormente, o emprego da energia elétrica e, finalmente, a existência de um mercado de consumo dada a situação da cidade portuária, sede do governo e centro financeiro (TURAZZI, 1989, p. 48).

Segundo ainda Turazzi, até os anos de 1930, a estrutura industrial do Rio de Janeiro se caracterizava pelas oficinas e pequenas empresas de tecidos, mobiliários, metalurgia, construção etc., tendo “baixa concentração de capital operário e base técnica artesanal” (TURAZZI, 1989, p. 49). Mediante essa estrutura industrial, sua capital, Niterói, também se apresentava no bojo desta discussão.

A questão na modernização da cidade de Niterói não é um assunto isolado das disputas entre as elites políticas, muito pelo contrário, tais disputas, de acordo com os projetos Republicanos, colocavam a cidade imersa a ideais de organização espacial, higiênica, educacional, comercial e política (DUTRA, 2013, p.69).

Como capital do estado, a cidade de Niterói também foi atingida pelos ideais republicanos. Dutra enfatiza ainda que,

Durante o período republicano, **os ideais de modernização também atingiram a capital Niterói**, contudo, **não no mesmo período e nas mesmas circunstâncias que o Distrito Federal**. Tal processo pode ser relacionado às características que a capital concentra. **As modificações da cidade do Rio de Janeiro, capital federal**, por ocorrerem como porta de entrada para a modernização nacional, **traziam para Niterói, então capital do estado, o título de cidade provinciana** por ser considerada atrasada no processo de modernização (2013, p.71, grifos nossos).

Com a tentativa de sair do atraso e do “slogan” de cidade provinciana, durante os primeiros anos do século XX, Niterói passou por reformas, inaugurando a iluminação elétrica, bondes elétricos, o Estaleiro Rodrigues Alves da Companhia Cantareira de Viação Fluminense, a estação das barcas, além de suas reformas urbanísticas.

A partir daí entra em questão a reforma urbana de Niterói, que possibilitasse a modificação de suas estruturas provincianas, dando um ar de progresso, em consonância com os ideais republicanos imaginados. (...) neste momento em que Nilo [Peçanha] se coloca à frente do Estado é que se iniciam as modificações na esfera urbana com abertura de ruas, desmonte de morros, aterramentos, construções de edificações de escolas e saneamento de esgoto. Também foi ele quem incentivou a instalação da iluminação elétrica no lugar da iluminação a gás e a inauguração das primeiras linhas de bonde elétrico e do Estaleiro Rodrigues Alves através da Companhia Cantareira de Viação Fluminense, a nova estação das barcas, assim como a mudança da comunicação marítima com a capital (DUTRA, 2013, p.71).

Ana Paula Almeida, ao enfatizar Niterói nesse período, indo ao jornal A Capital Fluminense nos traz que:

O advogado Julio Pompeu de Castro Albuquerque enumera as fábricas instaladas na cidade. São elas: formicida (2), calçados (3), cerveja (2), artefatos de borracha (2), colchetes (1), doces (4), bebidas, vinagres e gasosas (5), produtos químicos (3), barcos de regatas (3), flores artificiais (5), vassoura e objeto de vime (1), chapéus “de sol e de cabeça” (2), bordados (7), meias (1), charutos (3), massas alimentícias (3), vidros (2), chinelos (2), cigarro (3), caixas de papelão e saco plástico (1), tecidos (3), sabão, sabonetes e perfumarias (30), caixas de madeira (1), blocos de lixa (1), sabão (1), produtos cerâmicos (1), saltos de madeira (5), artefatos de chumbo (1), selins (1), fósforos e vidros

(10, fósforos (3), ladrilhos (2) e botões (3) (ALBUQUERQUE, 1925, *apud* ALMEIDA, 2008, p.24).

Como capital do Estado do Rio de Janeiro, buscando o progresso e um novo aspecto voltado ao moderno, em 1905, Nilo Peçanha adquire uma grande área localizada no bairro do Fonseca em Niterói, a fim de cultivar plantas, dedicando-se ao sistema agrícola e compondo ainda uma forte economia para o estado. Construiu nessa área uma grande obra arquitetônica com traços europeus, o que seria posteriormente um dos locais de instalação da Escola Profissional Washington Luís<sup>69</sup>. Neste prédio seria instalado posteriormente o curso geral da escola.

As questões educacionais tiveram a inserção de um disciplinamento maior na educação profissional, na formação de cidadãos, identificado pelos relatórios dos presidentes de estado, principalmente após a reforma de 1926, pelo Decreto n. 2160 de 31 de janeiro, assim como a modificação dos prédios escolares, fazendo parte desse processo de modernização (DUTRA, 2013, p. 73).

Mediante esse cenário também de renovação da capital do Estado do Rio de Janeiro, atribuindo-se, com a instalação da República, ideais educacionais modernos, foram criadas escolas e novos modelos da educação estadual. Portanto, como “justificativa da criação das escolas fluminenses” (CUNHA, 2005, p. 18), Nilo Peçanha afirmou que “o ensino profissional é de vantagem ao progresso do estado não só pelo que concerne ao desenvolvimento de suas indústrias, como por facilitar às classes menos favorecidas da fortuna ocupação remuneradora para sua atividade” (CUNHA, 2005, p.18). Nessa direção, neste período temos em funcionamento em Niterói as Escolas Visconde de Moraes e Washington Luís voltadas para o sexo masculino e a Escola Aurelino Leal para o sexo feminino.

---

<sup>69</sup> Não encontramos no tempo desta pesquisa documentos que informam a data de instalação da Escola Washington Luís nesse prédio. O que encontramos na Biblioteca Nacional, foi um livro acerca da história do Horto Botânico de Niterói e nele apenas sinais de que uma escola funcionava ali antes de 1930. Neste livro, cuja autoria não encontramos, sendo uma edição do Estado do Rio de Janeiro, consta que: “de 1932 a 1937 funcionou nas dependências do Horto Botânico a Escola do Trabalho, que em 1938 foi transferida para o bairro do Barreto (1990, p. 9). Cabe ressaltar que, mediante vestígios de outras fontes e bibliografias analisadas, essas datas não estão semelhantes, mas o que é necessário saber é que no Horto Botânico de Niterói funcionou a Escola Washington Luis e depois a Escola do Trabalho do Rio de Janeiro.

Voltado para o progresso por meio do desenvolvimento de suas indústrias, entre outros ideais políticos e sociais, o governo estadual baixou três decretos na década de 1920 que regulamentaram e ajustaram o ensino profissional: o Decreto nº. 1.954, de 13/05/1923; o Decreto de nº. 2.160, de 31/01/1926<sup>70</sup> e o Decreto nº. 2.380, de 14/01/1929<sup>71</sup>, sendo a base para o funcionamento das Escolas Profissionais.

### 2.3.1 Os Decretos Estaduais dos anos de 1923, 1926 e 1929

Atendendo ao disposto no Decreto nº. 1.954, de 13 de maio de 1923, inicialmente o currículo da Escola Profissional, “definía a matriz curricular dos cursos profissionais em três anos, englobando o curso geral e técnico, com formação e habilitação dos alunos a partir de notas, que poderiam variar de no mínimo 1 e o máximo de 5”, conforme Fabiana Reis (2013, p. 81).

Funcionando com os cursos primário de adaptação e profissional, destinados às crianças e adolescentes e o noturno, destinado aos adultos, Feliciano Sodré, em seu relatório de 1924, declarou que os “cursos primários que ministram o preparo básico indispensável á aprendizagem profissional” (p. 48).

No jornal O Fluminense, de 05 de junho de 1924, sob o título “Escola Washington Luís” é anunciado que se encontrava em funcionamento e aberto para as matrículas o curso noturno dessa escola, sendo ministrado das 19 às 22 horas, tendo como responsável o professor Cizinho Pinto. Assim, a Escola Washington Luis ofereceu também nesse período aulas no turno da noite.

Em 31 de janeiro de 1926, foi instituído o Decreto nº. 2.160, que regulamentou o ensino profissional do estado. O Jornal<sup>72</sup>, de 21 de janeiro de 1926, anunciava, sob

---

<sup>70</sup> A cópia em que foi pesquisada o decreto se encontrava em péssimas condições de uso, por isso não conseguimos ler muitas de suas partes.

<sup>71</sup> Para este trabalho não conseguimos o Decreto nº 1.954 de 1923, portanto analisaremos o ensino profissional estadual a partir de 1926.

<sup>72</sup> O Jornal: “Jornal carioca diário fundado em 17 de julho de 1919 por Renato de Toledo Lopes. Cinco anos após sua fundação, foi adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, tornando-se o primeiro elo e o órgão líder da cadeia dos Diários Associados. Foi extinto em abril de 1974. O oposicionismo de O Jornal fê-lo aproximar-se do movimento tenentista, principal foco de oposição à estrutura política da República Velha. Mesmo após as revoltas abortadas de 1922 e 1924, os “tenentes” prosseguiram em sua luta pela “regeneração nacional” e pela “modernização”. No final do governo de Washington Luís, a posição de O Jornal levou-o a apoiar com entusiasmo a articulação dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba visando à formação da Aliança Liberal. Apoiando a candidatura aliancista de Getúlio Vargas à presidência da República, O Jornal — segundo Austregésilo de Ataíde —

o título “Estado do Rio – A visita do Sr. Washington Luis a Nictheroy”, que, “o Sr. Feliciano Sodré, presidente do Estado do Rio de Janeiro, em comemoração à visita do Sr. Washington Luis [presidente do Brasil] a Nictheroy, assignará o decreto que approva o regulamento que remodela o ensino profissional masculino e feminino”<sup>73</sup>.

As mudanças implementadas pelo respectivo decreto são alvo de reportagem do jornal O Globo, em 08 de fevereiro de 1926. Em um artigo intitulado “O ensino profissional fluminense toma novas directrizes – A sua regulamentação”, é publicado que “o recente projecto do governo do Estado do Rio de Janeiro, fixando normas e a orientação do ensino profissional representa um grande passo para as realizações da cultura technica de que tanto carecemos”. A reportagem ainda dispôs que a regulamentação do ensino do estado conseguiu colocar o ensino profissional no seu verdadeiro lugar, de segundo grau do ensino primário, considerando um avanço, já que o mesmo não tinha sido alterado no ensino profissional federal, existente desde 1909, sendo ministrado junto com a alfabetização.

Ao concluir a reportagem, o jornalista escreveu que “ensinar a ler e a escrever no mesmo tempo que o exercício das artes mecânicas não é mais do que uma solução tecnicamente negativa do problema”. Isso nos mostra que, segundo o entendimento do jornalista, a reformulação do ensino profissional, na qual englobou a formação do ler, escrever e trabalhar, não era o meio mais eficaz de solucionar os problemas do país, mas sim uma solução rápida e técnica na tentativa de amenizar o problema para a sua transformação e modernização.

Portanto, nesse novo decreto que se apresenta como base das dinâmicas estruturais e de funcionamento da Escola Washington Luís, é estabelecido em seu segundo artigo que o ensino profissional consistia no ensino de artes e ofícios paralelo à cultura física, intelectual e cívica dos alunos.

O curso profissional, voltado ao público masculino, até o ano de 1926 era ministrado em três anos. Após a promulgação do Decreto de 1926, passou a ser

---

teve sua sede várias vezes visitada por este, que conspirava com Chateaubriand contra Washington Luís. O periódico deu grande destaque à Revolta de Princesa, deflagrada na Paraíba em fevereiro de 1930 contra o presidente estadual João Pessoa, também candidato à vice-presidência da República na chapa de Getúlio. No mês de julho, o jornal acusou formalmente o governo federal de responsável pelo assassinato de João Pessoa. Finalmente, no mês de outubro, O Jornal deu total apoio à Revolução de 1930”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>. Acessado em janeiro 2016.

<sup>73</sup> Cabe ressaltar que o presidente do país, Washington Luis, ao visitar a Escola apresentou a nova regulamentação do ensino profissional masculino e feminino, dez dias antes de o regulamento se tornar promulgado.

ministrado em quatro anos. Recebia alunos a partir dos 12 anos de idade, segundo estipulado por este Regulamento do estado.

Com ele, apontaremos a estrutura que a Escola Profissional Washington Luis de Niterói deveria seguir. Este regulamento, base estrutural da Escola Washington Luis, tanto pedagógica, quanto administrativa, estabelece que,

Art.1º O ensino profissional, de caráter essencialmente educativo é gratuito para ambos os sexos e ministrado em estabelecimentos distintos, que funcionam sob o regime de externatos.

Art.2º Consiste o ensino profissional no lecionamento de artes e ofícios, paralelo a cultura física, intelectual e cívica dos alunos, e visa prepará-los, de um modo geral, para a vida prática (...) (BRASIL, 1926).

No capítulo primeiro deste decreto, intitulado “a natureza, objeto e fins do ensino profissional”, os seus três primeiros artigos dispõem que o ensino profissional é de caráter educativo e gratuito, para ambos os sexos, consistindo no ensino de artes e ofícios, paralelo à cultura física, intelectual e cívica dos alunos, preparando-os para a vida prática. Distinguindo-se em masculino e feminino, o ensino profissional tem no período, em Niterói, a Escola Aurelino Leal para o sexo feminino e as escolas Visconde de Moraes e Washington Luís para o sexo masculino.

Assim como na Reforma Fernando de Azevedo, o artigo 4º desse regulamento dispõe que o Ensino Profissional seria ministrado em quatro anos, apresentando um curso geral (fundamental) de caráter obrigatório e um curso especial.

Art.4º O período de ensino das escolas profissionais será de 4 anos, ministrado num curso geral, fundamental, de caráter obrigatório, e, paralelamente, nos cursos especiais (BRASIL, 1926).

Em seu segundo capítulo, tratando acerca da “organização e plano geral de estudos”, no quarto artigo estipula o período de ensino de quatro anos, sendo ministrado em um curso geral<sup>74</sup>, entendido como “educação sistemática”, no qual o aluno estudava Português, Instrução Moral e Cívica, Matemática Elementar (aritmética, álgebra

---

<sup>74</sup> É necessário observar que essa postura do sistema rotativo dos ofícios é também estabelecida por Carneiro Leão no Distrito Federal. Ele defendia que o aluno deveria conhecer um pouco de todos os ofícios, aprimorando as técnicas dos trabalhos manuais, (1926).

geometria e trigonometria), Física Experimental, Química Natural, Economia Política, Contabilidade e Organização do Trabalho e da Indústria, Cultura Física, Desenho e Trabalhos Manuais e Teoria da Música<sup>75</sup>. Além destas disciplinas que o aluno deveria estudar, ele teria que fazer um dos cursos especiais.

Uma vez promovido ao 2º ano do curso geral, o alumno optará por um dos cursos especiais, conforme as aptidões verificadas durante o primeiro ano daquele curso, em que será obrigado a percorrer todas as oficinas pelo sistema rotativo, a critério da direção do estabelecimento (BRASIL, 1926, art.4º, parágrafo único).

Conforme o decreto acima sinalizado, o Ensino Profissional estadual, a partir de 1926, era dividido em curso geral (educação sistemática) e especial (ensino nas oficinas). O curso geral consistia em seu currículo as disciplinas já sinalizadas; já o curso especial para o sexo masculino compreendia os trabalhos de madeira (os ofícios de carpinteiro, marceneiro, torneiro, entalhador, lustrador, empalhador, modelador), trabalhos de metal (ofícios de torneiro, ferreiro, ajustador, moldador e fundidor) e artes gráficas (ofícios de tipografia, impressor, pautador, encadernador e dourador). Dentro desses trabalhos, o aluno percorria as diversas oficinas, conhecendo um pouco de cada ofício.

Ainda no Decreto estadual de 1926, nas disposições transitórias, em seu sétimo artigo, tratou-se da rescisão do contrato datado de 03 de abril de 1924, entre o governo estadual e o contrato firmado com a Escola Technica Fluminense, que criou e subvencionou inicialmente a **Escola Profissional Washington Luís**, passando esta, a partir desse decreto, a pertencer à rede de escolas do Estado do Rio de Janeiro. Vejamos:

Art. 7 Para imediata execução deste regulamento, considera-se desde já rescindido o contrato firmado em 3 de abril de 1924 com a Escola Técnica Fluminense, mediante a indenização, subvencionamento e favores que lhe serão contratualmente concedidos, atenta a eficiência que administrou, na vigência daquele contrato a escola profissional “Washington Luis”.

---

<sup>75</sup> Mediante essas disciplinas, os alunos estudavam no 1º ano: Português, instrução moral e cívica, trabalhos manuais, aritmética, cultura física, desenho e música. No 2º ano: Português, instrução moral e cívica, física experimental, desenho (geométrico e de projeção) e música. No 3º ano: Português, instrução moral e cívica, química, geometria e trigonometria, cultura física, desenho profissional e música. No 4º ano: Instrução moral e cívica, história natural, economia política, contabilidade, organização do trabalho e da indústria, cultura física, desenho profissional e música, conforme é apresentado no art. 10 do Decreto de 1926.

Em 14 de janeiro de 1929, foi instituído um novo Regulamento do Ensino Profissional do Estado do Rio de Janeiro, publicado pelo Decreto nº 2.380, já com a Escola Washington Luís fazendo parte das escolas da rede estadual. Constituído de 14 capítulos e disposições gerais e transitórias, com mudanças mais visíveis em relação ao de 1926, nele podemos observar a concepção de um novo tipo de aluno, futuro trabalhador, cidadão higiênico e moderno, além do ensino voltado ao seu papel social. Ainda como mudança, temos a denominação de cadeira para disciplina, voltando-se aos aspectos modernos educacionais, assim como também a inclusão de novas disciplinas.

Pelo decreto, os alunos estudavam no curso geral, compreendido como uma educação sistemática, e no curso especial, que eram os ofícios, no qual percorriam todas as oficinas nos primeiros anos do curso para depois optarem por um ofício para se especializar, sendo conhecido como sistema rotativo de ensino. Para melhor visualização das disciplinas ministradas, elaboramos um quadro através dos Regulamentos de 1926 e 1929.

**Quadro II:** Curso Profissional Masculino (1926)<sup>76</sup>

<b>Curso Profissional Masculino (1926)</b>	
<b>Curso Geral (cadeiras)</b>	<b>Cursos Especiais (oficinas)</b>
Português, Instrução Moral e Cívica, Matemática Elementar (aritmética, álgebra geometria e trigonometria), Física Experimental, Química Natural, Economia Política, Contabilidade e Organização do trabalho e da indústria, Cultura Física, Desenho e Trabalhos Manuais e Teoria da Música	<p><b>Oficina de madeira:</b> os ofícios de carpinteiro, marceneiro, torneiro, entalhador, lustrador, empalhador, modelador</p> <p><b>Oficina de metal:</b> ofícios de torneiro, ferreiro, ajustador, moldador e fundidor</p> <p><b>Oficina gráfica:</b> ofícios de tipografia, impressor, pautador, encadernador e dourador</p>

<sup>76</sup> Todos os quadros deste trabalho foram elaborados pela autora.

Em 1929, algumas disciplinas se modificaram tanto do curso geral como do curso especial da escola, conforme disposto abaixo:

**Quadro III:** Curso Profissional Masculino (1929). Quadro elaborado pela autora.

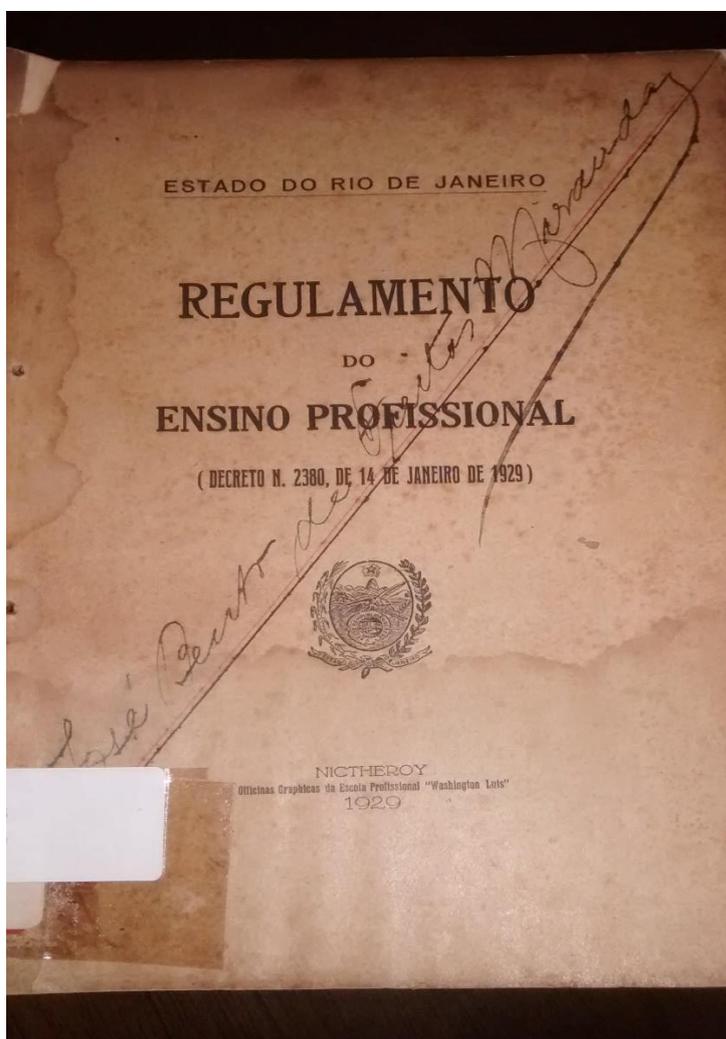
<b>Curso Profissional Masculino (1929)</b>	
<b>Curso Geral (cadeiras/disciplinas)</b>	<b>Cursos Especiais (oficinas)</b>
Português, Instrução Moral e Cívica, Matemática Elementar, Física Experimental, Química e História Natural, Economia Política e Industrial, Contabilidade, Cultura Física, Desenho, Teoria da Música, solfejo e coros, Higiene, Tecnologia e Trabalhos Manuais	<p><b>Seção de madeira:</b> ofícios de marceneiro, torneiro, entalhador, lustrador e empalhador;</p> <p><b>Seção de metal:</b> ofícios de torneiro mecânico, ajustador, ferreiro, modelador, moldador e fundidor;</p> <p><b>Seção gráfica:</b> ofícios de tipógrafo, impressor, pautador, encadernador e dourador, estereotipista e gravador</p>

Ao compararmos os dois quadros, vemos que no curso geral, a partir do Regulamento de 1929, foram acrescentadas, em relação a 1926, as disciplinas de economia industrial, cultura física, higiene e tecnologia e no curso especial os ofícios de modelador na seção de metal e estereotipista e gravador na seção gráfica. Entretanto, as cadeiras/disciplinas de organização do trabalho e da indústria, do curso geral e os ofícios de modelador e carpinteiro da seção de madeiras, do curso especial, existentes em 1926, foram extintos em 1929.

Ainda no Regulamento de 1929, houve a implantação do curso Pré-Profissional. Conforme o disposto em seu artigo nono: “nas escolas profissionais masculinas haverá um curso pré-profissional, em um anno, em que se lecionará: portuguez, arithmetica, historia do Brasil, geografia, especialmente do Brasil, desenho a mão livre, desenho

geométrico e trabalhos manuaes”. Esclarecendo em seu artigo 60, que os alunos ao solicitarem matrícula para o curso profissional, seriam matriculados no curso pré-profissional, obrigatoriamente e necessitando de sua aprovação neste curso para ingressarem no curso profissional.

Este Regulamento se apresentou de forma especial para este trabalho de dissertação, pois foi impresso nas oficinas gráficas da **Escola Profissional Washington Luis** pelas mãos dos alunos da Escola, conforme podemos observar na ilustração abaixo.



**Imagem VI:** Capa do Regulamento do Ensino Profissional do Estado do Rio de Janeiro, 1929.

O Regulamento assinado pelo Secretário de Interior e Justiça, Manuel Duarte e pelo Diretor da Instrução de Ensino do Estado, Álvaro Rocha, em seu primeiro capítulo dispõe sobre a “natureza, objetos e fins do ensino profissional”:

Art. 1º - O ensino profissional, de caráter essencialmente educativo, é gratuito para ambos os sexos e ministrado em estabelecimentos distintos, que funcionam sob o regime de externatos e internatos (BRASIL, 1929).

Se comparado ao de 1926, observamos que no artigo primeiro acrescenta-se o regime de internato. E no segundo artigo a perspectiva de caráter educativo e gratuito, consistindo no ensino de artes e ofícios, paralelo à cultura física, intelectual e cívica, preparando os alunos para a vida prática, mantém-se.

Uma diferença em relação ao regulamento de 1926 é que por este Regulamento de 1929, o aluno cursava antes do 1º ano do ensino profissional o curso Pré-Profissional, no qual eram verificadas suas aptidões, e direcionado ao ofício que mais lhe interessava. Conforme o artigo 4º.

Art. 4º- § 1º- Uma vez matriculado no primeiro ano do curso profissional das escolas masculinas, o alumno optará por um dos cursos especiaes, conforme as aptidões verificadas durante o curso pré-profissional, em que será obrigado a percorrer todas as officinas pelo systema rotativo, a critério da direção do estabelecimento.

§ 2º - No 1º anno, o alumno frequentará, também pelo systema rotativo, todas as oficinas da secção por que tiver optado (BRASIL, 1929).

Por curso Pré-Profissional, o artigo nono deste Decreto de 1929 estabelece que “nas escolas profissionais masculinas haverá um curso pré-profissional, em um anno, em que se lecionará: portuguez, arithmetica, historia do Brasil, geografia, especialmente do Brasil, desenho a mão livre, desenho geométrico e trabalhos manuaes” (BRASIL, 1929).

Mediante isso, após o aluno ser aprovado no curso pré-profissional, efetuava sua matrícula no 1º ano do curso profissional, no qual optava por um curso especial e era obrigado a percorrer todas as oficinas da seção do curso escolhido pelo sistema rotativo

de ensino. Após conhecer um pouco de cada ofício, o aluno no 2º ano deveria optar pelo ofício em que desejaria se especializar. Na prática, conforme veremos nos próximos capítulos na Escola Profissional Washington Luís, dos poucos alunos que concluíram o curso profissional, ficaram desde o 2º ano profissional no mesmo ofício. Geralmente eles trocavam os ofícios de acordo com os anos, sendo apenas no 3º e 4º ano que continuavam no mesmo ofício.

O Curso Geral (educação sistemática), segundo o artigo 5º, compreendia as disciplinas de: Português, Instrução Moral e Cívica, Matemática Elementar, Física Experimental, Química e História Natural, Economia Política e Industrial, Contabilidade, Cultura Física, Desenho, Teoria da Música, Solfejo e Coros, Higiene, Tecnologia e Trabalhos Manuais. De acordo com essas disciplinas, no 1º ano o aluno estudava: português, aritmética, álgebra, instrução moral e cívica, cultura física, música, higiene, desenho a mão livre, geométrico, projetivo e decorativo geométrico. No 2º ano: português, aritmética, álgebra, geometria plana, instrução moral e cívica, cultura física, música, higiene, tecnologia, desenho a mão livre, perspectiva e desenho profissional. No 3º ano: português, geometria no espaço e trigonometria, instrução moral e cívica, física experimental, química, cultura física, música, higiene, tecnologia, desenho a mão livre, desenho profissional, noções de estilo e estilização e contabilidade. No 4º ano: português, instrução moral e cívica, história natural, economia política e industrial, contabilidade, cultura física, música, higiene, tecnologia, desenho a mão livre, desenho profissional, noções de estilos e estilização.

Já o Curso Especial era composto pelas seções de madeira, compreendendo os ofícios de marceneiro, torneiro, entalhador, lustrador e empalhador; seções de metal, compreendendo os ofícios de torneiro mecânico, ajustador, ferreiro, modelador, moldador e fundidor; e por último, pela seção gráfica, compreendendo os ofícios de tipógrafo, impressor, pautador, encadernador e dourador, estereotipista e gravador.

Após uma breve apresentação acerca do ensino profissional nas Reformas Educacionais do Distrito Federal e das Reformas Educacionais do Estado do Rio de Janeiro por meio da análise de seus decretos que regulamentaram seus ensinos profissionais, abordaremos a seguir a estruturação do ensino profissional e algumas formas de funcionamento apresentadas por esses decretos, na tentativa de traçarmos um paralelo entre eles.

## **2.4 Formas de Ingresso, matrícula, frequência e evasão dos alunos nas Reformas do Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro**

Em seu relatório de 1926, Carneiro Leão apresenta a matrícula de alunos a partir dos 11 anos de idade e com um mínimo de instrução equivalente ao terceiro ano primário.

Na Reforma Fernando de Azevedo, para se matricular nos cursos profissionais, a idade mínima era de 13 anos, sendo exigido o certificado do curso primário e a conclusão do curso complementar. Os alunos que não possuíssem essa certificação deveriam realizar o exame de admissão para efetuarem sua matrícula. Após a matrícula, de acordo com o artigo 308 (BRASIL, 1928), o aluno seria submetido à inspeção médica para verificar seu estado de saúde e suas condições físicas necessárias ao exercício da profissão. Conforme a parte IV do Decreto de 1928, o Ensino Técnico Profissional era organizado com o ensino teórico e prático, e tendo por fim, de acordo com o artigo 269:

a)ministrar o conhecimento e prática de um ofício; b) elevar o nível moral e intelectual do operário; c) despertar e desenvolver-lhe a consciência de suas responsabilidades, com a consciência das bases científicas e da significação social de sua arte; d) alarga-lhe a visão technica e artística; e) aperfeiçoar-lhe a technica no sentido de maior rendimento do trabalho; f) transformal-o por esta maneira em elemento de progresso technico nas officinas e nas insdustriasnacionaes (p. 767).

Nessa reforma, o ensino teórico versava sempre sobre o conhecimento imediato para ser aplicado nas oficinas, com um programa de trabalho que unia a teoria à prática. Tendo um caráter dinâmico, a estruturação do ensino se baseava na observação e experimentação dos conteúdos. Em cada matéria, haveria provas trimestrais, nas quais seria tirada uma média para a promoção do aluno. O aluno passava por avaliações escritas, orais e práticas. A média para ele ser aprovado seria superior ao grau quatro, quatro pontos. No artigo 327 do Decreto de 1928, consta que ao aluno do curso profissional só era permitido repetir cada ano escolar uma única vez.

No âmbito estadual, pelo Decreto nº 2.160 de 1926, no Estado do Rio de Janeiro pela regulamentação do Ensino Profissional de 1926, a forma de ingresso, segundo o capítulo V “da matrícula e frequência dos alunos”, ocorria por meio do exame de admissão, sob a condição de aprovação.

Art.39 no primeiro dia útil de janeiro de cada ano, abrir-se-á a matrícula, por qualquer título, inclusive o de transferência, dos alunos dos diversos anos do curso profissional e, bem assim, a inscrição para os exames de

admissão no 1º ano do referido curso: terminando o prazo desta a 15 e daquela a 31 do precitado mês (BRASIL, 1926).

Aqueles que possuíam certificado em escola primária, com promoção à 4ª série ou cursavam o ensino primário de adaptação na mesma instituição, estavam dispensados de realizar o exame de admissão. De acordo com o artigo 41 do Decreto de 1926, a idade mínima para os alunos ingressarem no ensino profissional era de 12 anos e o máximo de 20 anos<sup>77</sup>. Além da apresentação de escolaridade, os alunos, ao solicitarem matrícula, deveriam apresentar certidão de idade, atestado de vacinação e revacinação e atestado de moradia. O regulamento dispõe ainda que deveria a escola abrir um edital para a abertura de matrículas, inserindo o número de vagas disponíveis.

Nas escolas profissionais masculinas, funcionará um curso diurno de adaptação para alumnos de 7 a 12 annos, correspondente ao das escolas de 2ª grão de instrucção primária, em que se dará a maior extensão possível ao ensino de desenho e de trabalhos manuais, de acordo com o programma de ensino e exame, organizada pelo Diretor do estabelecimento e aprovado pelo Governador. Desse curso ingressarão os alumnos ao 1º anno do curso profissional, com o certificado de aprovação em exames finaes (BRASIL, 1926, art. 8º).

O sexto capítulo do Decreto de 1926, dispondo do “tempo letivo, das aulas e dos trabalhos em oficinas”, apresenta que o ano letivo começava no dia 01 de fevereiro e terminava no dia 24 de novembro, com recesso entre os dias 16 a 30 de junho, não havendo aulas aos domingos e feriados. As aulas se iniciavam a partir das 8 horas da manhã e deveriam terminar no máximo às 17 horas. Cada aula durava 50 minutos, havendo um intervalo de 10 minutos entre cada uma, de 50 minutos para a refeição e de 30 minutos para descanso dos alunos, não especificando o horário.

Pelo Decreto estadual outorgado em 1929, regulamentando o Ensino Profissional, em seu artigo 54, são expressas as condições para a matrícula do aluno:

São condições para a matricula no 1º anno ou no curso pré-profissional, além do exame de admissão, salvo o caso do paragrapho único do artigo precedente:

- a) Idade minina de 12 annos e máxima de 16 para ambos os sexos;

---

<sup>77</sup> O que diferencia da Reforma de Carneio Leão, pois segundo ele (1926) era com idade mínima de 11 anos de idade o ingresso no ensino profissional.

b) Atestado de vaccina e revaccinação contra a varíola e de que o matriculando não accusa moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva, nem defeiophysico que o incompatibilize para o exercício da profissão, firmado por autoridade sanitária estadual (BRASIL, 1929).

No capítulo IV do Decreto de 1929, que dispõe sobre a forma de “matrícula e frequência dos alunos”, o artigo 52 diz que as inscrições abriam no primeiro dia útil do mês de janeiro e terminavam no décimo quinto dia do mesmo mês, tendo o aluno que realizar o exame de admissão ou apresentar certificado de aprovação em 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> ou 5<sup>a</sup> série do ensino primário.

Art. 52 – No 1º dia útil de Janeiro de cada anno, abrir-se-á a matricula por qualquer titulo, inclusive o de transferencia, dos alumnos dos diversos anos do curso profissional, e, bem assim, a inscripção para os exames de admissão ou matricula no 1º anno ou no curso pré-profissional, terminando o prazo a 15 do apresentado mez. (BRASIL, 1929).

Quanto ao exame admissional, estipula-se que o aluno deveria realizar duas provas, a primeira escrita, contendo exercícios de “geografia ou historia pátria ou instrucção moral e cívica, segundo o summario fornecido pela comissão examinadora no acto do exame e três questões praticas de arithmetica” (BRASIL, 1929, art. 55). Na prova oral o aluno era arguido sobre as matérias de 3<sup>a</sup> série da escola primária. O aluno deveria apresentar certidão de idade, filiação, naturalidade e declaração de endereço, como disposto no edital de abertura de matrícula o número de vagas e a forma de classificação. Caso o número de aprovados fosse insuficiente para a quantidade de vagas disponíveis, era facultado ao diretor reabrir o período das matrículas.

Como “disposições transitórias”, ficou estabelecido que somente no ano de 1929 os diretores poderiam matricular os alunos diretamente no 1º ano profissional, ficando a critério de cada escola<sup>78</sup>. Também ficou autorizado que aos alunos que ficassem retidos em alguma disciplina no ano letivo de 1928 seria permitido solicitar exame de 2ª época, dando-se, pois, oportunidade a eles de serem promovidos ao ano seguinte, o que até então não era permitido pelo antigo Regulamento.

---

<sup>78</sup> Na Escola Profissional Washington Luis, não conseguimos identificar isso notoriamente, porém pelas análises, que veremos nos próximos capítulos, conseguimos identificar que grande parte dos alunos ingressaram ou realizaram o curso pré-profissional nesse ano.

Acerca de matrículas feitas, por via de transferência, o decreto promulga que “O aluno não poderá requerer matrícula no 2º, 3º ou 4º ano do curso profissional, sem exhibir o certificado de habilitação nas disciplinas e officios do annoanterior” (BRASIL, art. 57, 1929).

Ainda sobre “matrícula e frequência dos alunos”, segundo o artigo 60 de 1929, o aluno do curso profissional masculino, ao solicitar sua matrícula e sendo aprovado no exame admissional, era encaminhado diretamente para o curso pré-profissional, independentemente da idade. “A matrícula no 1º ano do curso profissional das escolas masculinas será requerida pelo candidato e instruída a petição com o certificado de aprovação total no curso pré-profissional” (BRASIL, 1929, art. 61).

Ao dispor acerca do “tempo letivo, das aulas e dos trabalhos nas oficinas”, o Regulamento de 1929, afirma que as aulas deveriam se iniciar no dia 01 de fevereiro, com término em 30 de novembro, não havendo aula no período de 24 a 30 de junho, domingos e feriados. Os horários das aulas deveriam ocorrer entre às 7 horas da manhã e 17 horas da tarde. O artigo 67 do decreto dispõe que, “em casos especiaes, como excursões, exercícios ou conferências, o Diretor poderá ordenar o comparecimento dos alumnos antes das 7 da manhã ou depois das 17 horas” (1929, p. 30).

É essencial observarmos que o período de dias letivos aumentou com as mudanças do regulamento, além também do horário de aula ter sido estendido, pois, em 1926, tínhamos o ano letivo entre os dias 01 de fevereiro a 24 de novembro e com recesso dos dias 16 a 30 de junho, tendo um aumento de 14 dias letivos, além de a entrada dos alunos ter sido antecipada em uma hora. O tempo das aulas de cada disciplina não foi alterado entre os Regulamentos estaduais de 1926 e 1929, pois se mantiveram os 50 minutos de aula com intervalo de 10 minutos entre cada uma.

Outra das mudanças ocorridas, caminhando pelos ideais escolanovistas, foi a introdução das excursões escolares.

Quanto à “promoção e habilitação dos alunos”, o sétimo capítulo do Decreto estadual de 1926 dispõe que os alunos seriam reprovados se tivessem mais de 40 faltas ao longo do ano letivo e médias anuais inferiores a 1,0 em qualquer das disciplinas do curso geral ou em qualquer dos officios do curso especial. Nesse aspecto, na Escola Washington Luís, pelos dados contidos nos dossiês de alunos, não temos clareza com relação à escala de notas, porém cabe dizer que as notas não ultrapassavam 5,0.

Ao sinalizar sobre a sistemática de avaliação, dentro do capítulo de “tempo letivo, das aulas e dos trabalhos nas oficinas”, o Regulamento de 1929 expressa que

A média anual do aluno em cada disciplina do curso de educação systematica, salvo trabalhos manuais, será o quociente da divisão dos pontos obtidos em arguições oraes, exercícios práticos e revisões escriptas ou praticas pelo numero de arguições, exercícios ou revisões a que estava obrigado. A média mensal de aproveitamento nas oficinas, como em trabalhos manuaes e em artes applicadas, será o quociente da divisão dos pontos obtidos pelo alumno nos trabalhos executados, pela quantidade de exercícios a que for mensalmente obrigado, na conformidade do programma respectivo (BRASIL, 1929, art. 74).

Para que o aluno fosse aprovado nas disciplinas e promovido de ano, era necessário obter média anual igual ou superior a 1,5 ponto tanto nas disciplinas do curso geral como nos ofícios do curso especial. O aluno, na segunda quinzena de novembro, conforme o Regulamento de 1929, fazia os exames finais nas cadeiras de português, aritmética, geometria e trigonometria, física experimental, química, tecnologia, desenho geométrico e desenho profissional. Na disciplina de química, além da prova escrita, o aluno realizava uma prova prática e na disciplina de desenho uma prova gráfica.

Art 82 – O alumno reprovado em exame final, em que não tiver obtido média anual igual ou superior a 1,5 em uma cadeira do curso systematico, poderá prestar, se, requerer, exame de 2ª época, na 2ª quinzena de Janeiro, do anno seguinte (BRASIL, 1929).

Neste Regulamento de 1929, o capítulo VI, que trata da “promoção e habilitação dos alumnos”, estipula que o aluno não aprovado em alguma disciplina do curso sistemático, poderá solicitar exame de 2ª época, realizando-o na segunda quinzena do mês de janeiro do ano seguinte. Caso o aluno não fosse aprovado no exame de segunda época, ficaria reprovado, não podendo ser promovido. O mesmo acontecia se o aluno não tivesse sido aprovado em algum dos ofícios da seção em que estivesse matriculado.

## **2.5 O Corpo Docente e Administrativo nas Reformas do Distrito Federal e do estado**

O corpo docente e administrativo de uma escola na Reforma de Fernando de Azevedo, conforme o artigo 277 do Decreto de 1928, seria composto de um diretor, um escrivão, um auxiliar de escrita, um dentista, um porteiro, inspetores de alunos e

serventes. O cargo de diretor deveria ser ocupado por professores que se dedicaram ao ensino profissional ou engenheiros, conforme as atividades da escola e exercendo o cargo em comissão. Já o cargo de vice-diretor deveria ser exercido por um professor do curso técnico e o corpo docente era composto de professores, mestres e contramestres - um mestre e um contramestre para um grupo de vinte alunos.

Em âmbito estadual, na seção acerca do “corpo docente”, o Decreto de 1926 dispõe que as Escolas Profissionais deveriam se constituir de professores catedráticos, substitutos, mestres e contramestres. Segundo o artigo 16, o cargo de professor substituto da “educação sistemática” era provido por meio de concurso a ser realizado pela própria escola, que formava sua própria Comissão para elaboração de um edital, publicado oficialmente. Além da aprovação no concurso, o docente deveria apresentar certidão de idade, comprovando que possuía mais de 21 anos e menos de 40 anos, carteira de identidade e atestado sanitário do estado.

O corpo docente das escolas masculinas estaduais era formado de um professor catedrático nas disciplinas de português, instrução moral e cívica, matemática, ciências físicas e naturais, cultura física, desenho e trabalhos manuais, economia política, contabilidade e organização do trabalho e da indústria; um mestre de trabalhos em madeira; seis contramestres para os ofícios em madeira; um mestre de trabalhos em metal e quatro contramestres para os ofícios em metal; um mestre de artes gráficas e dois contramestres nos ofícios gráficos.

Na seção II, específica sobre a “administração”, o Decreto de 1926 estipula que as escolas deveriam ter seu corpo administrativo formado por um diretor, secretário, almoxarife, porteiro, inspetor de alunos (art.27). É disposto ainda que as escolas seriam fiscalizadas periodicamente pelo inspetor de Ensino, averiguando se elas estavam executando todas as atribuições presentes no Regulamento de Ensino e Ordens do Governo Estadual.

O Decreto estadual de 1929, no capítulo III, que trata do “corpo docente e da administração”, em seu décimo quinto artigo, esclarece que o corpo docente e administrativo da escola deveria ser constituído por: um professor catedrático de português, instrução moral e cívica, matemática, ciências físicas e naturais, economia política e industrial, contabilidade, cultura física, desenho, teoria da música, trabalhos manuais, tecnologia e higiene, sendo cada um deles empossado por meio de concurso;

três professores substitutos de desenho; um mestre nas seções de madeira, metal e gráfica e oito contramestres na seção de madeira e metal e cinco na seção gráfica, sendo eles empossados por designação do diretor da escola, em forma de contrato.

Como uma das atribuições desses professores citadas no artigo 32 do Decreto de 1929, caberia ao docente “dedicar o maior cuidado ao ensino, de modo a torná-lo efectivo e característico de uma escola cujos alumnos se destinam ao magistério profissional e ao exercício de profissões industriaes” (BRASIL, 1929, p.17). Portanto, como uma de suas atribuições o docente deveria zelar pelo ensino, tornando este ensino o mais próximo de seu exercício profissional.

## **2.6 O Trabalho Remunerado nas Oficinas pelas Reformas do Distrito Federal e do estado**

Sobre o trabalho nas oficinas, em 1928, a Reforma de Fernando de Azevedo estabelecia que seriam de seis horas diárias os trabalhos dos alunos, com intervalo para o almoço e para o café, sendo as aulas de desenho industrial dadas de preferência pela manhã. Nesse sentido, ao considerar o seu horário escolar, de acordo com Ficanha (2014) caracterizando uma educação em tempo integral, o aluno estudava o dia inteiro na escola, tendo aulas teóricas geralmente pela manhã e aulas práticas, nas oficinas, no período da tarde.

Ao caracterizar a escola profissional nesse período com o ensino em tempo integral, julgamos necessário entender que o ensino era ministrado o dia inteiro, geralmente sendo das oito horas da manhã até as cinco horas da tarde. Segundo o artigo 331 do Decreto de 1928, “o trabalho na seção industrial será de seis horas diárias” e se organizaria de modo “que o tempo do serviço na seção industrial não seja inferior ao de estudo do curso theorico” (art. 332, 1929). Conforme estabelecido na reforma, Ficanha (2014), ao discutir e analisar o tempo escolar nas reformas educacionais de 1920-1935 e a proposta de educação integral, afirma que:

Apesar disso, tais experiências tiveram impacto em outros momentos da história do país<sup>79</sup>, fixando-se como referência de uma proposta de educação em tempo integral que visa à “formação completa, calcada em atividades intelectuais, artísticas, profissionais, físicas e de saúde, além

---

<sup>79</sup> A autora sinaliza as Reformas Educacionais de 1920 e 1930, especialmente as de Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

daquelas de cunho ético-filosófico (formação de hábitos e atitudes, cultivo e aspirações)". (...) (FICANHA, 2014, p. 16).

Podemos dizer que essa temática não é uma coisa da atualidade, mas sim de tempos passados, por meio de outras experiências educacionais que ocorreram no início da República, apresentando a escola um horário estendido de aula. Na escola objeto deste trabalho, seu horário de aula era constituído o dia inteiro. Os alunos estudavam no período da manhã o curso geral e na parte da tarde, até as dezessete horas, o curso especial, no qual aprendiam os ofícios.

A educação em tempo integral, visando de certa maneira a essa formação completa, segundo Ficanha (2014) auxiliou-nos, nos dois últimos anos do curso, conforme a Reforma de 1928, estabelecia que o horário seria organizado de modo que não fosse inferior ao estudo no curso teórico, nas disciplinas elementares. Como já citado, Fernando de Azevedo preocupou-se na equiparação dos cursos teóricos e práticos, tendo o aluno seis horas diárias para trabalhar nas oficinas. A produção dos trabalhos nas oficinas proporcionava um auxílio a este aluno.

O auxílio em forma de salário era destinado aos alunos dos últimos anos e seria de acordo com a tabela estipulada pelo diretor da escola, atendendo ao progresso na oficina e à aplicação nas aulas por parte do aluno, sendo pago mensalmente de acordo com a contabilidade de cada seção industrial, o que veio desde que Carneiro Leão ficou à frente da Diretoria de Instrução de Ensino do Distrito Federal.

Acerca “da produção das oficinas”, o Decreto estadual de 1926, em seu último capítulo, estipula que a escola receberá encomendas de repartições do estado e também de particulares. Os alunos que tivessem trabalhado nas encomendas, recebiam uma remuneração segundo a avaliação do respectivo trabalho. Além dessas encomendas, os trabalhos produzidos pelos alunos deveriam, de acordo com o artigo 98 do Decreto de 1926, ficar expostos permanentemente para a venda, sendo sua renda dividida entre a escola e o estado, conforme abaixo, seguindo o modelo presente na Reforma de Carneiro Leão.

Art. 98 Os artefatos das oficinas dos cursos especiais, como quaisquer trabalhos, produzidos pelos alunos das escolas profissionais, serão expostos em mostruários permanentes, com o respectivo preço, feito pelo professor ou mestre da seção com a aprovação do Diretor, para

serem vendidos em qualquer tempo e recolhida a respectiva importância como renda eventual do Estado (BRASIL, 1926).

Acerca “da produção das oficinas” da escola, em seu capítulo XIV, o artigo 135 do Decreto de 1929, promulga que o diretor da escola receberá encomendas das repartições do estado, tendo direito a porcentagem calculada. No terceiro parágrafo é apresentado que,

Aos alunos que tenham tomado parte na execução **dos serviços industriais**, a que se refere o §2º, será creditada uma remuneração, segundo a avaliação do respectivo trabalho, feita pelo mestre da secção, com aprovação do Director- remuneração essa que será entregue ao menor em efeitos adquiridos pelo Director para satisfação das mais prementes necessidades do discente (BRASIL, 1929, art. 135 § 3º).

Conforme observado, acerca dos trabalhos nas oficinas e das remunerações creditadas aos alunos dos últimos anos, tanto as reformas educacionais do Distrito Federal quanto as reformas do Estado do Rio de Janeiro caminhavam na mesma direção, focalizando-se no incentivo do aluno a concluir o curso, na aprendizagem prática dos ofícios e da destinação de parte das verbas para a escola.

## 2.7 Assistência e Saúde nas Reformas do Distrito Federal e do estado

Carneiro Leão (1926) difunde na prática escolar a defesa pela saúde, no viés da assistência escolar, educação física, da orientação profissional desde o ensino primário, Portanto,

As lições de hygiene nas classes, a criação dos “Círculos das mães”, das “Associações de pais e professores”, das “Associações de acção post-escolar”, de modo que a escola pelo seu contacto conheça os antecedentes dos alumnos, influindo na formação mental e moral da criança, agindo ainda no lar, na vida familiar e no próprio futuro da juventude, são medidas de alcance educativo incontestável, que já vamos conseguindo organizar (CARNEIRO LEÃO, 1926, p.50)<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> A escola, portanto, passa a se tornar um laboratório de novas experiências em prol da modernização e higienização brasileira, incutindo nas crianças novos hábitos de saúde, alimentação, higiene e trabalho. Ainda, nesse período, Carneiro Leão dispõe que os inspetores escolares, formados por médicos e dentistas, realizassem palestras de higiene e saúde, formando os alunos com hábitos sadios e sem moléstias, além de os inspecionarem periodicamente por meio de fichas, criadas na ocasião, a fim de observarem seu desenvolvimento físico e higiênico.

Além da formação escolar, ou englobada a ela, Carneiro Leão visou atender diretamente aos problemas da assistência, que eram notórios, principalmente quando a relacionamos com o número de evasão dos alunos. Para tal, Carneiro Leão (1926) criou as Caixas Escolares, Ligas de Bondade, Copos de Leite, Sopas Escolares, Gabinetes Dentários etc. a fim de que preparassem esses alunos dentro das escolas para a vida, além de atender às necessidades básicas deles, investindo-os em sua permanência nas escolas.

Em 1924, a educação física se tornou obrigatória nas escolas, sendo a partir de então um programa especial de ensino, praticada todos os dias, inclusive pelos alunos do ensino profissional. Na perspectiva do projeto da reforma, a educação física criava hábitos sadios nos alunos. Segundo Carneiro Leão (1926), “procurávamos fazel-a de acordo com a orientação moderna, dando a primazia aos exercícios naturaes e aos jogos, embora não descurássemos a gymnastica de conjucto, os exercicios de flexão” (p.93). Nesse momento, cabia ao médico tal inspeção aos alunos.

Nesse mesmo aspecto, com a Reforma de Fernando de Azevedo, a educação física, prescrita no artigo 276 do Decreto de 1928, deveria ser ministrada diariamente. É importante a sinalização deste artigo, pois ressalta a importância atribuída à cultura física<sup>81</sup>na formação do aluno, possibilitando ao futuro operário e cidadão ser são, com vigor para o trabalho e sujeito da futura sociedade higiênica, civilizada e trabalhadora.

Em conformidade com a Parte VIII do Decreto de 1928, considerando o que concerne à higiene física do aluno e à higiene escolar, foram criados por essa reforma laboratórios de psicotécnica e orientação profissional, com um anexo para a seção de higiene industrial, apresentando por objetivo a investigação sobre as moléstias profissionais e avaliações periódicas antropométricas e sanitárias de todos os alunos.

Conforme já apresentado, o consultório dentário ou gabinete dentário foi almejado desde Antonio Carneiro Leão em sua Reforma no Distrito Federal (1922-1926),

---

<sup>81</sup> A educação física em seu artigo 442 tem por finalidade: “a) Favorecer o desenvolvimento physico do alumno por meio de uma educação systematica e progressiva; b) despertar e desenvolver o sentido da saúde e crear, no alumno, hábitos de hygienicos e, sobretudo, o amor à agua, ao ar livre e aos exercicios physicos; c) procurar o desenvolvimento neuro-muscular sem sacrificio da saúde e da própria harmonia das proporções; d) contribuir para a formação e aperfeiçoamento de hábitos de disciplina social e de qualidades moraes, como o espirito de iniciativa e solidariedade, a confiança em si mesmo, o domínio dos nervos e o cavalheirismo, que constituem o espirito esportivo; e) estimular o desenvolvimento mental, não só indirectamente, melhorando as condições da saúde, como directamente, educando os sentidos, o movimento e a atenção e desenvolvendo a rapidez do raciocínio e das decisões” (BRASIL, 1928, p. 801).

permanecendo na Reforma de Fernando de Azevedo. Embora o Regulamento do Estado do Rio de Janeiro de 1926 também apontasse no art. 51, acerca da assistência e higiene, que a refeição deveria ser fornecida gratuitamente pelo estado, na forma de Sopa Escolar, com um pão de 150 gramas<sup>82</sup>. É somente no regulamento de 1929, que o Estado do Rio de Janeiro insere em suas disposições legais a implantação desses consultórios<sup>83</sup>.

Acerca da refeição escolar, o Regulamento de 1929 estabelece que,

Art. 69 – A refeição, fornecida gratuitamente pelo Estado e custeada por conta do adiantamento mensal feito ao Diretor, consistirá:

- a) na sopa escolar, que, com um pão de 100 gramas, será servida em mesa a cada um dos alumnos de qualquer dos cursos que hajam comparecido á escola, como ao corpo docente em geral, ao pessoal administrativo e aos serventes. (BRASIL, 1929).

Esse regulamento manteve a Sopa Escolar na refeição, tendo uma diminuição na quantidade do pão, passando para 100 grs, em relação ao Regulamento de 1926.

O capítulo X do Regulamento de 1929, tratando acerca do “serviço médico-dentário”, institui em seu artigo 109,

Haverá um serviço medico-dentario permanente, sendo executado nas escolas, em gabinetes próprios e por profissionais indicados pelo Director da Saude Publica. Esse serviço poderá ser autônomo, criado e custeado pela Caixa Escolar de cada estabelecimento. (BRASIL, 1929).

Em seu final, como “disposições gerais”, no sétimo artigo, é estabelecido que as escolas poderiam fundar suas próprias caixas escolares, com fundo próprio, constituído por “3% da renda bruta das oficinas, mensalidades dos sócios contribuintes ou beneméritos, doações ou produtos de festividades organizadas com esse propósito” (BRASIL, 1929, art. 7).

---

<sup>82</sup> Nesse regulamento não é esclarecido o fornecimento do Copo de Leite, conforme verificamos na Reforma de Carneiro Leão, mas vemos esclarecidos por meio dos jornais, que serão analisados no próximo capítulo, que eram fornecidos aos alunos além da Sopa Escolar, também um copo de leite, em alguns anos posteriores.

<sup>83</sup> Na tentativa de buscar indícios acerca do consultório dentário presente na Escola Profissional Washington Luis, vemos por meio das fontes que ele foi inaugurado justamente no ano de 1929, tornando assim, mais uma evidência das práticas escolares, permeadas pelo Regulamento que a escola seguia.

## 2.8 Exposições e Festas Escolares nas Reformas e Regulamentos

Em Carneiro Leão, atividades coletivas foram implementadas como as confraternizações, exposições de trabalhos e excursões escolares.

As exposições e festas escolares, são enfatizados na Reforma de Fernando de Azevedo. Nas escolas profissionais, deveriam permanentemente deixar expostos os trabalhos/ produtos fabricados para a venda, como forma de gerar dinheiro para pagar os salários dos alunos, bem como se manter enquanto instituição educacional.

Não encontramos especificadas no decreto que regulamentou o Ensino Profissional estadual em 1926 disposições acerca das exposições e festas escolares, porém apresentaremos esses eventos que ocorriam na Escola Profissional Washington Luís, no capítulo quatro deste trabalho.

Pelo Decreto de 1929, as exposições dos trabalhos fabricados pelos alunos, continuavam sendo expostos diariamente sob forma de venda, gerando lucros para as escolas.

Art. 138 – Os artefatos das oficinas dos cursos especiaes, como quaisquer trabalhos, produzidos pelos alumnos das escolas profissionaes, serão expostos em mostruários permanentes com o respectivo preço, feito pelo professor ou mestre da Secção, com a aprovação do Director ou Directora para serem vendidos em qualquer tempo e recolhida a respectiva importância como renda eventual do Estado (BRASIL, 1929).

Portanto, conforme discorrido, a organização estrutural do Ensino Profissional se modificou em diversos aspectos ao longo dos anos. Para tal, permeadas, conforme apresentamos, de um ideal escolanovista, estas legislações tanto estadual quanto a do Distrito Federal influenciaram e induziram alterações na organização e funcionamento da **Escola Profissional Washington Luís**, conforme abordaremos nos próximos capítulos, ao retratarmos sua criação, seus sujeitos e seu funcionamento, (re)construindo, portanto, sua história.

### *Capítulo III*

## **A Escola Profissional Washington Luís e seus sujeitos**

É no contexto da segunda década da República, no ano de 1923 que será criada a Escola Profissional Washington Luís, em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. Neste capítulo, propomo-nos a (re) construir a história desta escola e de seus sujeitos.

### 3.1 A criação da Escola Profissional Washington Luís pela Escola Técnica Fluminense (1923-1926)

Disse Luis Antonio Pimentel, aluno formado no ofício de madeira da primeira turma concluinte da Escola Profissional Washington Luís,

*Mas eu gostaria de te lembrar que o Estado do Rio de Janeiro não tinha Escola Profissional, mas tinha vontade de ter o Ensino Profissional, por causa das indústrias e um estímulo importante para o Estado e Ensino, um bom campo para se expandir e se impor. Os intelectuais, os professores e os didatas, os técnicos se interessaram e esboçaram. O Estado do Rio foi o primeiro em termos, mas o primeiro, porque ele tinha tanta vontade de ter o ensino profissional que o governo federal criou uma escola profissional do melhor modo possível da época e se chamou (...) <sup>84</sup> a sede era ali na Av. Rio Branco, entre o edifício Central. Então era escola profissional, não tinha nome e não havia nenhuma escola profissional no Brasil inteiro, era um simulacro de escolas profissionais, surgiu ali na Av. Rio Branco. E era para o jovem, para qualquer um, para quem quisesse aprender. Esse desejo, essa ânsia de fazer o ensino profissional na época foi crescendo tanto que em 1922 quando o Brasil comemorava sua Independência de Portugal, de Pedro I. houve um derrame de ensino profissional na literatura, no jornalismo, no ensino nosso, tudo espatifada. Surgiu aquilo em 1922, terminada a exposição do centenário da independência que ocupou toda a área da praça XV pegando o antigo mercado de peixe, parte de navegação, oficina náutica, quando eles pegaram esta coisa, acabaram se destacando naturalmente aos olhos dos expositores de indústria e de escola profissional, estrangeiro todos eles, se destacou tantos de tal forma que os expositores que tinham os galpões enormes, como se fossem hangares de avião, que não havia avião, aqueles divididos para*

---

<sup>84</sup> É necessário apresentar que “a Av. Rio Branco passou por reformulações ao longo do tempo. Era chamada de Av. Central. Sua expansão partiu de um programa de modernização do Rio de Janeiro seguindo cânones europeus urbanísticos e sanitários, sendo o responsável pela reforma Francisco Pereira Passos, designado por Rodrigues Alves em 1902. As obras iniciaram-se em março de 1904 com a demolição de 641 casas, desalojando quase 3.900 pessoas. Após seis meses de trabalho, estava aberta de ponta a ponta. A avenida Central ligava o novo porto da cidade (onde está a atual Praça Mauá) à região da Glória, que nessa época se expandia urbanisticamente. A avenida Central terminava na Praça Floriano Peixoto (hoje conhecida como Cinelândia), ao redor da qual se erigiram vários edifícios públicos de grande valor arquitetônico que ainda existem: o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes (hoje Museu Nacional de Belas Artes) e a Biblioteca Nacional. A avenida foi inaugurada em 7 de setembro de 1904 pelo presidente da República, Rodrigues Alves, e entregue ao tráfego em 15 de novembro de 1905. Em 21 de fevereiro de 1912, o nome da avenida foi mudado para avenida Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, diplomata brasileiro responsável por tratados que garantiram as fronteiras brasileiras que tinha morrido em 11 de fevereiro”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida\\_Rio\\_Branco\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida_Rio_Branco_(Rio_de_Janeiro)). Acessado em janeiro 2016.

*fazer exposição dos países. Então esses expositores que ficaram encantados com o que viram aqui, não tendo o que fazer com esses galpões, combinaram entre eles de doar os galpões para que fizessem uma rede de escolas profissionais, eram muitos países. Tanto assim que nessa época coube ao Brasil ganhar de graça, por simpatia, uma instalação grande para fazer uma escola profissional, como a Washington Luís, ganhar uma área que pertenceu a uma exposição de um país europeu que expos indústria de pesca, a Noruega<sup>85</sup>. Nesse galpão foi instalada a escola profissional Washington Luís, então ele ganhou a escola já com o nome dele. Surgindo escola profissional que não havia. (Luis Antonio Pimentel, grifos nossos)<sup>86</sup>.*

Pimentel, no momento da entrevista, contava com 102 anos de idade. Para este trabalho ele se apresentou como “guardião da memória” (SIMSON, 2003) da Escola Profissional Washington Luís, representando o conjunto de alunos da 1ª turma de formandos da escola, pois “a memória é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais se incumbem de transmiti-la às novas gerações, cabendo aos mais velhos, devido a sua maior experiência e vivência, o importante papel social” (SIMSON, 2003, p.16).

No livro *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*, de Ecléia Bosi, a autora analisa a memória dos velhos, tendo Halbwachs como um dos seus principais referenciais teóricos. A partir dele, traça uma discussão sobre a memória e as lembranças dos velhos. Com isso, Bosi cita Halbwachs ao analisar que o velho ao se lembrar de seu passado o faz atentamente.

O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, compulsiva seus velhos papéis, suas antigas cartas, e, principalmente, conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condições de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto, nem, sobretudo, que imagens antigas, sepultadas no inconsciente desde sua infância, recobrem a força de transpor o limiar da consciência só então (HALBWACHS, *apud* BOSI, 1994, p. 60).

Ecléia Bosi faz a ligação com o pensamento de Halbwachs ao discutir o ato de lembrar com a sua função social. O velho lembra enquanto um ser social, pertencente a um determinado grupo; no caso de Pimentel, ao grupo de alunos e depois professores

---

<sup>86</sup> Se encontra na íntegra a entrevista com Luis Antonio Pimentel (Apêndice II).

da Escola Profissional Washington Luís. Portanto, quando Halbwachs (1990) analisa a memória individual e coletiva, ele diz que a memória é um fenômeno construído pelo fato de não estarmos sozinhos no mundo, sendo a memória individual um ponto de vista da memória coletiva. Então, é a partir da memória de Pimentel, permeada de lembranças e esquecimentos, de sua memória individual que é também a memória coletiva que iniciamos a (re)construção da história desta escola.

Não sabemos por que Pimentel nos trouxe em sua memória que a Escola Washington Luís surgiu pelo pavilhão da Noruega. A Noruega pertencia à Dinamarca, porém, em 1922/1923, a Noruega estava há 17 anos desvinculada da Dinamarca<sup>87</sup>. Provavelmente esse fato em suas memórias “de velho” fez com que Pimentel tenha se recordado como pavilhão da Noruega e não da Dinamarca, conforme encontrado em outras fontes. Segundo Bosí, “não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade” (BOSI, 2003, p. 65).

O surgimento da escola foi divulgado em vários jornais da época. Como parte da festa de Comemoração do 1º Centenário de Independência do país, em setembro de 1922, realizou-se no Rio de Janeiro uma Exposição Universal que contou com pavilhões de treze países do mundo, como Estados Unidos, Argentina, México Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão, expondo produtos, características e maquinários de seus respectivos países. Findada a exposição, muitos países doaram seus produtos e pavilhões ao Brasil<sup>88</sup>. No caso do pavilhão da Dinamarca, pensou-se em transformá-lo numa escola. A discussão gerou em torno do tipo de escola a ser implantada, conforme podemos ler na reportagem de 29 de dezembro de 1923, publicada no jornal *O Malho*<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> Informações compiladas dos sites: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_Noruega](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Noruega); <http://noruega.costasur.com/pt/historia.html>. Acessados em: Janeiro 2016.

<sup>88</sup> Informações compiladas do texto **Exposição Internacional do Centenário de Independência do Brasil**, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/EXPOSI%C3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL%20DO%20CENTEN%C3%81RIO%20DA%20INDEPEND%C3%8ANCIA.pdf>. Acessado em janeiro 2016.

<sup>89</sup> *O Malho*: “Revista ilustrada de sátira política, que circulou no Rio de Janeiro por mais de meio século entre os anos de 1902 e 1954. A revista *O Malho*, publicada semanalmente, ficou famosa por suas charges e caricaturas que ironizavam a política nacional. Inicialmente, *O Malho* foi, sobretudo, uma revista de crônica e crítica política ilustrada, inaugurando a fase de predominância da caricatura, em substituição à era do desenho humorístico, representada pela Revista Ilustrada. A partir de 1918, passou a ser dirigida por Álvaro Moreira e J. Carlos, mantendo-se como uma das mais prestigiosas revistas de crítica do país. Em 1929, *O Malho* colocou-se em oposição à Aliança Liberal, o que resultou, após a vitória da Revolução de

depois de adquirido o Pavilhão da Dinamarca, pensara em transformá-lo numa escola de agricultura e depois num grupo escolar. Mas por razões múltiplas levaram S.Ex. **[Feliciano Sodré]** a optar por uma **escola profissional**. S.Ex. acha que houve algo de providencial nessa transmutação. Recorda que por muitas vezes na sua vida, tem estado em contacto com o elemento operário e tem sobejos motivos para acreditar que conta grande numero de amigos nessa classe, pois embora muitas vezes mantenedor da ordem, tem sabido respeitar os nobres ideaes por que se batem os operaios. (...). Conclue convidando os profissionais que se formarem naquella escola a constituir uma base solida do futuro radioso da terra brasileira (O MALHO, 29 de dezembro de 1923, **grifos nossos**).

A opção de Feliciano Sodré, presidente do Estado Rio de Janeiro, foi de apoiar a implantação de uma Escola Profissional tendo em vista a classe operária existente e a necessidade de formação sistematizada para melhorar o desempenho do seu trabalho. O país enfrentava o problema do número elevado de analfabetos e falta de operários qualificados. Em 23 de dezembro de 1923, foi criada a Escola Profissional Washington Luís pela Sociedade denominada Escola Técnica Fluminense, composta por engenheiros, situada no município de Niterói, capital do estado, sendo autônoma, porém com subvenção estadual.

Destacamos que a escola comemora seu aniversário no dia 16 de junho, porém no Relatório de 1924 do presidente do estado e nos jornais consultados, consta que ela foi inaugurada no mês de dezembro de 1923. Nesta pesquisa não encontramos nenhuma fonte que aponte para o dia 16 de junho de 1923, como criação ou inauguração da escola. A hipótese é que ela deve ter sido criada no mês de junho, mas inaugurada no mês de dezembro.

O Jornal do Brasil noticiava em 23 de dezembro 1930, portanto ano do sétimo aniversário da escola, que ao se visitá-la “bate-se à porta de um grande pavilhão, que os nossos olhos reconhecem sem demora. É o mesmo pavilhão, que serviu aos produtos da Dinamarca, na Exposição do Centenário”.

Homenageando o político influente no país e então presidente do Estado de São Paulo (1920 a 1924), Washington Luís Pereira de Souza, nascido na cidade de Macaé em 1869, a instituição foi criada e denominada Escola Profissional Washington Luís nos

---

1930, em seu empastelamento”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-matematico/malho-o>. Acessado em fevereiro 2016.

“moldes ultra-modernos por Feliciano Pires de Abreu Sodré”, conforme informado na Moção de Louvor nº3661/2001<sup>90</sup>, concedida ao Dr. Oswaldo Soares de Souza em decorrência do centenário de seu nascimento. O Dr. Oswaldo foi indicado por Amerino Wanick, diretor da Escola Profissional Washington Luis, para assumir o cargo de secretário da Comissão Revisora do Código Civil, na década de 1930<sup>91</sup>.

A escola é criada, oferecendo seu curso dividido em duas partes: curso geral (educação sistemática) e os cursos especiais (ensino de ofícios), funcionando suas dependências em dois locais diferentes. Conforme Pimentel, uma delas era no bairro de Santa Rosa, na rua Dr. Mario Viana, nº 597, onde funcionavam os cursos especiais, com o ensino dos ofícios, em um grande galpão linear, com pequenos hangares e com grandes máquinas. Na reportagem da revista O Tico-Tico, o espaço era assim descrito: “no fim da linha, em plena roça, um grande barracão, tendo o aspecto de uma fábrica. É a Escola Washington Luís. É ali que os meninos, desde pequeninos, aprendem a melhor cousa da vida: O amor ao trabalho” (O TICO-TICO, 1929). Este barracão era provavelmente o pavilhão da Dinamarca deixado para implantação da escola, cabendo ressaltar que não encontramos informações de como este pavilhão foi transportado do Rio de Janeiro e instalado em Niterói.

---

<sup>90</sup> Disponível no site da alerj:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/fd0d0b8fc385d589832567040006b056/0d5ad29b26f2c92d03256a2a006e5a64?OpenDocument>. Acessado em março 2015.

<sup>91</sup> Essa Comissão Revisora do Código Civil, proveniente do governo de Getúlio Vargas, foi “destinada a organizar elaboração de anteprojetos de lei para a reforma de todo o direito brasileiro tradicionalmente codificado” (BARCELLOS, 2010, p.6).



**Imagem VII:** Fachada da Escola [1923-1930] – Endereço dos Cursos Especiais “Oficinas”- Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

O curso geral funcionava na Alameda São Boaventura nº 770, no bairro do Fonseca. O curso era entendido como “educação sistemática”, conforme consta no Regulamento de 1926 e 1929, consistindo no ensino das cadeiras/disciplinas de Português, Matemática, Física-química, História Natural etc. Esse local antes fora a residência particular do Dr. Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro no período de 1903 a 1906.

De posse destas informações, fomos aos antigos endereços onde estariam instaladas as dependências da escola. No lugar onde se localizava o curso geral, hoje se localiza o Horto Florestal do Fonseca. Nele encontramos placas monumentais no hall do prédio (Anexo II), sinalizando a história de sua ocupação ao longo dos anos. Entretanto, não há indicações do período em que a escola se instalou naquele local, ficando essa temporalidade vazia na trajetória daquele prédio pelas placas indicativas. Posteriormente, localizamos na Biblioteca Nacional um documento de Nilo Peçanha intitulado “Horto Botânico de Niterói”, contando a trajetória do Horto do Fonseca e sinalizado a existência de uma escola anteriormente naquele local.



**Imagem VIII:** Fachada da Escola – Endereço do curso geral “educação sistemático” da Escola [1923-1930] - Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Entre os “Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros”, o de Feliciano Sodré, do ano de 1924, apresenta que a Escola Profissional Washington Luís “obedece os moldes da Escola Visconde de Moraes e foi inaugurada em 22 de dezembro de 1923” (p.47).

Quanto à escola inspiradora, reportagem do jornal O Globo, de 06 de maio de 1929, informa que a Escola Visconde de Moraes, primeira escola profissional masculina de Niterói, “foi criada pelo então interventor federal no Estado do Rio, Dr. Aurelino Leal, atendendo ser o Barreto o bairro operário, e deu a denominação de Visconde de Moraes, em homenagem ao grande benfeitor da capital fluminense”.

De acordo com o relatório citado, a Escola Profissional Washington Luís foi criada “Anexada à Escola Técnica Fluminense, por contrato lavrado aos 3 de abril do corrente ano, autorizado, para isso o Governo pelo art. 5º da Lei n. 1.792 de 31 de dezembro daquele ano” (RELATÓRIOS, 1924, p.48)<sup>92</sup>.

A Escola Técnica Fluminense foi alvo do jornal O Fluminense<sup>93</sup>. A reportagem de 06 de agosto de 1922 informa que essa instituição educativa era destinada ao ensino

<sup>92</sup> No tempo da pesquisa não encontramos a Lei nº 1.792, de 31 de dezembro de 1923 e nem o contrato lavrado de criação da Escola.

<sup>93</sup> O Fluminense: “fundado em Niterói no dia 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. *Fluminense* começou a circular

superior no Estado do Rio de Janeiro, sendo criada naquele período e subvencionada pelo governo federal, possuindo os cursos de Construção Civil, Obras Públicas, Mecânica, Eletricidade, Topografia, Meteorologia e Química Industrial. Anúncio do jornal *A Noite*<sup>94</sup>, de 25 de janeiro de 1923, trazia como manchete de propaganda da escola: “Engenharia Pratica e Commercio, pode-se aprender segundo os methodos americanos na Escola Technica Fluminense”, conforme reprodução abaixo.

---

simultaneamente nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, então capital do Império. Prometendo no editorial de estréia que não se deixariam “cegar pela paixão partidária”, seus fundadores declaravam também que seu objetivo era lutar pelo desenvolvimento da instrução pública, pela melhoria da lavoura e do comércio, pela abertura de novas estradas provinciais e municipais e a boa conservação das existentes, e, finalmente, pelo desaparecimento progressivo do imposto de pedágio, considerado oneroso aos produtos agrícolas, além de “em extremo vexatório”. Em 1922, o jornal foi partidário da candidatura presidencial de Nilo Peçanha, apoiando a campanha da Reação Republicana. Contudo, com a vitória de Artur Bernardes e a conseqüente indicação de Feliciano de Abreu Sodré para a presidência estadual, a oligarquia de Nilo Peçanha começou a se desarticular. *O Fluminense* acabou por apoiar o governo de Feliciano Sodré, mas combateu seu sucessor Manuel Duarte. Durante o último período presidencial da República Velha, o jornal voltou para a oposição, aproximando-se discretamente dos princípios da Aliança Liberal. Embora permanecesse um órgão mais informativo do que propriamente de análise, *O Fluminense* apoiou a Revolução de 1930, publicando matéria sob o título “A Revolução triunfante” matérias sobre os atos revolucionários”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>. Acessado em janeiro 2016. O jornal *O Fluminense* autorizou a utilização das reportagens para esta dissertação.

<sup>94</sup>*A Noite*: “Jornal carioca diário e vespertino, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957. Em virtude de desentendimentos com a direção da Gazeta de Notícias, da qual era secretário-geral, Irineu Marinho decidiu abandonar seu cargo e, juntamente com mais 13 companheiros, fundar um novo jornal [O Globo]. *A Noite*, como foi chamado o novo periódico, definiu desde o início uma linha política oposicionista, declarando-se um crítico severo do recém-constituído governo do marechal Hermes da Fonseca. Sua posição era de apoio ao grupo civilista derrotado, que havia encampado a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Apontando as falhas do governo e denunciando o autoritarismo do presidente, o jornal combatia sobretudo a política de “salvações” de Hermes da Fonseca, que promovia a substituição forçada dos grupos oligárquicos no poder. Com a transferência de propriedade para Geraldo Rocha, *A Noite* iniciou uma nova fase, marcada por modificações substanciais. A primeira alteração ocorreu na linha política do jornal, que passou da oposição ao mais irrestrito apoio às oligarquias dominantes. Embora tivesse dado total apoio ao governo de Washington Luís, ao se iniciar a campanha sucessória para o período 1930-1934, *A Noite* procurou manter uma posição de neutralidade frente às articulações de uma dissidência oligárquica”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acessado em janeiro 2016.



Imagem IX: Anúncio do jornal A Noite de 25/01/1923.

Ainda segundo o jornal A Noite, o corpo docente da Escola Técnica Fluminense era composto de engenheiros, a exemplo dos Drs. Heitor Lira, **Amerino Wanick**, Noronha Santos, Sabino Mangeon, Miguel Pinho, entre outros, e tendo como diretor o Dr. Everardo Backheuser<sup>95</sup>, professor da escola Politécnica do Rio de Janeiro<sup>96</sup>. Esses docentes e o diretor circulavam em vários espaços como, por exemplo, a ABE, formando uma rede de sociabilidade (SIRINELLI, 1998).

Conforme Sirinelli, as redes de sociabilidade são entendidas também por estruturas de sociabilidade, constituindo uma ferramenta explicativa para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual como seus vínculos, seus espaços frequentados etc.

Relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais... a noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo (SIRINELLI, 2003, p. 38).

Como intelectuais engajados com os ideais modernos de nação, que se dispuseram a discutir e fazer a educação do país, acreditamos que é nessa perspectiva

<sup>95</sup> Freire Filho (2002) nos apresenta que Heitor Lira e Everardo Backheuser eram “dois companheiros fraternais de sempre”.

<sup>96</sup> Hoje é a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

que fundavam a Escola Profissional Washington Luís, em 1923 e também a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924.

Apesar de Pimentel, em entrevista concedida à Ana Paula Almeida para construção de seu livro, dizer que “o processo de criação das primeiras escolas técnicas no Brasil contou com a participação dos operários mais reconhecidos e prestigiados de cada área, requisitados como professores. Eram pessoas de poucas luzes, mas de grande conhecimento técnico e liderança” (ALMEIDA, 2008, p.101), podemos dizer que a criação da Escola Profissional Washington Luis foi diferenciada nesse aspecto, pois foi criada por engenheiros.

Sobre a Escola Profissional Washington Luís e seus criadores, lia-se no jornal O Malho:

Não vem de modo aqui, anunciar a que intuits elevados vem servindo esse novo instituto de iniciativa privada. **Trata-se do esforço de um grupo de patriotas esclarecidos** que emprehenderam dotar a terra fluminense de um escola onde se ministrasse uma educação a que chamaremos nitidamente, executiva(...). Tendo, pois, um methodo, uma orientação bem definidos, perfeitamente esclarecidos, sem qualquer interesse pessoal ou regional, **a Escola Technica Fluminense** foi senhora de todos os seus meios para realizar os intuits **da Escola Washington Luis. Começou pela escolha do diretor, o jovem engenheiro Amerino Wanick** (29 de dezembro de 1923, grifos nossos).

Através do esforço de um “grupo de patriotas”, com um método educativo definido, pensada e direcionada para Niterói, a Escola Washington Luís foi, portanto, criada. Nessa perspectiva de criação e funcionamento, o engenheiro Amerino Wanick foi escolhido dentre os engenheiros e professores da Escola Técnica Fluminense a assumir a direção da Escola Profissional Washington Luís.

O jornal O Fluminense, de 09 de abril de 1924, publicava que as aulas práticas e os trabalhos manuais da Escola Técnica Fluminense, como parte do currículo obrigatório, funcionavam no edifício “das ótimas oficinas” da Escola Washington Luís, por meio de um contrato firmado entre a instituição educativa e o governo do Estado do Rio de Janeiro, como já mencionado.

Por esse acordo o governo se comprometeu a reconhecer oficialmente a validade dos diplomas concebidos pela Escola Technica Fluminense e bem assim a colocar em empregos públicos os alumnos que obtiverem os primeiros logares nos cursos de engenharia prática da Escola Technica Fluminense. (...). Para as

aulas praticas os alumnos da Escola Technica Fluminense se acompanharão os trabalhos da Escola Washington Luis, de que também é Director o Dr. E. Backheuser, auxiliado nessa direção pelo Sr. Joaquim Augusto Castro, que surperintenderá todos os trabalhos profissionais de ambas das escolas (O FLUMINENSE, 09 de abril de 1924).

Desta forma, podemos dizer que a Escola Profissional Washington Luis foi criada como uma escola de aplicação para os alunos da Escola Técnica Fluminense, a fim de que seus alunos, futuros engenheiros, pudessem praticar seus conhecimentos na Escola Washington Luis.

Em 31 de agosto de 1924, Feliciano Sodré, presidente do Estado do Rio de Janeiro, apresentou à Assembleia Legislativa seu relatório, informando que em Niterói “actualmente existem apenas em franco funcionamento, e com largos horizontes de prosperidade, quatro escolas profissionaes que receberam as seguintes denominações: ‘Visconde de Moraes’, ‘Washington Luís’, ‘Aurelino Leal’ e ‘Nilo Peçanha’ ” (p. 47).

### **3.2 A Escola Técnica Fluminense sai de cena: a Escola Washington Luís na rede estadual (1926).**

Até o ano de 1926, mediante o acordo com o governo, a Escola Profissional Washington Luís permaneceu administrada pela Escola Técnica Fluminense e subsidiada pelo Estado do Rio de Janeiro. Em 31 de janeiro de 1926, pelo Decreto nº 2.160, que regulamentou o ensino profissional do estado, a Escola Washington Luís passou a integrar a rede de escolas do governo do Rio de Janeiro, quando foi rescindido o contrato firmado entre o governo e a Escola Técnica Fluminense. Notícia que mereceu destaque no jornal *O Globo*<sup>97</sup>.

Completando o aparelhamento technico, o governo do Estado, depois de oficializar a escola Washington Luis, até hoje tutelada com dedicação e alta competência pela Escola Technica Fluminense, fez desta a cúpula, uma espécie de 3ºgráo da cultura technica, completando-se, assim, de um modo systematicoracional e logico, o cyclo da educação, no Estado do Rio de Janeiro, com as **tendências modernas** que deve ter, isto é, estimulando o surto das actividades para as realizações praticas e productivas. (...). Assim

---

<sup>97</sup> *O Globo*: “Jornal do Rio de Janeiro fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. *O Globo* preocupou-se em seus primeiros números em demonstrar interesse por questões populares. No período que se seguiu, *O Globo* foi contra a candidatura de Washington Luís à presidência da República e mostrou-se simpático aos tenentes e à Coluna Prestes”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acessado em fevereiro 2016.

encontre o novo aparelho bons mecânicos que o ponham em movimento para que elle produza os desejados effeitos (08 de fevereiro de 1926, grifos nosso).

As “tendências modernas”, que o jornal O Globo e as outras fontes nos sinalizam, consistem, provavelmente, no fato de o modelo seguido pela Escola Washington Luís ser baseado nos ideais modernos escolanovistas, assim como seus métodos pedagógicos e suas máquinas que eram “novas e eficazes”. Estando no bojo de um movimento de reformas educacionais, voltada às tendências modernas e ao surto industrial, conforme apresentado no capítulo II, com a incorporação de mais uma escola profissional masculina, a Escola Profissional Washington Luís comporia “o sistema e o ideal de educação do estado”, passando a ser regulamentada pelo referido Decreto de 1926, que estabelecia parâmetros próprios para o funcionamento, currículo, corpo docente, estrutura administrativa, possuindo como finalidade o ensino profissional. Mediante isso:

O lecionamento de artes e offícios, parallelo à cultura physica, intelectual e cívica dos alunos, e visa preparal-os, de um modo geral, para a vida pratica e, especialmente, para o exercicio do magistério em estabelecimentos congêneres e secções profissionais junto a institutos de ensino primário. O ensino profissional se distingue em **masculino e feminino**: o primeiro ministrado nas escolas “**Visconde de Moraes**” e “**Washington Luís**”, na cidade de Nitherohy; o segundo, nas escolas “Nilo Peçanha” e “Aurelino Leal”- esta da cidade de Nitherohy e aquella da de Campos [Nilo Peçanha] (BRASIL, 1926, grifos nossos).

Conforme Bonato, a escola pública profissional seguiu o sistema educativo da época, que separava as escolas para o sexo feminino, escolas para o sexo masculino e escolas mistas. Continuando, diz a autora que: “essas escolas foram se modificando ao longo do tempo, sofrendo alterações de espaço físico, modalidades e programas de ensino e organização curriculares, de acordo com reformas educacionais, políticas e administrativas” (BONATO, 2003, p.8).

O jornal O Globo, de 06 de maio de 1929, sob o título “O desaparecimento de um estabelecimento de ensino de Nictheroy” noticiou que por motivos de “descaso administrativo do diretor da Escola Profissional Masculina Visconde de Moraes”, que funcionava no bairro do Barreto, sendo a primeira escola profissional masculina, na Travessa do Silva, seria fechada, privando o ensino profissional para mais de 300 crianças pobres e dispensando seus funcionários. Seguindo com o informe, diz que “todo o

machinismo e mais pertencimentos da escola vão ser transferidos para a Escola Washington Luis, que para isso será aumentada de mais dous grandes barracões”.

Em 29 de outubro de 1930, a reportagem do jornal O Diário de Notícias, intitulada “Estudantes querem a mudança do nome da Escola Washington Luís”, afirma que “os estudantes fluminenses vão organizar uma comissão que pleiteará, junto ao Dr. Plínio Casado, governador do Estado, a mudança do nome da Escola Profissional Washington Luís para Escola Profissional Getúlio Vargas”. Essa situação ocorreu, pois, no dia 14 de outubro de 1930; o então presidente do país, Washington Luís, havia sido deposto, após ter rompido com a política café com leite, entrando em seu lugar Getúlio Vargas.

Ana Paula Almeida afirma que “em outubro de 1930, Vargas liderou a revolução que depôs Washington Luiz da Presidência, substituindo por uma junta militar provisória” (2008, p.32). Este período é denominado por Revolução de 1930, pois foi um movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gérias, Rio Grande do Sul e Paraíba, que depôs Washington Luís da presidência da República, pondo fim à República Velha e dando início dias depois ao Governo Provisório, tendo Getúlio Vargas como presidente.

Esta “revolução” ocorrida no país interferiu na Escola. De acordo com Pimentel:

*Houve uma revolução que começou no dia 03/10 no nordeste e chegou seu fim no dia 24/10 e neste dia **eles tiraram o presidente da República Washington Luís Pereira de Souza e tiraram os nomes das escolas profissionais**, porque ele foi deposto. Tiraram o Washington Luís da presidência, pois era muito incomodo e pouco prático pelo menos dar nome de pessoas as escolas e tanto assim que mudaram a escola Washington Luís e **passou a ser Escola do Trabalho**. Trabalho é trabalho, não é nome de ninguém. Bem Escola do Trabalho, eu mesmo não peguei esta escola. Peguei a Escola Washington Luís, que me formei como aluno diplomado na Escola Profissional do Estado do Rio de Janeiro (grifos nossos).*

Entretanto, não conseguimos dados sobre os motivos que levaram o grupo de alunos ao jornal Diário de Notícias a pleitear a mudança do nome da Escola para Getúlio Vargas, porém para a Escola do Trabalho do Rio de Janeiro como foi possível perceber. Após cinco anos, a Escola Washington Luís foi sendo alterada pelos ideais de progresso, civilidade, trabalho e seu fazer na formação de ensino profissional. Em 19 de janeiro de 1931, após a deposição do presidente Washington Luís, a escola teve seu nome alterado para Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, pelo Decreto Estadual nº 2.541. Conforme

este decreto, a Escola Profissional Washington Luís se funde à primeira escola profissional masculina do município de Niterói, Escola Profissional Visconde de Moraes, sendo sediada na década seguinte, no bairro do Barreto, na Rua Guimarães Junior nº 182, endereço que permanece até os dias atuais, como Escola Técnica Estadual Henrique Lage.



**Imagem X:** Prédio da Escola do Trabalho do RJ (1931), com os alunos reunidos. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

No período em que funcionou como Escola Profissional Washington Luís, foi dirigida por Amerino Wanick sobre quem falaremos a seguir, juntamente com os sujeitos que a compuseram.

### 3.3 Os Sujeitos Escolares

Construir a história da Escola Profissional Washington Luís é também falar dos sujeitos que compuseram este espaço institucional e de suas relações, entendendo-os como seres construídos e formados pela escola, mas também construindo este espaço de forma coletiva, como uma “via de mão dupla”. Como espaço sociocultural e de construção permanente, enfatizamos a importância dos sujeitos que dela faziam parte, como seu diretor, o corpo docente, administrativo e discente.

### 3.3.1 O Diretor Amerino Wanick

Na perspectiva de Ginzburg (2007), é que construiremos a partir das análises das fontes, principalmente dos impressos, a trajetória de Amerino Wanick, no período de 1923 a 1930 em que esteve no cargo de diretor da Escola Profissional Washington Luís, e a rede de sociabilidade na qual se inseria.

“Com um nome esdrúxulo, nascido no Nordeste e de origem holandesa, Wanick vinha de uma família voltada para a indústria açucareira em Pernambuco”, disse-nos Pimentel. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1921, conforme a reportagem do jornal *O Imparcial*<sup>98</sup>, de 29 de abril de 1921, sendo orador da turma, Wanick concentrou sua fala para a importância de o ensino profissional ser oferecido com qualidade, destacando-se desde então nesta área de ensino.

Engajado com engenheiros, educadores, médicos e advogados de seu tempo, alinhando-se com um ideal de progresso, Wanick se tornou em sua trajetória um intelectual comprometido com o ensino profissional do Estado do Rio de Janeiro, sendo figura de referência da Escola Profissional Washington Luís.

Sirinelli, no texto “Jean Paul Sartre, um Intelectual Engajado”, retrata que a figura de um intelectual se mostra engajada ao tomar posições públicas, ao se fazer interventor da história pública, sendo “(...) que o papel do intelectual é pensar essa história e tentar como intelectual engajado, influir sobre ela” (SIRINELLI, 1996, p. 163). Por isto, entendemos Wanick como intelectual engajado, pois ele pensava o ensino profissional e influía com seu pensamento e ações na Escola Profissional Washington Luís, tornando sua teoria uma prática.

Visando à mudança para o progresso em busca da modernização da sociedade, pelo viés do trabalho qualificado pelos ofícios, Amerino Wanick se destacou, segundo nossa compreensão, como um intelectual engajado e um mediador cultural, pois suas ações na escola que dirigia nos apresentam isso.

Podemos entender o diretor Wanick como mediador cultural, pois possuía como estratégia de ação a mediação entre os ideais modernos e republicanos com os debates

---

<sup>98</sup> Não conseguimos encontrar informações sobre o jornal *O Imparcial*.

que o envolviam enquanto intelectual engajado e as propostas pedagógicas da Escola Profissional Washington Luís.

Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, **uma ampla e sócio-cultural**, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso estão abrangidos tanto **o jornalista como o escritor, o professor secundário** como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores culturais’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores de cultura’. (...) Estes últimos podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na **noção de engajamento na vida da cidade como ator** – mas segundo modalidades diferentes, como por exemplo, a **assinatura de manifestos** (SIRINELLI, 1996, pp.242-243, grifos nossos).

Como intelectual engajado e mediador cultural, Amerino Wanick fazia parte de um grupo de intelectuais que discutiam a educação de nosso país, constituindo-se por uma rede de sociabilidade.

Por rede de sociabilidade, tendo por auxílio Sirinelli (1998), compreendemos que são lugares ou grupos instituídos onde os sujeitos se destacam na sociedade e por meio disso ligam-se estreitamente à política, sendo uma inserção gradativa de sua constituição como intelectual. Logo, devido ao seu destaque na sociedade, gradativamente e concomitantemente se inserem na esfera pública, ligando seus esforços ao processo de constituição da modernização do país.

Portanto, ainda com Sirinelli, os intelectuais, além de formarem suas redes de sociabilidade, tornavam-se mediadores culturais em seus espaços, propagando, assim, seus ideais culturais e constituindo as elites culturais. “(...) as elites culturais tomam a cor dos debates cívicos, mas também contribuem para lhes dar os seus tons. (...) ligados à sociedade que os rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade” (SIRINELLI, 1998, p. 264).

Recorremos à rede de sociabilidade a fim de expressar que Amerino Wanick, formado em engenharia pela Escola Politécnica, conforme apresentado no livro *Trajatória da Associação Brasileira de Educação 1924-2001*, de autoria de Ernesto de Souza Freire Filho (2002), foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, juntamente com diversos intelectuais, dentre eles, “Armanda Álvaro

Alberto, Antonio Carneiro Leão, Berta Lurtz, Edgard Sussekind de Mendonça, Everardo Backheuser, Francisco Venâncio Filho, Heitor Lyra da Silva, (...)” (p. 10-11). Everardo Backheuser foi diretor da Escola Técnica Fluminense e outros foram signatários do Manifesto da Educação Nova de 1932.

Engajados na criação da ABE, pensaram em uma instituição que dinamizaria os debates intelectuais brasileiros e auxiliaria as reformas educacionais, fortalecendo assim, o pensamento e a discussão acerca da educação do país. Com isso,

A ABE representou a primeira e mais ampla forma de institucionalizar a discussão dos problemas da escolarização, em âmbito nacional. Em torno dela se reuniram as figuras mais expressivas entre os educadores, políticos, intelectuais, jornalistas, e sua atuação desdobrou na programação de cursos, palestras, reuniões, inquéritos, semanas de educação, e conferências, especialmente conferências nacionais de educação. Seria por meio de tais iniciativas que a preocupação com os problemas nacionais se alastra e se sistematizam as discussões. Na realidade, com sua fundação os grandes debates sobre a escolarização se deslocam, de certa maneira, do Congresso Nacional e se irradiam por mais amplos ambientes, especialmente nos meios educacionais (NAGLE, 2001, p.163).

Com a institucionalização de uma associação que possuía o fim específico de discutir os problemas da escolarização e aprimorar os debates sobre a educação no país, compreendemos através de Nagle (2001) que essa discussão passou a se fazer presente e ser de responsabilidade não apenas para os políticos mas também para outros grupos da sociedade. Com isso, como “via de mão dupla”, a discussão acerca da educação e de seus problemas passava do “político”, sendo representado pelo Congresso Nacional, para o “social”, sendo retratado por esse grupo de intelectuais que pertenciam a ABE, numa mesma esfera, tendo em vista que eram as mesmas pessoas ou suas redes de sociabilidade que circulavam nesses locais.

Com a aproximação de diversos intelectuais, de diferentes áreas e de todos os estados do país, a ABE criou um ambiente de debate dos ideais das reformas, além da propagação dos diversos métodos e pensamentos escolanovistas difundidos e praticados em vários países da Europa e América. Por meio destes debates e difusão dos ideais escolanovistas, a ABE provocou o despertar e a consciência de uma unidade política, logo uma unidade educacional, que foi sistematizada anos após, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Sobre isso, diz Fernando de Azevedo que

Essa sociedade de educadores – a primeira que se instituiu no Brasil, com caráter nacional, foi, sem dúvida, um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução dos problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados á imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados (AZEVEDO, 1964, p. 647).

Voltada para um projeto de âmbito nacional, na perspectiva de influenciar o pensamento educacional brasileiro, sendo um “instrumento de difusão do projeto pedagógico” a ABE reunia diferentes profissionais em prol dos problemas da educação brasileira, formando, assim, um “centro de debates e estudos para a solução” desses problemas e contribuindo com ações que levassem à transformação do povo brasileiro, segundo Freire Filho (2002) e Azevedo (1964) nos auxiliam a compreender.

A ABE, em conformidade com os seus objetivos de pensar e melhorar a educação brasileira, realizou diversas Conferências Nacionais, em vários estados, assim como palestras, cursos, congressos sendo “a forma encontrada por seus idealizadores, de intervir no processo educacional e difundir os propósitos da associação. A pretensão de torná-las ‘Nacionais’ indicava o desejo de abranger todo o território brasileiro com sua atuação” (FREIRE FILHO, 2002, p. 13).

Em meio a esses debates e movimentos educacionais, Amerino Wanick se tornou diretor da Escola Profissional Washington Luís, desde a sua criação em 1923 permanecendo até 1931, quando a escola passou a denominar-se Escola do Trabalho do Rio de Janeiro. Wanick, como intelectual e mediador cultural, direcionou sua escola conforme as transformações educacionais daquele tempo, trabalhando seu processo educativo em prol da modernização e civilização do país, do futuro trabalhador e cidadão. Esforçado em sua rotina de diretor, segundo os jornais da época nos informam, Wanick, além de compor o grupo de fundadores da ABE, fazia parte do grupo de intelectuais da ABE que pensavam e discutiam constantemente acerca do ensino técnico profissional na Secção de Ensino Technico e Superior da entidade.

Nas Atas da Secção de Ensino Technico e Superior da ABE<sup>99</sup>, datada a partir do ano de 1927, constatamos as discussões acerca do ensino profissional e o envolvimento de Amerino Wanick nessa área da educação. Wanick esteve presente, no dia 04 de agosto de 1927, na primeira reunião da Secção de Ensino Technico e Superior. Nesse dia, estiveram presentes Amoroso Costa, Branca Fialho, Arthur Moses, Fernandinho Labouriau, Andre Dreykis, **Amerino Wanick** e Arnaldo Rocha.

Segundo a ata dessa primeira reunião, iniciaram a seção lendo uma carta na qual se justificava a ausência de Álvaro Alberto. A reunião ocorreu com o objetivo de se discutir acerca dos cursos e conferências que a seção de ensino técnico e superior vinha realizando, bem como de estudar acerca da criação de uma Faculdade de Ciências na Universidade do Rio de Janeiro.

Na ata de 1927, “o senhor presidente diz que as conferências organizadas pela seção de ensino superior da ABE para este ano, são em número de 90, tendo já trinta realizadas e que o sucesso obtido em todas elas mostra que o interesse que já existe em nosso meio por estes estudos” (ATA, 1927)<sup>100</sup>. Tendo reuniões quase que semanalmente, as atas da Secção de Ensino Technico e Superior da ABE nos evidenciam o quanto esses intelectuais discutiam acerca da educação brasileira. Entretanto, conforme análise de seu conteúdo, pouco se discutia acerca do ensino técnico, pois suas intenções e esforços estavam mais voltados para o ensino superior.

Conforme analisado no conjunto de atas de reuniões desta seção, Wanick não compareceu a todas as reuniões. Em 07 de novembro de 1927, logo no início da reunião, foi lida uma carta que escreveu ao grupo, informando acerca de sua ausência<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> Estando as atas escritas com caneta tinteiro e tendo em cada reunião um relator, muitas delas não conseguimos analisar devido à grafia. Além da grafia, no único caderno de ata localizado desta seção da ABE, verificamos que no ano de 1928 não houve nenhuma reunião relatada em ata, ocorrendo cinco reuniões no ano de 1929 e uma reunião denominada como a décima terceira em 1930, na qual foram discutidos os nomes das pessoas que realizariam as conferências de ensino daquele ano. Nessa reunião também ficou acertado que a Sociedade Brasileira de Engenheiros, a Escola Nacional de Belas Artes e a Academia Brasileira de Letras pudessem patrocinar essas conferências.

<sup>100</sup> Sinalizamos que não utilizamos a escrita original, sendo transcrita a partir da ortografia atual.

<sup>101</sup> Não localizamos esta carta na ABE. Entretanto, é provável que devido às exigências de seu cargo de diretor da Escola Profissional Washington Luis, ele não conseguia participar regularmente das reuniões da Secção de Ensino Technico e Superior.

Indo ao encontro das atas da ABE, principalmente no que tange às Conferências de Ensino e ao grupo de intelectuais que estavam engajados no objetivo de melhorar e otimizar a educação do país, O Jornal, em 08 de dezembro de 1928, publicou a reportagem intitulada: “O que foi o último movimento em prol da Instrução no Estado- Considerações do dr. Leoni Kaseff, em torno das Conferencias Pedagogicas ultimamente realizadas em Nictheroy”. Essa Conferência tinha por objetivo, segundo o jornal, aplicar aos docentes um Curso de Cultura Pedagógica, em prol da instrução do Estado. Amerino Wanick, enquanto participante da ABE e diretor da Escola Profissional Washington Luís, foi um dos palestrantes, discursando acerca da educação profissional, educação moral e cívica, escotismo e sobre a figura do intelectual, abrangências educacionais que faziam parte diretamente de sua trajetória.

No jornal A Crítica, de 03 de abril de 1929, com o título “A Desmoralização do Ensino Profissional no E. do Rio de Janeiro”, foi destacado que o diretor da Escola Visconde de Moraes, Eurico Tavares, havia levado à falência a escola por má administração. Segundo ainda o jornal, Amerino Wanick, junto com o diretor de Instrução Pública do estado, José Duarte, utilizavam a educação como meio para enriquecerem.

O sr. Wanick, por exemplo, adquiriu, há pouco material destinado á Escola Washington Luis no valor de mais de 150:000\$. Essa aquisição, que foi feita em certa casa de machinas para composição e impressão de nossa praça, rendeu-lhe, como gorjeta pela preferencia dada à firma em questão 1:000\$, mais gorda porcentagem sobre o preço de cada machina, fraternalmente partilhada com o sr. José Duarte, patrão e sócio da negociata que o presenteia, cada semana com objetos e mimos fabricados na escola em que dirige (A CRÍTICA, 03 de abril de 1929).

É fundamental também analisar esse caso de escândalo que envolve Wanick, tendo em vista a maneira como ele era visado pela imprensa.

No ano seguinte, o jornal A Esquerda<sup>102</sup>, de 12 de novembro de 1930, apresentou a notícia que tinha por título “É preciso que se faça na Escola Washington Luís em

---

<sup>102</sup> A Esquerda: Jornal carioca diário fundado por Pedro Mota Lima em 6 de julho de 1927 e extinto em agosto de 1933. Embora não fosse um porta-voz oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), expressava seus princípios. *Esquerda* apresentou-se como um jornal nacionalista, preocupado principalmente com a defesa do operariado. Ao longo do ano de 1928, o jornal publicou amplo noticiário sobre os movimentos grevistas nacionais e internacionais e criticou o governo do presidente Washington Luís por recusar a anistia aos integrantes da Coluna Prestes, internados há um ano na Bolívia. Publicou igualmente uma entrevista de Luís Carlos Prestes a Astrogildo Pereira, representante do PCB, da qual resultaria o ingresso de Prestes no partido. Além disso, o jornal denunciou a exploração do país pelo capital estrangeiro, criticou as condições de vida das camadas mais pobres da sociedade, combateu a corrupção parlamentar e defendeu o voto

Nictheroy”, na qual o professor Coryntho da Fonseca escreveu uma carta de manifestação contra aos ataques que o jornal fizera no dia anterior a Amerino Wanick<sup>103</sup>, dizendo:

Meus caros colegas d’A Esquerda. Acabo de ler com surpresa, no seu numero de hoje, uma acusação severa contra o professor Amerino Wanick, director da Escola Washington Luis de Nictheroy, efeito sem duvida, de informações cuja responsabilidade eu desejaria ver assumida pelo informante. Ora, conhecendo bem essa escola, bem como a conducta e a competência moral de seu director, apresso-me em vir dar o publico testemunho de minha palavra em favor de um dos nossos infelizmente raros typos de educador. Graças aos esforços, á competência, e á honestidade do professor Amerino Wanick, esta escola é verdadeiro padrão de um aparelho de **Educação Integral**. Este departamento, é devo mostrar-lhe, o de um homem que se presume, com boas razões, conhecedor, em assumptos de educação e de ensino profissional e que, ademais, pode apresentar uma folha corrida, na sua vida publica, perfeitamente limpa (...). (A ESQUERDA, 12 de novembro de 1930, grifos nossos).

É importante sinalizarmos que o professor Coryntho da Fonseca, na defesa de Wanick, entendia a escola por ele dirigida como um “verdadeiro padrão de educação integral”. Mesmo não explicitando o que se entendia por Educação Integral, entendemos por meio de suas ligações com o escolanovismo, que a escola se caracterizava por sua educação voltada para a “formação moral, intelectual, cívica e higiênica”, princípios expressos nos Decretos de 1926 e 1929 que regulamentaram o ensino profissional estadual. Conforme consta no 2º artigo de cada um desses decretos, que trata da *natureza, objetos e fins* do ensino profissional:

Art. 2º - Consiste o ensino profissional no lecionamento **de artes e offícios**, paralelo à **cultura physica, intelectual e cívica dos alunos**, e visa preparal-os, **de um modo geral, para a vida pratica** e, especialmente, **para o exercício do magistério** em estabelecimentos congêneres e secções profissionais junto a institutos de ensino primário (BRASIL, 1926, 1929, grifos nossos).

---

feminino. Em 1929, *A Esquerda* acabou por encampar os princípios da Aliança Liberal, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Compilação retirada do site do Cpdoc. Acessado em fevereiro de 2016.

<sup>103</sup> Não encontramos a notícia do jornal *A Esquerda* de 11 de novembro de 1930 que provavelmente denunciou Amerino Wanick. Portanto, não descobrimos qual foi a acusação.

Lígia Coelho, ao falar sobre Educação Integral por meio do artigo “Educação Integral e Integralismo”, publicado na Revista do Arquivo Nacional, afirma que:

Os estudos que empreendemos até o momento acerca da educação integral nos permitem afirmar que esta categoria de análise, para além de um conceito mais geral e abrangente, que a identifica como uma educação do todo do ser humano, em seus aspectos intelectual, artístico, físico, de saúde, cultura e trabalho, reveste-se também de fundamentos e práticas específicas à ideologia que a defende. Nesse sentido, destacamos a existência de concepções conservadoras, liberais e progressistas –socialistas- de educação integral (COELHO, 2005, p.94).

Não é de nossa intenção trazer e discutir neste trabalho as diversas concepções e vertentes da educação integral, pois, conforme a autora, ela se diferencia. Entretanto, é importante o conceito de educação integral no aspecto da formação total do ser, indo em direção ao que os Regulamentos de 1926 e 1929 estipulavam para as Escolas Profissionais estaduais.

Cabe dizer aqui que, em conformidade com os regulamentos, na Escola Profissional Washington Luís o professor da Escola, Coryntho da Fonseca em entrevista ao jornal A Esquerda, de 12 de novembro de 1930, diz que “Graças aos esforços, á competência, e á honestidade do professor Amerino Wanick, esta escola é verdadeiro padrão de um aparelho de Educação Integral”.

Entendemos com isto que a Escola Washington Luís se encontrava no bojo dessa desejada educação integral, na tentativa de formar o aluno para a vida, em seus diversos aspectos e não apenas no intelectual.

Como observado no jornal A Esquerda, de 01 de outubro de 1930, acerca da escola que, “merece a pena conhecer de perto a obra patriótica que ahi está sendo executada pelo seu director, obra essa que, além daquele bello característico, é também de abnegação”.

Tendo como forma de exaltar o país e sendo permeada do movimento de renovação educacional como o escolanovismo, a Escola Profissional Washington Luís foi vista pelo presidente do estado, Manuel Duarte, como:

é com viva satisfação que vos informamos achar-se a Escola Profissional Washington Luis **integrada na moderna corrente**

**educacional, pois que além se seus methodos exigentes de trabalho, de cultura physica e de preparo intelectual, ensaia, com proveito, dentro da própria escola, as instituições sociaes, habituando a creança, desde cedo, a ter uma noção da vida adulta** que o aguarda, quando deixar os estudos, e dando-lhe qualidade de iniciativa, de independência, de character e de vontade, **que o farão um cidadão útil, digno, apto e capaz** de bastar-se a si mesmo (RELATÓRIOS, 1930, p. 82, grifos nossos).

“Integrada na corrente moderna educacional” e formando o aluno como um “cidadão útil, digno, apto e capaz de bastar-se a si mesmo” (Idem) são um breve balanço que podemos ter como exemplo da Escola Profissional Washington Luís, a caminho da Escola do Trabalho.

Nesta perspectiva, ao tentar pôr em prática o que é estabelecido no segundo artigo de ambos os decretos do Estado do Rio de Janeiro, Amerino Wanick, sendo diretor da Escola Profissional Washington Luis até o final do ano de 1930, pegando a transição desta Escola para Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, mereceu reportagem do Jornal do Brasil, de 23 de dezembro de 1930, intitulada “Um pouco o Brasil futuro- A grande obra de ensino profissional, que está realizando numa Escola de Nictheroy”. Tal reportagem apresentou Wanick como um revolucionário que se dedicou havia alguns anos à Escola e ao Ensino Profissional, construindo seu próprio método de trabalho e criando a própria rotina escolar, principalmente no que tange ao desenvolvimento do senso de responsabilidade dos futuros operários. Nesse sentido, Amerino Wanick, tendo como principal objetivo desenvolver no aluno a prática de um futuro trabalhador, teve a Escola Profissional Washington Luís como seu principal laboratório, desenvolvendo ali suas principais ideias e desejos para o ensino profissional. Após sua saída como diretor, Amerino Wanick, segundo informações publicadas nos jornais, tornou-se secretário geral do estado e continuou engajado no ensino profissional<sup>104</sup>.

Conforme o jornal O Radical<sup>105</sup>, de 19 de abril de 1939, apresentou-nos em suas primeiras linhas:

---

<sup>104</sup> Disponível em Diário da Noite de 13 de janeiro de 1932 e O Radical de 19 de abril de 1939, localizados na BN.

<sup>105</sup> O Radical: “Jornal carioca diário e matutino fundado em 1º de junho de 1932 e extinto em 9 de outubro de 1954. Visando tornar o jornal atraente para essa camada social, O Radical caracterizou-se pela ênfase ao noticiário trabalhista, sindical e policial. Aberto às reivindicações imediatas dos trabalhadores, dava ampla cobertura às greves e convocações de assembléias, à atuação dos sindicatos e às condições de trabalho e de

O sr. Amerino Wanick, (...) durante o governo de Feliciano Sodré, no estado do Rio de Janeiro, fundou e dirigiu a Escola Washington Luis, depois a Escola do Trabalho, a bem dizer, a mais importante experiência do ensino técnico profissional, em moldes modernos e em largas proporções, realizada no Brasil.

De intelectual engajado a mediador cultural, compondo e se construindo em uma rede de sociabilidade, Amerino Wanick se mostrou como ator político e educacional, influenciando a partir de suas ações e estratégias a mudança da mentalidade do ensino profissional, portanto, também, da instituição que estava dirigindo, sendo um dos seus principais interventores das ações cotidianas, programas e modelo pedagógico, atribuindo isso ao fato de ser essa escola um modelo e referência de Ensino Profissional do Estado do Rio de Janeiro.

Amerino Wanick continuou engajado na educação profissional, mesmo não estando à frente como diretor da escola, que passou a se chamar Escola do Trabalho do Rio de Janeiro. O Jornal do Brasil de 30 de dezembro de 1932, com o título “Quinta Conferencia Nacional de Educação” esclarece que Amerino Wanick foi um dos palestrantes acerca da educação profissional, junto com Paschoal Leme<sup>106</sup> e Leal Kassef<sup>107</sup>.

Pensar e analisar Amerino Wanick, enquanto diretor da Escola Profissional Washington Luís, bem como outros professores da Escola, é entendê-los como

---

vida dos operários”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>. Acessado em fevereiro 2016.

<sup>106</sup> “Paschoal Lemme (1904-1997) teve uma longa participação nos problemas educacionais brasileiros, ele se envolveu com as questões de seu tempo e destacou questões encaminhadas por outros educadores do início do século XX, principalmente, relacionadas à necessidade da construção de um sistema nacional de ensino. A essa preocupação o autor agregou outras necessidades como: a luta pela defesa da escola pública e pela democratização do ensino. Entendia que a educação era mais um elemento para que o país conseguisse a transformação social tão almejada, e não o principal ou o motor da modernização social. O autor participou dos maiores Manifestos em prol da educação brasileira, que culminou com a destacada participação na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61. Constatou-se que suas ações estavam voltadas para a melhoria da educação, bem como dedicou boa parte de sua vida de homem público a melhorar as condições de vida da classe trabalhadora por meio de medidas que pudessem democratizar mais a educação e oportunizar um possível nivelamento entre as classes. É importante ressaltar que Paschoal Lemme lutou pela implementação de cursos objetivando melhorar a formação dos professores desde a década de 1930”. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_Paschoal\\_Lemme.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_Paschoal_Lemme.htm). Acessado em junho de 2016.

<sup>107</sup> Em busca realizada na internet não encontramos informações sobre o educador.

intelectuais, que circulavam em vários espaços com suas redes de sociabilidade, como o da ABE e que tinham como um dos objetivos a modernização brasileira por via da educação naquela concepção. Portanto:

Flagrar o intelectual na meada de relações que o constitui, atentarmos para os modos de filiação e os lugares de sociabilidade, institucionalizado ou não, onde ocorriam os debates entre eles, auxiliá-los na percepção dos conflitos ou afinidades entre os vários intelectuais de uma determinada época (FARIA FILHO; CHAMON; INÁCIO, 2009, p.10).

Como vimos, os intelectuais que formavam a ABE se articulavam politicamente tanto no estado como no Distrito Federal, ao assumirem cargos vinculados à política da época, como as diretorias de Instrução Pública. Portanto, as políticas educacionais eram articuladas e pensadas por um mesmo grupo de intelectuais<sup>108</sup> que circulavam em diversos locais; entre esses intelectuais temos os professores da Escola Washington Luís.

### 3.3.2 Outros Professores em cena

Disse-nos Luis Antonio Pimentel:

*Quando fundaram a escola Washington Luís já tinha herdado, ganho de presente do pavilhão da Noruega. A escola quando fundada eles faziam uma coisa até inteligente, especialidades das escolas pelo interesse local da escola. A escola tal precisa de pesca, então esta escola tinha o curso de pesca. 1º ofícios de madeira e ofício de metal. Depois vinha pano, ofício de alfaiate, ofício de estofador, ofício de torneiro mecânico que torneava peças de máquinas. Então esses são os ofícios, esses eu gostaria que escrevessem os nomes dos professores para vocês perguntarem aos outros da escola Henrique Lage. Madeira e Metal- a de madeira estava na instalação com um alemão, não sei se ele tinha sobrado entre os galpões ou veio de lá, um alemão muito competente que se chamava **WandelinWogel** então estava a parte de madeira entregue a ele. Depois tinha ferro, tinha um que era curioso. Tinha o ferreiro desde de fazer o basculante com ferro torcido, grade, porta de aço, até colocar ferradura. Esse camarada era chamado **Wanderlino**. Outro de ferro era pomposo, professor, falava com postura e correção, era diretor e fundador de uma gafeira de Niterói, era chamado de modelador, era fundida de madeira para depois colocar o ferro e fundir, com nome **Manoel de Mattos Cabula**, sendo*

<sup>108</sup> Ao falarmos de grupo de intelectuais, estamos focando no grupo inicial da ABE, porém é importante salientar a existência de outros grupos que pensavam a educação brasileira, tal como o grupo dos católicos.

*chefe da modelação. Ofício de ajustador, ele que era, creio eu, Waldemiro Flores, que tomava conta de ajustar ferro e metal de modo geral. Torneiro mecânico, aquele que torneava ferro, alumínio, bronze, o chefe era (...). Ofício de Alfaiataria.*

Consideramos cultura escolar como:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (DOMINIQUE, 2001, p.10).

Mediante isso, ao considerarmos que a cultura escolar é formada pelos sujeitos que transitam por uma determinada instituição e principalmente por suas articulações, partimos do pressuposto de que o diretor da instituição assume um papel fundamental de liderança, autoridade e responsabilidade, passando aos outros sujeitos seus principais objetivos na gestão, seus ideais de escola etc.

Entretanto, não somente o diretor faz parte deste processo mas também os outros docentes e funcionários administrativos. Portanto, não foi apenas Wanick que se destacou mas também alguns professores da Escola Washington Luis.

Como uma série de conferências organizada pela associação, a 3º Conferência dedicada aos Trabalhos Manuaes, o jornal Diário Carioca<sup>109</sup>, seguindo as Conferências Pedagógicas organizadas pela ABE, publicou duas edições extensas acerca da 3º Conferência no ano de 1929. Tendo como título “O Homem Pensa Porque tem Mãos- 3º Conferência do professor Coryntho da Fonseca sobre a escola Activa”, publicada em 17 de fevereiro de 1929. Nela, o professor Coryntho da Fonseca apresentou didáticas novas voltadas para os trabalhos manuais, mostrando aplicações desse tipo de trabalho em

---

<sup>109</sup> Diário Carioca: “Jornal carioca diário fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares e extinto em 31 de dezembro de 1965. O *Diário Carioca* nasceu com a finalidade precípua de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Seu fundador, de tradicional família fluminense, havia saído da Marinha para a política e posteriormente para a imprensa, abandonando a carreira militar no posto de primeiro-tenente. Fundara em 1912 *O Imparcial*. Embora suas atividades políticas durante a República Velha estivessem vinculadas ao poder institucionalizado, a partir de dado momento Macedo Soares passou a refletir uma das correntes de oposição à estrutura política vigente. Tanto isto é verdade que o primeiro número do *Diário Carioca* deveria ter saído a 5 de julho, para comemorar o sexto aniversário do levante dos 18 do Forte”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-cariocam>. Acessado em fevereiro 2016.

diversas disciplinas, dentre elas a disciplina de português. É importante sinalizarmos que ele fazia parte do corpo docente da Escola Profissional Washington Luís, como um intelectual engajado na efetivação de uma nova corrente educacional que foi a Escola Ativa. E, enquanto propagador desse movimento de renovação, aplicava e difundia tal modelo em suas aulas.

O mesmo jornal Diário Carioca, de 02 de março de 1929, sobre a atuação de o Coryntho da Fonseca publica que ele foi organizador e professor do ensino e ofício de Madeira na Escola Profissional Washington Luís, além de oficializar o ofício no Ministério da Agricultura. “Como a de ante-hontem, o nosso colega de imprensa e companheiro de trabalho professor Coryntho da Fonseca encerrou a serie de Conferencias de propaganda da Escola Activa pelos Trabalhos Manuaes”. Durante a Conferência, Fonseca apresentou diversas formas de didatização do ensino, frisando acerca da importância do ensino desespecializado, que favorece mais o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Para tal Fonseca,

Recapitulou, depois a matéria já dada, renovando, explicitamente, a projecção dos diagramas de sua grapho-pedagogia, nas quaes estão fixadas, schematicamente, os mais modernos ideaes de educação dos sentidos e a mais larga expansão da expressividade, o que se consegue com os **trabalhos manuais**. Graças a isso, o individuo fica educado tanto para a idealização como para a **realização, uma reagindo equilibrantemente sobre a outra**. (...). Mostra como o Estado não pode formar especializados, nessa phase do ensino, mas cidadãos com uma cultura fundamental que lhe garanta a mais ampla liberdade de evolução econômica. **Prova que a industria ganha mais com o ensino especializado, por officios ou por matéria prima**. (...), **o ensino especializado** faz de cada operário um pequeno circulo vicioso (...). Enquanto isso, o ensino desespecializado é irradiante para o progresso, o adiantamento da mesma indústria (DIARIO CARIOCA, 02 de março de 1929, grifos nossos).

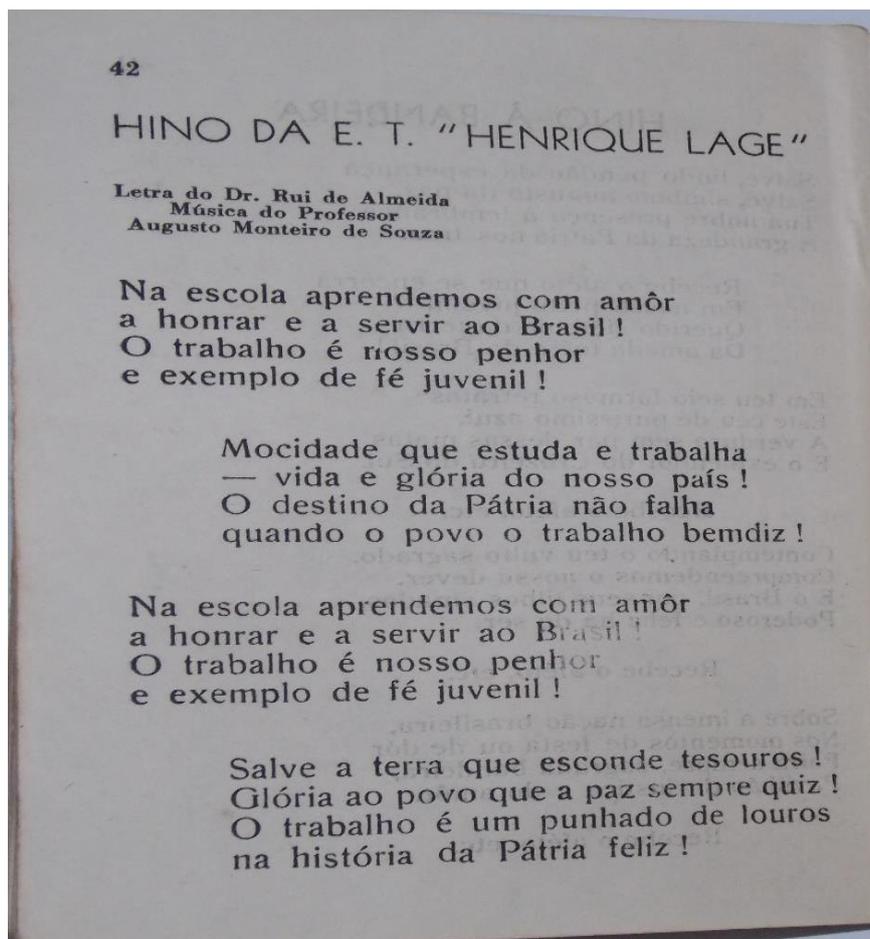
A 3º Conferência, contou com um público bem elevado, podendo ser calculado cerca de duzentas pessoas, dentre elas Fernando de Azevedo, Jonathas Serrano, François Nobert, conforme o jornal informa. Nela o principal objetivo foi discutir acerca da Escola Ativa que estava sendo implantada como um dos modelos nas escolas brasileiras e também sinalizado para a importância do ensino desespecializado, fazendo com que os alunos aprendam de “tudo um pouco” e não apenas que foquem em um único ofício e forma de trabalhar. Com isso,

A conferencia correspondeu plenamente a expectativa porque, além do muito que ensinou, propriamente, de trabalhos manuais, por meio de formulas didacticas novas, originaes e inéditas, constituindo-se numa grande lição múltipla, de sociologia, de educação moral e cívica e de psychologia do nosso ambiente social, technico e moral (DIARIO CARIOCA, 17 de fevereiro de 1929).

As relações que esses intelectuais teciam nos ajudam a pensar que o movimento escolanovista e as ideias de renovação pedagógica se faziam presentes na Escola Profissional Washington Luís. É possível também traçar o entendimento de que as Reformas Educacionais que ocorreram no Distrito Federal no período se articulavam às mudanças que ocorreram no Ensino Profissional no Estado do Rio de Janeiro, balizados pelo modelo escolanovista.

Pimentel, ao recordar o corpo docente da escola, ressaltou a importância em se mencionar o nome e função de cada professor, mestre e contramestre. Em suas memórias, Pimentel destacou a formação cívica ensinada pelo professor de cultura física, Abdon de Oliveira, chefe do grupo de escoteiros da escola.

Ele também mencionou o professor de música, Augusto Monteiro de Souza, que foi responsável por musicalizar a letra do Hino da E.T. "Henrique Lage", do Dr. Rui de Almeida, conforme consta em uma caderneta de aluno décadas depois da Escola. Não encontramos a data em que foi instituído o hino, porém indícios que Pimentel nos deixou e os impressos nos levam ao final da década de 1920.



**Imagem XI:** Hino da E.T. "Henrique Lage". Arquivo da Escola.

O hino foi localizado no arquivo da instituição, impresso na caderneta de um aluno da década de 1960. A letra e representação foram fotografadas para pensarmos o perfil dos alunos que a escola tentava formar e sua representação enquanto escola para o trabalho, com forte tendência republicana.

Acerca desse professor de música, Augusto Monteiro de Souza, o jornal O Fluminense, de 02 de novembro de 1926, noticiava que ele, professor da Escola Profissional Washington Luís, estava encerrando seu curso de piano no Instituto Nacional de Música, lecionando neste período apenas nessa escola.

Ao considerar que a cultura do espaço escolar é a forma como são articuladas e representadas pelos seus sujeitos (alunos, docentes, diretor e corpo administrativo) as dimensões espaciotemporais do fenômeno educativo (FARIA FILHO, 2007), na Escola

Profissional Washington Luís, temos esta articulação e representação marcada em suas práticas.

A forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares (FARIA FILHO, 2007, p.195).

Quando destacamos os nomes dos professores e suas práticas, observamos o quanto eles influenciam o espaço escolar. Atenta-se que a cultura dessa escola é voltada para o “amor à pátria”, remetendo-nos aos sujeitos por quem ela é representada, tais como o autor do hino, prof. Augusto Monteiro de Souza, prof. Abdon Dias e o próprio diretor Amerino Wanick.

Como representação dos sujeitos que formavam essa cultura escolar, o jornal O Globo, de 08 de fevereiro de 1926, em notícia publicada sobre a escola apresenta os nomes do diretor e dos docentes, destacando os que se formaram pela escola Wenceslau Braz<sup>110</sup>, considerando que todos eram profissionais bem formados e dedicados aos seus trabalhos, em especial o diretor Dr. Amerino Wanick e os professores, Pedro Mário Pessoa, Dyvaldo de Oliveira, Nelson de Faria, Domingos de Paula Aguiar e Raphael Ferreira.

O jornal A Manhã<sup>111</sup>, de 24 de outubro de 1926, anunciou a organização da Federação dos Professores do Estado do Rio, com o título “Organiza-se mais uma sociedade de classe”. O intuito da federação, de acordo com a reportagem, era unir o magistério público em prol da grandeza da Pátria, estando à frente dela o professor catedrático Cisinio Pinto, da Escola Washington Luís, responsável pelo curso noturno.

---

<sup>110</sup> “Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, funcionou entre 1918 e 1937, período em que teve o título de escola normal para formar professores habilitados a lecionarem nas escolas de aprendizes e artífices. Oferecia basicamente dois cursos: o Curso Técnico Profissional, freqüentado por alunos e o Curso de Trabalhos Manuais, predominantemente formado por alunas”. (CARDOSO, 2005.p.5).

<sup>111</sup> A Manhã: “Semanário carioca de sátira política e de costumes, fundado por Aparício Torelly, também conhecido como Barão de Itararé, em 13 de maio de 1926. O jornal era composto de seções bem-humoradas de economia, política, denúncias, cotidiano, noticiário policial, esportes e literatura, além de um suplemento de correspondentes estrangeiros, escrito na maneira em que os imigrantes portugueses, italianos e alemães falavam o português”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a>. Acessado em fevereiro 2016.

A campanha “Bolsa Escolar Irineu Marinho” foi anunciada pelo jornal O Globo, de 08 de agosto de 1926. A Bolsa era destinada a alunos pobres que se distinguissem nas escolas primárias do Distrito Federal. Prestigiando tal iniciativa, o diretor da Escola Profissional Washington Luís, Amerino Wanick escreveu:

com a maior satisfação, venho testemunhar aos iniciadores da brilhante campanha em prol da fundação Bolsa Escolar Irineu Marinho, os meussinceros aplausos, pela realização dessa nobre aspiração, tão necessária no nosso ambiente social, onde as tendências infantis nem sempre encontram o terreno próprio á sua natural evolução, justamente pela ausência do necessário amparo moral e material. Neste momento que atravessamos, em que uma transformação salutar e oportuna vem se operando, no sentido de uma solução logica e racional do problema da educação, constitue para o cidadão um verdadeiro dever apoiar, trabalhar e contribuir para que frutifiquem no nosso meio iniciativas como essa, de tão fecundos resultados. Hypothecando os meus fracos préstimos, apresento os protestos de estima e consideração (O GLOBO, 08 de agosto de 1926).

Além de Wanick, a iniciativa do jornal O Globo foi congratulada por Pedro Mario Pessoa, professor da disciplina de desenho geométrico. O docente enviou uma carta ao jornal prestigiando-o por sua campanha em prol da educação. No dia 19 de agosto de 1926, O Globo, noticiava que a Bolsa Escolar Irineu Marinho, iniciaria suas atividades em 21 de agosto, graças à Liga da Defesa Nacional<sup>112</sup> e ao apoio e esforço de Amerino Wanick e do professor de desenho Dyvaldo de Oliveira (professor de desenho projetista), pertencente ao quadro docente da Escola Washington Luís.

No jornal O Fluminense, de 27 de setembro de 1927, a partir de entrevista concedida pelo diretor Wanick, encontramos os nomes dos funcionários e docentes<sup>113</sup> da escola, naquele ano: Ary Almeida, secretário; Alvaro Nereza, porteiro; Herotisdas Moraes, almoxarife; Tancredo Pires Ferreira, inspetor de alunos; Dr. Heitor Peres,

---

<sup>112</sup> Liga da Defesa Nacional: “Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, ainda hoje em vigor, é “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”. Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>. Acessado em fevereiro 2016. Ver também Jorge Nagle (2001).

<sup>113</sup> No segundo Relatório apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1925, Feliciano Sodré notifica que os gastos que o estado teve com a Escola relacionados aos funcionários titulados e contratados foram de 28:983\$338 contos de réis (moeda de circulação da época) e 200:000\$000 contos de réis com o imóvel e prédio da Escola.

professor de português; General Maximiano, de matemática; Dr. Ticho Ottilio Machado, de física-química e história natural; Augusto Monteiro de Souza, de música e criador do hino da escola; Raphael M. Ferreira, de trabalhos manuais; Pedro Pessoa, de desenho geométrico; Dyoaldo Oliveira de desenho projetivo; Edgard Parreira, de desenho; J. Mallet de Souza Aguiar, de economia política, contabilidade e organização do trabalho e da indústria. Assim, concluiu a reportagem informando que, “achamos que o estabelecimento em questão pode servir de modelo a qualquer escola destinada aos seus fins”.

Pimentel também relatou alguns nomes de professores, mestres e contramestres da escola, como vimos antes. No ofício de madeira e metal, diz que o professor era Wandelin Wogel. O de ferreiro era Wanderlino; de modelador era o professor Manoel de Mattos Cabula; de ajustador era o professor Waldemiro Flores. E ainda o de cultura física, professor Abdon de Oliveira Dias; de matemática, Oder Ribamar Teixeira e General Maximiliano; de música, professor Augusto Monteiro de Souza; de português, Ari Lindeberg do Porto Rocha, Laura Pureza, Ligia Gomes da Silva e Augusta Monteiro Lobato; economia política era lecionada por João Nepunocena Malett de Souza Aguiar.

Atendendo ao disposto nos Regulamentos de 1926 e 1929, os professores eram empossados no cargo por meio de concurso público<sup>114</sup>. No jornal *A Manhã*, em 24 de janeiro de 1929, sob o título “Preenchimento da cadeira de portuguez, na Escola Washington Luis, de Nictheroy”, é noticiado que o sr. Oscar Przewodowski foi nomeado por concurso realizado na escola para ministrar aulas na cadeira/ disciplina de Português.

A partir do disposto nos Regulamentos de 1926 e 1929, construímos dois quadros elencando quantos docentes no curso geral e mestres e contramestres nos cursos especiais e funcionários as Escolas Profissionais estaduais deveriam apresentar e, assim, o currículo a ser desenvolvido/operacionalizado.

---

<sup>114</sup> Para maiores esclarecimentos acerca da seleção para docente ir no Capítulo XIII do Decreto 2.380 de 14 de janeiro de 1929, que regulamenta o Ensino Profissional do estado do Rio de Janeiro.

**Quadro VI:** Docentes conforme o Regulamento de 1926<sup>115</sup>.

<b>Docentes conforme o Regulamento de 1926</b>	
<b>Curso Geral</b>	<b>Curso Especial</b>
1 professor catedrático nas disciplinas de: português, instrução moral e cívica, matemática, ciências físicas e naturais, cultura física, desenho e trabalhos manuais, economia política, contabilidade e organização do trabalho e da indústria	1 mestre de trabalhos em madeira, 6 contramestres para os ofícios em madeira. 1 mestre de trabalhos em metal 4 contramestres para os ofícios em metal. 1 mestre de artes gráficas 2 contramestres nos ofícios gráficos
<b>Funcionários Administrativos</b>	
1 diretor	1 porteiro
1 secretário	1 inspetor de alunos
1 almoxarife	

---

<sup>115</sup> Todos os quadros foram elaborados pela autora a partir das fontes consultadas.

**Quadro V:** Docentes conforme o Regulamento de 1929.

<b>Docentes no Regulamento de 1929</b>	
<b>Curso Geral</b>	<b>Curso Especial</b>
1 professor catedrático nas disciplinas de: português, instrução moral e cívica, matemática, ciências físicas e naturais, economia política e industrial, contabilidade, cultura física, desenho, teoria da música, trabalhos manuais, tecnologia e higiene	1 mestre na seção de madeira 1 mestre na seção metal 1 mestre na seção gráfica 8 contramestres na seção de madeira 8 contramestres na seção de metal 5 contramestres na seção na seção gráfica
3 professores substitutos de desenho	
<b>Funcionários Administrativos</b>	
1 diretor	1 porteiro
1 secretário	1 inspetor de alunos
1 almoxarife	1 auxiliar

Nos quadros é preciso observar que o corpo docente e o administrativo das escolas estaduais apresentaram algumas alterações em relação ao Regulamento estadual de 1926 e o de 1929, tais como a inclusão dos professores de economia industrial, de teoria da música, tecnologia e higiene. Também foram incluídos dois contramestres na seção de madeira, quatro contramestres na seção de metal e três na seção gráfica. Na parte administrativa a escola passou a ter direito a um auxiliar.



**Imagem XII:** Grupo de Professores da Escola [1929]. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Acerca dos funcionários da Escola Profissional Washington Luís, o jornal O Globo, de 12 de junho de 1928, em reportagem intitulada “Os operários da Escola Washington Luis não são pagos”, noticiou que os operários da escola estavam com atraso salarial dos meses de abril e maio, finalizando que, “não se vive de ar, e esses pobres trabalhadores precisam viver!” Interessante observar como um “desabafo” que desde 1928 o governo estadual atrasa o pagamento de seus funcionários, principalmente os da educação, ocorrendo a mesma situação no momento em que estamos concluindo esta dissertação de mestrado.

### 3.3.3 O Corpo Docente

As escolas profissionais no Brasil surgiram com o intuito de instruir os alunos das classes sociais menos favorecidas para a prática de um ofício, levando à expectativa de formar mão de obra para as indústrias. Assim, em conformidade com este objetivo a Escola Profissional Washington Luís também era destinada aos alunos menos favorecidos

socialmente, como nos disse Pimentel, como aluno da escola. Ao ser indagado sobre como eram seus colegas, ele respondeu: “Gente pobre. Niterói era e é uma cidade pobre”.

Na análise dos dossiês de alunos do período de 1923 a 1930, observamos que os alunos tinham entre 10 a 18 anos de idade. A idade mínima (10 anos) estava divergente dos regulamentos do ensino profissional estadual que estipulavam ser a partir de 12 anos de idade a entrada do aluno no Ensino Profissional. Alguns alunos eram oriundos do curso primário de grupos escolares e outras escolas públicas, outros estudaram o primário na própria escola. Eram moradores, em grande maioria, do município de Niterói<sup>116</sup>.

Elaboramos um quadro para melhor visualização do quantitativo dos alunos que ingressaram oriundos de Grupos Escolares e outras escolas.

**Quadro VI:** Alunos de Grupos Escolares e/ou Escolas (a partir dos 175 dossiês).

<b>Alunos de Grupos Escolares e outras Escolas (a partir dos dossiês)</b>						
1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Nenhum Dossiê	0	9 alunos	7alunos	5 alunos	9 alunos	2 alunos

Outro quadro que foi possível elaborar a partir dos dossiês de alunos, foi demonstrando os principais Grupos Escolares e escolas em que estudaram o curso primário.

---

<sup>116</sup> É importante sinalizar que através do endereço fornecido nas solicitações de matrículas dos alunos, fomos impulsionados a procurar a localidade de cada rua na internet, o que nos gerou grande parte dos dados fornecidos neste trabalho. Porém algumas ruas não foram localizadas, deixando o quantitativo da tabela de localização incompleta, mediante os dossiês analisados.

**Quadro VII:** Grupos Escolares e outras Escolas em que os alunos estudaram.

<b>Grupos Escolares e outras Escolas em que os alunos estudaram</b>
Grupo Escolar Alberto Brandão
Grupo Escolar José Bonifácio
Grupo Escolar Balthazar Bernadino
Grupo Escolar Guilherme Briggs
Grupo Escolar Felizberto de Carvalho
Grupo Escolar Nilo Peçanha
Grupo Escolar Pinto Lima
Grupo Escolar Quintino Bocayuva
Grupo Escolar Arthur Bernades
Grupo Escolar Raul Vidal
Grupo Escolar Ruy Barbosa
Grupo Escolar Álvaro de Almeida
Grupo Escolar Joaquim Leitão
Grupo Escolar nº 13 de maio
Escola nº 19 de 2º grau da Rua Nilo Peçanha
Escola nº 20 de Nictheroy

Após identificarmos os Grupos Escolares e outras escolas, onde os alunos estudaram, identificamos o número de alunos que cursaram o primário de adaptação na Escola Washington Luís, considerando o quantitativo dos dossiês consultados (175).

**Quadro VIII:** Alunos que cursaram o Primário na EPWL.

<b>Alunos que cursaram o Primário na EPWL</b>						
1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Nenhum Dossiê	3 alunos	0	5alunos	16alunos	15 alunos	15 alunos

Sobre os municípios onde residiam estes alunos, elaboramos o quadro abaixo.

**Quadro IX:** Município de residência dos Alunos.

<b>Município de residência dos Alunos</b>							
	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
<b>Niterói</b>	Nenhum Dossiê	3alunos	18alunos	15alunos	37alunos	46alunos	19alunos
<b>São Gonçalo</b>	-----	0	2alunos	2alunos	0	2alunos	1aluno
<b>Rio de Janeiro</b>	-----	0	1aluno	1aluno	0	0	0

Pela amostra quantitativa dos 175 dossiês de alunos matriculados na escola, notamos que eram oriundos de Grupos Escolares e outras escolas, sendo, em grande parte, moradores dos municípios de Niterói e São Gonçalo.

Conforme Pimentel mencionou, o corpo discente da escola era formado por alunos das classes menos favorecidas que se matriculavam em busca de uma escola que os formassem para o trabalho. Entretanto, encontramos evidências de alunos que não apresentavam este perfil. A exemplo disso, no dossiê do aluno Sebastião Barroso Gomes, foi notificado em sua solicitação de matrícula, que era neto dos Barões de Catas Altas, um milionário em Minas Gerais. O Barão de Catas Altas, nomeado por Dom Pedro I quando esteve em Minas Gerais. Tinha por nome João Batista Pereira de Souza Coutinho.

O barão era um milionário em Minas Gérias, possuindo diversas mansões. Em Caeté, construiu um palácio, onde hoje se localiza o Museu Regional<sup>117</sup>.

O Jornal, de 20 de dezembro de 1928, sob o título “O que é Escola Washington Luis, de Nictheroy” frisa que vários alunos da Escola Profissional Washington Luís, eram de famílias distintas de Niterói, como filhos de médicos, engenheiros, advogados e oficiais das forças Armadas. Dessa forma, se a Escola Profissional em sua origem foi criada para os pobres e filhos de operários, em conformidade com o que dispunha a rede de Escolas Profissionais, as fontes consultadas nos dão indícios de que o perfil do corpo discente da Escola Washington Luis era heterogêneo ou foi se modificando ao longo do tempo no que se refere às condições de classe social.

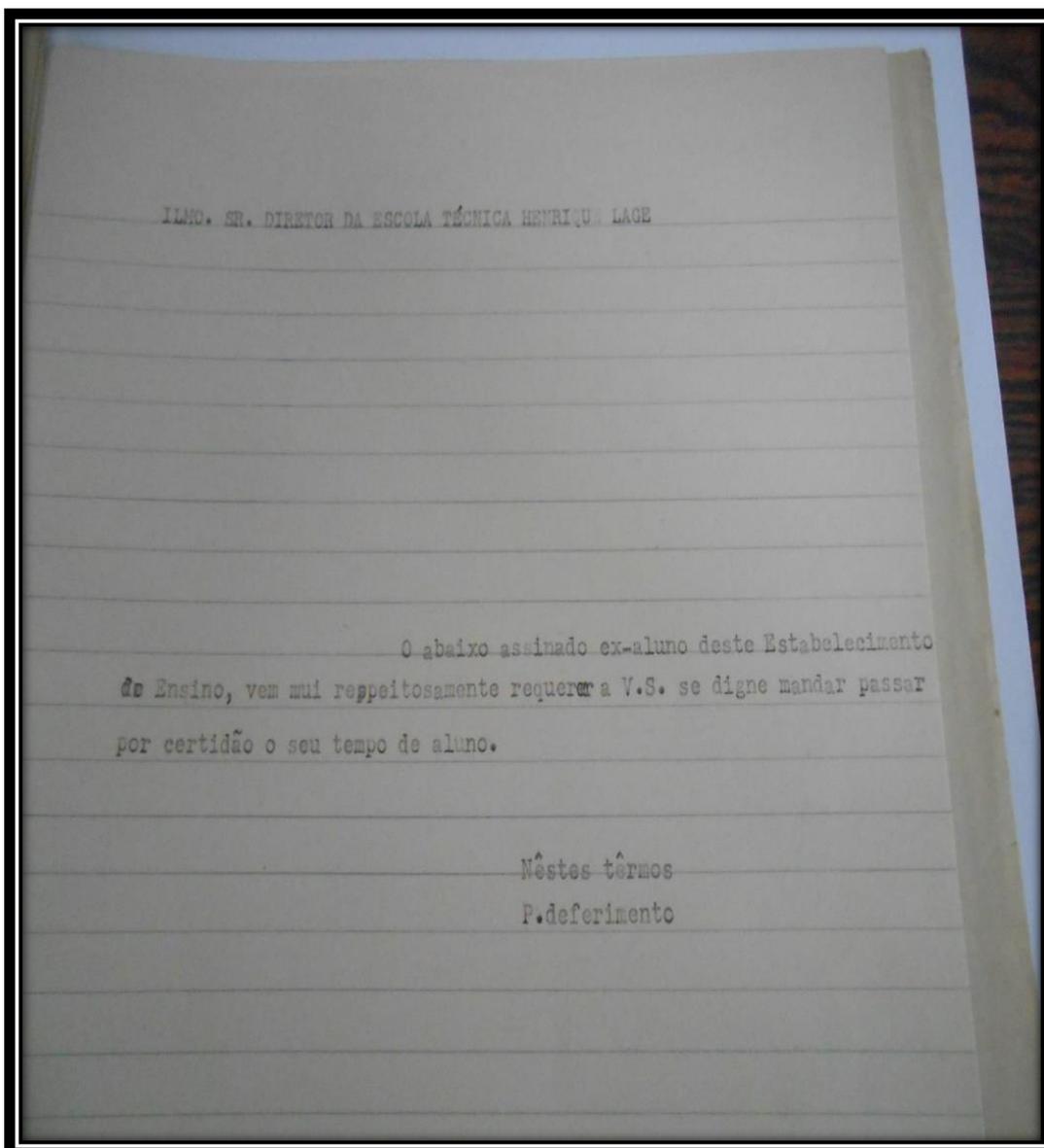
Apesar de não constar como item obrigatório na solicitação de matrícula, encontramos em três dossiês de alunos ingressantes em 1928 e mais três alunos em 1929 que notificaram ser da cor branca.

Alguns documentos que compõem os dossiês indicam o “vínculo de trabalho” que alguns alunos tinham com a instituição. Como exemplo, o dossiê de Ítalo Monaco contém uma solicitação por parte do aluno de uma declaração da sua condição de aprendiz, juntamente com seu histórico escolar e a declaração da escola. Na declaração escolar consta seu tempo como aluno, o que provavelmente utilizou como tempo de serviço para o benefício da aposentadoria. Considerando que essa instituição, até os dias atuais, recebe ex-alunos solicitando declaração de tempo de serviço, pois pela Lei Previdenciária nº. 3.522/59, os alunos que “trabalhavam” nas oficinas das Escolas Técnicas e Profissionais tinham o direito de contar o tempo de trabalho para a aposentadoria.

Vejamos as imagens abaixo referentes à Solicitação de Certidão de Tempo de Aluno e à Declaração Escolar.

---

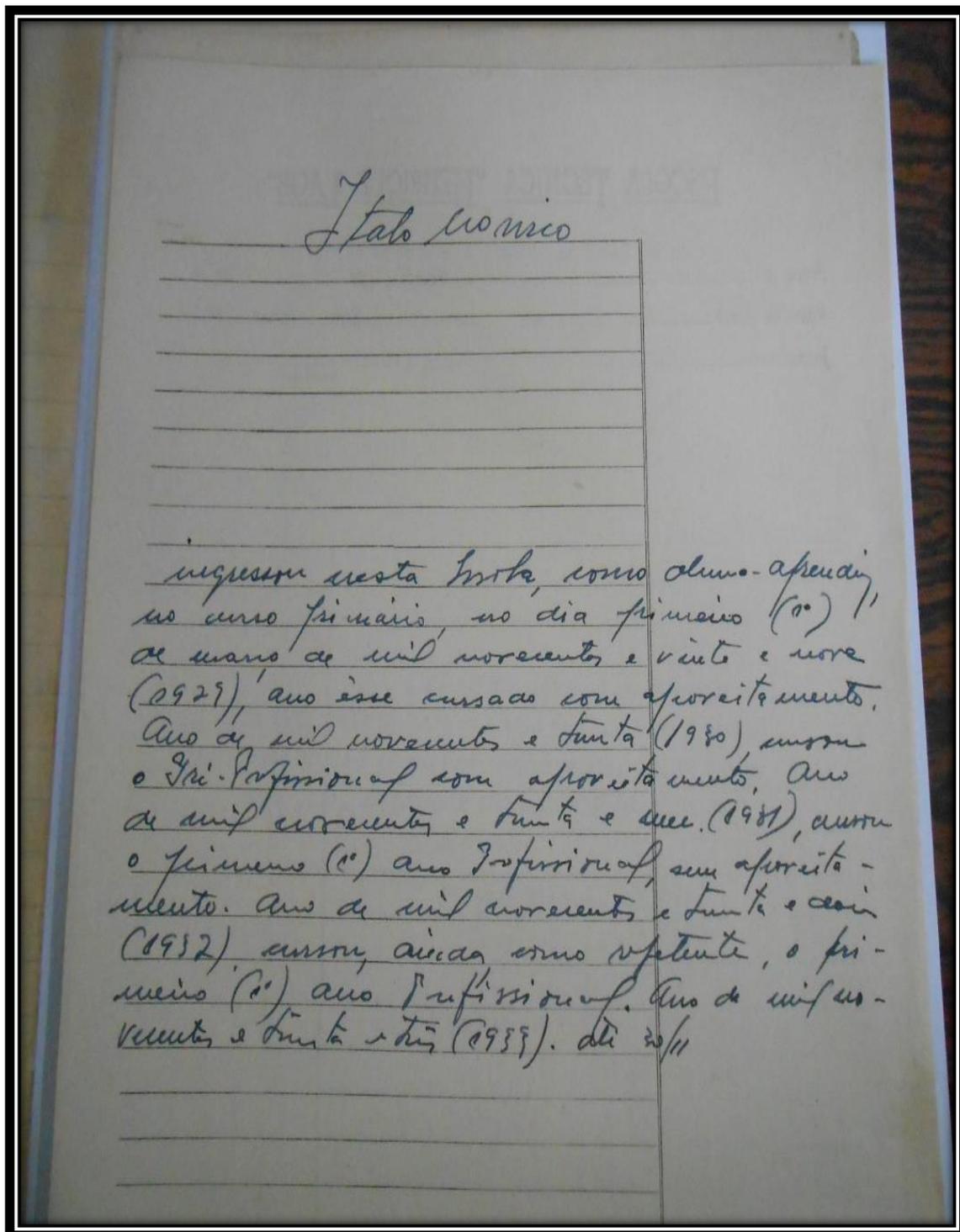
<sup>117</sup> Informações capturadas em:  
[http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod\\_destino=3&cod\\_pgi=2748](http://descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=3&cod_pgi=2748). Acessado em fevereiro 2016.



**Imagem XIII:** Solicitação de Certidão de Tempo de Aluno. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Segue a transcrição do teor do documento. “O abaixo assinado ex-aluno deste Estabelecimento de Ensino, vem mui respeitosamente requerer a V.S. se digne mandar passar por certidão o seu tempo de aluno. Nêstes termos. P. Deferimento”.

Nesta outra imagem reproduzimos a declaração que a escola elaborou.



**Imagem XIV:** Declaração Escolar. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Abaixo a transcrição do conteúdo da Declaração Escolar:

Italo Monaco. Ingressou nesta Escola como aluno aprendiz, no curso primário, no dia primeiro (1º) de março de mil novecentos e vinte e nove (1929), ano esse cursado com aproveitamento. Ano de mil

novecientos e trinta (1930) cursou o Pré-profissional com aproveitamento. Ano de mil novecientos e trinta e um (1931) cursou o primeiro (1º) ano Profissional sem aproveitamento. Ano de mil novecientos e trinta e dois (1932) cursou ainda como repetente, o primeiro (1º) ano Profissional. Ano de mil novecientos e trinta e três (1933), até 30/11.

### 3.3.3.1 1ª Turma de Formandos da EPWL

Na perspectiva de Ginzburg (2007) é que construiremos a partir das análises das fontes a primeira turma de formandos e biografia de Pimentel.

A formatura foi noticiada em vários jornais como no jornal A Manhã, de 28 de dezembro de 1928, no Diário Carioca, de 28 de dezembro de 1928 e no O Jornal, de 30 de dezembro do mesmo ano. Esses periódicos destacaram a festa que houve na escola por ocasião da formatura da primeira turma, com grande brilhantismo para a entrega dos cinco primeiros diplomas dos alunos que completaram o curso profissional, juntamente com a inauguração da exposição de trabalhos e encerramento do ano letivo. O jornal A Manhã, destacou que “o director da Escola Profissional Masculina Washington Luis havia organizado um mostruário rigorosamente didactico capaz de attestar, com máxima sufficiência o aproveitamento dos alumnos ali matriculados”. Ao final da solenidade da formatura foram entregues os diplomas aos formandos.

Vimos que em alguns relatórios dos presidentes consta que alguns alunos ao terminarem seus cursos se tornaram profissionais, trabalhadores, na própria escola, “porque carece a Escola desses officiaes especializados e como justo premio a primeira turma diplomada, foram elles contractados para o Serviço da Escola Washington Luís”, (1929, p. 89).

Manuel Duarte Silva relata em seu Relatório de 1929, que os cinco alunos formados na primeira turma seriam contratados pela escola. Em suas memórias, Luís Antonio Pimentel, participante e entrevistado como aluno desta primeira turma diplomada da escola. também dá tal informação.

*Na Escola do Trabalho fui professor quando derrubaram Washington Luís e logo construíram a Escola do Trabalho. Na formação do quadro de professores, meus amigos todos estavam lá, ai eu também fui nomeado, em 1930. Dava aula de desenho.*

O ex-aluno Pimentel, em sua entrevista, disse que havia sido contratado após sua diplomação, pois a escola necessitava de profissionais qualificados para atuar ali ministrando aulas.

Estavam presentes na Escola Profissional Washington Luís, em dezembro de 1928, o presidente do estado, Manuel Duarte e Nogueira da Silva, representando o senador Feliciano Sodré, que não pode comparecer para a solenidade da primeira turma de formandos. Receberam os diplomas os alunos Manoel Luiz Gomes, Pedro Silva, **Luís Antonio Pimentel**, Rubem Emilio da Cunha e Roberto Emilio da Cunha, sendo os dois primeiros da seção de metal e os três últimos da seção de madeira.

Estes sujeitos escolares, portanto, construíram sua história enquanto alunos, deixando marcas de sua individualidade na história coletiva, como o exemplo do aluno Luis Antonio Pimentel.

Pimentel, como representante do corpo discente e docente da Escola Profissional Washington Luis, foi entrevistado com 102 anos de idade, no mês de maio de 2014, vindo a falecer em maio 2015.

Pimentel nasceu na cidade de Miracema em 29 de março de 1912. Formou-se aos 16 anos no ofício de madeira na Escola Profissional Washington Luís. Foi poeta, jornalista, memorialista brasileiro, professor e escritor de livros segundo o jornal O Globo<sup>118</sup>. Foi membro da Academia Fluminense de Letras, da Academia Niteroiense de Letras. Trabalhou na Escola Profissional Washington Luís como professor de desenho até a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na qual trabalhou como professor durante 30 anos, aposentando-se. No período em que estava na Escola do Trabalho do RJ, como docente, Pimentel ficou cinco anos ausente, indo para o Japão. Após seu retorno, ele continuou dando aula na Escola Henrique Lage, até a criação do Senai. Formou-se em jornalismo pela Universidade do Brasil em 1952, pois ele já se considerava um jornalista, já que entendia que para ser jornalista não precisava de título. Em 1930, ajudou a fundar o jornal Diário de Notícias, junto com o seu primo Figueiredo Pimentel e outras duas pessoas. Após sua saída da Universidade foi estudar na Escola de Belas Artes (ALMEIDA, 2008).

---

<sup>118</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/historiador-e-poeta-luis-antonio-pimentel-morre-aos-103-anos-no-rj.html>. Acessado em abril 2014.

Após ser apresentada a criação da Escola Profissional Washington Luís e seus sujeitos, apresentaremos no próximo capítulo o seu funcionamento. Foi necessário primeiro contextualizá-la e entender seus sujeitos para então compreendermos o funcionamento dela.

## *Capítulo IV*

### **A Escola Profissional Washington Luis e seu funcionamento**

Neste capítulo, propomo-nos a investigar o funcionamento da Escola Profissional Washington Luís, entendendo seus objetivos, sua forma pedagógica, o ensino e o trabalho nas oficinas, exposições, festas, assistência dental e médica, o caixa escolar, a sopa e o copo de leite, os sujeitos disciplinados, a educação física e o escotismo, as visitas e passeios, e o jornal produzidos pelos seus alunos.

#### **4.1 Organização, plano geral de estudo e o tempo letivo**

A Escola Profissional Washington Luís, destinada ao sexo masculino e pertencente ao governo do Estado do Rio de Janeiro a partir de 1926, era regida pelos regulamentos destinados ao ensino profissional do estado apresentados no capítulo II desta dissertação: o Decreto nº 1.954 de 13 de maio de 1923, o Decreto nº 2.160 de 31 de janeiro de 1926 e o Decreto nº 2.380 de 14 de janeiro de 1929, estabelecendo normas acerca do funcionamento, estrutura, currículo, matrícula, corpo docente e administrativo<sup>119</sup> das escolas profissionais estaduais.

O jornal O Fluminense, de 27 de setembro de 1927, diz que

O estado do Rio deve orgulhar-se em possuir uma escola de importância e do valor da profissional Washington Luis. (...). São amplas todas as suas dependências e múltiplos são os seus trabalhos, obedecendo todos á princípios e methods já vistos nos paizes de mais adiantada cultura technica.

Os cursos profissionais, desde 1926, eram oferecidos em quatro anos. As aulas pelo Regulamento de ensino de 1926 se iniciavam em 01 de fevereiro e terminavam em 24 de novembro, com horário das 8 da manhã às 17 horas, assim, funcionando em tempo integral.

Com a alteração do regulamento em 1929, o ano letivo se iniciava em 01 de fevereiro e terminava no dia 30 de novembro, com um período menor de recesso escolar no mês de junho e com um aumento na carga horária diária, passando a iniciar as aulas às 7 da manhã e terminando às 17 horas da tarde, continuando a funcionarem tempo integral, porém com uma hora a mais.

---

<sup>119</sup> No tempo de realização desta pesquisa conseguimos encontrar o Decretos de 1923, portanto as análises referentes aos três primeiros anos da escola serão realizadas por meio dos jornais impressos e dossiês de alunos.

Não conseguimos “desvendar” o horário exato de início e término das aulas da Escola Profissional Washington Luís. Porém, por meio dos dossiês de alunos, conseguimos identificar que as aulas se iniciavam no dia 01 de fevereiro e concluíam no mês de novembro.

Conforme os regulamentos do ensino profissional do Estado do Rio de Janeiro de 1926 e 1929 “consiste o ensino profissional no leccionamento de artes e officios, paralelo à cultura physica, intellectual e cívica dos alunos, e visa preparal-os de um modo geral, para a vida pratica (...)”, (art.2º). Em 12 de novembro de 1930, no jornal A Esquerda, o professor Coryntho da Fonseca na defesa do diretor Amerino Wanick, devido a ataques por este recebido, assim se expressa: “Graças aos esforços, á competência, e á honestidade do professor Amerino Wanick, esta escola é verdadeiro padrão de um aparelho de **Educação Integral**” (grifos nossos).

Observa-se na parte superior da imagem abaixo o seguinte: “Fundação de Apoio a Escola Técnica- FAETEC- Centro de Educação Integral- Cei Barreto- e no rodapé “Escola Profissional ‘Washington Luis’-Nichteroy-Secção de modelação e ajustagem-1929”. Note-se na imagem que a primeira informação foi colocada depois, não sabemos por quem ou o por que ela foi colocada, mas certamente quem a colocou estava entendendo o CEI Barreto como uma instituição educativa de educação integral no tempo em que era Escola Washington Luís.



**Imagem XV:** Seção de Modelagem e Ajustagem, 1929. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Nessa direção, a cultura física, intelectual e cívica dos alunos era o objetivo central desse ensino, no intuito de prepará-los para a vida prática em estabelecimentos congêneres e seções profissionais, conforme é mencionado nos Regulamentos do ensino profissional de 1926 e 1929. O curso profissional abrangia o curso geral (educação sistemática) e também os cursos especiais, que eram as oficinas. A partir de 1929, com a alteração do regulamento do ensino profissional, foi incluído o curso pré-profissional, tendo por objetivo articular o ensino primário ao profissional.

Por meio das fontes, elaboramos um quadro das disciplinas do currículo da Escola Profissional Washington Luís, relacionando-as com os docentes. Cabe dizer que mediante o Regulamento de 1926, não encontramos pelas fontes a disciplina de Instrução Moral e Cívica, porém Pimentel nos disse que ele estudou a parte de civismo com o prof. Abdon Dias), responsável pela disciplina de Cultura Física. Já pelo Regulamento de 1929, não encontramos as disciplinas de Tecnologia e Higiene.

**Quadro X:** Disciplinas correlacionadas aos docentes da Escola Profissional Washington Luis em seus oito anos.

<b>Disciplina</b>	<b>Docente, Mestre e Contra-mestre</b>
Português	Dr. Heitor Peres Ari Lindeberg do Porto Rocha, Laura Pureza, Ligia Gomes da Silva Augusta Monteiro Lobato
Matemática	General Maximiano Oder Ribamar Teixeira
Física-química e história natural	Dr. TichoOtilio Machado
Música	Augusto Monteiro de Souza
Trabalhos manuais	Raphael M. Ferreira
Desenho geométrico	Pedro Pessoa
Desenho projectivo	Dyoaldo Oliveira
Desenho	Edgard Parreira
Economia-pública, contabilidade e organização do trabalho e da indústria	J. Mallet de Souza Aguiar
Cultura física	Abdon de Oliveira Dias
Ofício de madeira e metal	WandelinWogel
Ferreiro	Wanderlino
Modelador	Manoel de Mattos Cabula
Ajustador	Waldemiro Flores

O Histórico Escolar referente aos anos de 1928-1931, datado de 06 de maio de 1955, do aluno Guttemberg Pereira de Melo, concluinte em 1932, auxilia-nos nesta construção, tendo se formado no ofício de mecânica de máquinas.

## HISTÓRICO ESCOLAR

NOME: - Guttemberg Pereira de Melo

### APROVEITAMENTO GERAL

ANO LETIVO DE 1928 - (1ª Ano) - Não foi encontrado nenhum elemento, pelo motivo de extravio em mudança.

ANO LETIVO DE 1929 - (2ª Ano) - Português - março 4; abril 4; maio 2; junho 4; julho 5; agosto 2; setembro 3; outubro 3 novembro 3. Média global 3,08. Algebra - março e abril (não houve aula); maio 2; junho e julho (não houve aula); agosto 1; setembro 2; outubro (não houve aula); novembro 1. Média global 1,66. Instrução Moral e Cívica - Houve aula somente no mês de novembro 3.

Desenho - Houve aula nos meses: maio 1; agosto 1,25; novembro 2,75. Tecnologia - março 4; abril 4; maio (não houve aula); junho 0(zero); julho (não houve aula); agosto 2; setembro e outubro (não houve aula); novembro 1,25. Média global 2,54. Cultura Física - março 4; abril 4; maio 4; junho 4; julho (não houve aula); agosto 5; setembro e outubro (não houve aula); novembro 5. Média global 4,33. Higiene - março (não houve aula); abril (o aluno faltou); maio 0(zero); junho 2; julho (não houve aula); agosto 1; setembro (não houve aula); outubro 1; novembro (não houve aula). Aritmética - março e abril (não houve aula); maio 0 (zero); junho e julho (não houve aula); agosto 1; setembro (não houve aula); outubro 1,5; novembro 0(zero). Média global 0,91. Geometria Plana - Houve aula nos meses: maio 0(zero), agosto 0(zero); novembro 2,7.

ANO LETIVO DE 1930 - (2ª Ano) - Algebra - Houve aula nos meses: maio 3 agosto 1; setembro 2; novembro 0(zero). Média global 1,66. Geometria Plana - Houve aula nos meses: maio 4; julho (o aluno faltou); agosto 3; novembro 5. Média global 4. Instrução Moral e Cívica - Houve aula nos meses: maio (o aluno faltou); agosto 3; novembro 4,5. Média global 2,50. Cultura Física - Houve aula nos meses: maio 5; agosto 5; novembro 5. Média global 5. Higiene - Houve aula nos meses: maio 1; agosto 1,5; novembro 2. Média global 1,50. Tecnologia - abril 2; maio 1; junho 0(zero); julho 1; agosto 1,7; setembro (não houve aula); outubro 1; novembro 1,5. Média global 1,78. Desenho à Mão Livre - Houve aula nos meses: maio 2,37; novembro 3,50. Média global 2,93. Desenho Profissional - maio 1,5; agosto 1,5; novembro 2. Média global 1,66.

ANO LETIVO DE 1931 - (3ª ano) - Português - março 3; abril 3; maio 3; junho 4; julho 3; agosto 5; setembro 3; outubro 2 Média global 3,08. Tecnologia - março 3; abril 2,5; maio 3; junho 2; julho 1; agosto (não houve aula); setembro 0(zero); outubro 2,6; novembro 4. Média global 2,2. Ciências Físicas - abril 1; julho 2; outubro 5. Média global 2,6. Geometria - abril 2; julho 4; agosto 3; setembro 2; outubro 1,66. Média global 2,52. Contabilidade - abril 2; julho 4,5; outubro 1,5. Média global 2,66. Desenho - abril 1,25; julho 1,75; outubro 3. Média global 2,08. Higiene - abril 3; julho 3; outubro 3. Média global 3. ANO LETIVO DE 1932 - (4ª Ano) - Português - março 3; abril 3; maio 4; junho 4; julho 5; agosto 5; setembro 2; outubro 3. Média global 3,9. Tecnologia - março 2; abril 2; maio 3; junho 4; julho 1,5; outubro 0,5; novembro 4. Média global 2,29. Desenho - Houve aula nos meses: julho 2; outubro 3,25. Média global 2,62. Higiene - abril 5; julho 5; outubro 5. Média global 5. Música - abril 1; julho 3; outubro 3. Média global 2. ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~

Observação: - Nêstes anos, não havia nota em Oficina.

CURSO CONCLUÍDO: - Mecânica de Máquinas

Niterói, 6 de maio de 1955

*Bolívar Sánchez*  
Bolívar Sánchez  
Diretor

Imagem XVI: Histórico Escolar. Arquivo da Escola.

No Jornal do Brasil de 23 de dezembro de 1930, o diretor Wanick, em entrevista, apresenta como o curso funcionava e a escola se estruturava pedagogicamente, indo ao encontro do Regulamento de 1929:

O aluno não escolhe inicialmente a sua profissão. Trabalha nas diversas séries existentes na escola, e só depois de alguns anos se decide de acordo com os "tests", controlado pelos mestres e contramestres. As séries são minuciosamente estudadas, e permitem cotejo com os melhores modelos mundiais. (...). As madeiras contam com a competência de um **mestre alemão, o sr. Voegel**, que teve longa prática em excelentes oficinas européas. (...). Adquire para a Escola os

últimos livros sobre essas especialidades, estimulando-os com o seu exemplo e o applauso devido aos seus excellentes auxiliares. Para ver a orientação da escola basta **observar que ella forma uma biblioteca sobre a organização moderna do trabalho industrial. O taylorismo** é um dos assumptos que mais vivamente a preocupam, e que merece a leitura cuidada de seus technicos para a devida applicação (JORNAL DO BRASIL, 23 de dezembro de 1930).

Se, em 28 de abril de 1926, a reportagem do jornal O Fluminense, sob o título, “Bibliotheca da Escola Washington Luis”, noticiava que no dia anterior esse diário tinha sido procurado por uma comissão de alunos da escola, solicitando apoio para aumentar o número de livros de sua biblioteca, visando à ampliação do seu acervo. A reportagem de 1930 dá destaque a existência de uma biblioteca sobre a organização moderna do trabalho industrial.

Na reportagem, conforme o diretor Wanick, ao longo das séries o aluno é “avaliado” pelos mestres e contramestres, para então serem auxiliados na escolha da profissão por meio do melhor desempenho das avaliações nas oficinas. Nesse caso, o diretor fala sobre o sistema rotativo de ensino dentro do curso profissional. Ainda em sua percepção, a escola é dotada com os melhores modelos mundiais de ensino, além de máquinas, de professores, livros didáticos e assuntos relacionados ao trabalho do período.

Merece atenção e destaque a fala do diretor Wanick ao retratar o Taylorismo, conhecido como um sistema de organização do trabalho que pretendia alcançar o máximo de produção em um curto tempo, deveria ser bem “estudado e aprofundado” para sua correta aplicação nas oficinas da escola. Esse modelo industrial foi desenvolvido por Frederick Taylor, um engenheiro que é considerado o pai da administração científica, para a qual propôs métodos científicos cartesianos para administrar empresas, focando na administração industrial (RAGO; MOREIRA, 1993).

Isso posto, percebemos como os modelos internacionais conhecidos como modernos eram implantados no país, difundindo, assim, um novo modelo de indústria e atingindo diretamente sua forma de produzir. Cabe ressaltar que esse modelo não apenas atingiu e se difundiu no setor industrial mas também na instituição escolar. A exemplo disto, vemos na análise ao longo deste trabalho como a Escola Profissional Washington Luís foi caminhando para a Escola do Trabalho.

Com esses modelos se difundindo nas indústrias, a instituição também era diretamente afetada, pois deveria preparar o aluno de acordo com as necessidades postas

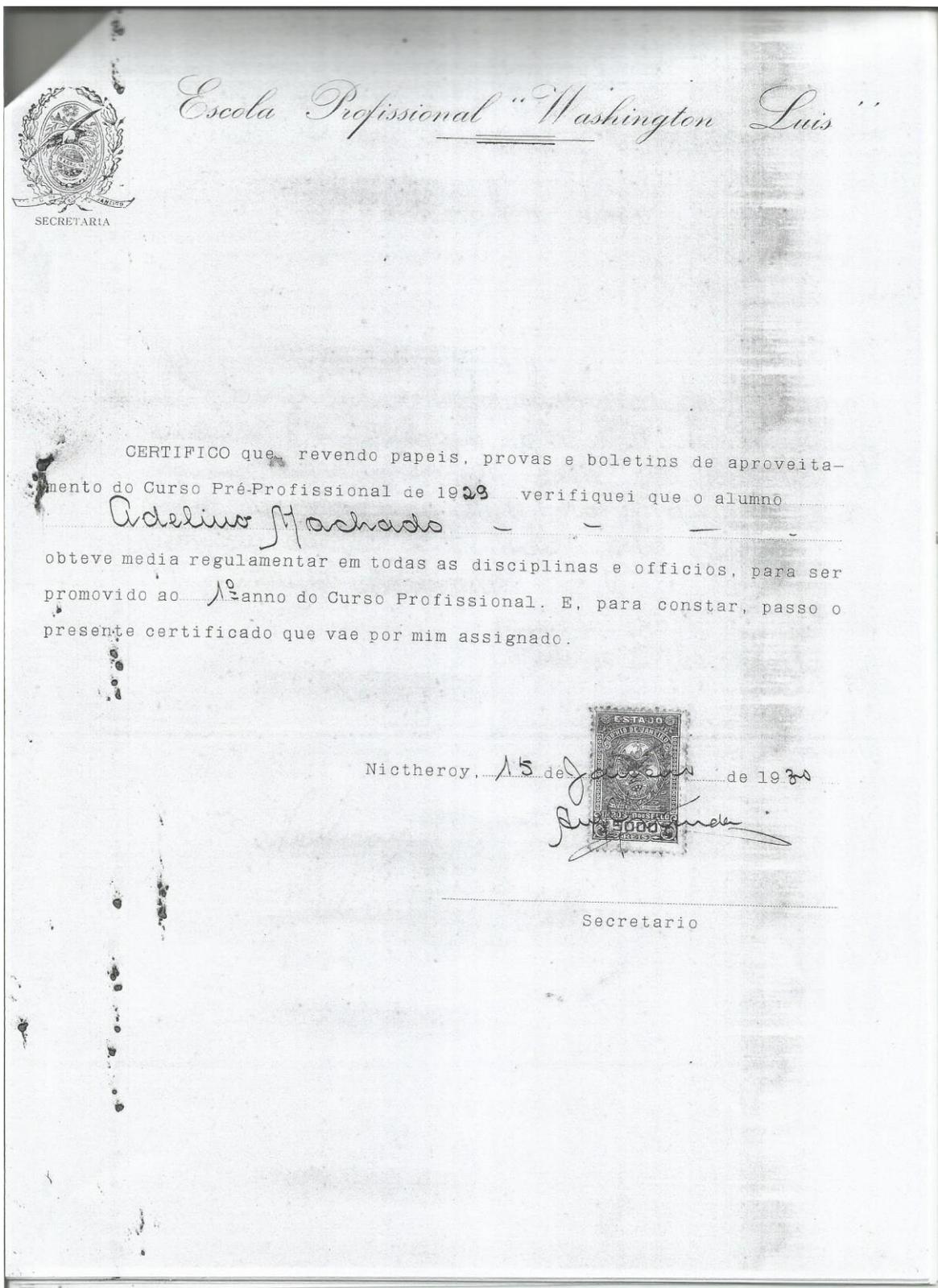
na sociedade. Por meio dessas mudanças na organização da indústria, logo, da sociedade, é que percebemos também a mudança da Escola Profissional para a Escola do Trabalho, alterando assim também sua perspectiva de educação, agora voltada mais para a produção industrial.

#### **4.2 Formas de Ingresso, Matrícula, Frequência e Evasão dos alunos**

Atendendo aos Regulamentos de 1926 e 1929 a forma de ingresso dos alunos na Escola Profissional Washington Luís ocorria por meio da realização e aprovação do exame admissional, para aqueles alunos que não possuíssem certificado de conclusão da 3ª série do ensino primário ou que não tivessem estudado o curso primário de adaptação na escola. Para os alunos da própria escola, deveriam apresentar a declaração escolar junto com a documentação necessária.

Para ingresso no curso profissional, o aluno deveria ter idade mínima de 12 anos e máxima de 20 anos, ser aprovado no exame admissional ou apresentar certidão de conclusão da 3ª série do primário ou ter estudado na escola em questão no curso primário, além de apresentar certidão de nascimento, atestado de vacinação e revacinação e atestado de moradia (comprovante de residência).

A partir de 1929, com a inclusão do curso Pré-Profissional na Escola Washington Luís de acordo com o regulamento vigente, os alunos que concluíssem tal curso tinham o direito de prosseguir para o 1º ano do curso Profissional, conforme certificação abaixo da própria escola. É importante frisar que este documento contém o timbre da instituição.



**Imagem XVII:** Certificação da Escola Washington Luis, 1930. Arquivo da Escola.

Um edital de matrícula era anualmente publicado pela escola, informando a quantidade de vagas, os documentos necessários para ingresso, a forma de ingresso, entre

outros<sup>120</sup>. Para se conseguir uma vaga, os candidatos deveriam ter concluído a 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> ou 5<sup>a</sup> série do curso primário em escolas públicas ou ser submetidos ao exame de admissão, caso não comprovassem sua escolaridade. Segue uma solicitação de matrícula do aluno Orlando Mendes da Costa, que nos diz:

No incluso requerimento, Thomaz Mendes da Costa, pae do menor Orlando Mendes da Costa, natural do E. do Rio Grande do Norte e residindo à rua São João nº 173, pede matrícula do referido menor no 1º anno do curso Profissional desde que seja aprovado em exame de admissão, apresentando os seguintes documentos: a) Atestado médico; c) Certidão de idade. Os documentos estão de acordo com as exigências regulamentares. Nictheroy, 28 de janeiro de 1929. Faça-se a chamada para exame de admissão. 28-1-929. Foi aprovado com gráo (1,5) um meio. 31/1/929. Matricule-se no curso pre profissional. 31/1/29.

---

<sup>120</sup> Não conseguimos encontrar nenhum desses editais no arquivo da Escola.

No incluso requerimento, Flourez Mendes da Costa, filho do senhor Orlando Mendes da Costa, com 12 annos de idade, natural do E. do Rio Grande do Norte e residente em rua São João nº 173, pede matricula do referido menor no 1º anno do curso Profissional desde que seja approved no exame de admissao, apresentando os seguintes documentos:

a) Attestado medico  
 b) Certidão de idade.

Os documentos estão de accordo com as exigencias regulamentares.  
 Wictorino 28 de Janeiro de 1929  
 Secretário

Faca-se a chamada para exame de admissao.  
 28-1-1929  
 Manoel

Foi approved com grau (1,5) em maio  
 Secretário  
 31/1/29

Matricule-se no curso preprofissional  
 31/1/29 Manoel

**Imagem XVIII:** Solicitação de Matrícula. Arquivo da Escola.

É importante destacar que o período de matrícula e forma de ingresso eram noticiados pelos jornais da época. O jornal A Noite, em 14 de janeiro de 1930, notificava acerca das matrículas para o ano letivo de 1930. O Jornal, de 18 de janeiro de 1930, divulgou que a escola prorrogou o prazo de matrícula devido à elevada procura e também às dificuldades encontradas pelos responsáveis de obterem os documentos necessários para a solicitação da matrícula, conforme exigidos pelo Regulamento de 1929 e edital. Merece destaque a notícia, nesse último jornal, de que os responsáveis encontravam dificuldade de efetuar a matrícula de seus “filhos” devido aos documentos solicitados pelo edital. A exemplo disso, dentre os dossiês de 1926, dois alunos apresentaram sua certidão de nascimento, com data do mesmo ano da matrícula, o que indica que foram registrados civilmente para efetuarem sua matrícula.

A partir da coleta de dados fornecidos pelos Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1924 a 1930, referentes ao ingresso, elaboramos um quadro com o número de alunos matriculados em cada ano na Escola Profissional Washington Luís.

**Quadro XI:** Quantitativo do Número de Matrículas no Curso Profissional.

<b>Quantitativo do Número de Matrículas no Curso Profissional <sup>121</sup></b>						
<b>1924</b>	<b>1925</b>	<b>1926</b>	<b>1927</b>	<b>1928<sup>122</sup></b>	<b>1929</b>	<b>1930</b>
<b>58 alunos</b>	Não informado	<b>46 alunos</b> <b>1º ano-</b> 37 alunos <b>2º ano-</b> 9 alunos	Total: <b>74 alunos,</b> com 58 alunos frequentando.  <b>1ºano</b> – 55 alunos, com frequência de 45 alunos <b>2ºano-</b> 13 alunos, com frequência de 8 alunos <b>3ºano-</b> 6 alunos, com frequência de 5 alunos	Total de matriculados: <b>127 alunos</b>  <b>1ºano-</b> 84 alunos <b>2ºano-</b> 31 alunos <b>3ºano-</b> 7 alunos <b>4ºano-</b> 5 alunos	Total de matriculados: <b>121 alunos</b>  <b>Pré-profissional:</b> 48 alunos matriculados	Total de matriculados: <b>122 alunos</b>  <b>Pré-profissional:</b> 52 alunos <b>1º ano-</b> 59 alunos <b>2ºano-</b> 43 alunos <b>3ºano-</b> 13 alunos <b>4ºano-</b> 7 alunos

Após o fechamento da Escola Profissional Visconde de Moraes, a Escola Washington Luís, no ano de 1930, segundo ainda os relatórios citados, recebeu mais 23 alunos transferidos. Destes, apenas cinco deles prosseguiram com os estudos até a conclusão do curso.

<sup>121</sup> Os Relatórios também apresentaram o número de matrícula dos outros cursos na Escola Profissional Washington Luis.

<sup>122</sup> O Relatório informa que a Escola Washington Luis “teve um funcionamento regular e prospero em 1928, conseguindo alterar a sua matrícula e desenvolver a produção de suas officinas” (1929, p.89).

Do quantitativo dos dossiês consultados, foi possível verificar que durante os anos da Escola Profissional Washington Luís os alunos egressos dos Grupos Escolares tinham a formação completa até a 4ª série do primário de adaptação. Já os alunos provenientes da própria escola cursavam até a 3ª série do primário de adaptação.

Conforme Fabiana Reis (2013) afirma, referindo-se ao ensino profissional voltado ao sexo feminino, devido a essa divergência de séries dos alunos, as turmas eram heterogêneas nos conhecimentos didáticos, o que acabava, em sua percepção, “gerando déficit de aprendizagem” (p. 119). Além do aproveitamento pelo exame de admissão “apontando possíveis causas para as dificuldades de andamento do curso, como alunas vindas da 3ª série, muitas vezes feitas há tempos atrás, que encontravam muitas dificuldades para acompanhar a grade curricular da escola” (REIS, 2013, p.119). Embora seja discutível o conceito de déficit de aprendizagem, até os dias atuais. Pelo estudo que desenvolvemos não seria demais dizer que um processo semelhante ocorria na Escola Profissional Washington Luís, sendo do sexo masculino, devido ao grande número de evasão e reprovação.

Seguindo a análise de Reis, esse fato possivelmente também acarretava o número de alunos que eram reprovados, pois observamos nos dossiês de alunos da Escola Washington Luís que grande parte deles solicitavam matrícula nas séries e muitos não concluíam o curso, evadindo entre as séries, conforme a análise quantitativa da amostra total, apresentada no quadro com as matrículas (Quadro XII).

Considerando o total de dossiês consultados (175), cerca de 90% desses alunos não concluíram o curso. Para melhor visualizar, elaboramos um quadro reunindo as principais informações acerca da forma de ingresso, matrícula e frequência dos alunos. Cabe ressaltar que o quantitativo apresentado abaixo foi realizado mediante os dossiês coletados no arquivo da escola e que este arquivo, segundo foi notificado em um dos documentos contidos no dossiê do aluno Gutemberg de Mello (Imagem XVI), ingressante em 1928, sofreu extravio em mudança ocorrida na escola, portanto não se encontra completo<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> Os dados apresentados foram a partir do total das análises colhidas nos dossiês de alunos coletados no arquivo da escola, portanto não condiz com o número de matrícula do período. Foram apresentados em forma de tabela como amostra com a intenção de identificar o quantitativo de alunos que evadiram, os ingressantes por exame admissional, de grupos escolares e da mesma instituição.

**Quadro XII:** Forma de ingresso, matrícula e frequência dos alunos

	<i>1925</i>	<i>1926</i>	<i>1927</i>	<i>1928</i>	<i>1929</i>	<i>1930</i>
<b>Número de Dossês</b>	3	23	25	44	56	24
<b>Alunos que solicitaram matrícula, mas não cursaram</b>	0	6 alunos	3 alunos	16 alunos	13 alunos	7 alunos
<b>Cursaram o Primário de Adaptação na mesma Instituição</b>	3 alunos	0	5 alunos	16 alunos	15 alunos	15 alunos
<b>Cursaram o Primário de Adaptação em um Grupo Escolar</b>	0	9 alunos	7 alunos	5 alunos	9 alunos	2 alunos
<b>Realizaram o exame de admissão</b>	0	13 alunos	9 alunos	2 alunos	10 alunos	1 aluno
<b>Cursaram o curso Pré-profissional</b>	Não havia	Não havia	Não havia	1 aluno	29 alunos	17 alunos
<b>Cursaram o 1º ano do Profissional</b>	3 alunos	17 alunos	22 alunos	24 alunos	35 alunos	15 alunos
<b>Cursaram o 2º ano do Profissional</b>	3 alunos	11 alunos	17 alunos	16 alunos	24 alunos	3 alunos
<b>Cursaram o 3º ano do Profissional</b>	2 alunos	5 alunos	8 alunos	7 alunos	7 alunos	0 aluno
<b>Cursaram o 4º ano do Profissional</b>	1 aluno	1 alunos	4 alunos	5 alunos	6 alunos	0 aluno
<b>Concluintes</b>	1 aluno	1 aluno	4 alunos	4 alunos	6 alunos	0 aluno

Vimos que a evasão era também uma preocupação de Carneiro Leão, que, em seu relatório de 1926, analisou a evasão dos alunos nas escolas profissionais masculinas do Distrito Federal.

Com relação à evasão escolar, alguns dossiês de alunos nos indicam que o motivo seria o fato de que o aluno, ao aprender mesmo que instrumentalmente um ofício, saia da escola para trabalhar. Como exemplo, no dossiê do aluno Walkyrio de Freitas, ingressante em 1928, consta documento/carta que seu pai escreveu ao diretor alegando que por motivos financeiros teria que retirar seu filho da escola, apesar de ela o assistir com alimentação, material escolar e vestimenta. Essa hipótese surge a partir não apenas das análises deste trabalho mas também, conforme já visto, porque ela é alvo de preocupações há longos tempos.

Mediante isso, observamos em alguns dossiês de alunos que eles recebiam uma quantia da escola de acordo com suas respectivas produtividades, não sendo mencionado o valor, dando-nos indícios de que essa seria uma solução para a grande evasão de alunos que estava ocorrendo. Desta forma, o aluno permanecia e concluía seu curso.

#### **4.3 Da Promoção (avaliação) e Habilitação dos Alunos**

Os Regulamentos de 1926 e 1929 determinam que a “promoção” equivale à passagem do aluno de um ano letivo para o outro com êxito. Já a habilitação seria realizada apenas no último ano do curso.

Nos dossiês de alunos, é possível observar que a sistemática de sua avaliação estava em conformidade com os Regulamentos. Até 1928, eram reprovados os alunos que tivessem médias anuais inferiores a 1,0 em qualquer das cadeiras ou em qualquer dos ofícios. Nesse período, a escola dava alguma outra chance para o aluno refazer a disciplina ou a avaliação em que ficou reprovado, não sendo isso determinado no Regulamento de 1926, porém os dossiês de alunos nos apontam nessa direção.

Das análises de vinte e três dossiês de alunos de 1926, observamos que do total dos alunos matriculados no 1º ano do curso profissional, treze deles foram reprovados, solicitando em 1927 matrícula no 1º ano. Um deles cursou o 2º ano profissional por quatro vezes em diferentes ofícios, por não atingir a aprovação. Ainda pelos dossiês de alunos, verificamos que muitos deles não eram aprovados nas disciplinas ou ofícios, solicitando por diversas vezes sua matrícula, porém em ofícios diferentes do curso especial, e grande parte desses alunos não concluía o curso, conforme tratado na seção *matrícula e frequência* dos alunos.

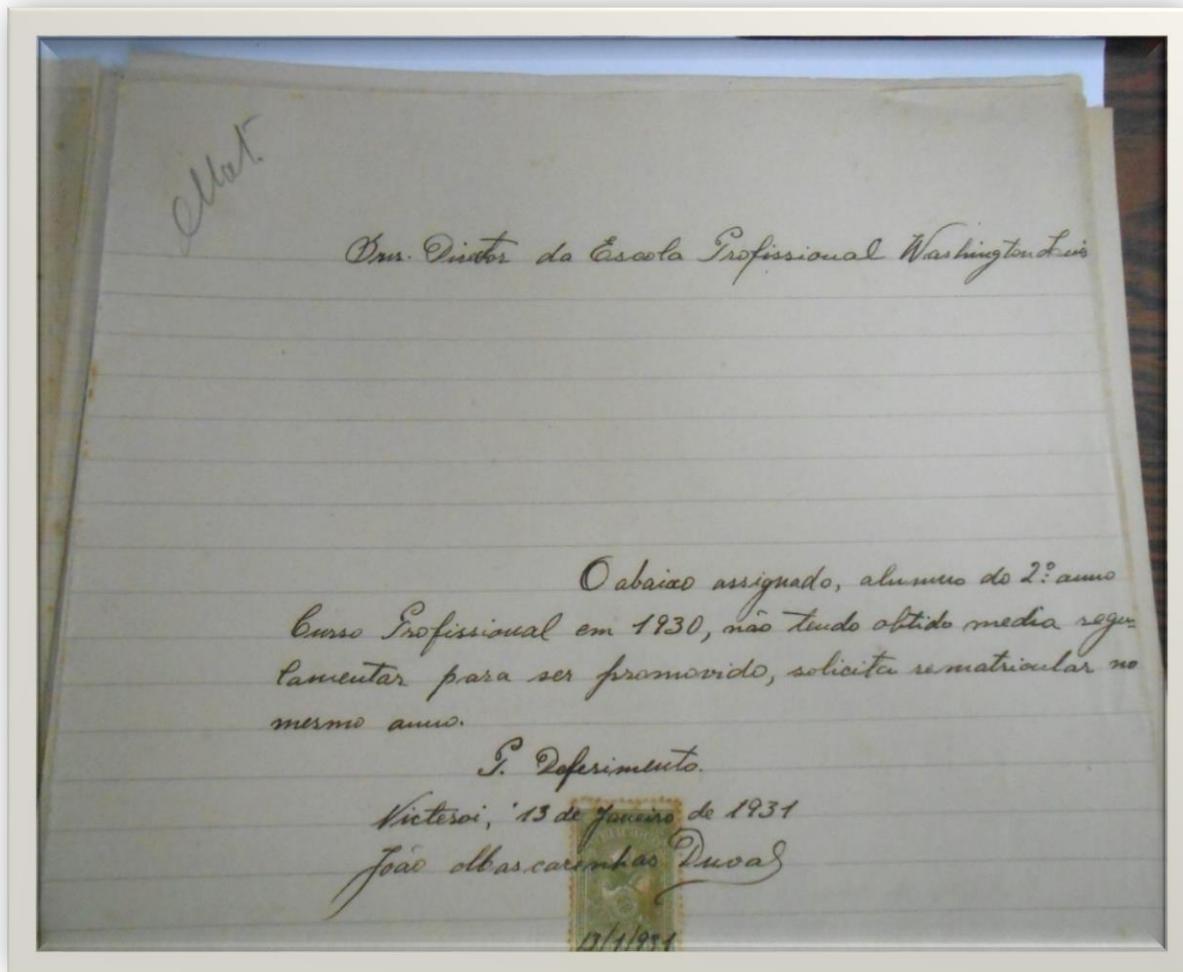
Com o Regulamento de 1929, a sistemática de avaliação na escola foi alterada. O aluno para ser promovido de ano devia obter média anual igual ou superior a 1,5 ponto tanto nas disciplinas do curso geral como nos ofícios do curso especial. Na segunda quinzena de novembro, realizavam-se exames finais nas disciplinas de português, aritmética, geometria e trigonometria, física experimental, química, tecnologia, desenho geométrico e desenho profissional. Além da prova escrita, na disciplina de química, o aluno realizava uma prova prática e na disciplina de desenho uma prova gráfica.

Caso o aluno não fosse aprovado em alguma disciplina do curso geral, tinha o direito de solicitar exame de 2ª época, realizando-o na segunda quinzena do mês de janeiro do ano seguinte e, se não fosse aprovado, ficava reprovado na série/ano. O mesmo acontecia se o aluno não tivesse sido aprovado em algum dos ofícios da seção em que estivesse matriculado<sup>124</sup>.

Abaixo apresentamos o requerimento datado de 1931 do aluno João Mascarenhas Durval solicitando sua rematrícula no 2º ano do curso profissional por não ter obtido média para ser promovido.

---

<sup>124</sup> Ressaltamos que essas diferentes sistemáticas de avaliação foram questionamentos desde o início desta pesquisa, pois inquietava colher os dados dos dossiês de alunos e analisar aprovações com médias 1,0, além de perceber que com o passar dos anos letivos, os alunos tinham a oportunidade de realizar exame de 2ª época. As inquietações também ocorreram devido ao fato de mesmo tendo a escola médias de aprovações consideradas baixas, muitos alunos ao longo dos anos da Escola Washington Luis, não eram aprovados, solicitando rematrícula no curso, conforme o exemplo abaixo de um dossiê de aluno.



**Imagem XIX:** Solicitação de matrícula, 1931. Arquivo da Escola Técnica Estadual Henrique Lage.

Lê-se que: “O abaixo assignado, alumno do 2º anno do Curso Profissional em 1930, não tendo obtido media regulamentar para ser promovido, solicita rematricula no mesmo anno. S. Deferimento. Niterói, 13 de janeiro de 1931. João Mascarenhas Durval”.

A partir dos dados compilados dos 175 dossiês de alunos do período de 1926 a 1930, construímos o quadro abaixo a fim de mostrar o número de solicitações dos alunos para realizarem o exame de 2ª época:

**Quadro XIII:** Solicitação dos alunos para exame de 2ª época.

1926	1927	1928	1929	1930
2 alunos solicitaram exame de 2ª época em Aritmética	3 alunos solicitaram em Aritmética, Tecnologia e Português	3 alunos solicitaram em Aritmética, Tecnologia e Português	3 alunos solicitaram em Português; 2 alunos em Aritmética; 2 alunos em Geografia	3 alunos solicitaram em Aritmética, Trabalhos Manuaes e Tecnologia

É importante observar nesta amostragem que as disciplinas de Aritmética, Tecnologia e Português eram as de maiores dificuldades entre os alunos da Escola Washington Luís ao longo dos anos, tendo em vista que eram nessas disciplinas as reprovações mais frequentes do currículo da escola.

#### 4.4 O Ensino e o Trabalho nas Oficinas

Até o ano de 1926, a escola possuía dois tipos de oficinas: uma destinada aos ofícios de madeira e a outra destinada aos ofícios de metal. Naquele ano, com o fim do diário “A Capital”, que se situava em Niterói, Feliciano Sodré, presidente do Estado do Rio de Janeiro, comprou deste jornal, por 130 contos de réis, todo o maquinário para a escola iniciar sua oficina gráfica<sup>125</sup>. No Relatório de 1927, Feliciano Sodré esclarece:

A Escola Washington Luis - **eram suas instalações provisórias** e como o desenvolvimento de suas oficinas a densidade da matrícula e da frequência, exigiam novas construções, dotando-se o estabelecimento de uma aparelhagem mais completa e eficiente, foram elas autorizadas sem relutância. Vão as respectivas obras muito adiantadas e fio inaugural-as ainda este anno, deixando em pleno funcionamento as officinas de artes gráficas – **que virão prestar valiosos serviços ao Estado**, aptas como ficarão para executar todos os **serviços typographicos, impressão e encadernação de que carecem as varias repartições publicas** (p. 121, grifos nossos).

<sup>125</sup> Fonte: Associação Brasileira de Imprensa Oficiais. Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/498.aspx>. Acessado em fevereiro 2016.

Encontramos em um dos depósitos da Escola Técnica Estadual Henrique Lage, uma placa de inauguração dessas oficinas gráficas. Na placa lê-se: “Esta ala de oficinas foi construída sendo presidente de Estado o Exmo. Sr. Dr. Feliciano Sodré e secretário da agricultura e obras públicas o Exmo. Sr. Dr. Pio Borges, 1927”, conforme imagem abaixo.



**Imagem XX:** Placa Monumental de 1927. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Nessa oficina gráfica, diversas publicações do estado e livros foram editados e impressos, conforme objetivo do presidente do estado Feliciano Sodré. Encontramos editado lá o Regulamento do ensino profissional do Estado do Rio de Janeiro de 1929, conforme apresentado no capítulo II.

A secção graphica, com ampliação que sofrera, pode produzir 165:546\$230, somma esta que representa a confecção de livros de escripturação, cadernos escolares, papeis avulsos, talões, envelopes, folhetos, relatórios, encadernações, fichas etc., fornecidos **às repartições publicas**. Esse material custando preço muito mais elevado, era adquirido, anteriormente, nas officinas **outypographias particulares** (RELATÓRIOS, 1930, p. 81).

Como vimos no Regulamento de 1929, as escolas profissionais poderiam produzir encomendas para particulares, além de fornecer para as repartições do estado.

Para além desses materiais produzidos pela mão de obra dos alunos, é publicado e impresso em 1931 o primeiro Diário Oficial do Rio de Janeiro, sendo responsável pela edição e impressão o diretor da escola, Sr. Amerino Wanick<sup>126</sup>. Abaixo a imagem dessa oficina e em anexo (III) algumas publicações realizadas por ela.



**Imagem XXI:** Oficina da Escola Profissional Washington Luis- Nictheroy- Vista Parcial da Secção Graphica. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

O Fluminense, de 27 de setembro de 1927, em reportagem intitulada “De Relance...”, apresenta as estruturas física e pedagógica da escola, com destaque para as oficinas, “percorrendo todos os departamentos, verificamos que estão funcionando, com absoluta regularidade as oficinas de ferreiro, fundidor, ajustador, torneiro mecânico, marceneiro, lustrador, empalhador, modelador e torneiro em madeira”. Prosseguindo com a reportagem diz que “pelos cálculos do prestigioso director da escola [Wanick], no corrente anno, os trabalhos ali realizados produzirão a quantia de quatrocentos contos de réis, que é o melhor elogio que se pode fazer á esse acreditado estabelecimento”. Portanto

<sup>126</sup> Fonte: Associação Brasileira de Imprensa Oficiais. Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/498.aspx>. Acessado em fevereiro 2016.

investir nas oficinas das Escolas Profissionais era para o Estado do Rio de Janeiro, investir também em sua produção e lucro.

O Jornal, em 20 de dezembro de 1928, sob o título “O que é Escola Washington Luis, de Nictheroy”, apresentava-a como uma das maiores produções industriais e mais eficiente do estado. “Actualmente, as officinas da escola Washington Luis trabalham apenas para o estado, que realizam assim, grande economia, cobrindo a bem dizer, as despesas com o estabelecimento”. Assim, a escola, devido a sua produção, fazia com que o estado não tivesse custo ao comprar seu mobiliário, ao mesmo tempo que ao vender o restante de suas produções, cobria suas despesas, não necessitando de grandes auxílios do poder público. Pimentel afirmou que: “usávamos a madeira para fabricar o material que o estado usava. Cansei de fazer mesa para jardim de infância, tábua de vender pipoca, então fazíamos carteira da escola. O negócio enquanto aluno não dava vazão para atender a necessidade da escola”.

Elaboramos um quadro demonstrando os objetos produzidos pelos alunos e os lucros obtidos por ano, a partir de dados informados nos Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio de Janeiro, ao longo dos anos de 1923 a 1930.

**Quadro XIV:** Produções nas Oficinas da Escola.

<b>Produções nas Oficinas da Escola</b>		
<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da Produção</b>
<i>1923</i>	Não mencionado	Não mencionado
<i>1924</i>	Não mencionado	Não mencionado
<i>1925</i>	Não mencionado	Não mencionado
<i>1926</i>	Não mencionado	219:018\$400
<i>1927</i>	1093 carteiras; 167 bancos finais; 113 quadros-negros; 42 bureaux <sup>127</sup> ;	186:952\$000  (1º semestre do ano)

<sup>127</sup> Bureaux é o que conhecemos como mesa de escritório.

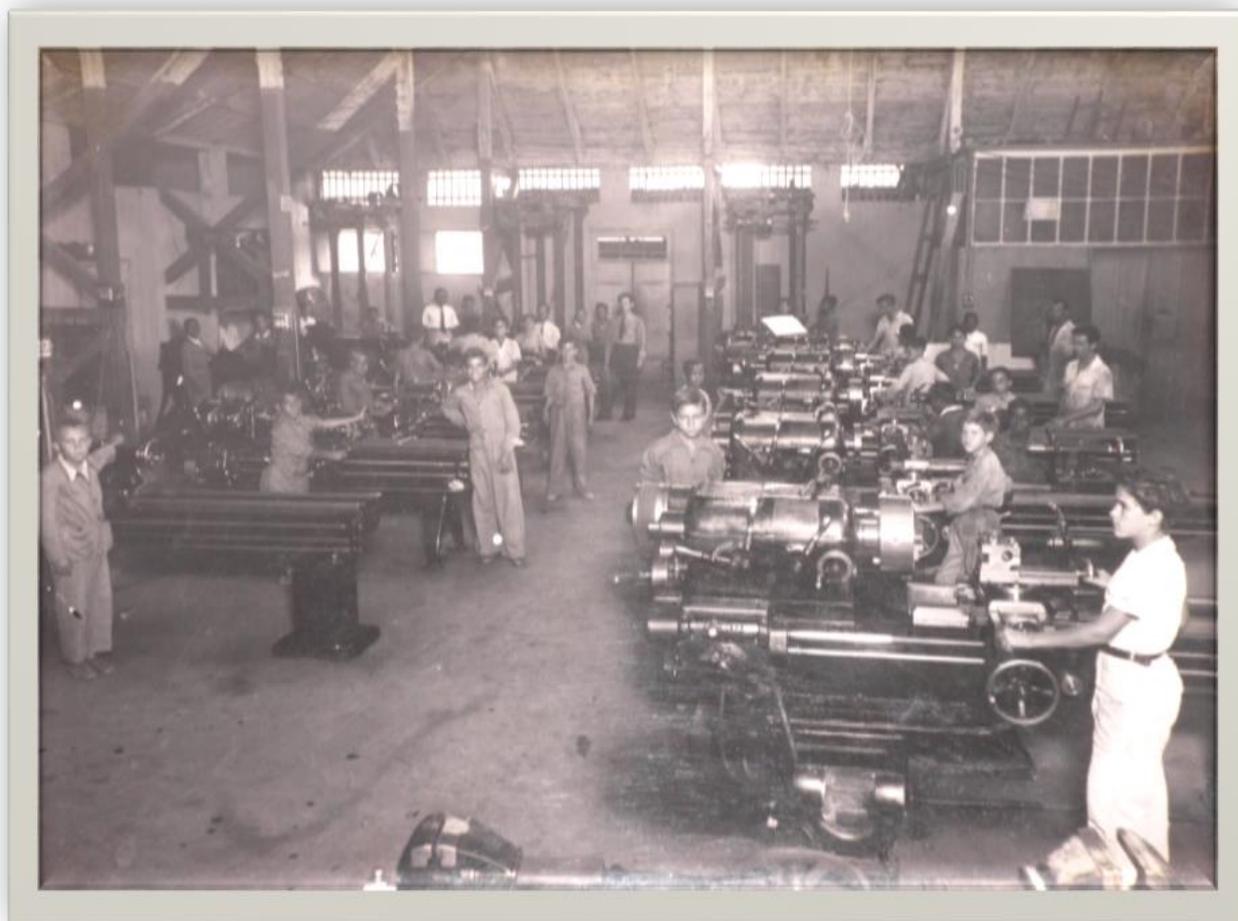
	76 mesas; 269 cadeiras singelas; 106 cadeias de braço; 1 escrivaninha; 82 armários para livros	410:369\$600  (ano inteiro)
<i>1928</i>	1432 bancos-carteiras; 220 bancos finais; 80 cadeiras de braço; 251 cadeiras singelas; 79 quadros negros; 70 armários; 79 bureaux; 31 mesas;	232:585\$745
<i>1929</i>	649 bancos carteiras; 124 bancos finais; 11 cadeiras de braços; 135 cadeiras singelas; 41 quadros negros; 31 armários; 39 bureaux; 13 mesas 23 estantes	Não mencionado
<i>1930</i>	Não mencionado	856:702\$790

Na perspectiva de que os lucros ocorriam em benefício próprio e de que uma parte dos valores das vendas era destinada para a própria escola, temos, segundo o Relatório do Presidente de 1929, que o patrimônio da instituição foi ampliado, incorporando por meio disso novas máquinas, o que vem sendo praticado desde 1926.

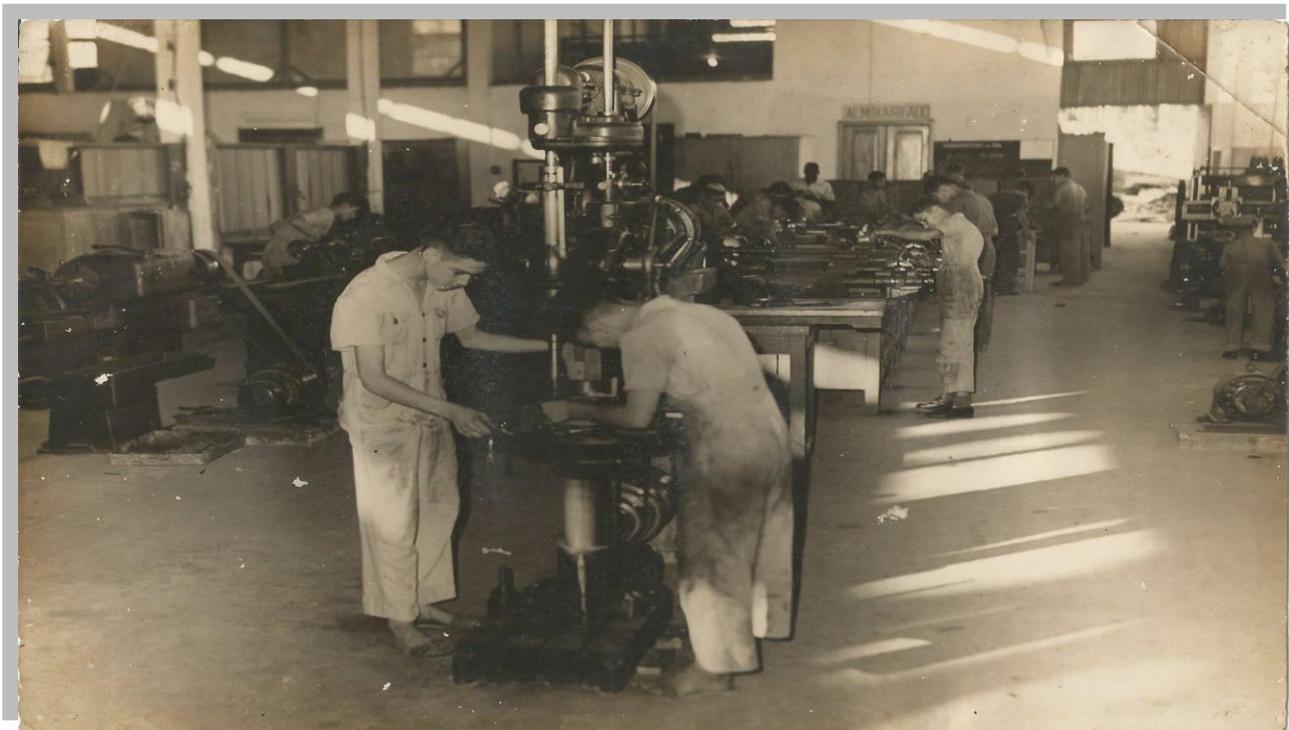
Com as vendas dos objetos produzidos, a escola possuía a autonomia de dedicar esse valor a sua infraestrutura, equipamentos técnicos e assistência aos alunos. Cabe

lembrar que o Decreto estadual de 1926 que regulamenta o ensino profissional, outorga que uma parte do valor das vendas realizadas deveria ser destinado à própria escola.

Abaixo fotografias das oficinas em 1929, onde podemos visualizar seus maquinários, alunos e espaço físico.



**Imagem XXII:** Oficina da Escola Profissional Washington Luis- Nictheroy- Seção de Metal, 1929. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.



**Imagem XXIII:** Oficina da Escola Profissional Washington Luis [1929]. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

#### 4.5 A Caixa Escolar

Havia nas escolas desse período as Caixas Escolares, que segundo Carvalho e Bernado “eram instituições criadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas” (2012, p. 146). Ainda segundo as autoras, tinham papel bastante singular.

Além de seus objetivos referentes à assiduidade escolar já citados, sua **atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres**. A estes alunos, individualmente, deveria ser proporcionado o auxílio com os seguintes elementos: **fornecimento de alimentos**; idem de vestuário e calçados; **assistência médica** e fornecimento de livros, papel, pena e tinta. Além disso, os recursos obtidos pela Caixa Escolar seriam utilizados na aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc., a serem distribuídos, como prêmio, aos alunos mais assíduos (CARVALHO, BERNADO, 2012, p.147, grifos nossos).

Além da compra de equipamentos e maquinários, os Regulamentos de 1926 e 1929 previam que 3% da venda dos produtos feitos na escola seriam destinados à Caixa Escolar.

Para formar esta Caixa Escolar, a escola destinava uma porcentagem de seus lucros das vendas dos produtos (3% do total da venda); além da iniciativa da venda de alimentos, aproximando-se de uma cantina escolar que foi criada lá; do pagamento de taxas por alguns documentos da escola etc. A Caixa Escolar fazia parte das estruturas das escolas desse período, como forma de atender às suas necessidades assistenciais e também às dos alunos desfavorecidos.

Documentos de 1929 contidos nos dossiês dos alunos Belt Ferreira e Fernando Pereira informam que eles contribuíram para a Caixa da Escola, sem especificar o valor. Mas, ainda, que através dela eles recebiam um salário da escola, conforme estabelecido pelo regulamento estadual, quando atribui que: “os alumnos que tenham tomado parte na execução dos serviços industriaes, será creditada uma remuneração, segundo a avaliação do respectivo trabalho, feita pelo mestre da secção, com aprovação do Diretor” (BRASIL, 1929, art. 135).

A Caixa Escolar também tinha por finalidade auxiliar os alunos com o custeio na escola. Isso pode ser visto nos Regulamentos estaduais de ensino de 1926 e 1929 e também no Distrito Federal, conforme citado no relatório de Carneiro Leão, como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal.

Os alunos da Escola Washington Luís dos dois últimos anos do curso profissional recebiam uma quantia, em forma de salário, de acordo com sua produção nas oficinas para auxiliá-los com o custeio de estudar o dia inteiro e também como forma de mantê-los até o fim do curso.

#### **4.6 O Banco Escolar e a Cooperativa Colegial**

Fazendo parte das práticas da escola, funcionou um Banco Escolar e uma Cooperativa Colegial. A Cooperativa Colegial, no bimestre de abril a maio de 1930 teve um movimento de 4:058\$100 contos de réis, aumentando 2000 contos no bimestre seguinte. Não foi detalhado no Relatório do presidente de 1930 a função da Cooperativa Escolar, porém em uma reportagem do *Jornal do Brasil*<sup>128</sup>, de 23 de dezembro de 1930,

---

<sup>128</sup> *Jornal do Brasil*: “Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Embora procurasse manter sempre uma posição de neutralidade, por ocasião das eleições presidenciais de 1922 o *Jornal do Brasil* apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, com quem Pereira Carneiro tinha ligações pessoais. Com a vitória de Artur Bernardes, entretanto, o jornal manteve

foi anunciada sua funcionalidade, a partir da qual os alunos eram encarregados de vender frutas, doces, leite, café, balas etc. Os alunos, ao consumir, pagavam por meio de cheques, ensinando-se a eles fazer operações complexas, como assinar promissórias. Entregavam no Banco Escolar a título de depósito e depois sacavam o valor do cheque de que precisavam para saldar a dívida na Cooperativa, ficando eles mesmos, responsáveis por seus cumprimento e dívidas.

O Banco Escolar, só no mês de agosto de 1930, segundo os relatórios, registrou o movimento de 272 cheques pagos, mostrando aos alunos a função desses serviços, fazendo-os conhecer uma promissória e sua utilidade comercial, além de ensiná-los a ser cumpridores de seus deveres.

Não sabemos ao certo como essa Cooperativa Colegial funcionava e qual seu real objetivo, porém é importante sinalizar que por um momento passou a fazer parte das práticas da escola, tanto no sentido assistencial, quanto no sentido formativo do aluno.

#### 4.7 O Gabinete Dentário e o Serviço Médico

Com os 3% destinados à Caixa Escolar de todas as vendas que a escola realizou, foram criados em 1929 o Gabinete Dentário e o Serviço Médico. Manuel de Mattos Duarte Silva<sup>129</sup>, presidente do Estado do Rio de Janeiro nesse período, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa do estado, informa:

ter a Escola Washington Luis em **observância á reforma, inaugurado o gabinete dentário e o serviço medico, sem despesas para o Estado, correndo o respectivo custeio pela Caixa Escolar.** A instalação do gabinete dentário é optima, confortável e de ultimo modelo electrico,

---

uma posição discreta, e até mesmo, a partir de 1924, de aproximação. Essa atitude se explicava pelo fato de Aníbal Freire, diretor do jornal, ter sido nomeado ministro da Fazenda de Bernardes. Sempre dentro de uma linha de moderação, em 1926 o *Jornal do Brasil* apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República, vendo em sua eleição a possibilidade de uma conciliação nacional. Uma vez iniciado o mandato de Washington Luís, foi mantido um apoio discreto. Mesmo quando a oposição ao governo começou a crescer, o jornal conservou sua posição, criticando moderadamente a Aliança Liberal e a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas. A despeito de toda a sua moderação, com a eclosão da Revolução de 1930 o *Jornal do Brasil* foi submetido a fortes represálias, que culminaram na invasão e no empastelamento de sua sede. Com isso, o jornal viu-se impedido de circular por um período de quatro meses.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasi>. Acessado em fevereiro 2016.

<sup>129</sup> Presidente do Estado do Rio de Janeiro a partir do ano de 1928.

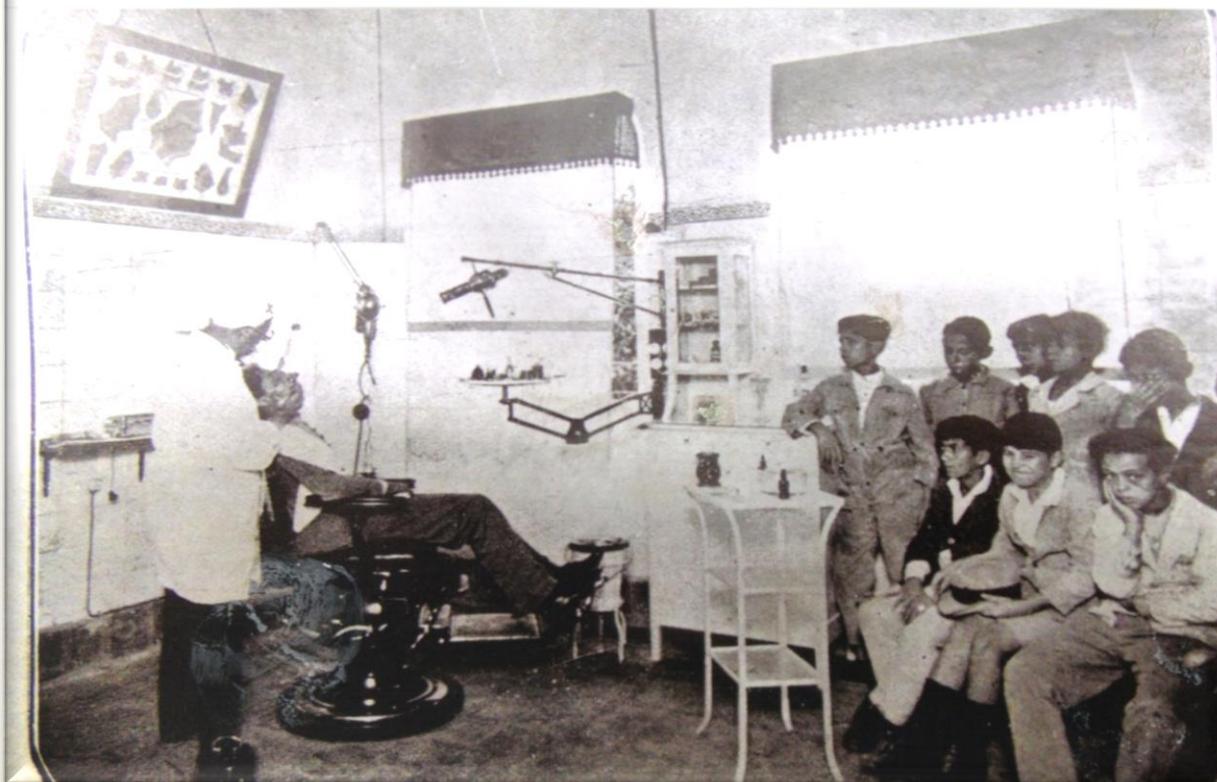
tendo custado 6:780\$000 e o consultório medico 680\$000 (p.91, grifos nossos).

Estava previsto no Regulamento de 1929 que cada escola deveria ter permanentemente um serviço médico-dentário, sendo autônomo e custeado pela Caixa Escolar da instituição. Neste sentido, é que o gabinete dentário e o serviço médico da Escola Profissional Washington Luís foram inaugurados conforme acima citado em “observância à reforma” e “sem despesas para o Estado”, sinalizando que foi de iniciativa da própria escola e sem financiamento público.

Ainda no citado relatório, o presidente do estado de 1929 informou acerca dos serviços executados nos gabinetes na Escola Washington Luís, na assistência à saúde aos alunos:

Foram inspecionados 378 alumnos, fornecendo-se-lhes a ficha de saúde; applicaram-se diversas injeções; forneceram-se receitas aos alumnos pobres e fizeram innumerous curativos de urgência. Mas o que reclama especial registro é o combate intensivo contra a verminose pela necatorina, tendo distribuídas 590 capsulas de tetrachloreto de carbono a 205 educandos (p. 91)

Pimentel, ao se lembrar do consultório dentário, disse que eram criados para “ajudar a tratar dos dentes dos alunos, porque a escola cresceu muito”. Recorda ainda que quando teve poliomielite e febre amarela, foi a escola que tratou dele, sinalizando para ele a importância desses gabinetes/consultórios para os alunos. Abaixo a imagem do Consultório Dentário da Escola Profissional Washington Luís.



**Imagem XXIV:** Consultório Dentário da Escola Profissional Washington Luis, 1929. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Para além dos investimentos com a formação profissional dos futuros operários, havia uma preocupação da escola com a formação de bons hábitos, principalmente no que tangia à higiene e ao corpo, com isso a necessidade de serem criados os consultórios médicos e dentários. Conforme já visto no capítulo II deste trabalho, a década de 1920 teve como marco as campanhas higienistas a fim de conscientizar a população acerca de bons hábitos alimentares e dos cuidados com o corpo. Essa prática, para além da questão da saúde, englobou a questão de formar futuros cidadãos em perfeito estado (corpo, moral, civil, social) para serem excelentes operários, produzindo com isso o desenvolvimento econômico do país.



**Imagem XXV:** Consultório Dentário da Escola Profissional Washington Luis, 1929. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Ao analisarmos o que o presidente do estado apresentou em seu Relatório de 1929 acerca dos consultórios, podemos encontrar que, para além das novas dependências físicas da escola, com o consultório dentário e o consultório médico, que eram voltados prioritariamente aos alunos pobres, também “forneceram-se receitas aos alumnos pobres e fizeram innumeros curativos de urgência” (p.91).

Esses espaços significavam o pertencimento da escola dentro das concepções escolanovistas e higiênicas na perspectiva de Carvalho (1997), constituindo-se hábitos higiênicos e saudáveis nos alunos, conforme o lema dos médicos higienistas, em voga neste período, presente também na educação.

A intenção dos formuladores de diferentes idéias sobre a importância de uma educação do corpo pela via da higiene era, sobretudo, romper com os costumes ditos impróprios, vindos de casa. Ou seja: que a criança levasse os bons hábitos para o convívio de seus familiares, assumindo, também ela, o papel de educadora (PYKOSZ; TABORDA DE OLIVEIRA, 2009. p.39).

Nesse período, discussões sobre higiene voltadas para a raça (eugenia) estavam presentes nos embates educacionais, como na I Conferência Nacional de Educação

organizada pela ABE, em 1927. Tornar a população saudável, sem vícios, sem doenças, com alimentação adequada, passou a ser um dos principais papéis das escolas republicanas, na qual tinham como foco a assepsia social. Camara nos diz que:

Afora as medidas assistencialistas adotadas nas escolas, foram as medidas preventivas e profiláticas que adquiriram papel preponderante, uma vez que visavam não só a contribuir para a coibição dos avanços dos vícios do fumo e do alcoolismo, como também das epidemias que infestavam a cidade (CAMARA, 2004, 176).

Ensinar hábitos saudáveis, higiênicos e cuidar do corpo e da saúde do aluno pode ser entendido como uma estratégia rápida para atingir as famílias e também como forma de preparar essas novas gerações para o novo modelo de sociedade idealizada pela república: moderna, higiênica e civilizada, sintetizando os propósitos do progresso. Marta Carvalho nos auxilia nesta discussão ao analisar essa higienização em 1920.

Propostas de higienização do social, tiveram intensa circulação no Brasil nas décadas de 20 e 30. Prometendo ‘transformar o processo de seleção natural, que funcionava às ocultas do homem, em instrumento racional conscientemente empregado’, a eugenia sustentava projetos de erradicação do que era entendido como causa da degradação biológica e espiritual. Adicionava à hereditariedade fatores psicossociais, abrindo-se para o esquadrinhamento e controle de uma gama variada de agentes do que era entendido como degeneração da espécie e abastardamento da raça (CARVALHO, 1998, p. 314).

Ao ir na direção de abastardamento da raça (eugenia) e sanitaria (higienista), ensinando ao aluno a educação do corpo pela higiene, Manuel Duarte Silva, presidente do estado neste período, sobre o consultório dentário da Escola Washington Luís, ainda no Relatório de 1929, declarou que,

o quadro do serviço dentário é muito expressivo. Dispõe a escola de uma instalação eficiente e completa sob o ponto de vista clínico e profissional. Tem sido atendidas todas as necessidades dos alunos, aconselhadas pela higiene, até mesmo o serviço de prótese. Em dois meses de funcionamento o gabinete apresenta o seguinte índice de produtividade: 119 extracções de dente de leite, 159 extracções de dentes permanentes imprestáveis, 9 obturações a amalgama, 2 obstruções a franito, 12 obturações a porcellana e 4 pivots (p. 92).

Os dados do Relatório do presidente do Estado do Rio de Janeiro proporcionaram quantificar o número de atendimentos realizados na Escola Profissional Washington Luís em seus consultórios médico e dentário no ano de 1929.

**Quadro XV:** Serviço médico e dentário 1929.

<b>Serviço Médico em 1929</b>	<b>Serviço Dentário em 1929</b>
456 alunos examinados	530 alunos examinados
631 injeções aplicadas	225 extrações de dentes de leite
198 receitas médicas	316 extrações de dentes e raízes permanentes
41 alunos enviados a especialista de olhos, nariz, ouvidos e garganta	191 obturações a porcelana
76 realizações de curativos	106 obturações a amalgama
	224 obturações a granito
	150 curativos simples
	230 limpezas de dentes e tártaro

Este quadro nos apresenta a relação que a escola construía com o campo da assistência, pois preparar e formar o futuro cidadão e operário também dizia respeito à vertente médica, tendo em vista que o país precisava do cidadão são para seu crescimento através de sua força de trabalho. Levando em conta esse pensamento, Camara (2013), ao falar do contexto da reforma educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927 a 1930), entende que a escola profissional seria então vista como também uma escola de higiene, portanto:

A partir das práticas higiênicas observadas na regulamentação das atividades complementares desenvolvidas pelo pelotão de saúde, assistência dentária e alimentar (...). Assim, em decorrência do ambiente de conforto, das instalações próprias e adequadas, bem como da ação conjunta de todas as autoridades e auxiliares esperava-se atuar sobre as crianças, transformando hábitos e instituindo práticas associadas à higienização e dos espaços na gestão da vida (CAMARA, 2013, p. 165).

As práticas higiênicas do Distrito Federal e vigentes no país eram também assumidas pela Escola Profissional Washington Luís e baseadas no modelo escolanovista na perspectiva da formação do novo homem e cidadão republicano. Ensinar hábitos higiênicos e alimentares nas escolas era também influenciar as famílias desses alunos e as futuras famílias a serem construídas, tendo em vista uma nova sociedade civilizada e balizada pela ciência médica. Com o ideal do escolanovismo, a escola não apenas transmitia os valores higiênicos, mas se apropriava deles, intervindo diretamente na sociedade.

A fim de impor uma **ação higienizadora e eugênica dos espaços e corpos**, estabeleceu um conjunto de medidas que iam desde a organização da **inspeção médica e dentária**, da educação física em bases científicas, até a preparação do meio favorável à educação higiênica e à assistência alimentar às crianças desamparadas. A partir dessas estratégias, foi possível transitar dos hábitos de higiene apreçados e praticados nas escolas para a casa e seus costumes a partir da observância dos preceitos defendidos pela ciência médica (CAMARA, 2013, p. 170, grifos nossos).

#### **4. 8 A Sopa Escolar e o Copo de Leite na Escola Profissional Washington Luís**

Além da assistência médica e dentária, a Escola Profissional Washington Luís, de acordo com os regulamentos do ensino profissional, instituídos pelos Decretos de 1926 e 1929, fornecia aos alunos a Sopa Escolar na hora do almoço e o Copo de Leite nos intervalos.

A Sopa Escolar foi instituída pelo Decreto estadual nº. 2.160 de 1926, ficando estabelecido que seria oferecida nas escolas como uma refeição gratuita acompanhada por um pão de 150 gramas fornecido pelo estado. Já “o Copo de Leite, uma experiência inicialmente argentina, foi inaugurado no Brasil em 1917. Destinado às crianças pobres, vinha suprir deficiências de alimentação, pois se tratava de um alimento ideal para a

criança” (SIMONINI, 2007, p. 44). Na 1ª Semana de Educação da Associação Brasileira de Educação (ABE), o Copo de Leite teve maior repercussão no Brasil, segundo Luciene Simonini (2007).

Porém, o Copo de Leite no Estado do Rio de Janeiro somente foi instituído pelo Decreto nº 2.380 de 1929. Entretanto, encontramos desde 1927 seu oferecimento como prática da Escola Profissional Washington Luís, conforme consta no jornal O Fluminense, de 27 de setembro de 1927, que “às 14 horas, diariamente, é oferecido aos alunos um copo de leite, para cujo o objectivo concorrem professores da escola, famílias dos alunos e da localidade. O fornecimento é de 27 litros diários”. A reportagem demonstra que essa prática era promovida pelos professores e famílias dos alunos e não pelo estado.

Conforme Manuel Duarte da Silva, no Relatório de 1928, o Copo de Leite passou a ser oferecido nessa escola por iniciativa do grupo que formava a assistência escolar<sup>130</sup>. O relator informa acerca desses investimentos assistenciais, a exemplo do Copo de Leite, como vimos.

Abaixo uma imagem da Escola Washington Luís, com os alunos uniformizados e se alimentando no refeitório.

---

<sup>130</sup> Não encontramos para este trabalho informações sobre este grupo.



**Imagem XXVI:** Refeitório da Escola Profissional Washington Luis [1928]. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

#### 4.9 Da Disciplina Escolar ou sujeitos disciplinados

Quanto aos relatórios dos presidentes de estado, no de Manuel Duarte Silva, de 1930, consta que a disciplina da escola era mantida pelos próprios alunos, que se organizavam como monitores constituindo um Conselho, que agia como uma instituição judiciária. A escola ainda era organizada por um Conselho Administrativo que deliberava assuntos relativos à finança institucional.

Como prática também dessa instituição, em 23 de dezembro de 1930, com o título “Um pouco do Brasil Futuro- A grande obra de ensino profissional, que se está realizando numa Escola de Nictheroy”, foi noticiado o crescimento que a Escola Washington Luís havia tido ao longo dos seus anos.

Falla-se muito em ensino profissional, mas pouco se tem feito nesse domínio e pouco se tem conseguido ahi de realizações praticas. Por isso tínhamos curiosidade de observar de perto a organização de uma escola que ultimamente tem sido objecto de commentarios e elogios: a Escola Washington Luis, em Nictheroy. (...) (JORNAL DO BRASIL, 23 de dezembro de 1930).

“Escola modelo” de ensino profissional entendida como criadora de seu próprio método de ensinar, ensinando os alunos a terem compromisso com o dinheiro e com o material de produção, conforme já mencionado nos Relatórios dos Presidentes (1930). “Os alumnos requisitam o material de que precisam. No fim do trabalho, devolvem o material e recebem então o vale da requisição assignada por elles” (JORNAL DO BRASIL, 23 de dezembro de 1930). O diretor Amerino Wanick, entrevistado pelo repórter, explicou que esse método desenvolve no aluno senso de responsabilidade, surtindo efeito na escola, pertencendo a escola, segundo ele, aos alunos e sendo por eles dirigida.

Ainda de acordo com a reportagem, foi criada uma política interna e externa de fiscalização, na qual a turma elegia seus monitores, que ficavam responsáveis por fiscalizar seus colegas internamente. Fora da escola, os alunos foram ensinados a fiscalizar seus colegas, principalmente quanto ao uso do fumo e da bebida alcoólatra. Além da fiscalização dos alunos pelos seus colegas, obrigava-se os alunos diariamente a apresentarem o boletim com suas notas na entrada e na saída da escola, assinado pelos responsáveis, tendo um grupo de fiscalização responsável para verificar se as assinaturas eram verdadeiras ou falsas, sendo uma forma, segundo o diretor, de interessar e interagir os responsáveis nas atividades escolares.

o esforço não é apenas para crear proffisionaes, mas principalmente para lhes formar o caracter. O aspecto dominante da escola é a sua preocupação educativa. Não se limita no regimen da responsabilidade pelo material e ao systema da disciplina escolar. Leva ainda mais longe esse empenho. Afim de desenvolver o senso de responsabilidade e o sentimento de solidariedade, (...). (...) saímos convencidos de que naquelle recanto da capital fluminense se está construindo alguma cousa de grande e impressionante. E ficamos até mesmo a cogitar se tudo aquillo não seria antes uma visão do Brasil do futuro” (JORNAL DO BRASIL, 23 de dezembro de 1930).

Com o objetivo de desenvolver o senso de responsabilidade e de solidariedade, não se limitando ao sistema da disciplina escolar, a escola passou a ser reconhecida para além da formação do futuro profissional, como uma instituição formadora dos quesitos mínimos para a construção do ser ou do caráter.

#### 4. 10 A Educação Física como prática: o escotismo como protagonista.

A Escola Washington Luís se destacava pelo investimento na educação física do aluno, que passou a compor uma disciplina escolar específica, sendo ministrada diariamente. Com esse investimento, foram criados diversos grupos de alunos que se destacavam nas diferentes modalidades do esporte dentre eles, o Club Atlético Feliciano Sodré. Além deste clube, existia o Escotismo, sendo praticada, então, “a verdadeira socialização do ensino” (RELATÓRIO, 1930, p. 83).

O jornal Diário de Notícias<sup>131</sup>, de 18 de setembro de 1930, sob o título “Diário Escoteiro, entrevistando os escoteiros fluminenses”, reporta-nos ao grupo de escoteiros da Escola Washington Luís, chamado Barão de Mauá, tendo por chefe o professor Abdon de Oliveira. Um aluno entrevistado quanto a ser escoteiro diz:

Quiz ser escoteiro por achar que o escotismo é a melhor instituição de educação da juventude, onde a criança aprende a amar a Deus, a Pátria e ao próximo. No escotismo encontrei o melhor caminho a seguir-magníficos ensinamentos moraes, a lealdade, a alegria, a confraternização. Todos os escoteiros são irmãos.

Essa fala do aluno nos remete ao que representava o escotismo não apenas no âmbito da Escola Washington Luís mas no país. Como uma instituição educacional de caráter nacionalista com o objetivo de desenvolver o patriotismo em seus seguidores, o escotismo tinha um estreito relacionamento com a Liga de Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon em 1916, por isso seu enaltecimento a Deus e à Pátria.

Nagle analisa que o nacionalismo “provocou o desenvolvimento dos novos padrões de cultura” (2001, p.299). Nesse desenvolvimento, o nacionalismo se mostrou

---

<sup>131</sup> Diário de Notícias: “Fundado em 12 de junho de 1930. Após as eleições presidenciais de março de 1930, que deram a vitória ao candidato situacionista Júlio Prestes, acentuou-se a oposição ao governo de Washington Luís. Nesse contexto de intensa agitação e abertura para os debates políticos surgiu o *Diário de Notícias*, sob a orientação de Orlando Dantas, Nóbrega da Cunha e Figueiredo Pimentel; jornalistas recém-saídos de *O Jornal*. Desde seu lançamento, a posição do *Diário de Notícias* foi definida claramente. Sua proposta básica era lutar contra “a estrutura oligárquica” da República Velha, colocando-se como portavoz de um “espírito revolucionário” que visava a transformação da sociedade. No seu entender, entretanto, espírito revolucionário não tinha uma conotação de modificação profunda da sociedade, mas significava a reforma, a substituição e o aperfeiçoamento, vistos como uma forma de superar os métodos políticos antiliberais então em vigor”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acessado em fevereiro 2016.

associado à educação e à escolarização, compondo juntos o problema do “caráter nacional”. Como forma de solucionar este problema temos o ideário nacionalista configurado por meio das práticas como a do escotismo.

Seus fins principais visam o desenvolvimento do espírito de iniciativa, da coragem, da decisão, da disciplina moral e do civismo em todas as suas manifestações sociais entre os alunos, de modo a prepará-los eficientemente para a vida, de acordo com os altos interesses nacionais (DIRETORIA, 1923, p. 302).

Sendo uma instituição ligada à escola que visava preparar seus alunos para servir bem ao país, voltando à entrevista concedida ao Jornal Diário de Notícias, ao ser indagado sobre o que aprendiam no acampamento, o aluno respondeu que aprendiam brincando a trabalhar pelo bom nome do grupo e do grandioso Brasil, aprendendo a amor à natureza e à pátria. O escotismo tem por lema “tudo pelo Brasil” e por divisa, “sempre alerta”. O aluno finaliza dizendo que seu grupo foi criado em 11 de junho de 1928 pelo diretor Amerino Wanick e pelo professor Abdon de Oliveira Dias, apresentando um animador progresso e estando naquele período com 54 escoteiros.

O aluno explicou que o grupo era dividido em cinco patrulhas monitoradas pelos próprios alunos, denominadas: Patrulha do Lobo, Patrulha da Onça, Patrulha da Águia, Patrulha da Andorinha e Patrulha do Esquilo. Até aquele momento, o grupo já havia acampado cinco vezes, estando marcado o sexto acampamento.

De acordo com a reportagem, os alunos escoteiros se destacavam em seu rendimento escolar, sendo uns dos melhores da Escola Washington Luís. Pimentel também destacou o civismo lá ensinado. Disse que era ministrado pelo professor Abdon de Oliveira Dias, chefe do movimento escoteiro da escola, que assumiu por conta dele o ensinamento da parte histórica do movimento político do Brasil, juntamente com a cultura física. Ferreira destaca que “dentre as várias funções sociais e políticas do escotismo, estava a proposta de desenvolver no povo brasileiro, o sentimento de patriotismo, o aparecimento de virtudes cívicas, a moralização dos hábitos e o surgimento de uma disciplina corporal”, (FERREIRA, 2011, p.609).

A entrevista do aluno ao jornal Diário de Notícias nos apresenta uma conotação ufanista, na qual o empenho pela escola traria ao aluno um orgulho de ajudar o país a crescer, implicando assim o que Marta Carvalho diz “promover mudanças de mentalidade

no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de opinião pública” (CARVALHO, 2011, p. 233). Com isso, formar o novo cidadão com amor pela pátria, ensinando-o que os seus esforços e trabalho constituem o bem e a transformação do país, constituiu uma estratégia republicana e ufanista, na tentativa de acelerar a transformação do país e sendo difundida com apreço pela Escola Washington Luís.

Nagle, ao analisar a nacionalização do ensino a partir do meado da década de 1910 e por toda a década de 1920, diz que o nacionalismo foi um componente importante para o país.

Como fenômeno de exaltação do homem e das coisas brasileiras e como esforço que se expressa na tentativa de construir as instituições que refletiam as condições peculiares do povo e também a situação histórica que está a exigir a formulação dos quadros da verdadeira nação brasileira, o nacionalismo é, principalmente, um ideário que aparece e acompanha o desenvolvimento de uma formação econômico-social capitalista (NAGLE, 2001, p.299).

Observa-se com mais aplicabilidade a forma como a escola induzia seus alunos ao controle e à disciplina do corpo e da mente. Os lemas republicanos de amor e fidelidade à pátria, juntamente com os ideais do movimento escolanovista, levam-nos a entender a Escola Washington Luís como propagadora intensiva de tal momento histórico brasileiro. Investir na nação era investir e mudar a instituição educacional nesse período, modificando as práticas escolares afim de modificar o país.

#### **4. 11 As Exposições e Festas Escolares**

As exposições escolares e festas também faziam parte da cultura da Escola Profissional Washington Luís assim como em muitas escolas profissionais desse período, sinalizadas por Bonato (2003) ao estudar a Escola Profissional para o sexo feminino no Distrito Federal. Geralmente as exposições ocorriam ao final do ano letivo, quando os alunos expunham e vendiam os trabalhos/ peças que produziam ao longo do ano. Eram abertas à sociedade e prestigiadas por autoridades governamentais da época. A autora citada diz que “ao longo do tempo, essas exposições foram acontecendo como parte do currículo e de acordo com a legislação em vigor” (BONATO, 2003, p.132).

No caso da Escola Profissional Washington Luís, uma das principais características era demonstrar as especializações (ofícios) que os alunos aprendiam ao

longo do ano nas oficinas. Eram propagadas pela imprensa como eventos de grande porte para a escola e para a população. Na ocasião desses eventos, a programação incluía, além da exposição e venda dos produtos, outras atividades, muitas vezes com cunho para formação patriótica, típicos dos aspectos republicanos do período. O jornal O Globo, em 28 de dezembro de 1925, sob o título “A Escola Washington Luis Inaugura sua Exposição- Uma demonstração de officina e didactica”, noticia acerca da primeira exposição de trabalhos dos seus alunos, convidando a população local a comparecer. A inauguração contou com a presença do Dr. Feliciano Sodré, presidente do estado e seus auxiliares de governo, destacando ainda a reportagem o Dr. Everardo Backeuser, que se pronunciou falando acerca do desempenho da escola. Após sua fala, as pessoas presentes foram encaminhadas a visitar os trabalhos expostos, conhecendo cada oficina, a de madeira, a de metal e a de trabalhos manuais.

Sob esse ponto de vista ella é, como não podia deixar de ser, um esboço, mas um esboço lançado com mão segura, a prometter um lindo desenho. Em todos os trabalhos sente-se, todavia, o symptoma de um esforço salutar, de alcance, quer pedagógico quer moral, no sentido de representar cada confecção o trabalho exclusivo de seus autores (O GLOBO, 28 de dezembro de 1925).

Certamente, por ser a primeira exposição de trabalhos da Escola Washington Luís ainda sob os cuidados da Sociedade Técnica Fluminense, o jornal apresentou como “um esboço”, o seu potencial futuro. Os alunos ainda estavam aprendendo os trabalhos e ofícios de forma básica, como iniciantes. Devido a isso, provavelmente a notícia do Globo informou a potência que a escola teria com o passar do tempo, principalmente pela qualidade da equipe docente de que ela era formada, vinda em grande parte da Escola Normal de Artes e Ofícios e da Escola Wenceslau Braz.

Como as exposições eram anuais, conforme estabelecido pelos Regulamentos de 1926 e 1929 do ensino profissional do Estado do Rio de Janeiro e já estando a escola sob administração exclusiva do estado, temos, ao final do ano letivo de 1926, em 15 de dezembro divulgada pelos jornais A Noite e em 16 de dezembro pelo jornal O Imparcial, notícias da inauguração da exposição dos trabalhos da escola, que ocorriam no bairro de Santa Rosa, Niterói, com a presença de Feliciano Sodré, presidente do Estado do Rio de Janeiro. Era de costume a presença das autoridades da época a esses eventos escolares. No jornal O Imparcial, é informado que a exposição,

constitue esse certâmen um bello atestado da operosidade que vae por esse modelar estabelecimento de ensino profissionall dirigido pelo Dr. Amerino Wanick, coadjuvado por um grupo de esforçados professores de aulas e oficinas. Nele figuram todos os trabalhos executados pelos alumnos, durante o anno lectivo, **o que permite se fazer uma apreciação justa e nítida do progresso evolutivo da Escola Washington Luis**. A impressão mais completa que dessa exposição se tem é que constitue uma bela demonstração dos resultados a que se chegou o ensino profissionall no nosso paiz (O IMPARCIAL, 16 de dezembro de 1926, grifos nossos).

Assim, se no O Globo de 1926, a exposição se apresentava como potência, no O Imparcial de 1926, as exposições já permitiam “fazer uma apreciação justa e nítida do processo evolutivo da Escola Washington Luis”. Também como forma de avaliar o seu progresso, essas exposições representavam uma forma de enaltecer o país, pela educação. Nessa “fala” noticiada pelo repórter do jornal O Imparcial, de 1926, vemos a importância que se atribuiu ao crescimento do ensino profissionall do país, tendo como exemplo essa escola. Ao longo dos oito anos da instituição, realizaram-se essas exposições, que eram noticiadas pela imprensa escrita, com a presença das autoridades governamentais. Como na exposição de 1927, em que a escola recebeu a visita do presidente do país, Washington Luís. Abaixo uma imagem de parte da exposição de 1927.



**Imagem XXVII:** Exposição de trabalhos em madeira. 1927. Acervo do Centro de Memória.

A fala do diretor Amerino Wanick citada pelos jornais, nos leva a entender que essas exposições, em sua concepção, mostravam-se como uma das formas de apresentar o crescimento da escola, não apenas de forma produtiva, mas também por meio da formação dos alunos ao mostrar que ela estava crescendo, não apenas na produtividade mas também nas especialidades e aproveitamento dos alunos, conforme o ideário da época. Observemos abaixo imagens das exposições de 1928.



**Imagem XXVIII:** Exposição Anual da Escola- Secção de Trabalhos Manuaes em Officinas, 1928. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.



**Imagem XXIX:** Exposição Anual da Escola- Secção de Trabalhos Manuaes em Officinas, 1928. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

Não encontramos notícias nos jornais consultados dos anos seguintes acerca das exposições de trabalhos dos alunos ao final do ano letivo, que era de praxe ocorrer na escola, porém foram encontradas imagens que identificam as exposições como a de “trabalho de desenho” e a de “trabalhos em metal”, de 1929.



**Imagem XXX:** Exposição de Trabalhos de Desenho, 1929. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.



**Imagem XXXI:** Exposição de Trabalhos, 1929. Arquivo do Centro de Memória Henrique Lage.

#### 4.12 As Festas Escolares, Visitas e Passeios

Também como uma prática voltada aos ideais escolanovistas, a Escola Washington Luís engajava seus alunos nos festejos da cidade, além de promover atividades ao ar livre, excursões etc. Podemos entender que essas práticas não eram exclusivas desta escola mas também das demais. Referindo-se a essas atividades nas escolas por elas estudadas, Bonato diz que “As atividades não se limitavam aos muros da escola; as alunas faziam visitas de estudos e passeios culturais, (...), como por exemplo, ao morro do Corcovado e ao Museu Histórico” (BONATO, 2003, p.134).

O jornal Correio da Manhã, de 04 de outubro de 1929, noticiava que a escola recebia visitas e excursões de outras escolas, o que era prática delas nesse momento. Nesse dia, 04 de outubro, o grupo de alunas da Escola Normal de Niterói<sup>132</sup> visitou as oficinas e conheceu as produções da Escola Washington Luís.

O jornal O Fluminense, em 13 de outubro de 1925, tendo por título “12 de outubro, os festejos em homenagem á America, á Arvore e á Creança”, noticiou que o grupo de alunos desta última compareceu ao festejo no Jardim de Icarai, plantando árvores naquele local, e que, após, foram realizadas atividades com brincadeiras para os alunos.

“Como será comemorado o dia da bandeira”, referindo-se ao dia 19 de novembro, anunciava o jornal Diário Carioca, de 18 de novembro de 1928, que a escola preparou uma grande comemoração do dia da bandeira, sendo dividida em partes. A primeira parte foi a cívica, com hasteamento da bandeira, hino nacional e um discurso do professor de moral e cívica, professor João Rebello Pinheiro; a segunda parte foi esportiva, tendo um desfile dos alunos e campeonatos, como de vôlei, pirâmide, corrida etc.; a terceira parte da comemoração foi literária, na qual o diretor Amerino Wanick discursou e houve apresentação de peças teatrais, contos, música etc.

O Dia da Bandeira também mereceu destaque, no ano seguinte, em 29 de outubro de 1929, com o título “As lindas festas escolares da Exposição de Horticultura e Lactínicos- Como decorreu a parada da Escola Washington Luis”, no jornal A Manhã.

---

<sup>132</sup> A Escola Normal de Niterói tem por denominação atual Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC) e foi a primeira instituição pública do gênero masculino no Brasil e na América Latina. Foi criada no Império, pelo Ato adicional de 6 de agosto de 1834. Angela Martins (2009) diz que: “A Escola Normal da província de Niterói deveria ser o centro formador de professores que teriam a missão de auxiliar na ordenação moral dos cidadãos. Essa preocupação parece ser uma constante em outros projetos educacionais de Escolas Normais no Brasil, no século XIX” (p.7).

O jornal noticiou como foi comemorado o Dia da Bandeira em Niterói e a prática da escola. Reportou que foram dois dias de festas em Niterói, período durante o qual a escola visitou a exposição, observando detalhadamente seus stands, e que, depois da visita, foram oferecidos aos alunos sanduíches e copos de leite. Conforme termos já utilizados por esse jornal, a escola se apresentava como uma modelar instituição de ensino; sendo assim, após a visita na exposição, os alunos participaram de provas esportivas, vencendo as disputas. Como prêmio, receberam vestuários, uniformes, caixas de chocolate, e a escola recebeu um relógio de mesa.

O Correio da Manhã, do dia seguinte, 30 de outubro de 1929, noticiava também com destaque a referida Exposição de Horticultura e Laticínios à qual a escola fez uma visita e onde participou dos campeonatos esportivos. De acordo com a reportagem, essa instituição escolar, do ponto de vista esportivo, era base para outras escolas, ganhando, portanto, destaque para além da formação dos ofícios.

No ano seguinte, em 19 de novembro de 1929, a escola foi noticiada no jornal A Manhã, pela participação no evento do Dia da Bandeira, em Niterói. Tendo como título “A única festa patrocinada pelo povo”, o jornal informou que após a missa e desfile cívico a Escola Profissional Washington Luís se apresentou com a ginástica de conjunto contando com 250 alunos, em trajes apropriados.

Além de fazer visitas a outras instituições, a escola também recebia visitas da imprensa, como foi o caso da visita de O Jornal<sup>133</sup>, que mereceu publicação.

---

<sup>133</sup> Esta reportagem do O Jornal de 20 de dezembro de 1928 foi autorizada pelo Diários Associados Press-S/A.



**Imagem XXXII:** Reportagem do O Jornal de 20 de dezembro de 1928. Arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

#### 4.13 O Jornal O Calouro e Agenoria

O jornal A Manhã, de 28 de dezembro de 1928, noticiou que os alunos da Escola Profissional Washington Luis distribuíram um exemplar dos jornais que haviam produzidos nela, após a solenidade realizada da 1ª turma de formandos. Embora a reportagem não cite o nome do jornal, Pimentel nos diz que foi criado por ele juntamente com o professor de matemática, o jornal “O Calouro”, como uma das formas de os alunos se expressarem, durando somente o período em que permaneceu na escola. Provavelmente, na festa de formatura, o jornal abaixo distribuído tenha sido “O Calouro”.

*Foi eu que fundei com um professor de matemática chamado Oder RibamarTeixeira ele ainda está vivo. Fundei o jornal porque nós não tínhamos um jornal na escola, e eu tenho essa marca familiar, o que me instigou a criar o jornal. O cinema que existiu na rua Santa Rosa, depois do portão de entrada do Salesiano, nos fundos do cinema tinha um primo do Gaubir Peixoto. Bem, então fui lá ver um filme com os alunos da escola. Os calouros faziam miséria no colégio, o que me instigou a dar esse nome. O jornal era impresso na escola, não tinha anúncio, era só texto, artigo de química etc (grifos nossos).*

Além do jornal do qual Pimentel disse ter sido o relator, foi encontrado dentro de um dossiê de aluno um papel datado de 20 de dezembro de 1930, em cujo timbre constava

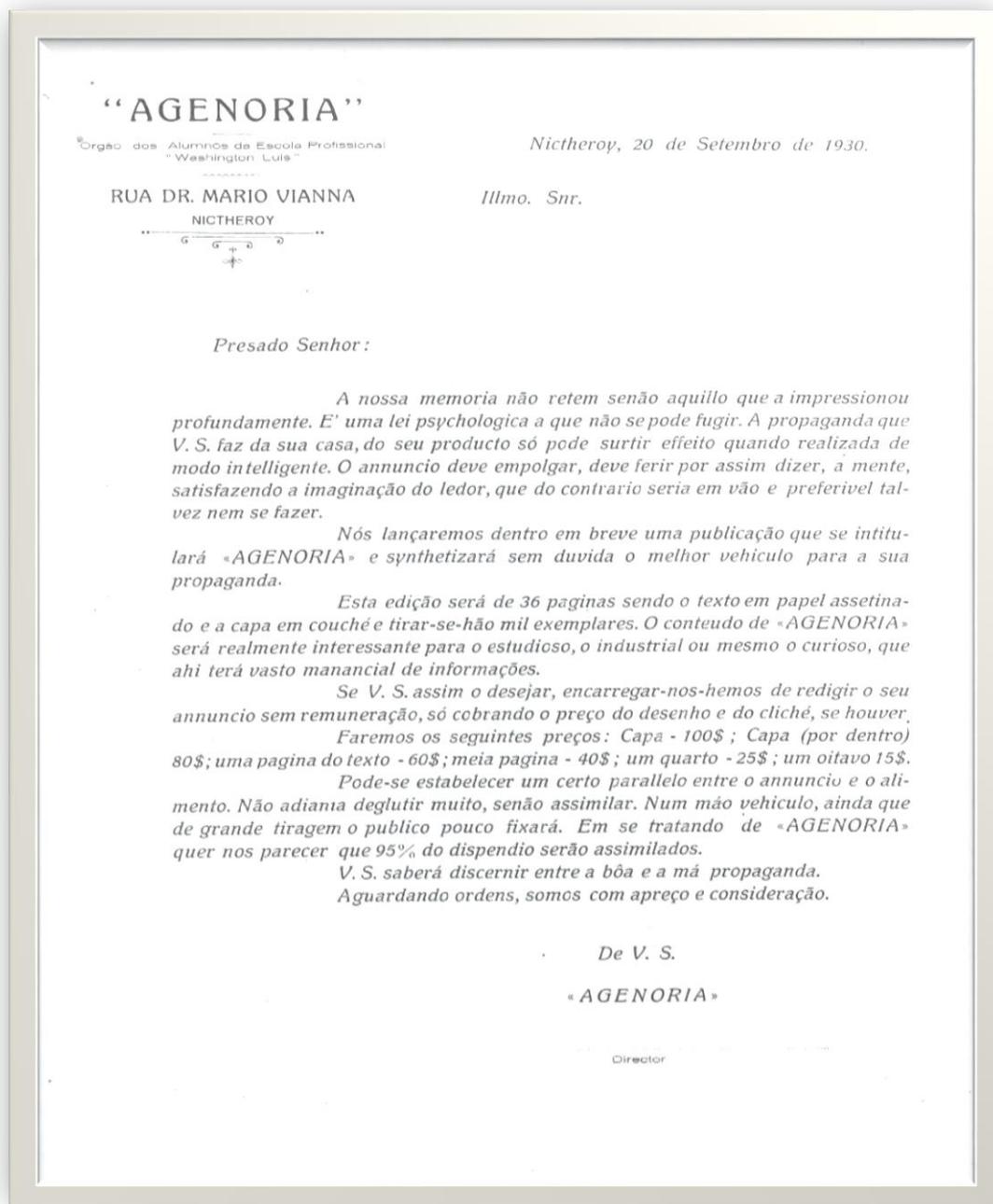
o termo “Agenoria”, identificando ser do Órgão dos alunos da Escola Washington Luís, no qual tem escrito em um de seus parágrafos,

nós lançaremos dentro em breve uma publicação que se intitulará AGENORIA e synthetizará sem dúvida o melhor vehiculo para a sua propaganda. Esta edição será de 36 páginas sendo o texto em papel acetinado e a capa em couchê e tirar-se-hão mil exemplares. O conteúdo de AGENORIA será realmente interessante para o estudioso, o industrial ou mesmo o curioso, que ahi terá vasto manancial de informações<sup>134</sup>.

Segue abaixo a imagem do documento que informa acerca da publicação que os alunos da Escola estavam almejando.

---

<sup>134</sup> Nos parágrafos finais da carta, há o valor para fazer a propaganda, de acordo com o formato e tamanho desta, além de informações adicionais. Não encontramos mais nenhuma informação sobre esse órgão de alunos, nem sobre essa revista ou publicação, porém seus indícios são valiosos ao recolhemos mais um dado acerca da manifestação dos alunos ao se organizarem coletivamente em prol de uma publicação que tinha por objetivo a propaganda e informações de produtos no mesmo lugar.



**Imagem XXXIII:** “Agenoria”, 1930. Arquivo do Centro de Memória.

Conforme o exposto, a Escola Profissional Washington Luís, reconhecida como uma instituição modelar de ensino profissional para o sexo masculino, cumpria com êxito sua função enquanto escola voltada para o ensino dos ofícios e trabalho, além de ter também como prioridade a formação da cultura física, intelectual e cívica, conforme analisamos quando apresentamos o seu funcionamento.

## Considerações Finais

Finalizamos este trabalho dissertativo com o artigo “O Lábaro da Esperança” da Revista O Tico-Tico<sup>135</sup> de 18 de dezembro de 1929<sup>136</sup>, que na percepção da imprensa nos auxilia a sintetizar a Escola Profissional Washington Luís. A publicação é introduzida com uma crítica, considerada como sermão pela autora, de que o governo se mostra fazedor de suas obrigações, melhorando os aspectos físicos das cidades e das instituições, enquanto a imprensa faz o papel de mostrar os “escândalos” ou os acontecimentos ruins da sociedade, que, no ponto de vista inicial da publicação, de nada estavam valendo os esforços, se a juventude se mostrava cada vez pior, com seus vícios e falta de trabalho. Como forma de não escrever um sermão, a autora deste artigo, Maria Ribeiro de Almeida, foi diretamente à Escola Profissional Washington Luís, para apresentar suas impressões acerca da escola que considera ser “O lábaro da esperança” para o país.

---

<sup>135</sup> “A revista ilustrada infantil *O Tico-Tico* surgiu num contexto de mudanças no padrão tradicional de educação escolar, com a substituição progressiva dos castigos corporais e a atribuição de maior ênfase à necessidade de moldar na escola o caráter dos futuros cidadãos brasileiros. Novos materiais que se apresentavam como educativos tinham, então, um espaço mais amplo para circular, à medida que se ampliava o universo de crianças alfabetizadas. Porém, as tentativas de uma publicação voltada para o público infantil eram ainda bastante limitadas e isoladas quando a revista foi lançada.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tico-tico-o>. Acessado em fevereiro 2016.

<sup>136</sup> Disponível e autorizado pela Biblioteca Nacional.

## O LABARO DA ESPERANÇA

Quando se toma um jornal, para vêr "como vão as cousas em nossa terra", fica-se triste de achar, a cada pagina, provas patentes de uma horrivel decadencia!

Emquanto a Prefeitura trata de embellezar avenidas, praças e jardins, transformando a cidade em verdadeiro paraíso, a imprensa, ávida de escandalos, mostra ao mundo inteiro que as familias, a sociedade vão se enterrando cada vez mais na iqueira lamacenta de um viver sem ideaes sublimes!...

São brigas, roubos, assassinatos, attentados de toda a sorte, á vida, ao sentimento, aos haveres alheios!

São os vicios, quaes polvos medonhos inutilizando a juventude!

De nada serve, (dizem revistas americanas) de nada serve aos brasileiros o dinheiro que a nação gasta com a instrucção do povo!

Multiplicam-se os esforços de associações e de professores... reúnem-se commissões e congressos... fundam-se bibliothecas escolares... E os meninos, e as meninas, estão cada vez peores!!!

Que será isso?

"Falta de trabalhos"!

Falta de trabalhos... e nada mais!...

"A ociosidade é a mãe de todos os vicios".

E esta é a primeira noção da vida que deveriamos, nós educadores, martellar continuamente na cabeça das crianças, quer durante as aulas, quer pela tribuna das revistas infantis.

E' certo que, hoje em dia, vocês não gostam de sermões...

Preferem a visita aos museus, passeiata ao jardim Botânico, e sobretudo a escola do Cinema...

Por isso, o que hoje lhes trazemos não é um sermão. São as impressões de um maravilhoso film... não sómente movimentado e falado, mas vivido pelos pequeninos auctores de uma scena encantadora!

Convidados pelo illustre educador Dr. Wanick, em cujas mãos foi entregue á "Escola Washington Luis" na Capital do Estado do Rio, atravessámos a formosa bahia de Guanabara (Guayraharah) ou mar do sol, sobre a qual parece que o astro rei collocou o seu throno de gloria, pois, salvo nos dias tenebrosos de grande nevoeiro, o sol enfeita a bahia de Guanabara e as praias que a cercam, desde o levante até o poente.

Chegando á terra dos Araris, a cuja entrada se ostenta, como eterno defensor de uma raça nobre fiel e de ardorosa em tudo o que se chama Dever, acha-se o busto do Indio Ararigboia, a quem Martins Alfonso de Souza legou o seu nome illustre.

D'ahi, o bond nos leva, em longa e pittoresca viagem, através uma cidade adiantada e culta, onde se encontram, por vezes, trechos dos tempos coloniaes, trazendo ao panorama verdadeiras transformações de cinematographo, e fazendo-nos passar subitamente da cidade aos campos, e dos campos á cidade.

No fim da linha, em plena roça, um grande baracão, tendo o aspecto de uma fabrica.

E' a "Escola Washington Luis".

E' ali que os meninos, desde pequeninos, aprendem a melhor cousa da vida:

"O AMOR AO TRABALHO"!

Adestrando as mãozinhas na confecção de um sem numeros de objectos de papelão e de madeira, elles possuem a maior caixa de brinquedos, que jámais possuiu o filho amimado do mais rico millionario.

Fabricando mobílias minuscultas, casinhas, bichinhos, carroças e canoas, de todos os tamanhos e formas imaginaveis, elles se divertem muito mais do que os outros, quando os pais compram aquelles brinquedos já promptos.

Mas, elles se divertem com seriedade, aprendendo a fazer as cousas bem feitas, aprendendo o amor ao trabalho, e aprendendo sobretudo a gloria de servir ao seu paiz!...

Fabricando brinquedinhos de madeira, elles utilizam uma das maiores riquezas do Brasil; elles facilitam o consumo de nossas produções; elles animam os fazendeiros, que para elles exploram as arvores de suas terras.

Mais tarde, já mestres no manejo das ferramentas e das machinas, elles fabricam todo o material escolar de que necessita o Estado!

E assim, devolvendo ao Estado, em trabalho e dedicação, o que o Estado lhes dá em dedicação e carinho, esses meninos, com seus professores, offerecem á nação o mais bello exemplo de patriotismo e solidariedade.

E achamos que, na confusão desta hora, que nos parece tão triste para os brasileiros, na "Escola Washington Luis" da cidade de Nicheroy, poderia ser arvorado o lábaro da Esperança!

E quando nos retirámos, avistando ali no pateo a estatua do actual Presidente da Republica, pensámos que, de todas as homenagens que lhe houverem sido prestadas dentro do seu governo, nenhuma, talvez lhe será mais grata ao coração de grande e sincero patriota.

Maria Ribeiro de Almeida

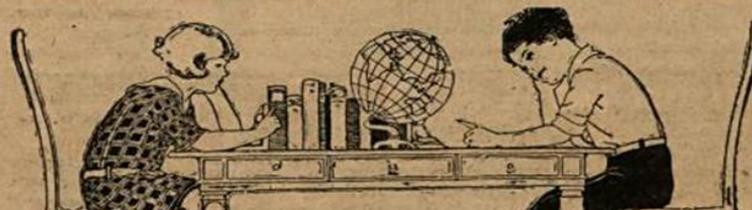


Imagem XXXIV: Revista Tico-Tico, 1929. Acervo da Hemeroteca da BN.

Diante das análises elencadas, podemos compreender que a Escola Profissional Washington Luís foi um estabelecimento de Ensino Profissional que se destacou por sua produção industrial no Estado do Rio de Janeiro e, como forma desse destaque, estabeleceu na formação de seus alunos a dedicação e o amor ao trabalho como seu principal modelo de formação.

Criada com o objetivo de formar um tipo de cidadão específico, útil às indústrias e ao momento que o país estava vivendo, essa instituição se mostrou como destaque por suas práticas, seus alunos e seus docentes enquanto uma escola profissional fluminense, que tinha como lema “O amor ao trabalho”.

O artigo da Revista O Tico-Tico nos traz o quanto a escola priorizava o ensino nas oficinas. A autora utiliza a linguagem voltada para o lúdico ao retratar que os alunos se divertiam muito mais fazendo seus próprios brinquedos do que os ganhando. Isso sinaliza a forma como a escola incutia nos alunos o aprendizado nas oficinas, pois eles aprendiam as técnicas dos ofícios, realizando objetos que eram provavelmente de seus interesses, podendo ser visualizado na imagem XXVII deste trabalho.

Com uma forte tendência republicana e nacionalista, a autora tencionou suas impressões para o êxito que tinham as oficinas e seu ensino da Escola Washington Luís, bem como sua dedicação à pátria, finalizando que: “é assim, devolvendo ao Estado, em trabalho e dedicação, o que o Estado lhes dá em dedicação e carinho, esses meninos, com seus professores, oferecem á nação o mais bello exemplo de patriotismo e solidariedade” (TICO-TICO, 1929).

Construir uma cultura física, intelectual, cívica e para o trabalho com o objetivo de formar alunos para a vida prática e em sociedade se apresentou, conforme podemos observar ao longo deste trabalho, como um mecanismo e modelo seguido pela Escola Profissional Washington Luís, direcionando seu ensino, assim como o título da revista para ser “o lábaro da esperança” no município de Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro.

Permeado por um ideal de progresso, como expresso na fala do diretor Amerino Wanick, a escola se constitui “de modo a que possamos apresentar a nossa atividade, a nossa inteligência e a dedicação, tão própria dos brasileiros”, conforme entrevista ao jornal O Fluminense de 27 de setembro de 1927.

Diante do exposto e tecendo algumas considerações finais, a presente dissertação teve por objetivo (re)construir a história da Escola Profissional Washington Luís, buscando conhecer seus sujeitos e funcionamento por meio das fontes como os impressos/periódicos, dos Relatórios do Presidentes dos Estados, dos dossiês de alunos e dos decretos estaduais. Nesse sentido, ao realizar tal (re)construção, foi necessário traçar e apresentar brevemente a história do Ensino Profissional até a década de 1920, entendendo principalmente seus principais objetivos.

A investigação partiu inicialmente do questionamento sobre se os ideais e práticas do movimento escolanovista que estavam sendo difundidos na educação da capital federal por Antonio Carneiro Leão (1922-1926) e Fernando de Azevedo (1927-1930), influenciaram a educação profissional do Estado do Rio de Janeiro e na cultura da Escola Washington Luís. Esse questionamento ocorreu ao nos depararmos com a fotografia do consultório dentário da escola, o que a princípio nos levou a indícios do escolanovismo nela.

Para a construção deste trabalho, foram fundamentais os referenciais teóricos e os dados empíricos encontrados no *locus* da pesquisa, tais como os dossiês de alunos e os Regulamentos do Ensino Profissional Estadual de 1926 e 1929, além das fotografias, mesmo utilizadas de forma ilustrativas neste trabalho. Fundamental também foi a realização da entrevista semiestruturada com Luís Antonio Pimentel, que vivenciou a Escola Washington Luís como aluno e a Escola do Trabalho do Rio de Janeiro como professor.

O detalhamento dos acontecimentos “cotidianos” da Escola Profissional Washington Luís por meio dos impressos/periódicos e da memória pelo viés da história oral permitiu (re)conhecer o passado da instituição na sua singularidade, e a amplitude de abordagens possibilitou perceber as mudanças que ocorreram na escola profissional, levando a se difundir na escola do trabalho. Com isso, percebemos as mudanças interpretadas pelas reformas educacionais que, junto aos elementos das mudanças da cultura escolar, auxiliaram nas mudanças ocorridas nessa escola.

Ao (re)construirmos a sua história por meio das fontes, é importante dizer que não houve a intenção de fazer uma história total, porém de perceber os indícios escolanovistas na instituição e percebê-la como um lugar em que era difundido,

principalmente, o ideal republicano de amor à pátria, permeado dos ideais modernos, civilizatórios e higiênicos.

Mediante a análise da difusão do escolanovismo no Brasil, restringimo-nos a entender esse movimento escolanovista no Rio de Janeiro, tanto na cidade, quanto no estado e buscamos compreender também as duas primeiras reformas educacionais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, com Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, pois foram as reformas educacionais que ocorreram no período da Escola Profissional Washington Luís, correlacionando-as com as mudanças legislativas que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro voltadas para o Ensino Profissional.

Interessante foi observar, conforme Cardoso (2003), que assim como o Regulamento das Escolas de Artes e Ofícios e o das Escolas de Aprendizes Artífices se modificaram em 1929 em grande conformidade com a Reforma de Fernando de Azevedo, atribuímos a mesma observação às mudanças nos Regulamentos do Ensino no Estado do Rio de Janeiro, pois primeiro tivemos no Distrito Federal a Reforma de Antonio Carneiro Leão, para então, em 1926, o estado apresentar seu Regulamento de Ensino Profissional, ocorrendo o mesmo em 1929, com a Reforma de Fernando de Azevedo, indo em diversos aspectos ao encontro da Reforma do Distrito Federal.

Nesse sentido, a estrutura organizacional deste trabalho ficou dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo tencionamos nas questões teórico-metodológicas ao apresentar a utilização das fontes como desafiadoras, proporcionando-nos diversos questionamentos e sendo “encantadoras”, não apenas pelos seus dados mas também por seus vestígios e sinais. Com esse “encantamento”, foi sendo possível (re)construir sujeitos, como o diretor, professores e alunos, a trajetória do ensino profissional até a década de 1920 e o processo ao longo dos oito anos da Escola Profissional Washington Luís, tendo por base Ginzburg, ao dizer que: “quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (1990, p.169).

Ainda no primeiro capítulo, retomo aqui as preocupações sinalizadas quanto à preservação dos arquivos escolares. Estes nos permitem ter uma infinidade de dados, não apenas da instituição escola, mas de todo o contexto social, cultural, econômico e político, havendo neles documentos que representam as transformações de sua cultura escolar. Mediante isso, eles se revestem de importância para este trabalho e, devido a seu rico acervo documental, deveriam ser considerados pelos agentes da comunidade escolar e das

autoridades governamentais como um patrimônio público e por isso ser preservados e otimizados, tal como outros setores fundamentais da instituição educacional.

Ao longo dos demais capítulos, buscamos colher os dados empíricos com os referenciais teóricos na tentativa de (re)construir não apenas a história da Escola Profissional Washington Luís e seus sujeitos porém também de analisar o ensino profissional e suas legislações, indo minimamente no período imperial até o início da República, década de 1920 e o ano de 1930, período este de funcionamento da escola, até sua mudança para Escola do Trabalho do Rio de Janeiro em 1931.

Limites se impuseram ao longo desta pesquisa, que foi iniciada em 2014, o que é muito comum aos pesquisadores, especialmente aos que trabalham com as fontes documentais históricas. A busca pelas fontes ocorreu diversas vezes de forma frustrada. Foram várias idas aos acervos públicos, mas, ao chegar neles, não encontrávamos documentos do período ou documentos referentes às escolas públicas estaduais; falta de documentação e/ou documentos fragmentados e em condições não favoráveis; o enfrentamento de pesquisar no arquivo da escola ETEHL; escolha das melhores fontes para compor o trabalho; dificuldade em limitar os assuntos e ao mesmo tempo de aprofundar os assuntos abordados; desejo de não perder nenhuma informação, sinais, rastros e pistas, entre outros aspectos.

Não obstante os inúmeros impedimentos que ocorreram na construção deste trabalho, espera-se que tenhamos contribuído e avançado nas pesquisas acerca das instituições escolares, principalmente voltadas às escolas profissionais masculinas do Estado do Rio de Janeiro, deixando para o campo da história da educação, em especial das instituições de ensino profissional, a (re)construção da Escola Profissional Washington Luís, em Niterói, no período de 1923 a 1931. Indicamos também novas possibilidades de estudo diante desta discussão, esperando despertar o interesse por novos estudos acerca não apenas da Escola Profissional Washington Luís mas também da educação profissional masculina estadual.

## Referências

- ALBERTI, Virena. Ouvir e Contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1990.
- ALENCAR, Chico et all. História da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1982.
- ALMEIDA, Ana Paula Campos de. **Luís Antonio Pimentel**- a vida cultural de Niterói nos anos 1930. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8ª edição.
- ARAÚJO, Cristina. A Reforma de Carneiro Leão no final dos anos de 1920. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº19. Jan/abr, 2009.
- ARQUIVO FERNANDO DE AZEVEDO**. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). São Paulo: Universidade de São Paulo, CD-Rom.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- AZEVEDO, Fernando. A Nova Política de Edificações Escolares. In: **Boletim de Educação Pública**. Ano I, n. 1. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instrução Pública, janeiro/março, 1930.
- \_\_\_\_\_. **A cultura Brasileira**- Introdução ao estudo da cultura brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964, volume XIII.
- AZEVEDO, Paulo Fernando de. **O ensino médio brasileiro e a formação profissional: tendências e desafios na Escola Técnica Estadual Henrique Lage - ETEHL 1923-2006**. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- BAKUNIN, Mikahail, **Estatismo e anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.
- BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de. Código Civil: relações entre a política e a universidade. In: **34º Encontro Anual da Anpocs**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/DBarcelos.pdf>. Acessado em março de 2016.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Desafio Arquivístico em Discussão. **Arquivos-Boletim Histórico e Informativo**, Nº 1, v. 6. São Paulo, jan./mar. 1985, p. 5-18.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOCLIN, Roberto Guimarães. **Senso e Consenso**. Brasília: SENAI/DN, 2005.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 10 jul/dez, 2005.

\_\_\_\_\_. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 25, 2002, Caxambu. Anais. Rio de Janeiro: ANPED, 2002. v. 1.

\_\_\_\_\_. Memória da educação: preservação de arquivos escolares. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 6, n. 35, set./out.2000.

\_\_\_\_\_. **A Escola Profissional para o Sexo Feminino através da imagem fotográfica**. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acessado em: Novembro de 2014.

BOSI, Ecleia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BUENO, Giuliana M G; BEZERRA NETO, Luiz. A relação entre trabalho e educação nas obras de Makarenko, Pistrak e Kerschensteiner. In: **Anais da VII Jornada da Histedber: São Carlos**, 2008.

CAMARA, Sônia. A Constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, número 8, julho/dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Reinventando a Escola: O ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930**. Rio de Janeiro: Quarter: Faperj, 2013.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A Reforma do Ensino Profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Wescelaus Braz. **Revista Diálogo Educacional**, número 14, v.5. Curitiba, jan/abr.2003. Disponível em: [www2.pucpr.br/reol/index.php/diálogos?dds=676&dd99=view](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/diálogos?dds=676&dd99=view). Acessado em: 20 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. O papel social da Escola Normal de Artes e Ofícios Wencelau Braz. In: **ANPUH- XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.

CARRARO, Marcélia Regina. **Um breve histórico sobre o ensino técnico: o caso da escola técnica estadual Henrique Lage**. Monografia de Especialização. Niterói: UFF, 1999.

CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O Ensino na Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Tyo.do Jornal do Commercio, 1926.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Marta. Reformas da Instrução Pública. LOPES, E. Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Rosana de; BERNARDO, Fabiana. Caixa Escolar: Instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Revista Educação em Foco: UFJF**, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-061.pdf> -. Acessado em janeiro de 2016.

CARVALHO, Sâmela Cristinne F. de. **Reflexões acerca da Família e da Escola na Reforma Educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927 a 1930**. Monografia de Graduação em Pedagogia – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Ensino Técnico e Profissional: Fernando de Azevedo e o Inquérito sobre a Instrução Pública de 1926**. Monografia de Especialização em Educação Básica na modalidade em Gestão Educacional – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. O papel da educação escolar na formação de novos hábitos culturais no antigo Distrito Federal anos 30. **Revista Contemporânea de Educação: Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2013

CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Educação Integral e Integralismo. Fontes impressas e história(s). **Acervo Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro**, v.18, número 1-2, janeiro/dezembro 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Ensaio, 1994.

DUBAR, Claude. Para uma teoria sociológica da identidade. In: **A socialização**. Porto: Porto Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**. Vol.19, nº62. Campinas Apr: 1998.

DUTRA, Vivian Machado. **De Nilo Peçanha a Aurelino Leal: Conflitos inter-oligarquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (Primeira República)**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; INÁCIO, Marcilaine Soares. Apresentação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (Orgs.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. Páginas 193 a 211.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1953.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 (2º ed.).

FICANHA, Kathiane. Tempo escolar nas reformas educacionais de 1920-1935 e a proposta de educação em tempo integral das escolas-parque. In: **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1891-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1891-0.pdf). Acessado em janeiro 2016.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, Memória e História. **Revista História e Reflexão**: vol. 4, n 8- UFGD- Dourados jul/dez 2010.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986, 5v.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. - 2. Ed., em CD ROM, Rio de Janeiro: CEFET, 1961.

FRANCO, Maria Ciavatta. **O mundo do trabalho em imagens**. A fotografia como fonte histórica: conceitos fundamentais para a interpretação da imagem fotográfica. Relatório Final apresentado ao Projeto Integrado de Pesquisa (CNPq): UFF, 1998.

\_\_\_\_\_. Historiografia em trabalho e educação. Como se constroem as categorias. **Projeto de Pesquisa**. Niterói: UFF, 2007.

FRANCO, Maria Ciavatta; FRIGOTTO, Gaudêncio. As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias. **Revista Brasileira Est. pedag.**, Brasília, v.74, n.178, p.529-554, set./dez. 1993

FREIRE FILHO, Ernesto de Sousa. **A Trajetória da Associação Brasileira de Educação 1924-2001**. Rio de Janeiro: Editora do Educador, Grupo Folha Dirigida, 2002.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **Revista Ci. Info. E Doc.** Ribeirão Preto, v.2, n.2, p. 145-159, jul/dez, 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 1ª reimpressão.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso ou fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIORGI, Cristiano di. **Escola Nova.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

GOMES, Angela de Castro. O primeiro governo de Vargas: Projeto político educacional. In: GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dmará, 1994.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos tribunais LTDA, 1990.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.31-45.

DOMINIQUE, Julia. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas: Ed. Autores Associados, n. 01, p. 09-43, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento-monumento. In: LE GOFF, J (org.), **Memória-História. Enciclopédia** Einaudi, vol.I. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. **História e Memória.** 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

MALATESTA, Errico. **Anarquismo e anarquia.** Editora: Faísca Publicações Libertárias, 2009.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breve reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro no século XIX. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas** “História, Sociedade e Educação”. Campinas: Unicamp, 2009.

**Manual de Secretaria Escolar 2014.** Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro, Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica/ Técnica, 2014.

MÁXIMO, Cirian Gouvea; COSTA, Márcia Ferreira; NETO, Wencelau Gonçalves. Educação, Imprensa e Disciplina: As Escolas Profissionais em Uberlândia, MG (1936-1950). **Cadernos de História da Educação,** v.1, nº1-jan/dez, 2002.

MEDEIROS, R. H. A. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: **COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO,** 3., Vitória da Conquista. Anais... Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Armanda Alberto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: **UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, 1981. p. 7-28.

\_\_\_\_\_. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Paris: Gallimard, 1984.

\_\_\_\_\_. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto história (10): 7-28, dez. 1993.

NÓVOA, António. “A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português.” In: BASTOS, Maria Helena Câmara. CATANI, Denise Barbara. (Orgs.) **Educação em revista: a imprensa e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p.11-31.

PAULILO, André Luiz Paulilo. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n. 46, p. 1-22, 2003. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid = S012](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S012). Acesso em: novembro 2015.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo: Educação e Transformação**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1987.

\_\_\_\_\_. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

**Programmas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Gráfica do Jornal do Brasil, 1929.

PROST, Antonie. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014, 2º edição.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n.10, 1992, p.200-212.

RAGO, Margareth e MOREIRA, Eduardo. **O Que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

REIS, Caren Victorino. **A presença feminina na casa do estudante do Brasil (1931-1951): A atuação da união universitária feminina.** Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

REIS, Fabiana de Arruda Resende. **O Ensino Profissionalizante (Feminino) no Brasil: Uma análise da Escola Feminina Nilo Peçanha (Campo, Rio de Janeiro, (1922-1930).** Dissertação de Mestrado em Educação- Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campo: 2013.

RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. **Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942).** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SAMUEL, Raphael. **Teatros da memória.** Projeto história (14): 41-82, fev. 1997

SERRANO, Leonor. Prática da pedagogia social. In: **Boletim de Educação Pública.** Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Publicação Trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública, abril/junho, 1930.

SILVA, José Cláudia Sooma. **Remodelação Urbana e Reconfiguração da Educação Primária na Capital:** sobre a inventividade de estratégias nos anos 1920. Trabalho apresentado no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, junho de 2008. Disponível em [web.letras.up.pt7/albheporto/trabalhos\\_finais/eixo1/IA775.pdf](http://web.letras.up.pt7/albheporto/trabalhos_finais/eixo1/IA775.pdf), acessado em 23/11/09.

SILVA, Josie Agatha Parrilha; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Carneiro Leão e a reforma do Rio de Janeiro: 1922-1926.** Campinas, julho, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Josie%20Agatha%20Parrilha%20da%20Silva.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Josie%20Agatha%20Parrilha%20da%20Silva.pdf). Acessado em: novembro 2015.

SIMONINI, Luciene de Almeida. **Para o “brilhantismo” da Semana de Educação (1928-1935):** A proposta de comemorações escolares da Associação Brasileira de Educação. Exame de Qualificação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. As Elites Culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean Pierre (Orgs.). **Para uma História Cultural.** Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). **Por uma nova história política.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n ° 6, 2003.

SÓLIS, S. S. F. Documentos, fontes e arquivos. In: **Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Memória e educação.** Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p. 53-63. (Caderno de ensaios, 1.).

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar e civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894):** Caminhos possíveis. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

THOMAZ, Sueli Barbosa. **Os Impasses e as Perspectivas do ensino de 2º grau.** O caso concreto do Colégio Estadual Henrique Lage. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1985.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem.** A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: Cope/mMarco Zero, 1989.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino.** In: SAVIANI, Dermeval ( et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Editora Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica: 2003.

VIDAL, Diana. A fonte oral e a pesquisa em História da educação: algumas considerações. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, nº 27, jul/98

\_\_\_\_\_. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L.M. de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias:** questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p.31-43.

\_\_\_\_\_. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVA, Cynthia (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003

VIDAL, Diana e ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia como fonte para a História da Educação:** questões teórico-metodológicas e de pesquisa. In: Revista e Educação, Santa Maria, v 30, nº02, 2005. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3745/2149>. Acessado em: janeiro de 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 20. In TABORDA, Marcus Aurélio. **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação.** – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Páginas 11 a 40.

\_\_\_\_\_. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: ALVES, C.; LEITE, J. L. (Org.). **Intelectuais e história da educação no Brasil:** poder, cultura e políticas. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2011.

\_\_\_\_\_. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação,** n. 16, p. 63-85, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE16.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. In: **Revista da Faculdade de Educação**, vol.24, n.1. São Paulo, jan/jun., 1998.

### Legislações

BRASIL. **Decreto nº 987** de 11 de setembro de 1906.

BRASIL. **Decreto nº 7.566** de 23 de novembro de 1909.

BRASIL. **Decreto nº 838** de 20 de outubro de 1911.

BRASIL. **Decreto nº 912** de 10 de maio de 1913.

BRASIL. **Decreto nº 981** de 02 de setembro de 1914.

BRASIL. **Decreto nº 1.066** de 19 de abril de 1916.

BRASIL. **Decreto nº 1.954** de 13 de maio de 1923.

BRASIL. **Decreto nº 2.160** de 31 de janeiro de 1926.

BRASIL. **Decreto nº 2.940** de 22 de novembro de 1928.

BRASIL. **Decreto nº 2.380** de 14 de janeiro de 1929.

BRASIL. **Decreto nº 2.541** de 1931.

BRASIL. **Decreto nº 22011** de 1996.

BRASIL. **Lei nº 3.281** de 23 de janeiro de 1928.

BRASIL. **Lei 8.159** de 08 de janeiro de 1991.

BRASIL. **Lei Previdenciária nº 3.522** de 1959.

BRASIL, **Moção nº 3661/2001**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/fd0d0b8fc385d589832567040006b056/0d5ad29b26f2c92d03256a2a006e5a64?OpenDocument>. Acessado em: 24/06/2013.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Deliberação do Conselho Estadual de Educação, nº 239** de 1999.

### Jornais da Hemeroteca da BN

A Crítica, Rio de Janeiro, 03 de março de 1929.

A Esquerda, Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1930.

A Esquerda, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1930.

A Manhã, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1926.

A Manhã, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1928.

A Manhã, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1929.

A Manhã, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1929.

A Manhã, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1929.

A Noite, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1923.

A Noite, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1926.

A Noite, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1930.

A Rua, Rio de Janeiro, 21/12/1927.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1929.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1930.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1928.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1928.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1929.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 02 de março de 1929.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 18 de setembro 1930

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1930.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1930.

Diário Popular, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1928.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1927.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1930.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1932.

Revista O Tico Tico de 18 de dezembro de 1929.

O Fluminense de 06 de agosto de 1922

O Fluminense de 09 de abril de 1924.

O Fluminense de 05 de julho de 1924.

O Fluminense de 13 de outubro de 1925.

O Fluminense de 21 de janeiro de 1926

O Fluminense de 28 de abril de 1926.

O Fluminense de 26 de abril de 1926.

O Fluminense de 02 de novembro de 1926.  
O Fluminense de 27 de setembro de 1927.  
O Fluminense de 25 de março de 1928.  
O Fluminense de 07 de agosto de 1928.  
O Fluminense de 20 de novembro de 1928.  
O Fluminense de 28 de novembro de 1929.  
O Globo, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1925.  
O Globo, Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1926.  
O Globo, Rio de Janeiro, 08 de junho de 1926.  
O Globo, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1926.  
O Globo, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1926.  
O Globo, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1928.  
O Globo, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1928.  
O Globo, Rio de Janeiro, 05 de maio de 1929.  
O Radical, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1939.  
O Imparcial, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1921.  
O Imparcial, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1926.  
O Jornal, Rio de Janeiro, de 21 de janeiro de 1926  
O Jornal, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1928.  
O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1928  
O Jornal, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1928.  
O Jornal, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1930.  
O Malho, Rio de Janeiro, de 29 de dezembro de 1923.  
O Malho, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1927.  
Diário Carioca, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1929.  
Diário Carioca, Rio de Janeiro, 02 de março de 1929.  
Diário da Noite, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1932.

### **Fontes Documentais dos Acervos Pesquisados**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. **Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Technico**. Relatório de remodelação do ensino profissional technico, apresentado ao Ex.mo Dr, Miguel Calmon du Din e Alemida. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Litho-Typographia Fluminense, 1925. Acervo da Biblioteca Nacional.

**ATA da Secção do Ensino Technico e Superior da ABE**, 1927-1930. Acervo da Associação Brasileira de Educação.

**Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica/ Técnica da Rede Faetec**. Rio de Janeiro: Faetec, s/d, [2013].

**RELATÓRIOS dos Presidentes dos Estado Brasileiros-** Rio de Janeiro, 1923-1930. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

**Horto Botânico de Niterói**, Governo do estado do Rio de Janeiro, 1990. Acervo da Biblioteca Nacional.

### **Entrevista**

Luis Antonio Pimentel.

## Apêndices

### Apêndice I- Roteiro da Entrevista com Luis Antonio Pimentel

#### **Roteiro para a Entrevista ao Sr. Pimentel**

**Luís Antônio Pimentel** *Nasceu em [Miracema](#), em [29 de março de 1912](#). É poeta, professor, [jornalista](#) e memorialista [brasileiro](#). É membro da [Academia Fluminense de Letras - AFL](#); [Academia Niteroiense de Letras - ANL](#) e presidente de honra no [Grupo Monaco de Cultura](#). Pimentel se tornou o primeiro autor brasileiro traduzido para o japonês que se tem notícia. Ainda estudante, Pimentel teve seu primeiro contato com o ofício de jornalista ao editar o jornal *O Calouro*, da Escola Profissional Washington Luiz (atual ETE Henrique Lage). E de lá Luis Antônio Pimentel saiu para a Escola Profissional Washington Luis – Antigo Ginásial, do então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. E assim estudou até o final da revolução de 1930. Após a Revolução, as Escolas profissionais passaram a ser chamadas de Escola do Trabalho. Ao ter concluído os quatro anos do curso profissional da Escola do Trabalho, Luis Antonio Pimentel estudou na Escola Técnica Fluminense, que na época era considerada a Escola Prática de Engenharia (Curso Superior), dirigida pelo professor francês Antônio Eugênio Lattigé.*

#### **Perguntas:**

- Em qual ano o Sr. entrou na Escola Profissional Washington Luís? Como era a estrutura e funcionamento da escola, havia hino nacional, fazia-se fila, rezava, havia laboratórios, livros etc.? Quais eram os cursos?
- Em qual período o Sr. retornou enquanto professor? Fale um pouco da sua trajetória de trabalho.
- Como a escola era vista pela comunidade?
- Quem foram os diretores no período do Sr. na escola como aluno e como professor?
- Como era o bairro do Barreto? Já havia as indústrias e estaleiros?
- Fale um pouco sobre seus colegas enquanto aluno, e enquanto professor? A escola era só para meninos?
- Após a formação dos alunos, para onde eles iam (trajetória de trabalho)?
- Como se dava a entrada dos alunos na escola? Quais eram os critérios? Havia faixa etária mínima? E como era feita a entrada do professor?
- Havia uniforme? Como era?
- O Sr. lembra do nome Grupo Escolar Alberto Brandão? Ele ficava dentro da Escola Profissional Washington Luís?

## Apêndice II- Entrevista de Luis Antonio Pimentel

### *Transcrição da Entrevista do Pimentel*

**Bom, nós viemos fazer algumas perguntas para o senhor sobre a Escola Henrique Lage, local onde o senhor estudou quando era chamada Escola Profissional Washington Luís:**

Lembro, foi Escola do Trabalho Washington Luís até o dia 24 de outubro de 1930.

**O que o senhor lembra dessa escola?**

Houve uma revolução que começou no dia 03/10 no nordeste e chegou seu fim no dia 24/10 e neste dia eles tiraram o presidente da República Washington Luís Pereira de Souza e tiraram os nomes das escolas profissionais, porque ele foi deposto. Tiraram o Washington Luís da presidência, pois era muito incomodo e pouco prático pelo menos dar nome de pessoas as escolas e tanto assim que mudaram a escola Washington Luís e passou a ser Escola do Trabalho. Trabalho é trabalho, não é nome de ninguém. Bem Escola do Trabalho, eu mesmo não peguei esta escola. Peguei a Escola Washington Luís, que me formei como aluno diplomado na Escola Profissional do Estado do Rio de Janeiro.

**Em qual curso o senhor se formou?**

Me formei em marceneiro, oficial de marcenaria. Oficial de Marcenaria me formei com 16 anos de idade. Então, a escola tinha nessa época o curso, não avançando muito. O ensino profissional não começou na Washington Luís, e é bom pra dizer o trabalho penoso que é fazer o ensino profissional no Brasil. Mas de qualquer maneira, depois vou voltar e mostrar para vocês como tem coisas antes. Então eu me formei com 16 anos na Escola Profissional Washington Luís que tinha como nome um cidadão justo, fluminense, macaense embora tivesse ocupado a escola como diretor, dado o nome pelo diretor da escola, no estado do RJ ele fez política, mesmo nascido em Macaé, ele fez política no Estado de São Paulo, sendo ilustre, engenheiro e historiador. E por São Paulo ele se elegeu e quando se elegeu, acharam um bom nome para a escola pela sua atividade intelectual e pela sua origem no ambiente político da época.

**Quem era o diretor dessa época?**

O diretor da escola era um cidadão, Amerino Wanick. Amerino deve ser um nome esdrúxulo do Estado onde ele nasceu. Amerino parece Américo escrito errado. Isso são suposições, mas o fato é que Amerino Wanick nasceu no nordeste, sendo o Wanick de origem holandesa, herdando daqueles holandeses que tomaram conta da indústria açucareira, principalmente açucareira, em Pernambuco. Mas eu gostaria de te lembrar que o Estado do Rio de Janeiro não tinha Escola Profissional, mas tinha vontade de ter o

Ensino Profissional, por causa das indústrias e um estímulo importante para o Estado e Ensino, um bom campo para se expandir e se impor. Os intelectuais, os professores e os didatas, os técnicos se interessaram e esboçaram. O estado do Rio foi o primeiro em termos, mas o primeiro, porque ele tinha tanta vontade de ter o ensino profissional que o governo federal criou uma escola profissional do melhor modo possível da época e se chamou.....a sede era ali na Av. Rio Branco, entre o edifício Central, se chamava.....daqui a pouco vou lembrar.

Então era escola profissional, não tinha nome e não havia nenhuma escola profissional no Brasil inteiro, era um simulacro de escolas profissionais, surgiu ali na Av. Rio Branco. E era para o jovem, para qualquer um, para quem quisesse aprender. Esse desejo, essa ansiedade de fazer o ensino profissional na época foi crescendo tanto que em 1922 quando o Brasil comemorava sua Independência de Portugal, de Pedro I. houve um derrame de ensino profissional na literatura, no jornalismo, no ensino nosso, tudo espatifada. Surgiu aquilo em 1922, terminada a exposição do centenário da independência que ocupou toda a área da praça XV pegando o antigo mercado de peixe, parte de navegação, oficina náutica, quando eles pegaram esta coisa, acabaram se destacando naturalmente aos olhos dos expositores de indústria e de escola profissional, estrangeiro todos eles, se destacou tantos de tal forma que os expositores que tinham os galpões enormes, como se fossem hangares de avião, que não havia avião, aqueles divididos para fazer exposição dos países. Então esses expositores que ficaram encantados com o que viram aqui, não tendo o que fazer com esses galpões, combinaram entre eles de doar os galpões para que fizessem uma rede de escolas profissionais, eram muitos países. Tanto assim que nessa época coube ao Brasil ganhar de graça, por simpatia, uma instalação grande para fazer uma escola profissional, como a Washington Luís, ganhar uma área que pertenceu a uma exposição de um país europeu que expos indústria de pesca, a Noruega. Nesse galpão foi instalada a escola profissional Washington Luís, então ele ganhou a escola já com o nome dele. Surgindo escola profissional que não havia.

### **Em qual ano que o senhor entrou na escola?**

Eu entrei quando fizeram a escola, em 1922 e sai em 1926.

### **Quem era Amerino Wanick?**

Amerino Wanick era diretor da escola. Não sei bem da vida dele. Ele era engenheiro e um professor de matemática extraordinário, grande professor de matemática e sergipano. Vindo da indústria açucareira do nordeste. Bem, como fazer a escola, nós não temos escola nenhuma como modelo, não temos escola nenhuma para melhorar, para adaptar, como vamos fazer? Isso um pessoal que havia se ocupado intelectualmente que ensinava um simulacro no ensino profissional que se organizava no Rio de Janeiro, e que se chamava Escola Profissional, nome de presidente da república, escola na rua Marise Barros no RJ, já era nessa tentativa de Escola Mista, feminina e masculina, Escola Wenceslau Braz, o que me ajudou a lembrar desta escola, é que os alunos mais brincalhões já tinham apelidado a escola de Lalau. Bem nascia aí a rigor o ensino profissional no Rio de Janeiro e no Brasil, porque eles podem por bem ou mal, errado ou

acertadamente extinguir o ensino profissional que engatinhava na Marise Barros e não tinha dúvida e escrúpulo, foi lá na parte da educação e nomearam aqueles elementos todos da escola Wenceslau Braz de papel passado, publicado em D.O, com programa, ofícios e títulos. Feito isso nascia o Ensino Profissional no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Aqui eles fizeram então, quase sempre no RJ.

Me surgiu uma dúvida assim, professores nós temos, com prática, desenvoltura, pois até ontem eles eram professores de escola profissional, bom o que vamos fazer? Bom, eles pensaram. Surgi uma figura exponencial na formação de escola, um bom político que foi o prefeito do Distrito Federal, quando fizeram o primeiro concurso de miss no Brasil. Nesse ano eles fizeram, atrapalhando o jeito criativo de fazer escola, ensinante médico, sanitarista e ativos, conversando com técnicos de educação espano americanos, estrangeiros de modo geral. Vocês estão com dificuldade de instalação e eles deram uma ideia, um artil. É o seguinte, eu tenho acesso, eu converso para eles instalarem ali, escolas com o nome dos países de vocês. Então vocês criem a escola e o país de vocês fazem a instalação e da mesma forma, a exemplo escola México, o Brasil também criava escola Brasil no México. Então nós ganhamos uma porção de escolas por causa disso. Então nós temos escola Argentina, México entre outras existentes até hoje. Levando a desenvoltura do ensino profissional, colocando as unhas do lado de fora e assim é que o ensino profissional nasceu no RJ e depois se espalhou por vários Estados do Brasil.

A escola de ensináculo, que não me lembro o nome, ensinava a desenhar nota de dinheiro.

### **Quais eram os cursos que tinham na Escola Profissional Washington Luís?**

Quando fundaram a escola Washington Luís já tinha herdado, ganho de presente do pavilhão da Noruega. A escola quando fundada eles faziam uma coisa até inteligente, especialidades das escola pela interesse local da escola. A escola tal precisa de pesca, então esta escola tinha o curso de pesca.

1º ofícios de madeira e ofício de metal. Depois vinha pano, ofício de alfaiate, ofício de estofador, ofício de torneiro mecânico que torneava peças de máquinas. Então esses são os ofícios, esses eu gostaria que escrevessem os nomes dos professores para vocês perguntarem aos outros da escola Henrique Lage.

Madeira e Metal- a de madeira estava na instalação com um alemão, não sei se ele tinha sobrado entre os galpões ou veio de lá, um alemão muito competente que se chamava Wandelin Wogel então estava a parte de madeira entregue a ele. Depois tinha ferro, tinha um que era curioso. Tinha o ferreiro desde de fazer o basculante com ferro torcido, grade, porta de aço, até colocar ferradura. Esse camarada era chamado Wanderlino. Outro de ferro era pomposo, professor, falava com postura e correção, era diretor e fundador de uma gafeira de Niterói, era chamado de modelador, era fundida de madeira para depois colocar o ferro e fundir, com nome Manoel de Mattos Cabula, sendo chefe da modelação.

Ofício de ajustador, ele que era, creio eu, Waldemiro Flores, que tomava conta de ajustar ferro e metal de modo geral.

Torneiro mecânico, aquele que torneava ferro, alumínio, bronze, o chefe era ...

Ofício de Alfaiataria-

**O senhor falou sobre um ferreiro que tocava um instrumento, tinha banda da escola?**

Ele tocava bombardino. Não havia banda da escola. Naquele tempo a prefeitura dirigia umas festas ao lado das igrejas chamada quermesse e a prefeitura contratava músicos para tocar nessas festas.

**O senhor lembra como era o funcionamento da escola? Vocês rezavam, usavam uniforme...como era a rotina?**

Na época não se usava uniforme, pouco depois fizeram ou arranjam na escola

Tem uma coisa importantíssima que esqueci quanto ao ensino como um apêndice ao ensino, tinha uma ciência chamada Cultura Física, ela dissecava o humano, fazíamos ginástica, sabíamos enfermidades, pequenas gravidades de vacinação. Tinha um curso de professor que estudou na Europa, se chamava Abdon de Oliveira Dias, sendo o professor de ginástica

**O senhor lembra do consultório dentário?**

Mostrou-se uma foto do consultório. Esse consultório a prefeitura fazia esses consultórios a ajudar a tratar dos dentes dos alunos, porque a escola cresceu muito, se chamava odontologia infantil, fazia só a base, escovar dente etc... Bem deixa eu ver mais coisas.

**Era uma escola só para meninos?**

Essa escola era só de homens. O de mulher e homem misturado foi a Wenceslau Brás.

**Como se dava a entrada nessa escola? Como era a forma de ingresso?**

Fazia prova para a escola primária, exigia um conhecimento até a quarta série, tipo uma admissão. Entrava a partir dos 12 anos aproximadamente.

**O senhor chegou a trabalhar como Marceneiro?**

Há, mais muito. Houve tempo, de fazer coisas torneadas de madeira, fiz uma cadeira e alguns móveis simples. Porque aprendíamos e tínhamos que usar o material. Usávamos a madeira para fabricar o material que o Estado usava. Cansei de fazer mesa

para jardim de infância, tábua de vender pipoca, então fazíamos carteira da escola. O negócio enquanto aluno não dava vazão para atender a necessidade da escola, então começaram a contratar pessoas para fazer carteiras, quadro negro, armários etc. para a escola.

### **Como eram os seus colegas, os outros alunos da escola?**

Gente pobre, Niterói era e é uma cidade pobre. Uma das coisas que o diretor Wanick bolou logo, era servir uma sopa com todos os legumes passados, osso e nervo etc. Fazia também um pão 200gs de trigo.

### **O senhor usava livro, material didático? Como era a aprendizagem?**

Algumas disciplinas o Estado já tinha, Português, Geografia.... A de geografia era uma delícia, nós usamos o livro de geografia que a biblioteca da escola emprestava. Era um doutor, o professor, que dizia o Brasil estava situado na parte mais septental da parte da América meridional, eu só fui entender isso no quarto ano, com o senhor Joaquim da Silva Pinto. Isso é ensinar um palavrão a uma criança.

### **Como era o bairro da escola, o Barreto?**

São Gonçalo não tinha nenhuma ligação com a escola. Tinha uma área bem grande e teria pertencido a “Werice Desamparada”, tinha gabinete de química, física, história natural na construção do prédio da escola. Fizeram um museu de história natural. Vou contar uma história que vale a pena. O nosso professor era um grande médico, filhos de alemães, grande clínico e quando eu tive politismo a escola que me tratou, quando eu tive febre amarela a escola me tratou, então fui para a aula e o professor que era formidável. A mesa de química era enorme e no meio geométrico da mesa que era forrada com um lençol de chumbo grosso. Eu peguei um papel e transcrevi, “gosto de estigomia que é um mosquito supimpa pois até mesmo seus olhos só espoe na água limpa”. O professor quando chegou leu e falou a nota cem pela prova e nota zero pelo conhecimento em mosquito, pois quem disse ao senhor que ele só põe ovos na água limpa, vamos aprender mosquito da água suja. Acompanhamos a vida toda do mosquito. Sou doutor em dengue e mosquito até hoje, pois lembro de tudo que aquele professor falou.

### **O senhor foi o primeiro redator de um jornal chamado O Calouro na escola?**

Foi eu que fundei com um professor de matemática chamado Oder Ribamar Teixeira ele ainda está vivo. Fundei o jornal porque nós não tínhamos um jornal na escola, e eu tenho essa marca familiar, o que me instigou a criar o jornal. O cinema que existiu na rua Santa Rosa, depois do portão de entrada do Salesiano, nos fundos do cinema tinha um primo do Galbir Peixoto. Bem, então fui lá ver um filme com os alunos da escola. Os calouros faziam miséria no colégio, o que me instigou a dar esse nome. O jornal era impresso na escola, não tinha anúncio, era só texto, artigo de química etc.

**Quando começou a gráfica na escola?**

A gráfica começou quando eles inauguraram a instalação da Escola do Trabalho. Quando eu estava saindo da escola estava sendo criado em nossa escola, à custa dos alunos e professores o Diário Oficial. E nesse diário foi o primeiro diretor ...

**Qual outro curso que o senhor é formado?**

Me formei em jornalismo na Universidade do Brasil, em 1952, mas cansado de ser jornalista de fazer jornalismo, para ser jornalista não precisava do título, mas pra entrar nessa escola, a Universidade do Brasil, fazia um texto sobre um assunto qualquer que eles davam.

Sou jornalista, professor e fotógrafo. Criei a Associação de Fotógrafos em Niterói.

**O senhor foi preso no período de Getúlio Vargas?**

Eu sai da escola e fui para a Escola de Belas Artes, sai de lá fui trabalhar no jornal que seu fundou em 1930, Diário de Notícias. Três jornalistas se uniram, Figueiredo Pimentel Segundo (meu primo) e outras duas pessoas.

**Foi por causa do jornalismo que o senhor foi preso?**

Ele não foi bem preso (dizia uma residente da casa do Sr. Pimentel). Quando trabalhava na Escola do Trabalho eu fui preso, eles ficaram me perseguindo, mas por sorte minha, o diretor da escola, um militar com influência no exército, o que me admirava que ele gostava de mim. Neste tempo ele era capitão, com nome Marechal Paulo Torres. Ele mandou que me soltasse e ai eu comecei a combater os fascistas e nazistas brasileiros. Eles então preparavam uma passeata para acabar com os anti-integralistas, inclusive eu, eles levavam para uma casa e nos sacrificavam. Eu fazia um plantão no jornal Gazeta de Notícias, escrevia lá e ali eu li: O Japão oferece bolsas de estudos da idade tal a tal, em qualquer das especialidades em que o Japão está adiantado. Eu já era adiantado em jornalismo, por isso me inscrevi, com o reitor da Universidade do Brasil.

**Anísio Teixeira era desse período, na Universidade do Brasil?**

Conheci muito Anísio Teixeira. Era uma pessoa formidável, um grande educador que morreu assassinado em um buraco de elevador. Hoje ele é nome de uma biblioteca Infantil no Campo de São Bento.

**E o Fernando de Azevedo que era amigo de Anísio Teixeira, o senhor lembra algo sobre ele?**

Não, não lembro nada.

**Sâmela- Fernando em 1928, era diretor da Instrução Pública do RJ, ele implantou o modelo de Escola Nova, com a escola única, do trabalho e da comunidade, o senhor lembra?**

Não lembro disso, mas lembro que nessa fase de construção das escolas profissionais que ele pegou todo o magistério e nomeou oficialmente pelo governo e povoou a escola nova, como também a Washington Luís.

**O senhor já foi professor de quais escolas?**

Fui professor da Escola do Trabalho e do Senai.

**Qual o período que deu aula na Escola do Trabalho?**

Na Escola do Trabalho fui professor quando derrubaram Washington Luís e logo construíram a Escola do Trabalho. Na formação do quadro de professores, meus amigos todos estavam lá, aí eu também fui nomeado, em 1930. Dava aula de desenho.

**O senhor lembra da figura do Getúlio Vargas ao redor da Escola, no Barreto ou dentro da escola?**

Não lembro. Eu fiquei na escola até que fundaram o Senai. No Senai eu ensinei por 30 anos, me aposentando por lá, com 30 anos de trabalho para homens. Comecei lá, depois fui para o Japão e fiquei por 5 anos. Quando voltei do Japão, me puseram lá na Escola Henrique Lage e fico até criarem o Senai, dando aula de desenho.

**O senhor conheceu o Henrique Lage pessoa?**

Conheci o Henrique Lage in lócus, na Companhia Nacional de Navegação Costeira, porque meu irmão mais velho trabalhava lá como escriturário e eu ia lá ajudar uma revista que a Costeira tinha, não tinha um nome especial, era da própria companhia.

**O senhor conheceu Florestan Fernandes?**

Conheci só de nome.

**O que o senhor acha que mudou na educação nesse longo trajeto na escola Washington Luís? O que te marcou nesse período?**

O que me marcou é que desde o trabalhador de vários tipos, tanto o que vende e quanto o que produz, ele lutou por fazer uma Escola Profissional. O Senai é um grupo de escolas, um mundo. Tivemos a Escola Washington Luís, depois a Escola do Trabalho, sempre fazendo Escolas Profissionais, com planos grandiosos.

O cérebro da sexta-feira treze que definiu golpe de 1º de abril. Neste golpe nós já estávamos com o plano de definir a criação do hospital Antônio Pedro Pimentel (não era meu parente), mas era meu amigo, assim como seus filhos. Todas as construções ao redor de Niterói seriam enquadradas pelo presidente Jango, com líder chamado “Sambaaqui”. Íamos instalar a Universidade do Trabalho logo ao lado desse hospital, que infelizmente nunca conseguimos fazer, ia ser ali perto do hospital de Niterói. Escola técnica e profissional nós já tínhamos feito, grupo de escolas profissionais já tínhamos feito, o Senai. Senai é completo, serviço nacional de aprendizagem industrial e comercial, não tínhamos feito ainda uma Universidade.

### **Como foi sua entrada na poesia? Começou desde de infância?**

Desde criança eu já fazia poesia. Eu fui desde cedo ligado a pessoas, camaradas da poesia. “Poeta chama poeta”. Quando eu olhei eu já estava envolvido na poesia, e quando não era poesia era como se fosse na fotografia, no jornalismo, e uma série de coisas correlatas à poesia.

### **O senhor fez algum curso de desenho técnico?**

De certo modo fiz, e quando fiz eu era o único porque aprendi com o mestre alemão Wogel, meu professor na escola. Aqui no Brasil ninguém sabia desenhar, ninguém tinha essa técnica, principalmente para ensinar. Ele me ensinou o BABÁ do desenho dos móveis. Faço em termos desenho artísticos. Quando fiz desenho artístico fiz desenho indígena, marajoara, tudo da ilha do Marajó.

### **Sâmela- Mostrei algumas fotos sobre a escola.**

A foto de Ginástica, mostrada - Ele se lembrou e disse que já era no espaço onde é hoje a escola Henrique Lage.

A foto do 3º R.I. ele disse que fala por si.

Não lembrou muito das imagens mostradas.

Na foto da Escola do Trabalho- A escola do Trabalho, ficava dentro do Horto do Fonseca, eu lecionava lá e mostrou em qual sala ele dava aula.

Deixa eu ver se lembro:

Professor de Português- Ari Lindeberg do Porto Rocha; Laura Pureza (mulher professora); Ligia Gomes da Silva; Augusta Monteiro Lobato

Professor de Matemática- General Maximiliano Martins, Oder Ribamar Teixeira

Música- Augusto Monteiro de Souza (primo do Washington Luís) - Eu não sei bem como era a aula de música, mas era apenas a parte teórica, as partituras. Iniciação do conhecimento musical - Autor foi Augusto Monteiro de Souza - Foi a pessoa que escreveu

o hino da escola. O pai do Augusto foi diretor da casa da Moeda. Ele era concertista e medalha de ouro em piano na Europa.

João Nepunocena Malett de Souza Aguiar- Professor de Economia Política. O João Mallet de Souza, era um grande advogado, com seu escritório na Rua Ouvidor

### **Quanto tempo durou o jornal O Calouro?**

Durou enquanto nós tivemos por lá. Enquanto tinha aula para fazer, fazíamos. O jornal morreu quando eu sai da escola enquanto aluno. Quando eu voltei nem cabia mais, pois aquilo é trabalho de aluno.

**Sâmela-** Foi falado que a Escola Henrique Lage é a única escola de Máquinas e Construção Naval na América latina.

### **Como era a parte física da Escola Washington Luiz?**

Você imagina um grande galpão, com pequenos hangares, com muitas máquinas instaladas grandes, necessitando de muito espaço para trabalhar.

### **Como era o civismo na escola? Havia essa formação?**

O civismo de certo modo, o professo de cultura física, que era o chefe do movimento escoteiro da escola Abdon de Oliveira Dias, ele assumiu por conta dele, o ensinamento da parte histórica do movimento político do Brasil.

O primeiro diretor do Diário Oficial- Oliveira Rodrigues. Participei mas não ativamente da edição, pois não trabalhava na gráfica, trabalhava na marcenaria fazendo cadeira, móveis etc.

### **Como era o movimento político dentro da escola? Já existia movimento estudantil?**

Não havia um movimento político em si. A tendência era o socialismo em volta do trabalho. Não havia também enquanto professor esse tipo de movimento.

### **O Sr. Conheceu o Grupo Escolar Alberto Brandão?**

O Grupo Escolar Alberto Brandão era lá na Caixa D'agua, já chegando na estrada para região dos lagos.

### **Em qual lugar se localizava a Escola Washington Luís?**

Em Santa Rosa a Washington Luís era um terreno de frente a travessa/rua Souza Soares. Os ofícios, a parte prática era lá em Santa Rosa. No tempo da Escola do Trabalho que foi no Horto.

*Ofícios que tinham na escola (Pimentel):*

- Alfaiataria- Wan de Lin Wagek (alemão)

-Madeira e metal

-Ferro/ ferreiro- Wanderlino Flores (ajustador)- Modelador- Manoel de Mattos Cavala

Prof.de Ginástica- Abdon de Oliveira Dias

Ex-aluno vivo- Oder Ribainew Teixeira

Diretor do D.O- Oliveira Rodrigues

Prof.de Português- Ari Lindeberg do Porto Rocha/ Ligia Gomes da Silva/ Laura Pureza

Prof de Matemática- General Maximiliano Martins/ Roderni Ribamar Teixeira

Prof. de Música- Augusto Monteiro de Souza (Pai da Casa da Moeda- sobrinho do Washington Luiz)- Medalha de ouro em piano na Europa- Livro Iniciação do Conhecimento Musical.

Prof. de Economia Política- João Nepunhoceno Malet de Souza Aguiar

Tendência Socialista por ser Escola do Trabalho

Prof. de história natural e higiene – Joseli Aurelic Burte

Prof. de Física e química- Tycho Couttilio Siqueira Machado

## **Anexos**

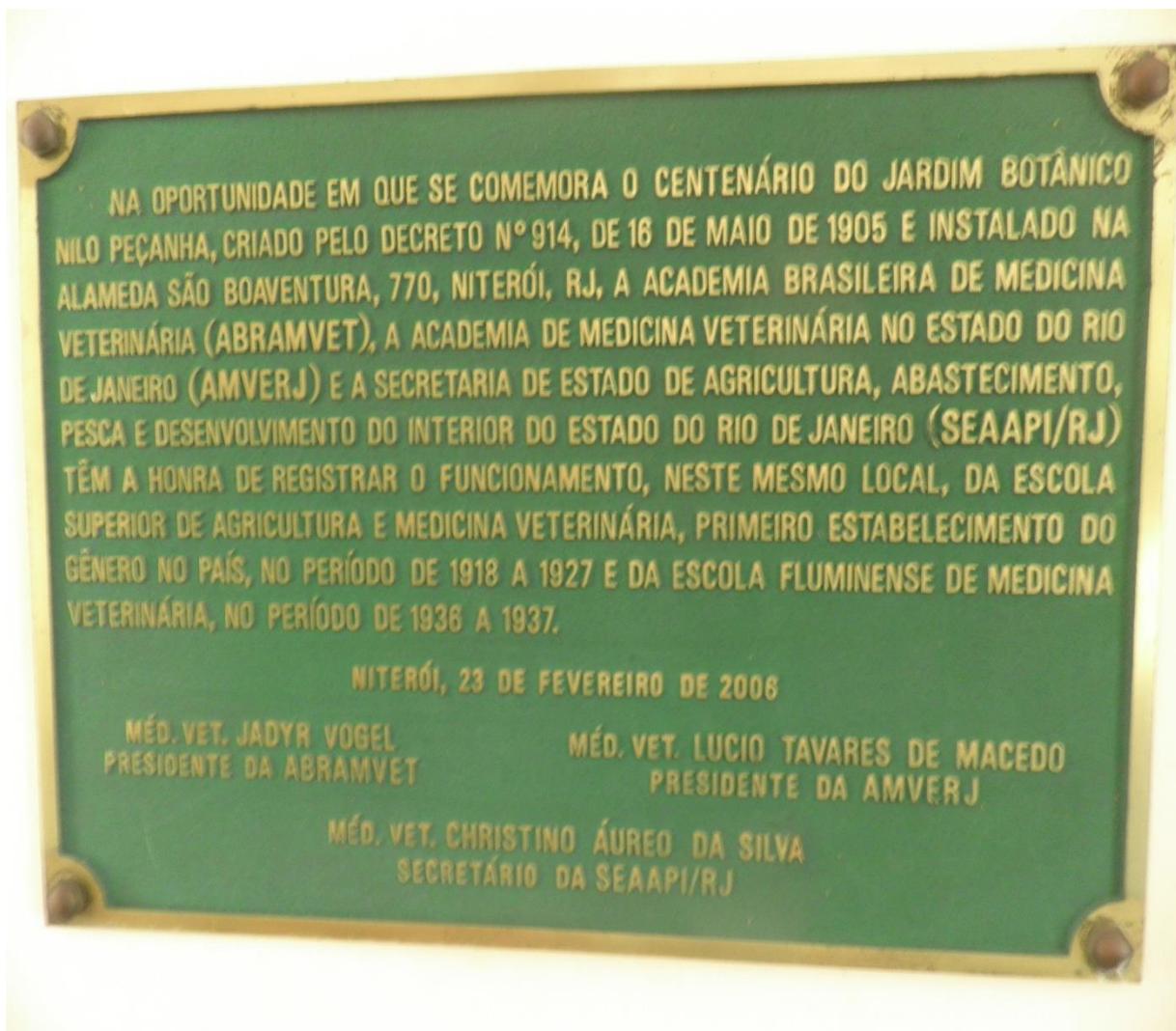
**Anexo I:** Discurso de posse de Fernando de Azevedo.

### **A posse do novo diretor da Instrução Municipal.**

“Entre os aspectos particulares desse plano de organização geral a ser maduramente estudado e debatido, alguns, de uma evidência agressiva, já se podem enunciar sem precipitação de julgamento. Estão, nesse caso, a reorganização da Diretoria de Instrução Pública, com o restabelecimento conseqüente de seu almoxarifado privativo; a reforma do ensino normal; a questão do melhor aproveitamento dessa multidão de 180 professores da Escola Normal, a cuja atividade utilíssima será preciso dar oportunidade para se expandir em toda a sua eficiência; a construção e instalação, a mais completa possível, de prédios para escolas; a organização do ensino primário, gratuito e obrigatório, com a redução das escolas a três tipos fundamentais, urbano, rural e marítima (isolados ou reunidas), correspondentes às condições peculiares de três meios sociais diferentes, e, quanto possível, com sua oficina, seu campo de experiências ou seu museu de aparelhos de pesca; anexação do ensino técnico elementar ao maior número de escolas primárias; a eliminação das instituições ociosas ou parasitárias; remodelação do serviço de inspeção; e a reforma do ensino técnico e profissional, ajustado ao sistema geral de educação e com um programa específico segundo as necessidades técnicas e profissionais mais sensíveis das regiões em que se instalarem ou estiverem instaladas essas escolas. (...)”

Já se escreveu que procede nobremente sem o querer o homem que, em seus atos, não pretende nada dos outros. Este despreendimento que em mim será consciência de meu nenhum valor, provém de um profundo idealismo que tenho prazer em confessar e em que reconheço a única força capaz de dar sentido e valor à vida humana. É nesse idealismo que encontrei a fonte pura de uma grande simpatia. Por todas as inovações significativas que libertam da rotina, com um senso prudente da medida e da tradição. e é nele que procurei a energia para, cedendo às necessidades novas de diversidade e expansão de tendências individuais, estimular as obras de iniciativa privada e associar todas as forças livres para fazer circular um entusiasmo comum por todas as coisas grandes e belas”.

**O Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 jan. 1927.**

**Anexo II:** Placa do Hall do prédio do Horto do Fonseca

**Anexo III:** Algumas produções publicadas pela gráfica da Escola Profissional Washington Luis. Disponível em: [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15474/15474\\_8.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15474/15474_8.PDF). Acessado em janeiro de 2015.

ALMEIDA, Antônio Figueiredo de. História Fluminense: 2ª parte. A Província 1822-1889. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luis, 1929.

ESTADO do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. Programas de ensino da Escola Normal de Nictheroy: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luis, 1929.

ROCHA, José Duarte Gonçalves da. Relatório apresentado pelo dr. José Duarte Goçalves da Rocha, diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola Profissional Washington Luis, 1930.

**Anexo IV:** Fotos da entrevista com Luis Antonio Pimentel.



